

10

10^a classe

DE ACORDO COM
O NOVO PROGRAMA

aprovado pelo
Ministério
da Educação

Dionísio Calisto Recama / Rui Amadeu Bonde

História

LIVRO DO ALUNO

Inclui exercícios, questões sobre documentos e fichas de avaliação



PLURAL
EDITORES
GRUPO PORTO EDITORA

10

10.^a classe

Dionísio Calisto Recama
Rui Amadeu Bonde

História


PLURAL
EDITORES
GRUPO PORTO EDITORA

T.P. GULAMO, LDA
Livraria - Papelaria
Oficinas Gráficas &
Cantinas

Preço 450
Bogambique
Livraria da Sotala
COD.
Biblioteca da Universidade de Calábria

Universidade de Calábria
Biblioteca da Universidade de Calábria
Faculdade Secundária de Calábria

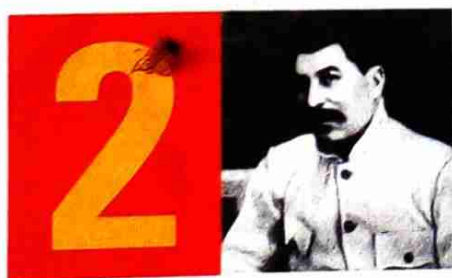
111

ÍNDICE

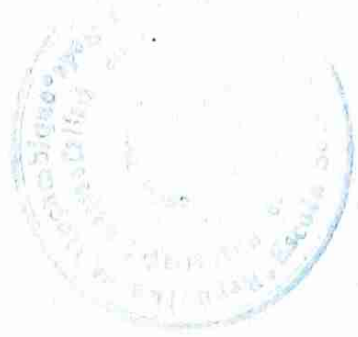


8 **As contradições imperialistas dos finais do século XIX até ao final da 1.ª Guerra Mundial**

- 10 **1. O desenvolvimento socioeconómico e político dos principais países capitalistas nos finais do século XIX, princípios do século XX**
- 19 **1.1. A formação de alianças e blocos militares e os primeiros conflitos**
- 22 **1.2. O estabelecimento do sistema colonial em África (de 1885 até ao início da 1.ª Guerra Mundial)**
 - 22 1.2.1. Instalação do sistema de dominação colonial e a resistência africana
 - 24 1.2.2. As formas de administração colonial em África
 - 27 1.2.3. As formas de exploração económica: o papel das companhias monopolistas
 - 30 1.2.4. Particularidades do colonialismo português: caso de Moçambique
- 32 **1.3 As consequências da ocupação efectiva**
 - 32 1.3.1. Consequências para a Europa
 - 32 1.3.2. Consequências para África
 - 34 1.3.3. Consequências para Moçambique
- 37 **1.4 A 1.ª Grande Guerra (1914-1918)**
 - 39 1.4.1. As causas da 1.ª Guerra Mundial
 - 42 1.4.2. As fases da Guerra
 - 46 1.4.3. O envolvimento dos africanos na 1.ª Guerra Mundial
 - 47 1.4.4. O fim da 1.ª Guerra Mundial: armistício de 11 de Novembro de 1918
 - 57 1.4.5. As consequências da 1.ª Guerra Mundial
 - 63 1.4.6. O significado da 1.ª Guerra Mundial
- 64 **Verifico o que aprendi!**



- 66 **O mundo entre a 1.ª e a 2.ª Guerra Mundial (1918-1939)**
- 68 **2. A Rússia**
- 76 **2.1. A formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas**
 - 76 2.1.1. O desencadear de outras revoluções de inspiração comunista no resto do mundo
- 78 **2.2. Desenvolvimento económico e sociopolítico de alguns países depois da 1.ª Guerra Mundial (1918-1929)**
 - 78 2.2.1. Os Estados Unidos da América até 1929
 - 80 2.2.2. Alemanha
 - 81 2.2.3. Itália
- 83 **2.3. A crise económica mundial de 1929-1933**
 - 83 2.3.1. Principais características da crise
 - 85 2.3.2. Consequências da crise de 1929-1933
 - 87 2.3.3. A mundialização da crise
 - 88 2.3.4. O impacto da crise mundial em África e em Moçambique
 - 91 2.3.5. Tentativas de superação da crise
- 96 **2.4. Os regimes ditatoriais**
 - 96 2.4.1. Os regimes fascista e nazi



- 97 2.4.2. A implantação do fascismo na Itália
- 102 2.4.3. O nazismo na Alemanha
- 107 2.4.4. O corporativismo em Portugal
- 109 **2.5. O Estado Novo de Salazar**
- 111 2.5.1. A situação nas colónias portuguesas: o caso de Moçambique
- 117 **2.6. As primeiras manifestações nacionalistas em África e em Moçambique**
- 118 2.6.1. As primeiras manifestações nacionalistas em África
- 123 2.6.2. O nacionalismo em Moçambique
- 126 **Verifico o que aprendi!**

3



- 128 **A 2.ª Guerra Mundial (1939-1945) e o Movimento de Libertação Nacional**
- 130 **3.1. A 2.ª Guerra Mundial**
- 130 3.1.1. A Europa e o mundo nas vésperas da 2.ª Guerra Mundial
- 131 3.1.2. Causas da 2.ª Guerra Mundial
- 135 3.1.3. O início da guerra: o ataque alemão à Polónia
- 136 3.1.4. O decurso e as fases da 2.ª Guerra Mundial
- 142 3.1.5. A participação de África na 2.ª Guerra Mundial
- 143 3.1.6. O fim da 2.ª Guerra Mundial e as suas consequências
- 150 **3.2. O Movimento de Libertação Nacional**
- 150 3.2.1. O exemplo do MLN na Ásia
- 153 3.2.2. Exemplos do MLN na América Latina
- 155 3.2.3. Os factores que contribuíram para o desenvolvimento do nacionalismo africano
- 159 3.2.4. As lutas anticoloniais e as independências em África
- 165 3.2.5. As colónias portuguesas: o caso de Moçambique
- 170 **Verifico o que aprendi!**

4



- 172 **O Mundo entre a confrontação e o desanuviamento**
- 174 **4.1. Os estados mais industrializados após a 2.ª Guerra Mundial**
- 174 4.1.1. Os Estados Unidos da América
- 176 4.1.2. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- 179 **4.2. As contradições entre o bloco socialista e o bloco capitalista (Guerra Fria)**
- 181 4.2.1. As origens da Guerra Fria (1947-1985)
- 182 4.2.2. Manifestações da Guerra Fria
- 186 **4.3. A coexistência pacífica**
- 188 **4.4. Os países do Terceiro Mundo diante da Guerra Fria**
- 190 4.4.1. O Movimento dos Não-Alinhados
- 192 **4.5. O fim da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim**
- 195 **Verifico o que aprendi!**
- 197 **Bibliografia**

1

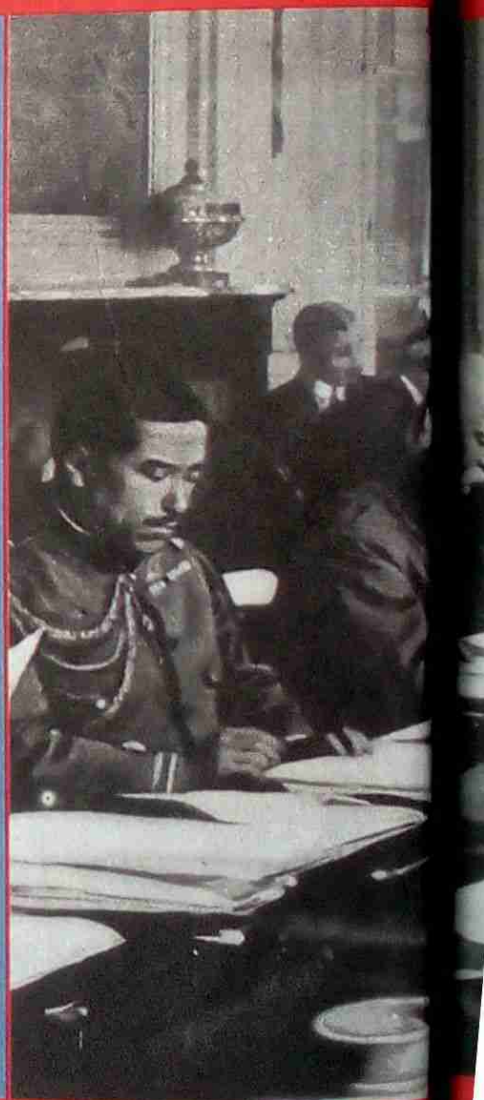
AS CONTRADIÇÕES IMPERIALISTAS DOS FINAIS DO SÉCULO XIX ATÉ AO FINAL DA 1.ª GUERRA MUNDIAL

Nesta unidade ficarás a saber que a Europa, desde meados do século XIX, encontrava-se fragmentada e ameaçada por rivalidades económicas, políticas e coloniais.

No início do século XIX, várias áreas do mundo estavam sob o domínio de países europeus como a Inglaterra, a França e a Alemanha, mas a disputa pela posse de colónias e pela influência económica conduziram a Europa, e arrastaram o resto do mundo, para a 1.ª Guerra Mundial, entre 1914-1918.

O velho continente saiu arrasado desta guerra; os EUA transformaram-se numa grande potência económica e tornaram-se "os credores da Europa e do Mundo".

Por outro lado, os tratados de paz trouxeram novos problemas e tensões. Com o fim da 1.ª Guerra Mundial, o Tratado de Versalhes (1919) criou um novo mapa político da Europa e institucionalizou um novo equilíbrio global.



- 1. Que factores explicam que a Europa dominasse o resto do mundo, nos finais do século XIX e princípios do século XX?**
- 2. Que motivos explicam a corrida às áreas de influência por parte das potências europeias, nos finais do século XIX?**
- 3. Que razões levaram os países europeus a entrarem em guerra em 1914?**
- 4. Que transformações políticas, económicas, sociais e culturais se verificaram no mundo, após a 1.ª Guerra Mundial?**



Conferência de Versalhes. Discussão do Armistício da 1.ª Guerra Mundial

1

O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E POLÍTICO DOS PRINCIPAIS PAÍSES CAPITALISTAS NOS FINAIS DO SÉCULO XIX, PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX

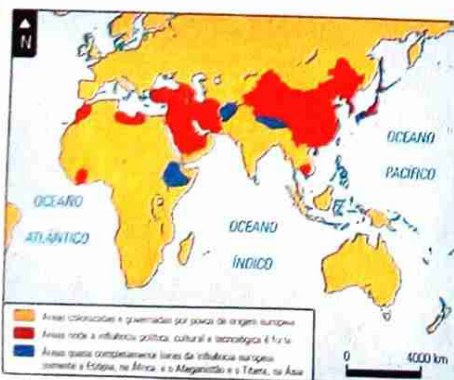
Contextualizando

Nos finais do século XIX, a concorrência comercial entre as potências europeias levou-as a procurar, nos seus impérios coloniais, matérias-primas mais baratas, novas áreas para investir e mercados para exportar os seus produtos. Vastas áreas do Globo eram governadas por países europeus, como a Inglaterra, a Alemanha, Portugal, França, Bélgica e Holanda. Estas potências europeias tinham colónias na América, em África e na Ásia e rivalizavam entre si pela posse de territórios. O continente mais disputado era África, território fértil em matérias-primas e onde muitos dos seus estados eram tecnicamente menos desenvolvidos.

As rivalidades estiveram por detrás da criação de algumas alianças, mas também de um clima de insegurança. Criou-se um ambiente de “paz armada” que veio dar origem, mais tarde, à 1.ª Guerra Mundial.

Por outro lado, as transformações políticas e económicas provocaram, ao longo do século XIX e nos princípios do século XX, modificações na estrutura social da época. A nobreza foi perdendo importância política e económica, particularmente a latifundiária, enquanto a burguesia se impunha como classe dominante.

Os sectores secundário e terciário, em expansão, absorviam grande número de trabalhadores, principalmente oriundos de meios rurais. A classe média foi crescendo em número e importância, o que deu origem a mudanças políticas e a transformações sociais e culturais no século XX.



1. A posição dominante da Europa em 1900. A Europa manteve a hegemonia em todo o mundo até ao início do século XX.

Nos finais do século XIX, a Europa continuava a exercer um forte domínio sobre as outras regiões do mundo, com base na sua supremacia económica. Esta hegemonia deveu-se também à disponibilidade de mão-de-obra, parte da qual era exportada para além-fronteiras, uma vez que, com a expansão demográfica verificada na época da Revolução Industrial, os países europeus não conseguiam empregar a totalidade da população.

Ademais, a Europa beneficiou também de um grande avanço tecnológico em relação aos outros continentes. Os meios técnicos de que dispunha contribuíram para gerar riqueza, dando origem a recursos financeiros consideráveis.

Por via disso, nos finais do século XIX e início do século XX, os países europeus dominavam os povos que consideravam menos civilizados. Porém, a disputa de territórios e as rivalidades entre europeus, causadas pelo alargamento dos mercados no continente africano, na

América Latina e na Ásia, cada vez se agravavam mais, e também porque havia um certo desnível de desenvolvimento socioeconómico entre os próprios países europeus. Como resultado de tudo isto, nos finais do século XIX, grande parte do território não europeu encontrava-se sob o controlo político das potências europeias.

Quase todo o continente africano era constituído por colónias francesas, inglesas, alemãs, belgas, portuguesas, espanholas e italianas.

A Ásia estava igualmente, na sua maior parte, sob dominação europeia: os ingleses eram os senhores da Índia, a Rússia tinha-se apoderado da Sibéria e do Turquistão e o Sudeste Asiático era partilhado por ingleses, franceses e holandeses. Apenas o Japão e a China eram independentes.

A Oceânia estava também inteiramente controlada por diversas potências coloniais.

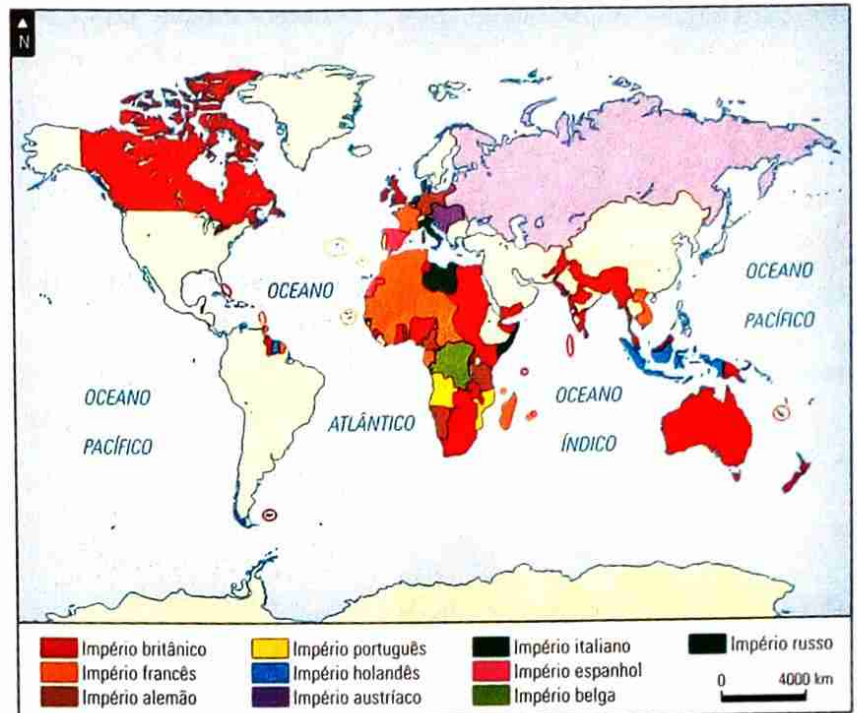
Na América, os Estados Unidos compraram, em 1867, o Alasca à Rússia e apoderaram-se, em 1898, das ilhas de Cuba, Porto Rico e Filipinas, que pertenciam à Espanha, tornando-se, deste modo, uma nova potência imperialista.

Na América Latina, a maior parte das colónias, apesar de serem independentes, continuavam sob influência (económica, financeira e cultural) da Europa e dos EUA.

O apogeu do colonialismo europeu e norte-americano no mundo deu, assim, origem a uma nova forma de domínio, denominada imperialismo, a qual se caracterizava pelo domínio político e/ou económico dos países mais industrializados sobre as regiões menos desenvolvidas.

Na origem do imperialismo, encontramos motivações de natureza económica. Quando os mercados europeus se fecharam, na sequência do proteccionismo de finais do século XIX, só os novos territórios puderam fornecer as matérias-primas indispensáveis, garantindo, além disso, o escoamento da produção industrial e, também, o alívio da pressão demográfica que asfixiava o continente europeu.

Além disso, desenvolvia-se, em vários países europeus, um nacionalismo exaltado, e era proclamada, com orgulho, a superioridade das potências imperialistas e colonizadoras. Deste modo, surgiram rivalidades e conflitos intercontinentais, entre as potências imperialistas, nos finais do século XIX e inícios do século XX. A Guerra Hispano-Americana (1898), a Guerra dos Bôeres (1899-1902), a



2. Impérios coloniais nos fins do século XIX, inícios do século XX

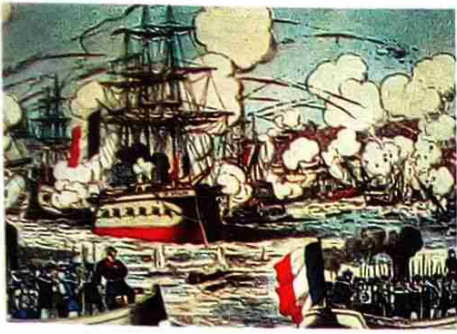


CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Colonialismo: forma de ocupação de um território, dominado do ponto de vista político, económico, militar e cultural, exercida por um estado (metrópole) dominador.

Imperialismo: política de expansão de um Estado, para dominar política e economicamente nações subdesenvolvidas e mais fracas. Durante o século XIX, o continente africano tornou-se o principal território de conquista dos impérios europeus, devido às suas riquezas naturais.

Proteccionismo: doutrina económica que defende a intervenção do Estado na economia, através de um conjunto de medidas que procuram proteger a produção e o comércio nacionais, face à concorrência da produção estrangeira. Essas medidas podem ser a proibição ou negação de determinadas importações, a concessão de privilégios às empresas industriais e comerciais internas, assim como uma forte política aduaneira que favorece as exportações e restringe as importações.



3. O colonialismo francês. Ataque da esquadra francesa a um porto da Indochina.



4. Carga da cavalaria americana na Batalha das Colinas de San Juan.

Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) e a Guerra dos Boxers (1900) foram os conflitos mais graves que marcaram essa época e, em conjunto com as rivalidades e as tensões existentes entre as principais potências europeias, a Inglaterra e a Alemanha, criaram um clima de conflito que veio dar origem, alguns anos mais tarde, à 1.ª Guerra Mundial.

Neste período, o domínio da Europa deveu-se a vários factores, entre os quais:

- O crescente desenvolvimento económico apoiado nos progressos técnicos e na expansão do capitalismo industrial e financeiro;
- O domínio político sobre uma grande parte dos outros continentes: a Inglaterra, a Alemanha, Portugal, França e outras potências europeias possuíam colónias em África, na Ásia e na América;
- O domínio económico do mundo, pois assegurava metade da produção industrial mundial e exportava os seus produtos manufacturados para toda a parte; na Inglaterra, na França e na Alemanha situavam-se as sedes dos grandes bancos e das maiores empresas da indústria e do comércio.

Contudo, o desenvolvimento europeu não foi igual para todos os países, pois existiam assimetrias entre os países da Europa Ocidental e da Europa do Norte, altamente industrializados, e os países da Europa do Leste e Meridional, economicamente pobres, ainda apegados a técnicas agrárias rudimentares.

No grupo dos países desenvolvidos, destacam-se a Inglaterra, a França, a Bélgica, o Reino dos Países Baixos, a Alemanha, e do grupo

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Capitalismo industrial: é a segunda fase do sistema económico capitalista (a primeira foi o capitalismo comercial, nos séculos XVI-XVIII). Surgiu na Inglaterra, século XVIII, e foi instalado, de forma hegemónica, no século XIX, modificando o sistema de trabalho e de produção: da manufatura passou-se à maquinofactura, que, através do recurso às máquinas a vapor, possibilitava maior rapidez e um aumento na produção. Foi marcado por transformações económicas, políticas, sociais e culturais.

Capitalismo financeiro: é a terceira fase do sistema económico, que começou a emergir a partir do terceiro quartel do século XIX, isto é, no período de expansão imperialista (1875-1914) e que viria a consolidar-se após a 1.ª Guerra Mundial. Caracterizou-se pelo desenvolvimento da banca e de grandes grupos empresariais.



5. Instalações siderometálicas e mineiras de Creusot, França (finais do século XIX).

dos países economicamente atrasados faziam parte os grandes impérios centrais como o Austro-Húngaro e o Otomano, a Itália e a Rússia. Esse desnível de desenvolvimento, que existia entre esses países, nos finais do século XIX e princípios do século XX, criou ódio entre eles, dando origem às várias contradições e conflitos imperialistas. Estava-se no apogeu do colonialismo europeu.

Inglaterra

Berço da Revolução Industrial, a Inglaterra detinha, em meados do século XIX, um claro avanço sobre os restantes países. A sua indústria, fortemente mecanizada, permitia-lhe abastecer o mundo de têxteis e de todo o tipo de artefactos de produção industrial a preços sem concorrência.

6. A supremacia inglesa.

Londres, na segunda metade do século XIX

Três milhões e cinquenta mil habitantes: isto corresponde a doze cidades como Marselha, a dez cidades como Lião, a duas cidades como Paris; mas tudo o que se possa escrever não substitui a sensação do que se vê.

Em vinte locais desloca-se uma multidão, um barulho, uma confusão que jamais se encontrara na nossa avenida mais movimentada. Tudo aqui existe numa escala superior: os clubes funcionam em palácios; os hotéis são monumentos; o rio é um braço do mar; os barqueiros e os condutores dizem uma frase com uma só palavra.

Economizam-se palavras e gestos, tira-se todo o partido possível da acção e do tempo; o homem produz e poupa duas vezes mais do que nós.

Taine (historiador francês, 1828-1893), *Notes sur l'Angleterre*, 1862

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Selecciona do texto o parágrafo que, na tua opinião, melhor exprime a supremacia económica inglesa.

Todo este poderio económico gerava uma constante acumulação de capitais, que os empresários ingleses aplicavam quer nos extensos espaços coloniais quer nos países da América Latina e da Ásia, onde o investimento estrangeiro era bem acolhido e gerava sempre bons lucros.

Portanto, mercê do desenvolvimento económico vivido desde os finais do século XVIII, a Inglaterra esteve, no século XIX, em posição de vantagem económica sobre os restantes países. Até meados do século XIX, continuou a liderar o processo de industrialização, sendo o país que mais produzia e exportava. Produzia têxteis, máquinas, locomotivas, carris e muitos outros bens e equipamentos. Os lucros eram reinvestidos em novos negócios na Inglaterra ou no estrangeiro.

EXERCÍCIOS

1. Nos finais do século XIX, princípios do século XX, que continente exercia forte influência sobre o resto do Mundo?
2. Em que aspectos se exercia essa influência?

7. O centro da indústria mundial.

Índices de crescimento em meados do século XIX.

	Reino Unido	França	Alemanha
Potências das máquinas a vapor fixas (em milhares de cv)	500	67	40
Rede ferroviária (em km)	10 500	3000	6000
Consumo de algodão por habitante, 1840 (em kg)	7,3	1,5	0,9
Produção de ferro fundido por habitante, 1840 (em kg)	54	12	5

Com base em J.-P. Rioux, ob. cit.

EXPLORO O DOCUMENTO

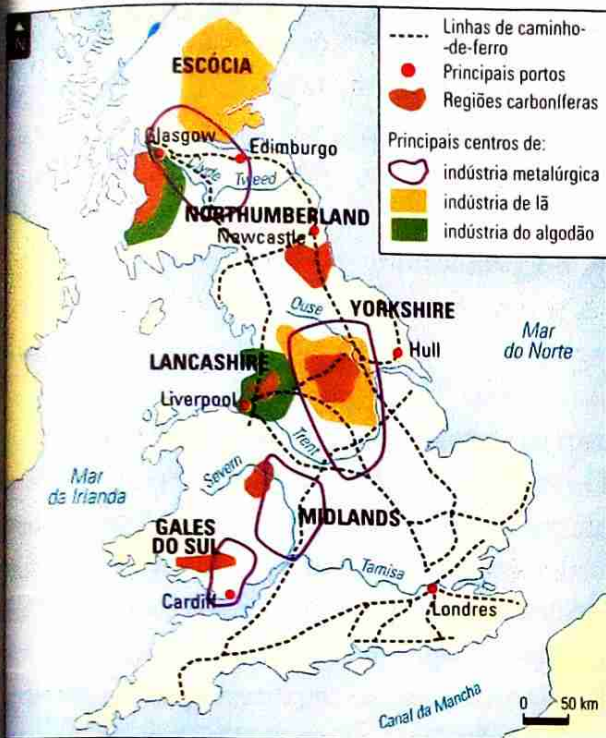
1. A partir da análise do quadro, qual é a tua apreciação sobre o desenvolvimento da Inglaterra em relação aos outros países?

Por volta de 1850, com uma população que não excedia os 2% da população mundial, a Grã-Bretanha conseguia assegurar sozinha metade da produção do Globo; era o maior investidor de capitais a nível mundial (39%) e detinha a maior parte do tráfego do comércio internacional (36% em 1800; 27% em 1840; 23% em 1873).

Esta hegemonia económica resultou de factores vários:

- Ter sido pioneira, já no século XVIII, na promulgação de uma legislação liberal, que favoreceu a instalação de estruturas político-económicas modernas e avançadas;
- O pioneirismo do seu desenvolvimento científico-técnico e da inovação tecnológica, que lhe possibilitou tomar a dianteira no uso do vapor e na mecanização das suas empresas fabris;
- O mais alto índice de mecanização das indústrias inglesas, mais avançadas tecnologicamente, isto até 1900;
- Ter iniciado, em primeiro lugar, a modernização dos transportes – ferroviários e marítimos – e a revolução agrícola;
- O conseqüente fortalecimento do sistema bancário inglês e da sua moeda, a libra esterlina, sendo, no século XIX, a moeda de referência para as cotações financeiras internacionais;
- O tamanho da sua economia, visto que a Inglaterra tinha o maior produto interno bruto (PIB) da Europa e do Mundo;
- Domínio de um vasto império mundial que proporcionava grandes negócios aos agentes económicos britânicos;
- Preferência, por parte dos agentes económicos de todo o mundo, dos principais bancos da praça de Londres;
- Racionalização e organização dos impostos sobre o trabalho industrial, o que lhe proporcionava altos níveis de produtividade.

8. Panorama da economia britânica nos fins do século XIX.



9. Índice de mecanização britânica, comparado com a dos restantes países europeus (=potência total alcançada pelas máquinas a vapor usadas em cada país, medida em "cavalos-vapor").

Países	1840	1850	1860	1870	1880	1890
Reino Unido	350	500	700	900	2000	2200
França	34	67	178	336	544	796
Alemanha	20	40	200	900	1680	2000
Rússia	10	35	60	149	237	300
Áustria	2	9	36	112	251	400
Europa (total)	450	720	1350	2760	5270	6350

J.-P. Rioux, *A Revolução Industrial*, Dom Quixote, 1996

Países	Grã-Bretanha	França	Alemanha	Resto da Europa	EUA
1820	24	20	15	37	4
1840	21	1	17	38	5
1860	21	16	15	34	14

Em W.W. Rostow, citado por Michel Beaud, *História do Capitalismo*, Teorema, 1992

EXPLORO OS DOCUMENTOS

1. A partir da análise das fontes, enuncia os factores que possibilitaram a hegemonia económica da Inglaterra no século XIX.
2. Quais foram as principais indústrias desenvolvidas pela Inglaterra?

Por tudo isto, a supremacia económica da Inglaterra só começou a ser posta em causa no terceiro quartel do século XIX (crise de 1873-1896), situação que veio a agravar-se devido à perda da sua hegemonia em relação à concorrência dos outros países, sobretudo com a Alemanha.

10. A concorrência estrangeira ameaça a hegemonia britânica.

Nós fornecíamos outrora as nossas armas ao mundo inteiro (...). Hoje, a maior parte dos governos meteu-se a fabricá-las, e a América popularizou as suas armas de Springfield e Winchester. (...) tínhamos o monopólio dos parafusos e pregos. Ao abrigo das tarifas aduaneiras, a Alemanha e a América desenvolveram as suas fábricas (...).

Os botões, que vendíamos a toda Europa, chegam-nos hoje da Alemanha. O fio de ferro alemão vende-se hoje nas nossas lojas de Birmingham (...). A Alemanha tomou o caminho dos nossos mercados, o endereço dos nossos clientes, e, vendo os nossos lucros, falsificou as nossas marcas.

“Queixas de membros das câmaras de comércio de Birmingham e Sheffield na Inglaterra (século XIX)”, em Gustavo Freitas, *900 Textos e Documentos de História*.

Vol. III, Platão, 1976

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Explica por que razão a Inglaterra se queixa da concorrência estrangeira, sobretudo, da Alemanha.
2. Na tua opinião qual foi a consequência da concorrência estrangeira à hegemonia britânica?

11. Complexo siderúrgico em Essen, região de Ruhr, no Noroeste da Alemanha.



As ricas jazidas carboníferas da bacia do Ruhr (afluente do Reno) incentivaram a instalação na região, a partir de 1850, de minas de carvão e de ferro e, após 1870, de complexos siderúrgicos e metalúrgicos, como vemos na figura, pertencentes à empresa Krupp. A proximidade das vias fluviais do Ruhr e do Reno e a existência de estaleiros navais na região favoreceram o mais rápido escoamento da produção e fizeram desta zona uma das maiores áreas de concentração industrial da Europa do século XIX.

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Que factores contribuíram para que a região do Ruhr fosse uma das zonas mais industrializadas da Europa?

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Zollverein: acordo de unificação aduaneira que uniu os estados da confederação alemã desde 1834, até à proclamação do 1.º Reich, em 1871 (Chanceler Bismark).

12. Repartição da população activa francesa (da França) (em percentagens).

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	RES-TANTE
1840-45	51,9	26,0	22,2
1866	49,8	27,9	22,3
1896	44,8	28,6	26,3
1906	42,7	28,2	28,1

J. Marzewski, citado por F. Caron, em Pierre Léon

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Que razões contribuíram para a industrialização ser mais tardia na França do que na Inglaterra?
2. Explica como era a situação da indústria francesa na segunda metade do século XIX.

A Alemanha

Devido às vicissitudes políticas do processo de unificação dos estados alemães, o arranque da Alemanha para a industrialização só se verificou por volta de 1840, intensificando-se, depois, a partir de 1871, com a estabilização interna e a vitória sobre a França na Guerra Franco-Prussiana.

Apesar disso, o seu desenvolvimento foi rápido, sustentado no crescimento demográfico, no proteccionismo aduaneiro assente no tratado Zollverein, no fortalecimento do sistema financeiro, na aliança da indústria à ciência e à técnica e no alargamento dos mercados externos pela expansão comercial e colonial.

Os empresários e industriais alemães promoveram uma industrialização moderna, investindo em força nas indústrias pesadas do ferro e do aço (siderúrgica e metalúrgica), extracção da hulha e da lenhite e na produção do carvão. Paralelamente, desenvolveram a construção naval e promoveram a expansão do caminho-de-ferro, criando empresas especializadas que operavam no exterior.

No final do século XIX desenvolveram-se, igualmente, na Alemanha as indústrias químicas e de electricidade. A partir de 1870, a Alemanha começou a exportar para o resto do mundo os seus produtos manufacturados, atacando desta forma mercados monopolizados pelos britânicos.

Em todos países do mundo, só se via “made in Germany” (talheres, louças, etc.), e os britânicos reagiram, aplicando políticas alfandegárias fortes, fazendo subir os preços de todos os produtos que quisessem entrar na Inglaterra, como forma de desencorajá-los. Estas circunstâncias criaram rivalidades económicas entre essas duas potências tidas como a causa económica que veio dar origem à 1.ª Guerra Mundial, que veremos seguidamente.

A França

Tal como a maior parte dos países europeus continentais, a França possuía, no início do século XIX, condições estruturais menos propícias ao arranque industrial do que as de Inglaterra do século XVIII.

O sector agrário era largamente dominante mas preso a estruturas tradicionais, demonstrando uma capacidade de evolução muito lenta. havia abundância de fontes de energia e de combustíveis tradicionais (água e madeira) mas a produção de carvão era insuficiente; o consumo era fraco (entre o povo predominavam os hábitos de auto-suficiência através da economia doméstica) e o mercado interno não se havia formado; o forte crescimento demográfico provocou a abundância de mão-de-obra barata, retirando o estímulo à inovação técnica e à maquinaria das indústrias; o comércio externo francês era muito mais modesto do que o inglês e a intromissão estatal era frequente, reduzindo a capacidade da iniciativa da burguesia francesa, já por si mais tradicionalista do que a inglesa.

Por isso, a industrialização francesa foi tardia e lenta, embora constante (numa taxa de crescimento de 25% por ano). Só no início da década de 20, do século XIX, se notam os primeiros sinais de desenvolvimento industrial em torno das indústrias têxteis e da exploração do carvão. Na década de 1840 arrancam as siderurgias e a metalurgia, muitas delas impulsionadas por capitais estrangeiros; por volta de 1860, expandem-se as linhas férreas, proporcionando a criação do mercado interno; no final do século, desenvolveram-se as instituições financeiras e, no princípio do século XX, surgem novas empresas industriais ligadas ao ramo de automóvel, como a Peugeot e a Renault.

O Império Austro-Húngaro

Mosaico de povos e de nações, o Império Austro-Húngaro registou, a partir de 1867, uma relativa estabilidade, permitindo o lento, mas progressivo, desenvolvimento económico. A partir daí, apoiado por capitais franceses e alemães, o Império iniciou a sua industrialização, aumentou o equipamento fabril, desenvolveu os sectores da metalurgia e das indústrias mecânicas, alargou a sua rede bancária, com a fundação de inúmeros novos bancos e sociedades por acções.

Fruto do desenvolvimento económico, acentuou-se o crescimento da burguesia urbana e surgiu uma certa abertura intelectual.

O descontentamento das classes urbanas, engrossado pela agitação de minorias, impôs a necessidade de reformas políticas.

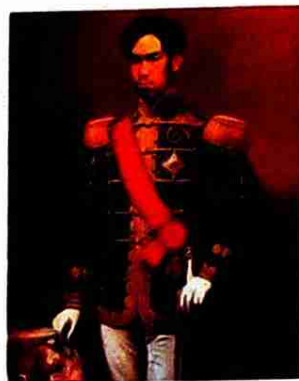
O Japão

O Japão foi o primeiro país asiático a modernizar a economia.

Com estruturas arcaicas de tipo quase feudal, até meados do século XIX, o país conseguiu ultrapassar essas limitações sob a acção do imperador Mutsu-Hito (1852-1912), da dinastia Meiji (Dinastia da Luz), que em 1868 subordinou a aristocracia terratenente e unificou o país, exaltando o orgulho nacional e iniciando uma época de libertação, com influências ocidentais, marcada pelo crescimento demográfico e por uma industrialização rápida e eficiente.

Este progresso resultou fundamentalmente da política cultural e económica posta em prática pelo imperador, que incentivou os contactos com o Ocidente, cativando os investimentos estrangeiros e atraindo técnicos ocidentais para formar os empresários japoneses, ao mesmo tempo que enviava bolseiros japoneses para se formarem nas universidades francesas e inglesas, aprendendo as ciências e as técnicas de que os europeus eram detentores. Também interveio, directamente, na economia, tomando a iniciativa na criação de empresas, na concessão de subsídios e de contratos de exclusividade.

O forte crescimento demográfico que entretanto o país sofrera e o imperialismo militarista que começara a exercer no Pacífico (sobre a



13. Imperador Mutsu-Hito (1852-1912).

Coroado em 1868, com apenas 16 anos, o imperador Meiji, como foi apelidado, desempenhou um papel de destaque na História do seu país.

A 6 de Abril de 1868, proclamou o juramento dos Cinco Artigos, verdadeira carta de modernização japonesa; em 1871, tornou a instrução obrigatória e fundou universidades imperiais para criar uma elite de competência; em 1877, esmagou a revolta feudal do clã Satsuma; em 1889, outorgou uma constituição que fez do Japão um Estado de Direito.

Foi também com Mutsu-Hito que se iniciou o imperialismo japonês no Pacífico: primeiro, desencadeando e ganhando guerras contra a China (1895) e a Rússia (1905), e depois com a anexação da Coreia (1910).



14. Fábrica de fiação de seda, em Tomioka, Japão (finais do século XX).

A seda, abundante no arquipélago, constituiu o sector têxtil mais próspero, no Japão, representando uma percentagem elevada das exportações. A fábrica que vemos na gravura foi criada sob consultadoria técnica do engenheiro francês Paul Brunat, de Lião, que fez o convite ao próprio imperador Meiji.

China e a Coreia, por exemplo) proporcionaram o alargamento dos mercados e os estímulos necessários à grande produção.

A industrialização do Japão iniciou-se pelo sector têxtil (seda e algodão), cujas empresas rapidamente se organizaram em moldes avançados, quer ao nível da mecanização, quer da racionalização do trabalho.

Na última década do século XIX, surgiram novos sectores de ponta como a construção naval, a siderurgia, a indústria de armamento e as indústrias químicas. Foi nesta época, também, que se criaram as primeiras fortunas privadas derivadas inteiramente da industrialização.

Os Estados Unidos da América

A fase de arranque da economia industrial norte-americana situa-se, em meados do século XIX e apresenta, até final do século, uma taxa de crescimento recorde de cerca de 4% por ano.

De potência secundária em 1840, os EUA saltaram para o primeiro lugar da produção industrial mundial em 1900.

Este crescimento acelerado resultou dos seguintes factores:

- Da existência de um território quase virgem, com abundância de recursos naturais (terras férteis, extensas florestas, rios, petróleo, minas de metais preciosos, etc.);
- De um acelerado crescimento demográfico, resultante, sobretudo, de uma crescente imigração europeia, de gente preparada, portadora dos saberes adquiridos na Europa;
- De uma agricultura moderna e mecanizada virada para a produção em massa e para a exportação, desenvolvendo o capitalismo rural;
- De um mercado interno em constante expansão e capaz de lhes dar continuidade e desenvolvimento, fomentando a invenção e a modernização tecnológica.

Os primeiros sectores industriais a ganharem relevo foram os têxteis, nomeadamente o algodão, cuja matéria-prima era fornecida pelas grandes plantações algodoeiras do Sul do país.

Cerca de 1860-70, expandiram-se as indústrias siderúrgicas e metalúrgicas, acompanhando a expansão do caminho-de-ferro para Oeste; cresceu, também, a exploração mineira.

Na década seguinte, desenvolveram-se as indústrias química e eléctrica.

O crescimento da produção industrial favoreceu a abundância de capitais, incrementando as actividades financeiras e desenvolvendo o sistema bancário.

Assim, de país financiado (durante a maior parte do século XIX, sendo dependente de financiamentos ingleses para o seu desenvolvimento), os Estados Unidos passaram a financiadores, possuindo, em 1914, cerca de 3,6 milhões de dólares em investimentos no exterior e concedendo financiamentos à Europa durante a 1.ª Guerra Mundial.

15. Evolução económica nos EUA, ao longo do século XIX.

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA
1839	78	22
1859	61	39
1879	53	47
1899	41	59
1909	26	74

Proporção da agricultura e da indústria no valor acrescentado do produto físico (percentagem) a preços constantes.

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Que conclusões tiras da análise do quadro acima?

EXERCÍCIOS

1. Em que período se verificou o desenvolvimento económico dos EUA?
2. Sintetiza as condições que possibilitaram o desenvolvimento dos EUA na segunda metade do século XIX.
3. Compara a evolução da industrialização nos EUA com a dos outros países.

1

1.1. A FORMAÇÃO DE ALIANÇAS E BLOCOS MILITARES E OS PRIMEIROS CONFLITOS

As permanentes rivalidades internacionais conduziram a uma corrida ao armamento por parte das grandes potências políticas europeias.

Grande parte dos orçamentos europeus destinava-se à aquisição de armas, o que transformou o Velho Continente num verdadeiro campo militar, tornando esse período conhecido como “paz armada”.

Neste ambiente, as relações entre as grandes potências tornavam-se cada vez mais difíceis. A situação de paz que vinha desde o fim da Guerra Franco-Prussiana (1870-71) era irreal e o equilíbrio podia perder-se em qualquer momento. As ameaças eram muitas, como por exemplo:

- Rivalidades políticas e internacionais desde a partilha da África (Conferência de Berlim, em 1884-85);
- Colonialismo imperialista motivado pelas necessidades de industrialização;
- Nacionalismo exacerbado de algumas potências, como na Alemanha (pangermanismo), nos Balcãs, na França (que pretendia recuperar a Alsácia e a Lorena, perdidas na Guerra Franco-Prussiana);
- Concorrência económica entre as grandes potências industrializadas, sobretudo entre a Inglaterra e a Alemanha, devido ao desenvolvimento do capitalismo e ao aumento das suas necessidades.

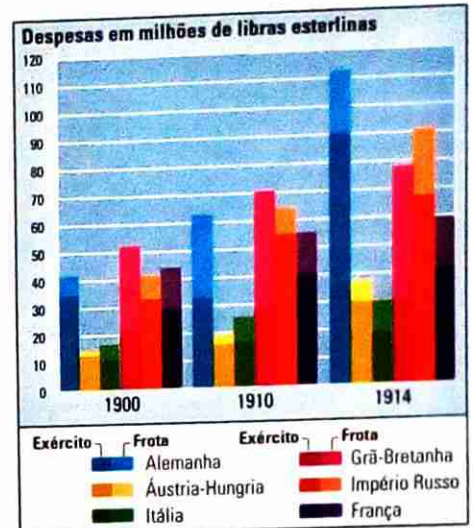
Perante esta situação, as disputas territoriais e o nacionalismo na Europa provocaram a “corrida ao armamento” e, para se fortalecerem, os países formaram alianças de acordo com os seus interesses (Tríplice Aliança e Tríplice *Entente*).

A partir dos finais do século XIX, até ao início da 1.ª Guerra Mundial, passaram a existir na Europa dois grandes blocos antagónicos: a Tríplice Aliança (formada pela Alemanha, Áustria-Hungria e a Itália) e a Tríplice *Entente* (composta pela França, Rússia e Inglaterra). A tensão entre estes dois blocos levou os países europeus a munirem-se de armamento.

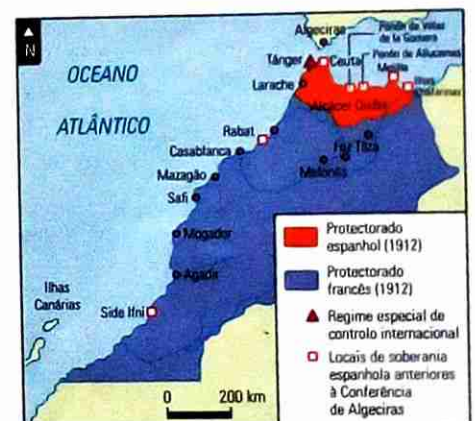
Esta situação internacional agravou-se a partir de 1904, devido à disputa de duas zonas de influência entre as potências, nomeadamente, em Marrocos e nos Balcãs.

A crise marroquina

A crise marroquina nasceu de um choque de interesses económicos entre franceses e alemães. No começo do século XX, Marrocos era um



16. A “Corrida ao armamento” 1900-1914.



17. Divisão de Marrocos.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

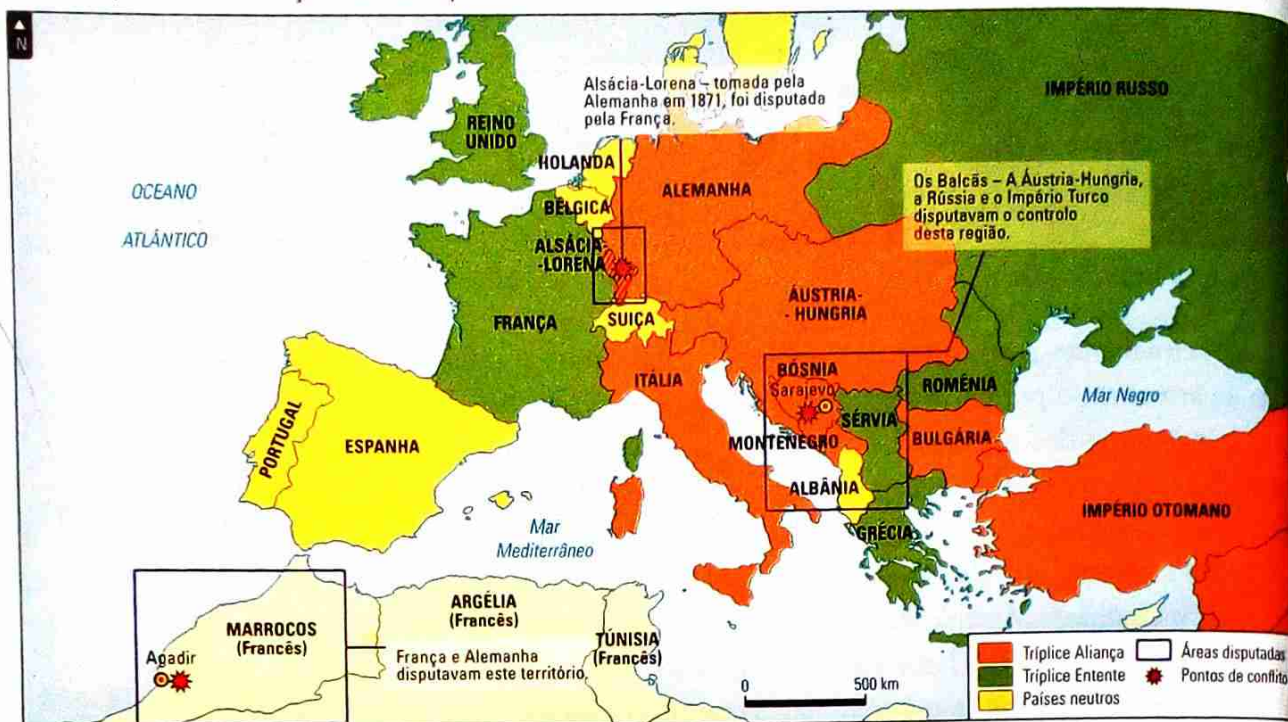
Alsácia e Lorena: eram províncias francesas ricas em ferro e carvão, ocupadas pela Alemanha depois da Guerra Franco-Prussiana (19 de Julho de 1870 – 10 de Maio de 1871).

Pangermanismo: ideologia que defendia o expansionismo do estado germânico para reagrupar todos os povos de origem germânica num único estado.



18. Conferência de Algeiras.

19. A Europa em 1914: alianças e áreas disputadas.



país independente, governado por um sultão. O seu território, porém, era relativamente rico em minerais e possuía jazidas de ferro e manganês e produtos agrícolas. Além disso, Marrocos era visto como uma reserva de tropas e como um baluarte na defesa da Argélia.

Assim, em 1904, a França entrou em acordo com a Inglaterra para estabelecer uma nova ordem no território do sultão. Os artigos do acordo que vieram a público enunciavam a resolução das potências signatárias de manter a independência de Marrocos. No entanto, os artigos secretos prescreviam justamente o contrário.

A crise dos Balcãs

A questão balcânica colocou em campos opostos os países da Tríplice Entente e os da Tríplice Aliança. A disputa pelos Balcãs – região entre os mares Negro e Adriático – iniciou-se no final do século XIX, com o desmembramento do Império Otomano, que se encontrava em rápida desagregação.

A intervenção imperialista internacional na região e as lutas nacionalistas dos diversos povos que faziam parte do império originaram conflitos locais e internacionais.

A primeira crise dos Balcãs foi a da Bósnia, em 1908, devido às resoluções do Congresso de Berlim. Em 1878, as duas províncias turcas da Bósnia e da Herzegovina tinham sido colocadas sob o controle administrativo da Áustria. No entanto, a Sérvia também cobrava esses territórios, pois duplicariam a extensão do seu reino e colocariam as fronteiras nas imediações do Adriático.

Os Balcãs em 1914.



Subitamente, em 5 de Outubro de 1908, a Áustria anexa as duas províncias, numa franca violação ao acordo do Congresso de Berlim. Os sérvios reagiram e apelaram à Rússia, dando lugar assim a um confronto entre a Rússia e a Áustria-Hungria.

Ademais, a Áustria-Hungria entrou em conflito com a Sérvia, pois pretendia anexar a área dos estreitos do mar Negro e ter acesso ao mar Egeu a partir do porto de Salamina. Este plano impedia a Sérvia de estender a sua jurisdição sobre todos os povos da mesma etnia e cultura, os quais habitavam na Bósnia e na Herzegovina, de modo a garantir uma certa unidade nacional.

Enquanto isso, a Áustria-Hungria também entrava em conflito com a Rússia, pois esta pretendia apoderar-se de Constantinopla, assim como dos estreitos do Bósforo e de Dardanelos, a fim de garantir uma saída para o mar Egeu.

Da "paz armada" até ao atentado de Sarajevo

Como resultado de todos estes conflitos, a Europa viveu então um período de grande tensão, denominado "paz armada". Qualquer incidente poderia levar a um confronto entre nações e activar o sistema de alianças. Foi o que aconteceu em Sarajevo (na Bósnia), a 28 de Junho de 1914, quando o arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, e a sua esposa Sofia foram assassinados por um estudante sérvio.

A Áustria-Hungria declarou guerra à Sérvia, e a Rússia, aliada apoiou a Sérvia. Desta feita, foi activado o sistema de alianças, levando a sucessivas declarações de guerra entre os países da Tríplice Aliança e da Tríplice Entente. Era o início da 1.ª Guerra Mundial.



1

1.2. O ESTABELECIMENTO DO SISTEMA COLONIAL EM ÁFRICA (DE 1885 ATÉ AO INÍCIO DA 1.ª GUERRA MUNDIAL)

Após a Conferência de Berlim, em 1884-85, implantou-se em África o sistema colonial, o qual se estendeu por quase todo o continente africano, que assim ficou dividido em várias colónias europeias: francesas, inglesas, alemãs, belgas, portuguesas, espanholas e italianas.

Entretanto, os africanos opuseram resistência à vinda dos colonos europeus, não só pelo facto de a colonização implicar a perda da soberania e do domínio de seus territórios e riquezas, como também devido à exploração e aos maus-tratos.

Portanto, este processo não foi pacífico; a resistência ao estabelecimento do sistema colonial em África foi um fenómeno generalizado em todo o continente, tendo sido, para o efeito, usados todos os meios desde os pacíficos até às guerras militares.

21. Resistência em África.

“Na realidade, sempre houve uma resistência em toda a África Negra. E mesmo quando a ordem parecia reinar oficialmente, a resistência prosseguia sob outras formas.”

in Kizerbo, História da África Negra, vol. II, p. 98

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Contra quem resistiam os africanos?

1.2.1. Instalação do sistema de dominação colonial e a resistência africana

Até 1935, o colonialismo estava implantado em quase toda a África. Ingleses, franceses, espanhóis, belgas, alemães e portugueses, entre 1885 e 1935, conseguiram dominar territórios já anteriormente adquiridos e conquistar outros novos, recorrendo tanto à diplomacia como à acção militar e a processos económicos.

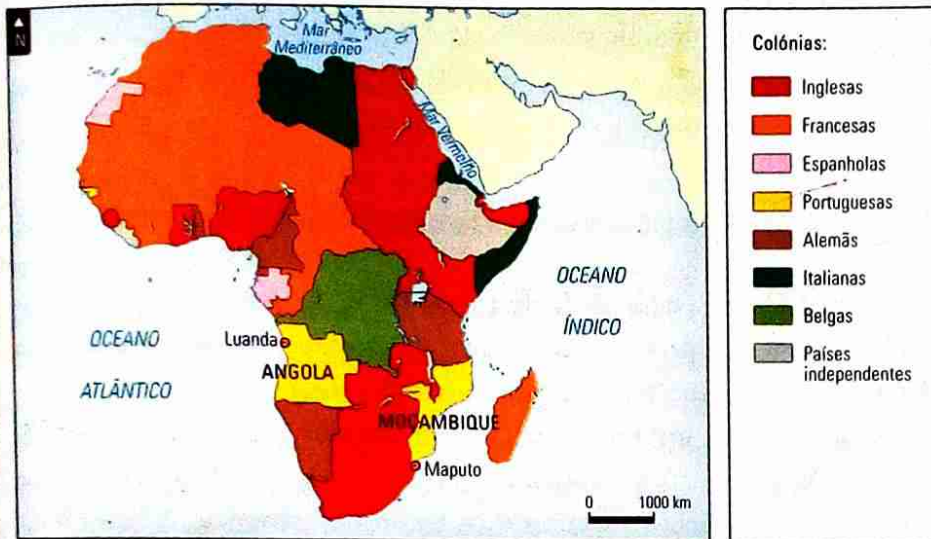
Desde então, cada potência colonial instalou um sistema de administração próprio, à medida das suas capacidades financeiras e conforme os recursos humanos e militares de que dispunha.

O colonialismo em África prolongou-se até à altura das independências da Eritreia (24 de Maio de 1993) e da Namíbia (21 de Março de 1990). Embora estes dois territórios tivessem uma situação especial, ambos colonizados por outros países africanos, esta situação não evitou incluí-los no conjunto dos países que sofreram o processo de ocupação e colonização.

Assim, o tempo real de permanência do colonialismo em África pode-se resumir a cerca de um século, desde 1885 a 1990, período que alterou significativamente a vida nesse continente.

A dominação colonial europeia provocou a fuga dos povos africanos, que nos começos do século XIX iniciaram acasas lutas de resistência em quase todo o continente. Na África Austral, por exemplo

para além das revoltas no Sudoeste Africano (Namíbia), eclodiu também a mais prolongada revolta de Moçambique, a de Bárue, de 1917. Existiam também outras resistências como as dos povos Xhosa, Zulu, Pedi, Venda e dos estados islamizados da Costa. Depressa surgiram outras resistências, como as do Nandi, no Quênia, dos Bungandas, no Uganda, e do reino Daomé.



22. Partilha do continente africano pelas potências europeias.

As revoltas no Sudoeste Africano (1904-1907)

O Sudoeste Africano (Namíbia) estava sob ocupação colonial alemã desde 1880. Alguns grupos étnicos resistiram ao domínio colonial: os Koisam, os Nama, os San, os Hereros e os Ovãmbos. Os Hereros e os Namas, chefiados, respectivamente, por Samuel Maherero e Hendrik Witbooi, impuseram forte resistência aos colonos e tropas alemãs que ocupavam a Namíbia. Samuel Maherero procurou garantir os direitos dos Herero e limitar a intrusão colonial estabelecendo “tratados de protecção” com os colonos britânicos do Cabo e com a própria Alemanha.

Um dos resultados desses tratados surgiu em 1883, quando um comerciante alemão, Franz Luderitz, recebeu do seu governo a permissão para fazer acordos com os chefes africanos da área e comprar os seus territórios. Foi o que aconteceu, por exemplo, em Angra Pequena (baía Luderitz).

No entanto, as epidemias que assolaram esta zona de África contribuíram para enfraquecer as populações, que, deste modo, pouco resistiram à sucessiva ocupação de terras por parte de colonos europeus.

Em 1904, liderados por Samuel Maherero, os Hereros, sofrendo os efeitos negativos da dominação colonial, aproveitaram a retirada das tropas alemãs, que haviam partido em Janeiro daquele ano para combater os Bondlswarts, e fizeram um levantamento contra a ocupação estrangeira, tendo matado mais de 100 alemães, recuperado as suas terras e recapturado o seu gado.

EXERCÍCIOS

1. Com base no mapa e no texto de autor, apresenta os principais países colonizadores do continente africano.
2. Identifica os locais onde surgiram os primeiros movimentos de resistência.



23. Tropas bóeres em Mafeking, 1900.

A resposta alemã não se fez esperar. As tropas coloniais, valendo-se do avanço tecnológico do seu armamento, conseguiram subjugar os Hereros ao fim de algum tempo.

O povo herero, privado dos seus meios de sobrevivência, viu-se coagido a trabalhar para os colonizadores, acabando muitos deles por se converterem ao cristianismo.

De qualquer modo, os Hereros deixaram um legado de luta contra a dominação colonial, de consciência cultural, histórica, racial e nacionalista, cuja tradição seria transmitida às futuras gerações de combatentes pela liberdade de toda a África Meridional.

1.2.2. As formas de administração colonial em África

Após a Conferência de Berlim (1884-85), as potências imperialistas iniciaram um processo de ocupação efectiva dos seus territórios, determinando os métodos de administração colonial.

O processo de instalação das administrações coloniais, em África, em muitos casos, só foi concluída por volta de 1914 ou 1920, por causa das resistências ou porque os territórios envolvidos eram vastos. Para o estabelecimento desta ocupação efectiva, foram usadas pelas potências imperialistas, duas formas de administração: administração directa e administração indirecta.

Administração directa

A administração directa foi uma forma de governo em que os colonizadores estabeleciam uma máquina administrativa completamente trazida da metrópole, sem dar espaço à continuidade da estrutura tradicional preexistente, relegada a um plano secundário. Este tipo de colonialização foi característico no nosso país, onde Portugal instituiu administradores coloniais europeus, desde o provincial até aos postos mais recônditos do país.

Consideram-se igualmente colónias de governo directo os territórios que foram conquistados, e onde toda a terra e o poder político foram tomados pela força.

A França foi, também, uma das potências que seguiu este tipo de administração nas suas colónias, tal como aconteceu na África Ocidental Francesa, composta por sete (7) países, designadamente: Senegal, Alto Volta (Burkina-Faso), Mauritânia, Costa do Marfim, Níger, Guiné (Conacry) e Daomé.

Na África Equatorial Francesa, que compreendia quatro países - Congo, Gabão, Ubangui-Chari e Chade.

Foi, também, apenas aplicada a pequenos territórios costeiros pelos franceses, nas "quatro comunas do Senegal" - Dakar, Saint-

- Luís, Rufisque, Gorée (Goreia).

Administração indirecta

Este tipo de administração aconteceu nos territórios onde as potências europeias conseguiram ter o poder através de tratados com estados africanos.

Era caracterizada pela manutenção no poder das estruturas tradicionais e pela continuidade e respeito pelas normas da sociedade. A administração conjunta ou indirecta dava possibilidade de as autoridades africanas participarem na administração em posição subordinada. Porém, a antiga estrutura tradicional deixou de ser autónoma e passou a depender da potência colonizadora. Esta administração foi praticada pela Inglaterra.

Ao nível de cada colónia, havia um governo responsável perante o secretário das colónias e que dirigia o país por intermédio de chefes tradicionais.

A intervenção inglesa nos assuntos da administração local limitava-se aos sectores da saúde, agricultura, transportes e defesa.

As colónias inglesas em África que tiveram o mesmo tipo de administração foram: África Ocidental (Serra Leoa, Gâmbia, Costa do Ouro e Nigéria); África do Norte (Egipto e Sudão); África subsariana (África do Sul, Zimbábue, Zâmbia, Malawi, Botsuana); África Oriental britânica (Uganda).

Frédéric Lugard foi responsável pela introdução da administração indirecta com o objectivo de reduzir os custos administrativos e preencher a lacuna de falta de quadros.

O sistema de administração indirecta beneficiou a aristocracia africana e não as comunidades.

A Inglaterra criou nas suas colónias os Conselhos Executivos e Legislativos. Os Conselhos Executivos eram órgãos constituídos por altos funcionários designados, que coadjuvavam o Governador nas suas funções.

Estes órgãos passaram a integrar africanos e, a partir de 1940, altura em que eles passaram a integrar os governos locais, começou o "self-government".

Com o fim do sistema colonial, esta forma foi aperfeiçoada, passando as potências a controlar a vida dos países através da manutenção de governos neocoloniais, existindo uma forte dependência económica. Este tipo de administração indirecta, ou conjunta, possibilitava às autoridades africanas participarem na administração, embora em posição subordinada. Em função da administração, distingue-se três tipos de colónias: de povoamento ou de enraizamento; de exploração ou de rendimento; protectorado.

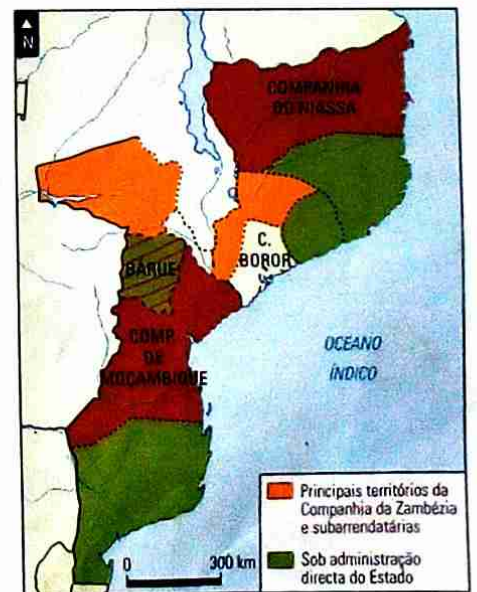
Colónias de povoamento ou de enraizamento

Neste tipo de colónias, o objectivo central era utilizar os espaços para alojar a população europeia excedente na metrópole que, em muitos casos, incluía gente desprovida de terra ou de recursos financeiros.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Colónia: território situado fora das fronteiras geográficas de um país e que fica subordinado ao seu domínio político e económico.

Metrópole: nação, relativamente às suas colónias ou províncias ultramarinas.



24. Os territórios das companhias monopolistas e do Estado colonial português.

EXERCÍCIOS

1. Menciona os dois (2) tipos de colónias estabelecidas em África.
2. Menciona o tipo de administração implantado em cada tipo de colónia.

A esta população, uma vez fixada na colónia, eram criadas pela metrópole condições para colocá-la numa situação vantajosa em relação à população autóctone africana. Isto implicava a aprovação de uma legislação discriminatória e o uso da força para coagir os africanos a obedecerem às autoridades coloniais, a quem se ensinava a "respeitar" os colonos, mesmo sacrificando os seus direitos fundamentais, como é o caso da posse da terra. Com efeito, não raras vezes, a fixação dos colonos implicou a expropriação das terras aos camponeses, terra que depois era entregue aos colonos juntamente com o equipamento necessário para uma produção rentável.

Uma das vias utilizadas para o integração da população europeia era a construção dos colonatos.

Os colonatos concentravam os colonos em zonas potencialmente ricas. Instalados nos meios rurais, os colonos europeus produziam para abastecer as cidades e para o seu próprio sustento.

Em 1950 foram criados os colonatos de Inhambane, no Limpopo e outros nos rios Revué e Maputo, em Angonia e na Nova Madeira, entre outros. Nestes, foram incluídos cerca de 3000 portugueses e 2000 africanos. Os colonatos visavam aumentar e estimular o crescimento da população branca nas colónias ocupadas por Portugal.

Com o tempo, os colonatos transformaram-se em vilas e futuras cidades. De modo a controlar a mão-de-obra e evitar focos de tensão e agitação, a população indígena era enquadrada em aldeamentos, que podiam ou não ser cercados por arame farpado, sob o pretexto de que só assim se garantia a sua segurança contra os animais ferozes ou potenciais ataques de "bandidos" ou "ladrões".

Era nos aldeamentos que se organizavam cobranças de impostos e a contratação de trabalhadores para as plantações dos colonos ou das companhias.

Colónias de exploração ou de rendimento

Esta espécie de colónias existiu nos locais onde havia condições para exploração rentável dos solos e dos subsolos. Em muitos casos, a existência dos diamantes, do ouro, da prata e do cobre, era sinal suficiente para definir se tais locais eram ou não próprios para a fixação das habitações dos colonos europeus. Por outro lado, nos locais próximos dos centros da exploração mineira criavam-se vilas ou cidades onde residiam os proprietários das minas, os comerciantes e os grandes agricultores.

Os trabalhadores africanos eram alojados em acampamentos, onde podiam ou não viver junto das suas famílias. Os territórios onde se explorava o ouro e outros produtos estratégicos foram transformados em colónias de exploração ou de rendimento. As colónias de exploração actuaram igualmente nas Índias Britânicas, Holandesas, na Índia, na China, na África Negra em especial e em Madagáscar, onde se iam fixando plantadores, militares e funcionários administrativos.

Protectorado

Fórmula de governo colonial, muito utilizada pelos britânicos, que tinha o objectivo teórico de “proteger” os estados e povos africanos dos colonos brancos. Na realidade, destinava-se a assegurar os interesses da classe dominante capitalista e do Estado britânico.

São territórios com uma administração colonial indirecta. Nestes territórios a autoridade colonial é mantida de forma intacta, sem haver qualquer interferência da Metrópole. Os regimes tradicionais, geralmente monarquias, continuam a exercer a sua actividade controladora, mas são agora protegidos pelas suas metrópoles e os chefes tradicionais são tidos como súbditos das coroas metropolitanas. Os países africanos que passaram por este tipo de regime foram: Egipto, Malawi, Swazilândia, Lesoto, entre outros.

Nos protectorados existe apenas um representante, que controla uma grande parte das actividades do país.

Em linhas gerais, os protectorados mantinham uma soberania parcial, especialmente no que se refere às relações exteriores, num território que não foi incorporado plenamente e no qual existem autoridades próprias.

1.2.3. As formas de exploração económica: o papel das companhias monopolistas

Instalada a administração colonial, passou-se à fase seguinte, o aproveitamento dos espaços, a exploração da riqueza e a utilização da mão-de-obra africana nos projectos coloniais.

Uma das formas de exploração económica imposta pelo colonialismo em África, em geral, e em Moçambique, em particular, foi através das companhias monopolistas, que eram sociedades que detinham o monopólio de certos produtos, com o qual obtinham muito dinheiro, o qual pretendiam investir para aumentar os seus lucros. A estas companhias foram atribuídos poderes totais de exploração das colónias.

Em muitas regiões de África, os governos europeus usaram companhias concessionárias para explorar os impérios recém-conquistados. Por este sistema, às companhias privadas eram concedidos vários territórios africanos para explorar pelos seus próprios recursos, em nome das potências colonizadoras.

Esta foi uma tentativa dos europeus de colonizar de forma barata. Os britânicos usaram este sistema das companhias monopolistas na Rodésia e na Nigéria, através da British South Africa Company (BSA), fundada pelo agente imperialista britânico Cecil Rhodes em 1887. Por sua vez, a Imperial British East Africa Company (IEAC), operou em regiões dos actuais países africanos Quénia e Uganda. Operaram, igualmente, outras companhias, como, por exemplo, a Royal Niger Company, a Deutsche Ostafrikanische Gesellschaft, a Companhia de Congo pour le Commerce et L'Industrie, entre outras.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Companhias majestáticas ou soberanas: era uma sociedade capitalista, com poderes políticos e administrativos, além de privilégios económicos.

Imposto de Palhota: era uma espécie de imposto predial para os indígenas, com o qual se procurava substituir o anterior Imposto de Capitação, vulgo Mussoco. Era pago ao agente da administração colonial nas companhias e era cobrado pelos sipaios auxiliados pelos chefes locais. Estes ganhavam 50% do montante total cobrado. Em Moçambique, o Imposto de Palhota foi formalmente institucionalizado a 9 de Julho de 1892.



25. Joaquim Carlos Paiva de Andrade.



26. Edifício das repartições da Companhia de Moçambique.

As companhias monopolistas – caso de Moçambique

Portugal, país colonizador de fraco poder económico, não conseguiu ocupar e administrar Moçambique sozinho. Por isso, concedeu poder a algumas companhias majestáticas/monopolistas e outras potências imperialistas (sobretudo, Inglaterra e Alemanha).

As companhias majestáticas

Companhia de Niassa

Foi fundada em 1891, com a concessão por um período de 25 anos (que mais tarde foi estendido para 35 anos).

O seu território abrangia a região de Cabo Delgado e Niassa, dividida em três períodos de actuação. O primeiro durou de 1894 a 1898, durante o qual a companhia tinha como objectivo o desenvolvimento económico da região, embora, na verdade, o que de facto pretendia era garantir a sua influência política e económica sobre o território. No entanto, esse objectivo não se efectivou, excepto em alguns pontos isolados da região, onde esta campanha introduziu o Imposto de Palhota em 1892. Segundo referir que este imposto era cobrado em função do número de paços que cada agregado tivesse.

O segundo período foi de 1899 a 1914. Neste período, a companhia tornou-se uma força de conquista e de ocupação.

No terceiro período, que durou de 1919 a 1929, a companhia centrou-se no agravamento do Imposto de Palhota, como forma de aumentar os seus rendimentos, expandindo e intensificando os impostos que sempre cometera, até à sua extinção em 1929, pelo então governador de António de Oliveira Salazar.

Companhia de Moçambique

A formação da Companhia de Moçambique foi um processo iniciado em 1878, quando o oficial português Joaquim Carlos Paiva de Andrade fundou a “Société des Foundateurs de la Compagnie Générale du Zambeze” (1878-79), a qual recebeu largas extensões de terras ao longo do rio Zambeze.

Em 1883, ela entrou em falência, e, em sua substituição, Paiva de Andrade criou a Companhia de Ophir, em 1884, a qual recebeu concessões de terras e licenças de exploração exclusiva das minas de Quiteve e Moçimbo. Em 1888, Paiva de Andrade recebeu do Governo português a concessão do direito de exploração mineira na bacia dos rios Búzi e Púnguè.

Através do decreto de 11 de Fevereiro de 1891, a Companhia recebeu poderes majestáticos para administrar uma área de cerca de 134 822 km² limitada a sul pelo paralelo 22°, com limites no rio Save, pela Rodalga a oeste, pelo rio Zambeze a norte e nordeste e pelo oceano Índico a leste.

Em Maio de 1892, a Companhia de Moçambique tomou posse e imediatamente iniciou o processo de ocupação e exploração do território. As suas actividades desenvolveram-se até 1942, quando expirou o prazo da concessão e o governo de Salazar recusou renová-lo, em consonância com a política do Estado Novo. Neste ano (1942), após 50 anos, o território voltou a ser integrado, já sob autoridade do Governo português.

Direitos

A Companhia de Moçambique, sendo majestática, tinha os seguintes direitos: (1) monopólio do comércio; (2) exclusividade de concessões mineiras e de pesca ao longo da zona costeira; (3) o direito de colectar impostos e taxas; (4) o direito de construir portos e vias de comunicação; (5) o privilégio de concessão a terceiros dos encargos daí derivados; (6) privilégios bancários e postais, incluindo os da emissão de selos e moedas; (7) o direito de transferência de terras em favor de pessoas individuais e colectivas. Na agricultura, a companhia apostou na produção de cana-de-açúcar, tabaco, arroz, gergelim e sisal.

Deveres

A Companhia tinha o dever de (1) pagar 10% dos dividendos distribuídos e 7,5% dos lucros líquidos totais ao Governo português; (2) devolver o território à administração portuguesa, uma vez expirado o alvará e a Carta de Concessão, segundo o contrato; (3) a sede da Companhia de Moçambique devia ser fixada em Lisboa; (4) o corpo administrativo da Companhia devia ser maioritariamente português, embora de forma fictícia, uma vez que Portugal não detinha a maior parte do capital (condição necessária para tomada de decisões numa sociedade de capital); (5) submeter toda a legislação concernente às leis e regulamentos da companhia à ratificação pelo Governo português antes de serem implementados no território colonizado.

De referir, por fim, que o atraso acentuado do capitalismo português fez com que o país dependesse quase exclusivamente de investimentos externos ao longo do século XIX e nos primeiros anos do século XX, explicando-se, desta feita, por que razão os capitais investidos na Companhia de Moçambique eram maioritariamente britânicos, franceses e belgas.

As companhias concessionárias/arrendatárias

A Companhia da Zambézia

Até 1870, Quelimane era uma das poucas zonas onde Portugal exercia, efectivamente, a sua autoridade. Em 1832, a Coroa Portuguesa aprovou um decreto através do qual extinguiu os “Prazos da Coroa”; em 1838, uma carta régia proibia a alienação das terras dos antigos prazos. Por incumprimento do decreto de 1832, em 1854 é aprovado outro decreto proibindo a venda das terras dos antigos prazos, revertendo todas as terras a favor do Estado.

De salientar que o aparelho colonial era complementado pelos sipaios e cabos de terra, encarregues de cobrar impostos (Mussoco e Imposto de Palhota); que a conquista da Zambézia foi possível graças ao apoio dos antigos prazeiros, como João Bonifácio da Silva, de Manganja da Costa e do seu sucessor Mariano Henrique de Nazareth; mais ainda, os portugueses contaram com o apoio de chefes de povoação, como foi o caso do fumo Sacaneca da Costa.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Mussoco: era um imposto pago a um Mambo nos Prazos do vale do Zambeze, num período de um ano. O conteúdo exacto do Mussoco variava de Prazo para Prazo, assim como o seu quantitativo e o montante atribuído a cada família.

Monopólio: situação em que uma empresa detém o mercado de determinado(s) produto(s) e/ou serviço(s), impondo preços ao mercado.

Companhias concessionárias/arrendatárias: eram aquelas que tinham alugado terras ou outros bens da Companhia de Moçambique.

EXERCÍCIOS

"A partir de 1885, cumprindo com compromissos da Conferência de Berlim, as potências imperialistas iniciaram um processo de ocupação."

1. Menciona duas formas de exploração económica usadas pelo Estado em Moçambique.
2. Dá exemplos de companhias monopolistas que actuaram no continente africano.
3. Qual era o objectivo principal da actuação destas companhias em África?
4. O que é que esperava o Governo português com a cedência do território moçambicano a outras potências imperialistas?

Em 1892, era fundada a Companhia da Zambézia, cujo território se situava a norte da Companhia de Moçambique, compreendendo territórios entre o rio Chire, a fronteira com a Niassalândia e a Rodésia do Norte (Zâmbia), juntando o resto da margem direita, entre Zumbo e Luenha (isto é, o actual Tete).

Outras companhias, também sem direitos majestáticos, foram a Companhia de Boror (1898); a Companhia do Açúcar de Moçambique (1890), que, por sua vez, se transformou em Sena Sugar Factory, em 1910, e depois em Sena Sugar States, em 1920 (em Moçambique); surgiram, também, a Societé du Madal (1904), Empresa Agrícola de Lugela (1906), entre outras.

As companhias concessionárias foram, igualmente, usadas durante o período da expansão dos alemães, franceses e dos portugueses. Este processo de gestão económica dava vantagens às potências da Europa pois ampliava o número de mercados dos seus produtos e aliviava as despesas da administração directa.

Outras formas de exploração foram implementadas. A tributação, sob a forma de imposto de palhota, o estabelecimento de culturas obrigatórias (trabalho forçado – Xibalo) e a venda da força de trabalho para os países vizinhos, como a África do Sul e a Rodésia, como forma de aumentar os rendimentos económicos, foram outros modos de exploração incentivados pelo nacionalismo económico de Salazar, em 1930.

1.2.4. Particularidades do colonialismo português: caso de Moçambique

Como Portugal não acompanhou o crescimento económico das outras potências europeias, a sua influência política e militar também não era tão elevado. No entanto, aproveitou as ambições e as rivalidades das principais potências imperialistas, sobretudo da Inglaterra e da Alemanha, celebrando alianças e acordos, através dos quais recebeu grandes apoios. Por outro lado, na época da acumulação primitiva de capital, Portugal não investiu no sector agrário com capital próprio.

Em suma, o particularismo colonial de Portugal consistiu, por um lado, na alienação de quase 2/3 de seu território moçambicano para os capitalistas estrangeiros (ingleses, alemães, franceses e belgas), sob a forma de companhias majestáticas e arrendatárias, como modo de acelerar a ocupação efectiva, por um lado, e na esperança de, ao fim do período contratual, ver o seu território desenvolvido, por outro.

Consistiu também na montagem de um aparelho administrativo composto por representantes vindos de Portugal, ou seja, uma administração directa; e, mais, na região Sul de Moçambique, o particularismo português consistiu no capital agrícola e mineiro sul-africano sustentando a sua economia através da venda de força de trabalho.

para as minas da África do Sul, da qual obtinha ganhos, não só no processo de venda como, também, através da cobrança de impostos..

Esta situação criou, desde cedo, focos de resistência e de revolta, tal como aconteceu noutras regiões africanas atrás mencionadas, tendo sido a mais importante e a mais marcante as lutas de resistência do povo moçambicano, a Revolta de Bárue.

A Revolta de Bárue

No Centro de Moçambique, na província de Manica, no estado de Bárue, registou-se a mais temida e prolongada resistência à dominação colonial – a resistência de Bárue. O reino Bárue era um reino poderoso e de grande capacidade militar que tinha conseguido resistir às invasões Ngune e às constantes disputas com os estados militares.

Em 30 Junho de 1902, as forças portuguesas, compostas por três pelotões de soldados portugueses e africanos e por dois mil soldados de reserva, invadiram o Bárue. As forças militares de Bárue eram comandadas por oficiais corajosos, como Macombe Hanga, Mafunda, Cambemba e Cadendere, entre outros.

Em 1914, o Governo português mandou construir uma estrada ligando Tete a Macequece, passando por terras de Bárue, para obter um maior controlo administrativo das zonas do interior e, igualmente, um recrutamento mais fácil de homens para lutar contra os alemães que haviam penetrado em Moçambique pelo Norte, vindos de Tanganica (colónia alemã, hoje Tanzânia), no decorrer da 1.ª Guerra Mundial. O empreendimento conduziu ao recrutamento de milhares de camponeses, que foram submetidos a um regime de trabalhos forçados na construção da estrada.

Ao trabalho forçado juntava-se a pressão crescente dos impostos, as ingerências económicas, a aplicação de maus-tratos contra os nativos de Bárue (trabalhos pesados sem descanso nem remuneração, violação de raparigas), entre outras situações que provocaram a ira dos Bárue contra as autoridades.

A situação precipitou-se em 1916, quando o Governo português decidiu recrutar cinco mil soldados e carregadores para a guerra contra os alemães. Face às dificuldades encontradas no recrutamento, devido à resistência da população, as autoridades coloniais ordenaram o recrutamento forçado para o exército de todos os homens considerados capazes.

A perda da força de trabalho e de membros influentes afectaria decisivamente a estrutura social e o desenvolvimento da força produtiva dos Bárue e de outros povos do vale do Zambeze, originando as fomes de 1916 e 1917.

Compreendendo o perigo que Bárue representava, e o insucesso da Companhia de Moçambique em cumprir as suas obrigações, Portugal com a ajuda dos povos Angone, tradicionalmente guerreiros, e com o auxílio militar da então Rodésia e Nyassalândia, em Novembro de 1920, conseguiu controlar a revolta Bárue.

27. Rebelião do Bárue.

“O exemplo da rebelião dos Bárue constitui uma perigosa ameaça, dado que as vastas populações que residem no território da Companhia de Moçambique mal respeitam o prestígio do governo português e não têm receio do seu fraco exército. Dia a dia, a população indígena torna-se mais renitente no pagamento dos impostos e no fornecimento do trabalho forçado, considerando a situação dos Bárue muito mais desejável.”

Extracto da acta da sessão do Conselho de Administração de Setembro de 1901, A.H.M.

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Qual foi a resistência mais temida pelos portugueses no Centro de Moçambique?
2. Caracteriza a atitude da população de Bárue perante as autoridades portuguesas.

EXERCÍCIOS

1. Portugal foi uma potência colonial de fraco poder económico.
 - a. Que alternativas encontrou para levar a cabo a exploração de Moçambique?
 - b. Que impacto teve o particularismo colonial português em Moçambique?

1

1.3. AS CONSEQUÊNCIAS DA OCUPAÇÃO EFECTIVA

1.3.1. Consequências para a Europa



28. Indústria extractiva, Angola.

Entre as nações europeias o ambiente era bastante tenso, tendo degenerado em conflitos como a Guerra Franco-Prussiana e a Guerra Russo-Japonesa, que espelhavam bem os sentimentos imperialistas dos Estados dessa época. Esse mesmo imperialismo levou a uma nova demanda por outros continentes, em especial pelo continente africano. O avanço tecnológico dos europeus permitiu-lhes, na maior parte das vezes, ocuparem e dominarem os territórios que pretendiam, embora, no entanto, a corajosa resistência dos povos autóctones tivesse levado a muitas perdas de vidas de ambas as partes.

O sector industrial dos países europeus obteve, assim, novos mercados entre os países ocupados, assim como novas fontes de produção. Houve, de facto, um enriquecimento por parte dos países dominantes, muitas das vezes, à custa do trabalho das populações nativas.

Contudo, as tensões pelo domínio do território africano e asiático não se fizeram esperar. As guerras dos Bóeres na África do Sul e a crise diplomática entre Portugal e Inglaterra, devido ao Ultimato inglês impedindo Portugal de concretizar a pretensão de um “mapa cor-de-rosa” a unir Angola a Moçambique, são meros exemplos dessas tensões. O clima de conflito levou à concretização da Conferência de Berlim, na qual as potências europeias tentaram levar a cabo a partilha do território africano. As rivalidades não ficaram sanadas e muitos dos conflitos que estavam latentes contribuíram para o clima de “poder armada” que viria a dar origem à 1.ª Guerra Mundial, durante a qual a África esteve incluída nos principais palcos da guerra.

1.3.2. Consequências para África

No plano político

A época colonial caracterizou-se como um momento de relativa paz e estabilidade. As guerras étnicas deixaram de ocorrer em quase toda a África, uma vez que o africano já não era africano nem macua, nem sena, nem changana, nem kikuyu, nem macondo nem ovibundo, nem nama; passou, sim, a ser português, espanhol, francês, belga, alemão e italiano.

A partilha e a conquista de África reformularam as fronteiras e alterou o mapa político deste continente. Em vez de sociedades divididas em tribos, clãs, pequenos reinos e cidades-estados, surgiram territórios multitribais com maiores dimensões, cujas fronteiras não sofreram qualquer modificação após a independência dos países africanos.

Em terceiro lugar, o sistema colonial introduziu duas novas instituições em África, que a independência não eliminou (o novo sistema judiciário e a nova burocracia). Estas instituições, herdadas do tempo colonial, permaneceram em África na forma, na ética e, em alguns casos, no conteúdo; por exemplo, a colocação da toga e da peruca quando um juiz vai julgar um caso (Zimbabwe). Por outro lado, o sistema judiciário da época colonial, que se conservou depois da independência, introduziu a lei escrita. Esta, por força das circunstâncias, é redigida na língua do colonizador. Isto equivale a dizer que a introdução das línguas europeias possibilitou a comunicação entre grupos étnicos de diferentes origens, num mesmo território, criando a base para a unidade nacional na diversidade – fenómeno puramente ocidental, porque falando a mesma língua, os colonizados exprimiam, entre eles, o sentimento nacionalista anticolonial.

É preciso assinalar que as estruturas herdadas do tempo colonial provocaram o aparecimento de uma classe de funcionários públicos, cujo número e influência cresceram em função do tempo, do sistema de administração, da importância e da grandeza do território.

De facto, em cada sistema houve maior ou menor qualidade de formação dos funcionários. Por exemplo, o aparelho de Estado herdado pelas colónias portuguesas caracterizava-se pela existência de um exército de funcionários e uma burocracia pesada, enquanto nos territórios franceses e ingleses os funcionários eram mais experientes e mais bem formados.

O estabelecimento das fronteiras entre as colónias africanas, uma vez que não respeitou as estruturas etnolinguísticas, juntando diferentes grupos ou separando outros do mesmo grupo, criou sérios problemas, tais como perturbações e conflitos sociais, económicos, religiosos, culturais e políticos aos futuros estados independentes.

Outro aspecto da dominação colonial foi a destruição das monarquias africanas, assim como o enfraquecimento das autoridades e do poder dos indígenas. Com efeito, a deposição e o exílio dos reis e chefes indígenas que não concordavam com a ordem colonial, e a sua substituição por régulos ou sipaios com pouco crédito junto das populações, diminuiu a importância das autoridades tradicionais.

→ O último grande impacto da ocupação efectiva estrangeira em África foi a perda da soberania e da independência. Os africanos perderam o direito de se autogovernarem e de exercerem, eles próprios, a diplomacia nas relações internacionais.

EXERCÍCIOS

1. Refere até que ponto a colonização contribuiu para a união dos povos africanos.
2. Explica de que forma foram delineadas as actuais fronteiras africanas?



29. Lameiros britânicos em Modderfontein, África do Sul, 1901.

No plano económico

A nível económico, a actuação da economia colonial permitiu a construção de infra-estruturas físicas: aeroportos, portos, estradas, pontes, hospitais e escolas, vias-férrreas, instalação do telégrafo e do telefone, que, por sua vez, tiveram impacto positivo nas colónias.

Entretanto, tais infra-estruturas não obedeciam às prioridades de desenvolvimento das colónias, priorizando antes de mais a ligação entre o mar e as zonas de produção mineira e de exploração agrícola para ligar áreas de produção interna ao mercado mundial de mercadorias primárias. Ademais, foi na era colonial que se descobriram recursos minerais e, com estas descobertas, se iniciou a instalação da indústria mineira.

No plano agrícola, foram introduzidas as culturas de exportação: café, cacau, tabaco, algodão, sisal, borracha, chá, etc.

Ainda neste período foram combatidas as actividades artesanais. Como consequência, a tecnologia africana ficou estagnada. As actividades artesanais foram apenas reduzidas a fontes abastecedoras de matérias-primas para as indústrias em expansão na metrópole.

A introdução de monoculturas alterou substancialmente os hábitos alimentares e a base da produção agrícola familiar africana. Por exemplo, na Gâmbia, os habitantes substituíram a cultura de arroz pela de amendoim, passando a importar o primeiro produto.

O trabalho forçado e o abandono da produção de alimentos originaram a desnutrição, fome e epidemias severas em certos países africanos, em regiões como a Somália e a Etiópia. Os camponeses independentes foram transformados em camponeses assalariados, como aconteceu no Zimbábwe.

Em suma, a economia colonial custou um preço elevado ao africano como: o trabalho forçado e o trabalho migratório, que desmantelaram as culturas e as economias pré-coloniais em África; a cultura obrigatória de produtos de exportação, a elevada taxa de mortalidade nas minas; a repartição da riqueza africana que era praticada pelos brancos a favor dos colonos; a discriminação na concessão de créditos; marginalização dos produtores africanos, entre outros aspectos negativos.

1.3.3. Consequências para Moçambique

As consequências da ocupação efectiva para Moçambique situam-se em três níveis: económico, como a intensificação das trocas, a produção agrícola para o mercado, o recrutamento da mão-de-obra para a África do Sul e para a Rodésia, a organização de uma economia dirigida, exclusivamente, para a satisfação das necessidades das metrópoles capitalistas.

A ocupação integrou, praticamente, toda a população moçambicana na economia capitalista mundial, mediante a produção para o mercado no seio da economia natural; integrou vastas áreas e sectores populacionais no mercado de trabalho capitalista, quer locais, quer nas colónias vizinhas; criou uma economia orientada, principalmente, para a produção de mercadorias procuradas no mercado internacional e para a manutenção de uma extensa reserva de mão-de-obra ao dispor do capital mineiro sul-africano e rodesiano, respectivamente.

Estes factores deram origem a um fraco desenvolvimento urbano colonial e a um pequeno surto industrial, concentrando-se apenas nas grandes cidades moçambicanas (Nampula, Beira e Maputo), o que, de certa forma, criou assimetrias regionais.

Impediu também que os trabalhadores assimilados cortassem radicalmente os seus vínculos com a terra de origem e, por conseguinte, atingissem um grau completo de proletarização. Portanto, é notório que não interessava ao capitalismo a total proletarização dos trabalhadores assalariados e, por isso, a implantação do capitalismo colonial em Moçambique não significou a destruição total das formas pré-capitalistas de produção. Verificou-se, mesmo, a sobrevivência dessas formas, com algumas modificações, durante todo o período colonial.² Contudo, provocou, através da violência do Xibalo, do trabalho forçado, da exportação da mão-de-obra, etc., uma deslocação social generalizada através de todo o país.

Devido a estas políticas, Moçambique perdeu centenas de milhares dos membros mais produtivos da sociedade rural, o que provocou um desequilíbrio demográfico extremo e alterou profundamente a estrutura da família.

Em Nampula, a imposição da cultura forçada do algodão acabou trazendo fome para as populações porque já não tinham tempo para cultivar a mandioca, o amendoim, a mapira e outras culturas para o seu sustento.

A nível político, a ocupação efectiva modificou as estruturas e os espaços políticos da comunidade camponesa.

Depois da ocupação militar do território moçambicano, entre 1890 e 1910, o processo de desenvolvimento do capitalismo conduziu à instalação de um aparelho administrativo de ocupação.

Moçambique foi dividido em "circunscrições" e "postos de fiscalização" nas áreas "onde as populações indígenas estavam dominadas e pacificadas" e nas restantes regiões do país onde os nativos se mostrassem em estado de rebelião foram criadas "capitanias-mor" divididas em "comandos militares".

Noutras regiões, como no planalto dos Macondes, por exemplo, onde não existia uma estrutura política centralizada que se estendesse para além das terras de algumas aldeias, quando se efectivou a ocupação militar, os portugueses dividiram arbitrariamente



30. Tropas portuguesas em Moçambique.

o território e colocaram à frente de cada circunscrição e posto administrativos homens da sua confiança.

Foi, por conseguinte, sobre esta fragmentação política territorial que o colonialismo desenvolveu a sua organização administrativa criando, assim, a nova hierarquia colonial de régulos, regedores, cabos de terras e sipaios.

A nível cultural e ideológico, a ocupação efectiva provocou abalo de valores culturais, originando, em alguns casos, sistemas defensivos e de salvaguarda desses valores e, em outros, a elaboração de formas e conteúdos culturais de resistência.

Enquanto isso, a conquista e a montagem da administração colonial foram justificadas ideologicamente pela negação do homem africano; a raça e a segregação passaram a estar latentes na prática colonial, nas leis para os "indígenas".

No centro, a sociedade tradicional foi submetida a um processo de transformação que começou mais cedo, com o sistema dos prazos. Assim, com a derrota dos "prazeiros" e da coligação anticolonial de 1917, o território dos antigos estados chona e marave foi dividido, tal como aconteceu no Sul e no Norte do país, tendo alguns dignitários locais passado gradualmente a representar a autoridade colonial nos respectivos meios sociais.

Outro factor foi a aculturação do povo moçambicano, com a aquisição da língua, hábitos e costumes do povo colonizador. Para além disso, assistiu-se, também, à proliferação das igrejas cristãs pelo país todo e o atraso nos níveis de escolaridade para os moçambicanos da época, pois estes não tinham acesso às escolas oficiais, mas sim a pontos de ensino mais rudimentares.

Em suma, a ocupação efectiva impediu o desenvolvimento de muitas manifestações culturais e o desabrochar de outras. Nessas condições, sob o jugo colonial, a cultura e a ideologia dos diferentes estratos das sociedades moçambicanas foram abaladas.



31. Romão de Jesus Maria, um dos senhores dos prazos da Zambézia.

EXERCÍCIOS

1. Faz uma comparação valorativa entre as consequências da ocupação efectiva para a Europa e para a África.
2. Apresenta os aspectos negativos da ocupação efectiva em África.
3. Refere uma consequência da união de grupos etnolinguísticos diferentes.
4. Explica de que forma Portugal integrou a população moçambicana na economia capitalista mundial.

1

1.4. A 1.ª GRANDE GUERRA (1914-1918)

Contextualizando

A política imperialista das potências europeias deu origem a uma forte concorrência econômica e política, a que se juntavam rivalidades nacionalistas e coloniais desde a segunda metade do século XIX.

O clima de insegurança existente fez rebentar, em 1914, a 1.ª Guerra Mundial. Esta guerra provocou profundas mudanças na economia, na política e na sociedade, sobretudo, nos países da Europa e nos Estados Unidos da América (EUA).

Após a guerra, a Europa perdeu o seu lugar de supremacia, tendo-se os Estados Unidos afirmado como a primeira potência mundial. Os EUA passaram a ser “os credores da Europa e do mundo”.

A Europa recuperava da guerra num clima de paz que se mostrou frágil. Terminada a guerra, os Aliados criaram uma nova carta política da Europa e um organismo cuja finalidade seria garantir a paz e a segurança – a Sociedade das Nações (SDN), criada em 1919, em Genebra.

Mas, devido à sua fragilidade, esta organização não conseguiu travar as rivalidades que surgiram no pós-guerra, acabando por ser extinguida em 19 de Abril de 1946; nasceu em sua substituição, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, em São Francisco, e que prevalece até aos nossos dias, com sede em Nova Iorque (EUA).

Antecedentes

Desde finais do século XIX, acentuaram-se os conflitos pela posse de territórios, assim como as rivalidades internacionais, por questões que envolviam alterações de fronteiras, diferenças religiosas, políticas e étnicas.

A Grã-Bretanha e a França disputavam a posse de territórios ultramarinos (como a cidade de Fachoda, no Sudão); a França queria reconquistar a Alsácia e a Lorena, territórios dominados pela Alemanha, desde 1871; a Alemanha, por sua vez, disputava territórios no Ultramar à França e à Inglaterra e defendia a ideia de superioridade da raça germânica (pan-germanismo).

A Península Balcânica, formada por um mosaico de povos e nações, encontrava-se sob domínio dos impérios Áustro-Húngaro e Otomano (Turquia), cujos territórios eram disputados entre si.

A Rússia e o Império Austro-Húngaro disputavam a região dos Balcãs. A Rússia, como pretendia ter acesso ao mar Mediterrâneo, apoiava os movimentos de independência dos povos balcânicos submetidos ao domínio austríaco.

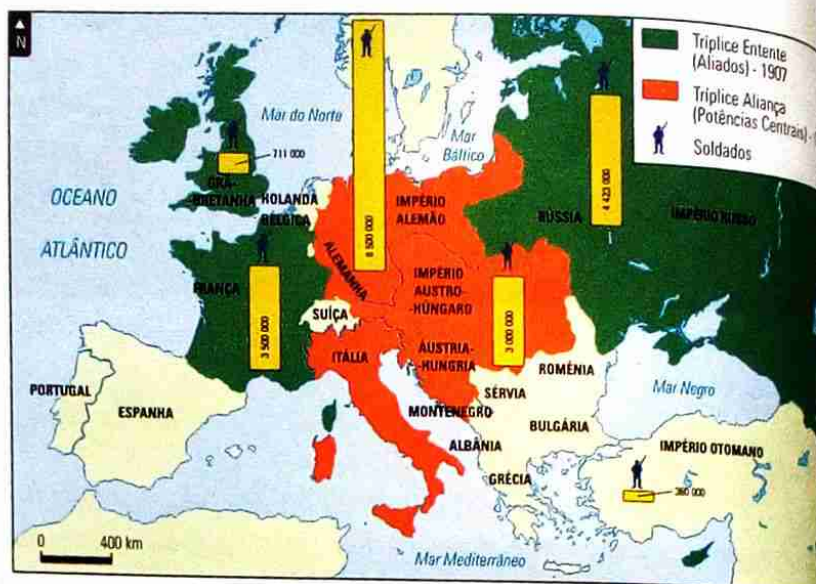
CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Alsácia e Lorena: províncias reivindicadas pelos franceses que integravam o estado germânico desde a Guerra Franco-Prussiana (19 de Julho de 1870 - 10 de Maio de 1871). No final deste conflito, a França continuou a exercer a sua influência sobre Marrocos, ficando a Alemanha, em troca, com o Congo.

Pangermanismo: ideologia que defendia o expansionismo da Alemanha de modo a reagrupar todos os povos de origem germânica num único estado.



32. A águia alemã está pronta a atacar a aranha britânica, que procura envolver toda a Europa na sua teia.



33. A política de alianças na Europa entre finais do século XIX e inícios do século XX. Os gráficos pode-se ver o número de soldados disponíveis para mobilização.

EXERCÍCIOS

1. Identifica as alianças que se formaram antes da eclosão da 1.ª Guerra Mundial.
2. Indica as razões que levaram os países europeus a constituírem essas alianças.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Corrida ao armamento: é a preocupação tida pelos países europeus durante os finais do século XIX, levando a que grande parte dos seus orçamentos fossem direccionados para a produção de mais e melhores materiais bélicos, o que transformou o Velho Continente num verdadeiro campo militar.

"Paz armada": momento de "acalmia" que se viveu na Europa antes do início da 1.ª Guerra Mundial, mas que, no entanto, era uma calma fictícia, pois cada país já tinha armamento para iniciar a guerra, facto que não tardou a acontecer, com o assassinato do arquiduque Francisco Fernando, no dia 28 de Junho de 1914.

Esta actuação não agradava à Áustria-Hungria, que em 1908 havia conquistado a Bósnia-Herzegovina ao Império Otomano e pretendia aumentar o seu território anexando os territórios sérvios croata e montenegrino.

A Itália reclamava ao Império Austro-Húngaro as terras que ocupava no Norte da Península Itálica. A Polónia, por seu turno, dividida pela Rússia, Áustria e Alemanha, pretendia tornar-se um Estado autónomo.

Neste clima de rivalidades, estes países começaram a reforçar os seus exércitos. Houve uma "corrida ao armamento" e, para se fortalecerem, formaram alianças, que se organizaram da seguinte maneira:

Tríplice Aliança – Formada em 1882 e incluía os seguintes países: Alemanha, Império Austro-Húngaro e de início a Itália, que, em 1915, acabaria por abandonar a Tríplice Aliança e juntar-se ao lado dos países da Tríplice Entente;

Tríplice Entente – formada em 1907, integrava os seguintes países: Inglaterra, França e a Rússia.

A Europa viveu, então, um período de grande tensão, em que qualquer incidente poderia levar a um conflito entre as nações, activar o sistema de alianças. Foi o que aconteceu em Sarajevo (Bósnia), a 28 de Junho de 1914.

A 1.ª Guerra Mundial teve início em 1914 e terminou em 1918 (ao longo de 51 meses, entre Agosto de 1914 e Novembro de 1918). Começou na Europa, na região dos Balcãs, mas viria a envolver todas as regiões do mundo.

O grande palco militar localizou-se na Europa, mas mais tarde alastrou-se para África. Foram utilizados novos tipos de armas e transportes, como, por exemplo, aviões, submarinos, tanques, veículos automóveis para transporte de tropas e de abastecimentos, metralhadoras, canhões de longo alcance, gases asfixiantes e novos explosivos para além de outros avanços técnicos, como o telégrafo e a rádio.

1.4.1. Causas da 1.ª Guerra Mundial

A nível económico, havia grandes diferenças de desenvolvimento entre os países. O grande poder industrial e financeiro da Inglaterra, da Alemanha e da França contrastava com a economia rural da Itália, da Áustria-Hungria e da Rússia. Por outro lado, havia grande rivalidade entre a Inglaterra e a Alemanha devido à concorrência pelo desenvolvimento industrial. Os produtos da indústria alemã, gradualmente, conquistavam mercados da Europa continental, do Extremo Oriente, assim como da própria Inglaterra, que antes se encontravam sob o domínio inglês.

Além disso, a Alemanha tinha começado a desafiar a supremacia britânica nos transportes. Em 1914, a Hamburg-Amerika Line contavam-se entre as maiores linhas de navegação do mundo. Dois dos seus navios tinham arrebatado sucessivamente o campeonato de velocidade do Atlântico aos barcos britânicos, sendo o *Imperator*, lançado à água em 1912, o maior navio do mundo.

Por outro lado, a rivalidade entre alemães e russos devia-se à ambição russa de obter o controlo de Constantinopla e de outras porções do território turco. Por sua vez, os alemães pretendiam construir uma linha férrea que fosse de Berlim até Bagdade e a sua concretização envolvia o assentamento de uma linha do Bósforo a Bagdade pelo rio Tigre, uma vez que já existia a ligação ferroviária entre Berlim e Constantinopla. De Bagdade poder-se-ia estender até ao Golfo Pérsico, abrindo, assim, um caminho mais curto para a Índia.

A nível político, verificava-se a predominância de dois tipos de regimes políticos opostos: na Europa Ocidental predominavam as democracias liberais parlamentares, apoiadas por uma burguesia poderosa e influente, enquanto a Europa Central e Oriental era dominada por regimes autoritários: os impérios russo, austro-húngaro e alemão, apoiavam-se no exército e numa aristocracia detentora de grandes propriedades.

No entanto, entre as causas políticas da 1.ª Guerra Mundial desempenhou papel proeminente o nacionalismo, ideologia que, nos começos do século XX, passou a assumir uma variedade de formas particularmente perigosas. As principais dentre elas eram: o plano da grande Sérvia, o pan-eslavismo na Rússia, o movimento de "revanche" na França, assim como o pangermanismo.

Desde o começo do século, a pequena Sérvia sonhava estender a sua jurisdição sobre todos os povos que considerava serem da mesma raça e cultura. Alguns desses povos habitavam nas então províncias turcas da Bósnia e da Herzegovina; outros incluíam os croatas e os eslovenos das províncias meridionais da Áustria-Hungria.

O pan-eslavismo baseava-se na teoria de que todos os eslavos da Europa Oriental constituíam uma grande família. Argumentava-se, por

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Nacionalismo: ideologia assente na exaltação de valores como a raça e a história nacional, os interesses e as diferenças nacionais de uma nação em relação às outras.



34. Gavrilo Princip, apesar de ter nascido na Bósnia, era de etnia sérvia, assim como os seus pais. Foi este jovem que disparou contra o arquiduque Francisco Fernando. Alguns historiadores afirmam que por detrás do atentado esteve a sociedade secreta “Mão Negra”, uma organização nacionalista que não aceitou a anexação da Bósnia pelo Império Áustro-Húngaro, em 1908. Entre 1900 e 1914, vários chefes de Estado foram assassinados – o rei Humberto da Itália, o Presidente McKinley dos EUA, o rei D. Carlos de Portugal e o príncipe Ito, do Japão, foram algumas das vítimas de assassínios que matavam em nome de ideias nacionalistas, revolucionárias, anarquistas e outras.



35. O atentado que matou o arquiduque e a sua esposa Sofia, apresentado numa ilustração do jornal francês *Le Petit Journal*, em 1914.



36. O uniforme militar usado pelo arquiduque quando foi assassinado foi exibido ao mundo, aumentando a revolta de alguns.

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Partindo das imagens apresentadas acima, justifica a importância histórica do atentado de Sarajevo.

consequente, que a Rússia, como o mais poderoso dos estados eslavos, deveria ser o guia e protector das suas pequenas irmãs dos Balcãs.

Enquanto isso, o Movimento Francês Pela Revanche almejava desde 1870, vingar a derrota sofrida na Guerra Franco-Prussiana. Um dos políticos mais proeminentes que defendiam esta causa era Raymond Poincaré, dizia não ver razão para que a sua geração continuasse a viver a não ser se lutasse por reaver as províncias perdidas da Alsácia e da Lorena.

E, por último, o movimento pangermanista, fundado por volta de 1895, advogava a expansão da Alemanha, que deveria incorporar todos os povos teutónicos da Europa Central.

Os limites do império seriam estendidos até abranger a Dinamarca, a Holanda, o Luxemburgo, a Suíça, a Áustria e a Polónia até Varsóvia.

O filósofo Fichte (Johann Gottlieb) ensinava que os alemães, em virtude da sua superioridade espiritual, tinham a missão de impor a paz ao resto da Europa. Também contribuiu para o nacionalismo alemão a ideia de que os alemães estavam predestinados a persuadir ou a obrigar as “raças inferiores” a aceitarem a sua cultura.

O atentado de Sarajevo e o início da guerra

O assassinato do arquiduque Francisco Fernando acabou por activar o sistema de alianças que se tinha sido formado e acendeu o “barril de pólvora”, tendo sido este incidente denominado “Estopim da Guerra”.

Em Sarajevo (Bósnia), a 28 de Junho de 1914, o arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono do Império Áustro-Húngaro, e a sua esposa Sofia foram assassinados por um sérvio (Gavrilo Princip) que pertencia a uma organização secreta chamada “Mão Negra”.

Ele viajava para a Sérvia, saindo da Áustria com o objectivo de formar uma monarquia tríplice. Francisco Fernando estava destinado a ser o imperador da Áustria-Hungria, pois o monarca reinante (Francisco José) já tinha atingido 85 anos de idade. Por isso, o assassinato do herdeiro foi considerado como um ataque ao Estado.

Princip não passava de um instrumento dos nacionalistas sérvios. O assassinio, embora tenha ocorrido em Sarajevo, capital da Bósnia, resultou de uma conspiração urdida em Belgrado. Documentos importantes vieram à luz ultimamente, mostrando que o Governo sérvio tinha conhecimento da conspiração, sem que nada tivessem feito para impedir o assassinato.

Neste sentido, nas semanas que se seguiram imediatamente ao crime, as autoridades austríacas procederam a um inquérito que confirmou as suas suspeitas quanto à origem sérvia da conspiração. Por conseguinte, no dia 23 de Junho enviaram ao Governo sérvio

um severo ultimato que exigia, entre outras coisas, que a Sérvia devia fechar os jornais antiaustríacos, liquidar as sociedades secreta-entrevistas nacionalistas, excluir do Governo e do exército todas as pessoas envolvidas em propaganda antiaustríaca e aceitar a colaboração das autoridades austríacas na eliminação do movimento subversivo contra o império dos Habsburgos.

A 25 de Julho, dentro do prazo-limite de 48 horas, o Governo sérvio transmitiu a sua resposta. Era um documento ainda hoje sujeito a várias interpretações. De um total de 11 exigências, somente uma era categoricamente repelida e cinco eram aceites sem reserva.

O chanceler alemão considerou-o como uma capitulação quase completa e o kaiser afirmou que todos os motivos para a guerra tinham desaparecido. A Áustria, no entanto, declarou insatisfatória a resposta sérvia, tendo cortado relações diplomáticas e mobilizado parte do seu exército. Os próprios sérvios não parecem ter tido intenção de agradar à Áustria, visto que, três horas antes de transmitirem a resposta, haviam dado ordem de mobilizar as tropas.

Neste ponto, a atitude de outras nações assume extrema importância. Com efeito, algum tempo antes disso, diversos governantes de grandes potências haviam assumido atitudes bem definidas.

Por exemplo, em 18 de Julho desse ano, Sazonov, ministro russo do Exterior, avisara a Áustria de que a Rússia não toleraria qualquer tentativa de humilhar a Sérvia. Ao tomar conhecimento do ultimato à Sérvia, o Governo russo ordenou uma série de preparativos para preparar o país para a guerra. No imediato, foram canceladas as licenças dos oficiais, as tropas foram recolhidas aos quartéis, armazenaram-se provisões e declarou-se o estado de guerra nos sectores limítrofes à Alemanha e à Áustria.

O desenvolvimento do conflito

Após o assassinato de Sarajevo, as declarações de guerra sucederam-se, assim como a formação de alianças, nomeadamente a Tríplice Entente (Aliados) e a Tríplice Aliança (Potências Centrais).

- 28 de Julho de 1914, a Áustria-Hungria declarou guerra à Sérvia;
- 29 de Julho de 1914, a Rússia declarou o seu apoio à Sérvia;
- 31 de Julho de 1914, a Alemanha fez um ultimato à Rússia e à França;
- 1 de Agosto de 1914, a Alemanha declarou guerra à Sérvia, daí a Rússia entrou ao lado da Sérvia;
- A 3 de Agosto, a Alemanha invadiu a França, passando na Bélgica, um país neutral, cuja soberania a Inglaterra e a França estavam comprometidas a defender. Isto levou a que o Reino Unido entrasse na guerra, a 4 de Agosto de 1914.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Ultimato: exigência feita, com prazo marcado, por um estado ao outro, sob ameaça de guerra. Tal aconteceu com a Áustria à Sérvia, aquando do atentado de Sarajevo e com a Inglaterra a Portugal, aquando da tomada, pela força, do território compreendido entre Angola e Moçambique.

37. O ultimato da Áustria-Hungria.

É claro pelas declarações e confissões dos criminosos, autores do assassinato de 28 de Junho, que o assassinio em Sarajevo foi concebido em Belgrado (...) e que o envio dos criminosos e das armas para a Bósnia foi executado sob a direcção das autoridades fronteiriças sérvias. (...)

Os resultados do império impõem ao governo imperial e real a obrigação de pôr fim à ameaça permanente à paz da Monarquia e acabar com a propaganda criminosa e terrorista.

O governo imperial e real da Áustria-Hungria espera a resposta do governo real (da Sérvia) até sábado (...) às 18 horas.

Cit. por Max Motgelas e Walter Schicking, Outbreak of the World War German Documents Collected

EXPLORO O DOCUMENTO

1. De acordo com o texto, quem foram os culpados do atentado?

1.4.2. As fases da Guerra

I Fase: a guerra de movimentos ou guerra-relâmpago: 1914

Decorreu entre Agosto e Novembro de 1914. Caracterizou-se pelo avanço rápido das tropas alemãs, as quais atravessaram a Bélgica, mas, perto de Paris, foram travadas pelo exército francês. A Leste, os alemães ocuparam a Polónia, mas foram travados na Rússia durante o rigoroso Inverno da região.

A maioria dos países beligerantes acreditava que a guerra seria breve. A Alemanha estava convencida que a França seria dominada rapidamente (ataque surpresa), através do Luxemburgo e da Bélgica. Os alemães chegaram à zona do Marne, com uma certa rapidez (guerra-relâmpago). Mas, em Setembro, as tropas francesas comandadas pelos generais Joffre e Gallieni, conseguiram vencer os alemães na batalha do Marne, fazendo-os recuar.

Dias depois, as posições estabilizaram de ambos os lados. Na frente Oriental, Hindenburg derrotou os russos nos primeiros combates, chegando mesmo a conquistar a Polónia com o auxílio das tropas austríacas.

Portanto, a guerra de movimento foi marcada pelo avanço rápido das tropas alemãs, estratégia assente no plano Schlieffen elaborado em 1905, que previa a guerra em duas frentes, concentrando todo o esforço bélico primeiramente no Ocidente e depois no Oriente.

O plano da Alemanha consistia em derrotar rapidamente a França, que considerava o mais forte dos seus inimigos. Para conseguir isso, no início de Agosto de 1914, invadiu o Luxemburgo e a Bélgica, num movimento rápido e imprevisto. No entanto, o plano fracassou, pois a Alemanha viu-se obrigada a abandonar a ideia da guerra-relâmpago, dando, assim, início à guerra de posições ou de trincheiras.

II Fase: guerra de posições ou guerra das trincheiras

Esta fase da guerra decorreu de Novembro de 1914 a Março de 1917. Durante este período, cada bloco defendia as suas posições e tentava impedir o avanço do outro. As tropas de cada um dos lados escavavam na terra uma extensa rede de abrigos e valas, as trincheiras, tendo sido construídos cerca de 780 km de trincheiras numa linha contínua de um lado e de outro, um longo "frente a frente" desde o mar do Norte até à Suíça.

Os dois lados aperfeiçoaram o armamento: submarinos, tanques de guerra, aviões de combate, granadas de mão, gás tóxico, canhões e grandes metralhadoras passaram a fazer parte dos equipamentos de guerra, nesta segunda fase. O novo e mortífero armamento

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

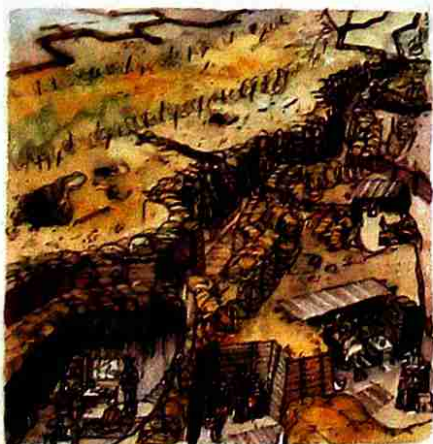
Beligerantes: países que estão em guerra.

Marne: rio francês, afluente do Sena, ao qual se junta perto de Paris.

Verdun: cidade francesa situada na fronteira leste, perto do Luxemburgo.



38. França, 1916 – uma trincheira típica: um túnel escavado na lama, onde os homens comiam, dormiam e se abrigavam do fogo da artilharia inimiga.



39. Reconstituição da "guerra de trincheiras".

aliado às difíceis condições em que viviam os soldados, atolados na lama, sujeitos ao frio, aos ataques de gás e à artilharia, fizeram desta fase a mais mortífera de toda a 1.ª Guerra Mundial.

Nesta fase, muitos países tomaram parte no conflito, posicionando-se ao lado da *Entente*: o Japão (1914), a Itália (1915), a Roménia (1916) e a Grécia (1917); e ao lado dos impérios centrais: (Alemanha e Áustria-Hungria) o Império Otomano (Turquia – 1914) e a Bulgária (1915).

Grécia, China e Brasil juntaram-se aos Aliados, assim como o Império Otomano e, em 1915, a Itália, que passou para o lado dos Aliados após lhe terem sido prometidas compensações territoriais. A guerra estendia-se, também, às colónias, levando, assim, o conflito ao continente africano e, por consequência, tornando-se uma guerra mundial.

Em 1916, Portugal entrou na guerra quando, a pedido do Governo inglês, aprisionou os navios alemães que se encontravam ancorados na “sua costa moçambicana”, e, como resposta, a Alemanha declarou guerra a Portugal.

A entrada dos EUA na guerra

A Alemanha, querendo romper o bloqueio marítimo a que estava sujeita e impedir o abastecimento feito pelos americanos aos Aliados, colocou os seus submarinos ao longo do Atlântico. A causa directa da participação americana na 1.ª Guerra Mundial foi a ofensiva feita pela frota submarina alemã. Alguns historiadores consideram-na como o mais importante de todos os factores, alegando que sem ela os americanos nunca teriam entrado na guerra.

Em 4 de Fevereiro de 1917, o governo do *Kaiser* anunciou que os navios neutros que se dirigissem para os portos britânicos seriam torpedeados sem aviso prévio.

O Presidente Wilson replicou a esse desafio declarando que os EUA considerariam a Alemanha “estritamente reponsável” por qualquer dano causado à vida ou a bens norte-americanos. A advertência não produziu efeito. Os alemães continuaram a violar os compromissos de respeitar os direitos dos americanos e continuaram a afundar de quando em quando navios de passageiros.

Os EUA, ao verem atacados os seus barcos, sobretudo, com o afundamento do seu transatlântico *Lusitânia* e do Navio *Vigilantia*, e ameaçados os seus interesses económicos, declararam guerra às potências centrais da Tríplice Aliança, intervindo na guerra ao lado dos Aliados.

A entrada dos EUA na guerra, em 1917, com o seu imenso potencial industrial e humano, reforçou o bloco dos Aliados. A abundante oferta de novas armas (tanques, navios e aviões de

40. Relato da Batalha de Verdun.

A batalha de Verdun, (...) iniciada a 21 de Fevereiro de 1916, foi das mais sangretas da I Guerra Mundial. Nela perderam a vida cerca de 800 mil homens. O alemão Falkenhayn aplicou em Verdun uma estratégia para derrotar finalmente os franceses: a tática da terra queimada, da capitulação por desgaste. (...) De uma só vez os alemães lançaram 110 000 granadas de gás venenoso. Os franceses, comandados por Pétain, resistiram. Devido à abertura de outras frentes de combate, os alemães retiraram algumas tropas. Começa, então, a recuperação de todos os fortes que os franceses tinham perdido para os alemães. A hecatombe é dada por terminada a 19 de Dezembro de 1916.

Verdun, 1916, in “Grandes batalhas da História Universal”, *Jornal de Notícias*

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Explica a importância da Batalha de Verdun para a evolução da 1.ª Guerra Mundial.



Quete Lusitânia,



Verdun, França, 1916).

guerra), dinamizou o conflito e levou à retoma da guerra de movimento, impondo sucessivas derrotas aos alemães.

Para além das causas já mencionadas, a entrada dos EUA na guerra, em 1917, teve, também, outras razões:

- A maioria dos seus cidadãos eminentes eram de origem britânica. Isso sucedia em geral com os reitores de universidades, quadros superiores da função pública, ministros de igrejas protestantes e magnatas de imprensa. As tradições culturais do país, a sua teoria jurídica e política e as bases da sua literatura vinham sobretudo da Inglaterra.
- Poderosas forças económicas também muito contribuíram para despertar a simpatia do povo americano para com a causa da Entente. Ao fornecer recursos para a Europa destruída pela guerra, os EUA tornaram-se credores desses países e desenvolveram a sua indústria militar.
- A outra causa fundamental, foi a ideia do Presidente Wilson de que o seu país devia desempenhar um papel dominante na reestruturação do mundo, quando terminasse a guerra, para além de pretender a manutenção do equilíbrio de poderes na Europa.

III Fase: o retorno à guerra de movimentos (1918)

Esta fase da guerra decorreu nos anos de 1917 e 1918. Este período caracteriza-se pelo retorno à guerra dos movimentos.

Vários acontecimentos contribuíram para a guerra tomar novos rumos.

A eclosão da revolução russa e a consequente retirada da Rússia foram decisivas.

Saída da Rússia da I Guerra Mundial (Razões e Significado)

Face às sucessivas derrotas nas diferentes frentes contra o exército alemão, as quais resultavam em perdas humanas e materiais, e internamente, face às contestações contra a guerra, fome e miséria e o impacto da Revolução Socialista Soviética de 1917, ao assumirem o poder, os Bolcheviques sentiram a necessidade de retirar a Rússia da guerra assinando, em Março de 1918, o Tratado de Brest-Litovsk, firmando a paz com os alemães.

Com a saída da Rússia da Guerra, ela renunciava à posse da Finlândia, das regiões do Báltico e da Polónia e reconhecia a autonomia da Ucrânia; portanto, a "paz" assinada pela Rússia tinha um preço elevado, mas que "salvava a Revolução".

A retirada da Rússia da 1.ª Guerra Mundial modificou significativamente o anterior equilíbrio das forças, na medida em que enfraqueceu a frente oriental, por um lado, e, por outro, deu outro movimento à própria Guerra.

Entretanto, a Revolução Socialista de Outubro que pressionou a Rússia a retirar-se da guerra teve grande significado não só no interior da Rússia que se viu livre das hostilidades da guerra, como também no mundo inteiro, sobretudo, no mundo colonizado, na medida em que mostrou o caminho para acabar com o capitalismo, através da revolução; introduziu um novo modelo político, económico e social (o Socialismo), despertou os movimentos de libertação nacional na África, Ásia e América Latina.

Ao abandonar a guerra, a Rússia permitiu aos alemães colocarem todos os seus soldados na frente ocidental, reforçando os ataques. É assim que a cidade de Paris é visada com bombardeamentos lançados com canhões de longo alcance e utilizando a aviação.

No entanto, a contra-ofensiva aliada não se fez esperar, após a entrada dos EUA e das suas novas armas e material bélico, como os carros blindados. Travou-se, assim, nesta contra-ofensiva, a 2.ª batalha de Marne, em que o comandante-chefe dos aliados, Foch, obrigou o inimigo a retirar. E, quase simultaneamente, a ofensiva aliada na região balcânica obrigou à capitulação dos búlgaros e dos turcos, que pedem a paz, assinando os armistícios.

Ao mesmo tempo, o Império Áustro-Húngaro, derrotado pelos italianos, pede a paz e assina também o armistício.

Assim, a Alemanha ficou cada vez mais isolada no conflito, e a guerra tornou-se insustentável. As tropas e a população alemã sofriam as consequências do bloqueio económico. As tropas recusaram-se a combater e a população manifestou-se contra o Governo alemão. Em Novembro de 1918, os generais obrigaram o Kaiser alemão, Guilherme II, a abdicar e a instaurar uma república com sede na cidade de Weimar, em 9 de Novembro de 1918. Dois dias depois, o Governo republicano assinou o armistício, em 11 de Novembro de 1918. Terminava assim a 1.ª Guerra Mundial.

PERGUNTAS TRANSVERSAIS

1. Compara a assinatura do Tratado Brest-Litovsk (Março de 1918) com a assinatura de paz em Moçambique, assinado a 4 de Outubro de 1992.
2. Tal como o Tratado de Brest-Litovsk foi importante para os russos, fala da importância da assinatura de paz para os moçambicanos.
3. Compara as consequências da 1.ª Guerra Mundial (1914-1918) com as da Guerra Civil dos 16 anos em Moçambique.
4. Faz um trabalho de pesquisa sobre a importância que teve a assinatura do tratado de paz de Versalhes e a criação de sociedades das nações.



43. Cartaz de apelo à mobilização nos EUA.

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Que razões motivaram a entrada dos EUA na guerra?

EXERCÍCIOS

1. Relaciona a acção ofensiva alemã com a entrada dos EUA na 1.ª Guerra Mundial.



44. A frente ocidental.

1.4.3. O envolvimento dos africanos na 1.ª Guerra Mundial

O papel dos africanos na guerra

A 1.ª Guerra Mundial foi, antes de tudo, um conflito entre potências europeias, no qual a África se viu envolvida pelo facto de, no momento da abertura das hostilidades, se encontrar, em quase toda a sua extensão, sob a dominação dos países beligerantes.

Africanos de muitos países serviram nas tropas aliadas, tanto nas frentes de combate, como na qualidade de auxiliares. Vinham da Nigéria, da Gâmbia, do actual Zimbabwe, da África do Sul, da Serra Leoa, do Uganda, do Malawi, do Quênia, do Gana e de outras partes de África.

Mais de um milhão de soldados africanos participou nessas campanhas ou operações militares na Europa. Em número ainda maior, homens, mulheres e crianças foram recrutados, muitas vezes, à força para servirem como carregadores em exercícios cujos suprimentos não podiam ser transportados pelos meios convencionais, como estradas, ferrovias e bestas de carga.

Mesmo os últimos estados independentes do continente – Libéria, Etiópia e Darfur – foram envolvidos. A Libéria alinhou ao lado dos Aliados, assim que os Estados Unidos da América entraram na Guerra, em 1917.

Ainda que muitos voluntários se tenham oferecido para servir nos exércitos coloniais, na grande maioria dos casos, os alistamentos foram feitos contra a vontade dos recrutados. Estes recrutamentos forçados levaram a que muitos chefes locais se tornassem impopulares junto das respectivas populações, dando origem a revoltas, tal como aconteceu em Báruè, em 1917, impedindo, assim, que novos alistamentos fossem efectuados nas áreas rebeldes. Exceptuando a campanha do Sudoeste Africano, as tropas africanas desempenharam um papel decisivo nos êxitos militares dos Aliados em solo africano. As tropas autóctones combateram não apenas no território do continente, como na frente ocidental e no Médio Oriente.

Mais de um milhão de homens foram recrutados durante a guerra para completar os efectivos. Também foi recrutado um forte contingente de carregadores, cerca de três por combatente.

O recrutamento de combatentes carregadores obedecia a certos métodos. O primeiro, era exclusivamente voluntário: *os africanos aceitavam os seus préstimos livremente sem a menor pressão externa*. Por exemplo, no início da guerra, nas frentes da Síria e da Palestina, um grande número dos camponeses pobres do Egipto ofereceu-se em troca de salários.

A migração voluntária da mão-de-obra argelina para a França teve origem na 1.ª Guerra Mundial. No total, mais de 2,5 milhões

africanos, cifra que corresponde a bem mais de 1% da população do continente, participaram, de uma forma ou de outra, na guerra.

Os cidadãos senegaleses das quatro comunas do Senegal (Dakar, São Luís, Rufisque, Goreia) estavam inteiramente dispostos a aceitar as obrigações do serviço militar imposto aos franceses da metrópole.

Em Madagáscar foram recrutados 45 mil soldados, na sua maioria forçados.

O serviço obrigatório foi, igualmente, instituído na África Oriental inglesa, para o recrutamento de soldados e carregadores, por um decreto de 1915. De acordo com esse decreto, todos os homens de 18 a 45 anos ficaram obrigados a cumprir serviço militar. Essa disposição foi estendida ao protectorado do Uganda, em Abril de 1917.

Focos de confrontos em África ligados à 1.ª Guerra Mundial

Os focos de conflito em África, durante a 1.ª Guerra Mundial, ocorreram no Togo, em 1914, no Sudoeste Africano, em Julho de 1915, nos Camarões, em Janeiro de 1916, e em Tanganica, em Novembro de 1918.

Nos teatros de guerra de África, as operações consistiram em ataques às colónias alemãs, por parte da Grã-Bretanha, França, Bélgica e Portugal. Foram campanhas muito difíceis e demoradas.

Durante uma primeira fase, os Aliados procuraram destruir a capacidade ofensiva da Alemanha e neutralizar os seus portos africanos. Dessa forma, Lomé, no Togo, Dualá, nos Camarões, Swakopmund e baía Luderitz, no Sudoeste Africano, foram ocupados pouco depois da abertura das hostilidades. Posteriormente, na África Oriental alemã, cruzadores britânicos bombardearam Dar-es Salaam e Tanga, no mês de Agosto de 1914, e, embora só viessem a ser efectivamente tomados mais tarde, a partir de então, esses portos já não puderam ser utilizados pelos navios de guerra alemã.

No Egipto, com a entrada da Turquia na guerra ao lado dos alemães, os britânicos reforçaram as defesas do Canal de Suez, em Fevereiro de 1915, e repeliram uma expedição turca.

1.4.4. O fim da 1.ª Guerra Mundial: armistício de 11 de Novembro de 1918

Ao terminar o Verão de 1918, a longa carnificina aproximava-se do fim. A grande ofensiva lançada em Julho pelos ingleses, franceses e americanos desferiu sucessivos golpes esmagadores contra os batelões alemães, obrigando-os a recuar, quase até à fronteira belga, no fim de Setembro. A causa das potências centrais estava perdida.

A Bulgária retirou-se da guerra a 30 de Julho. Nos primeiros dias de Outubro, o novo Chanceler alemão, o príncipe Max de Baden, um liberal, apelou ao Presidente Wilson, propondo negociações de paz.



45. Monumento aos combatentes europeus e africanos da 1.ª Grande Guerra, Maputo.

Mas a luta continuou, porque Wilson exigiu que os alemães retirassem o *Kaiser* do trono. Pouco depois, os aliados da Alemanha viram-se à beira do colapso. A Turquia rendeu-se no fim de Outubro. O império dos Habsburgos estava em vias de desintegração, devido à revoltas dos eslavos.

Após pesadas derrotas em território italiano e noutras frentes, a 3 de Novembro de 1918, o imperador Carlos, que sucedera, em 1916, Francisco José, assinou um armistício que pôs a Áustria fora da guerra.

Entretanto, o moral das tropas alemãs decaía rapidamente. O bloqueio causava escassez de alimentos e o povo corria o perigo de ser dizimado pela fome.

Perante esta situação, os alemães encontravam-se com imensos problemas internos: revoltas, deserções, greves operárias, difusão de ideias marxistas e descontentamento geral contra a guerra. A situação era de tal maneira grave, que levou à queda do *Kaiser* Guilherme II e à proclamação da república, em 9 de Novembro de 1918.

Dois dias depois, o novo Governo republicano alemão assinou o armistício em Rethondes, na França. Tinha em mãos, no próprio país, uma série de abalos revolucionários que vinham a fazer-se sentir desde há algum tempo. Em 8 de Novembro de 1918, foi proclamada a república na Baviera. Nos dias seguintes, quase toda a Alemanha estava convulsionada pela revolução. Publicou-se, em Berlim, um decreto anunciando a abdicação do kaiser, e, na manhã do dia 10, este embarcava para o exílio na Holanda.

Entrementes, o Governo da nação havia passado para as mãos de um conselho provisório chefiado por Friedrich Ebert, líder dos socialistas no Reichstag. Ebert e os seus correligionários tomaram medidas imediatas para concluir as negociações do armistício.

As condições impostas pelos Aliados consistiam nos catorze pontos de Wilson, com três modificações. Primeiro, o ponto referente à liberdade dos mares fora riscado, de acordo com o pedido da Inglaterra. Segundo, a restauração das zonas invadidas devia ser interpretada, de modo a incluir reparações. Terceiro, não se exigia mais autonomia para os povos vassallos da Áustria-Hungria, mas sim a independência.

Em diversas outras ocasiões, no decorrer de todo o ano de 1918, Wilson reafirmou, em discurso público, que esse programa formava a base da paz pela qual trabalharia.

Milhares de cópias dos 14 pontos foram espalhados pelos aliados sobre as trincheiras alemãs e através das linhas, num esforço para convencer tanto os soldados quanto o povo de que as nações aliadas estavam a esforçar-se por obter uma paz justa.

Além disso, tropas das nações aliadas ocupariam certas cidades do vale do Reno; o bloqueio continuava em vigor e a Alemanha devia entregar 5 mil locomotivas, 15 mil vagões ferroviários e 5 mil camiões tudo em bom estado.

na,
ma
à 1
Par
dec
cio
um
Eu
tor
gar
visi
est:
via
cor
der
PLMH

1) Firmar pactos de paz, depois dos quais não deverá haver acordos diplomáticos secretos, mas sim diplomacia franca e sob os olhos públicos; (...)

3) Abolição, na medida do possível, de todas as barreiras económicas entre os países e o estabelecimento de uma igualdade das condições de comércio entre todas as nações que se coadunem com a paz e com a associação multilateral;

4) Garantias adequadas da redução dos armamentos nacionais até ao nível mínimo necessário para garantir a segurança nacional;

5) Um reajuste livre, aberto e imparcial da política colonialista, baseado na observação estrita do princípio de que a soberania dos interesses das populações colonizadas deve

ter o mesmo peso das pretensões equiparáveis das nações colonizadoras; (...)

7) É imprescindível que a Bélgica seja evacuada e restaurada (...).

8) Todo o território francês deve ser libertado e as regiões invadidas devem ser restauradas; o prejuízo causado à França pela Prússia em 1871, no que respeita à Alsácia-Lorena (...) deve ser reparado (...).

14) É necessário que uma organização geral das nações seja constituída (...) tendo como objectivo assegurar as garantias mútuas de independência política e integridade territorial tanto aos pequenos como aos grandes estados.

T. W. Wilson, Mensagem ao Congresso, 8 de Janeiro de 1918

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Que tipo de diplomacia é condenada no ponto 1?
2. Que princípio económico é defendido no ponto 3?
3. Como seriam debatidas as questões coloniais (ponto 5)?
4. Porque se considerava necessário constituir uma "organização geral das nações" (ponto 14)?

Às 5 horas da manhã de 11 de Novembro, dois delegados da nação derrotada encontraram-se na floresta de Compagnie com o marechal Foch e assinaram os papéis que punham fim oficialmente à 1.ª Guerra Mundial.

Nessa noite, milhares de pessoas dançaram nas ruas de Londres, Paris e Roma, imbuídas do mesmo delírio com que haviam saudado as declarações de guerra. Terminava a 1.ª Guerra Mundial! Dava-se o início às negociações do tratado de paz, cujos termos viriam a constituir uma espécie de preparação para a 2.ª Guerra Mundial.

Dos tratados de paz nasceu um novo equilíbrio político na Europa. Antes da 1.ª Guerra Mundial era claro o predomínio territorial de quatro grandes impérios: o russo, o alemão, o austro-húngaro e o otomano. No mapa da página 49 (A Europa em 1925), é visível que esses impérios desapareceram para dar origem a novos estados (como a Hungria, a Checoslováquia, a Polónia, a Jugoslávia e os Estados Bálticos da Estónia, Letónia e Lituânia) ou uma confederação de Estados (caso da URSS). As principais alterações deram-se na Europa Central e Oriental.



47. Homens a celebrar o armistício, em Londres.

48. Síntese cronológica da 1.ª Guerra Mundial (principais acontecimentos).

ANOS		1914	1915	1916	1917	1918
FRENTE	Frente ocidental	<ul style="list-style-type: none"> Invasão da Bélgica (Agosto) Batalha da Flandres (Outubro) Estabilização da frente (Novembro) 	<ul style="list-style-type: none"> Entrada da Itália na Guerra (Abril) Ofensivas franco-britânicas na campanha de Artois 	<ul style="list-style-type: none"> Entrada de Portugal na guerra pelos Aliados (Fevereiro) Enfraquecimento da ofensiva contra Verdun (Fevereiro-Dezembro) 	<ul style="list-style-type: none"> Intensificação da guerra submarina Entrada dos EUA na guerra pelos Aliados (Abril) 	<ul style="list-style-type: none"> Contra-ofensiva de Foch contra os alemães (Julho) Ofensivas vitoriosas dos Aliados em todas as frentes (Setembro e Outubro) Abdicação do Kaiser Guilherme II Assinatura do armistício
	Frente leste	<ul style="list-style-type: none"> Vitória das tropas alemãs sobre os exércitos russos 	<ul style="list-style-type: none"> Ofensiva vitoriosa dos alemães desde o mar Báltico até ao rio Deniestre 	<ul style="list-style-type: none"> Contra-ofensivas russas 	<ul style="list-style-type: none"> Revolução burguesa na Rússia (Fevereiro) Ruína do exército russo Segunda revolução (bolchevique) na Rússia (Outubro) 	<ul style="list-style-type: none"> Tratado de Brest-Litovsk (1918): a Rússia abandona a guerra, assinando uma paz separada com a Alemanha (Março)
	frente Balcânica	<ul style="list-style-type: none"> Reconquista de Belgrado pelos sérvios 	<ul style="list-style-type: none"> Ataque dos Aliados no estreito de Dardanelos Aniquilamento da Sérvia (Outubro) Desembarque franco-britânico em Salónica (Grécia) 	<ul style="list-style-type: none"> Entrada da Roménia na guerra pelos Aliados (Agosto) Aniquilamento da Roménia (Dezembro) 	<ul style="list-style-type: none"> Entrada da Grécia na guerra pelos Aliados (Junho) 	<ul style="list-style-type: none"> Ofensiva dos Aliados contra a Bulgária Rendição da Áustria-Hungria (assinatura de armistício separado, em 11 de Novembro)

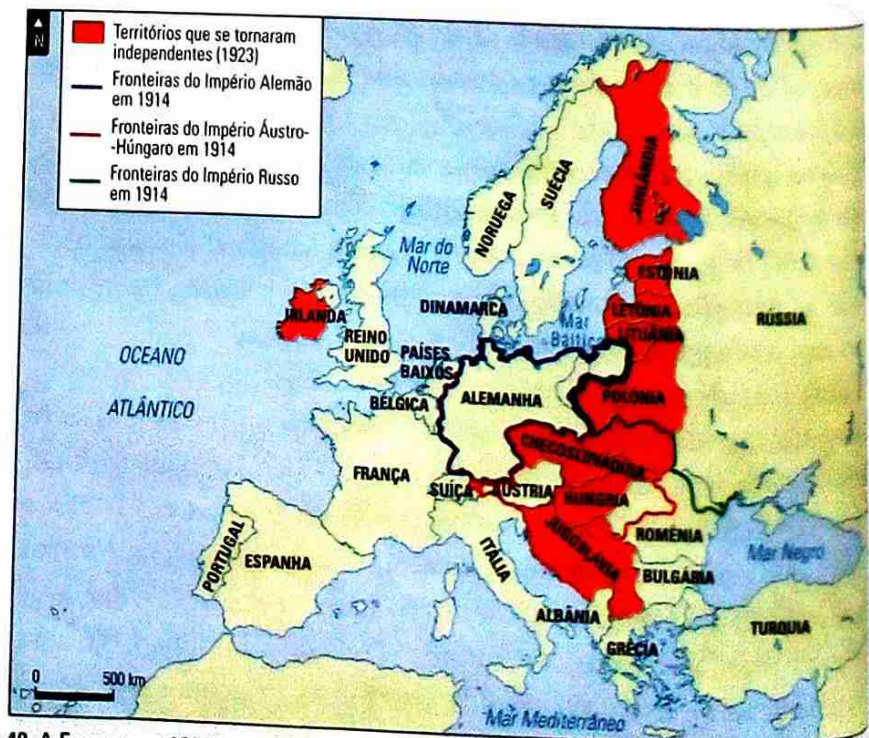
EXERCÍCIOS

1. Quais foram as principais alterações no mapa geopolítico da Europa, decorrentes dos Tratados de Paz?

A Conferência de Paris

A 1 de Janeiro de 1919, na galeria dos espelhos em Versalhes, na mesma onde, 48 anos antes, o império alemão tinha sido proclamado, procedeu-se à abertura da conferência encarregada de elaborar as condições do tratado de paz com a Alemanha e os outros estados vencidos.

Estavam representados 27 países ou estados (aliados ou associados) que tinham tomado parte na guerra ao lado dos Aliados. Mas as decisões mais importantes foram tomadas pelos delegados das quatro maiores potências vencedoras.



49. A Europa em 1925.

A Alemanha e os seus aliados não foram convidados para a conferência, ou seja, não estiveram representados os países vencidos, que, no fim, se limitaram a assinar os tratados.

A Rússia esteve ausente, se bem que os exércitos russos tivessem jogado um papel muito importante nas operações militares. Os participantes da conferência de Paris tinham como um dos seus objectivos *derrubar o mais depressa possível o poder dos Sovietes na Rússia*, de asfixiarem o Bolchevismo e não permitir que a “*experiência russa*” se repetisse noutra sítio.

Se bem que quase três dezenas de estados estivessem representados na conferência, foram, com efeito, as quatro grandes potências que mais protagonismo tiveram: os Estados Unidos da América, representados pelo presidente *Woodrow Wilson*; a Inglaterra, que foi representado pelo primeiro-ministro *Lloyd George*; a França, representada pelo seu primeiro-ministro, *Clemenceau*; e a Itália, representada pelo seu presidente, *Orlando*.

Desde o início que se manifestaram sérias divergências entre as grandes potências, acerca das questões, em especial sobre o futuro da Alemanha. Se, de um lado, a França pretendia fortes sanções que propiciassem aos franceses vantagens económicas, a Inglaterra e os EUA, por outro, opunham-se ao desmembramento da Alemanha, estando implícito o seu interesse em manter uma Europa continental com um certo equilíbrio entre as potências, evitando, assim, um forte poderio francês.

A Itália procurava que lhe fosse concedido o que lhe haviam prometido, em 1915, em troca da sua entrada na guerra. Enquanto isso, a Grã-Bretanha estava interessada em proteger os seus interesses coloniais e também pretendia garantir a sua supremacia naval. Os EUA estavam interessados em criar a Sociedade das Nações.

Houve, também, acesa disputa sobre os territórios colonizados pelos alemães, sendo estes disputados entre a Inglaterra, a França e o Japão, os quais acabaram por ser mais beneficiados, na distribuição dessas áreas, do que os Estados Unidos.

Entre 1919 e 1920, depois de grandes debates, foram, finalmente, assinados vários tratados:

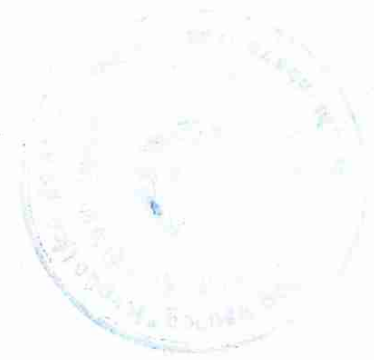
- 1.º – Tratado de Versalhes (28 de Junho, de 1919) com a Alemanha;
- 2.º – Tratado de Saint-Germain (10 de Setembro, de 1919) com a Áustria;
- 3.º – Tratado de Nevilly (27 de Novembro, de 1919), com a Bulgária;
- 4.º – Tratado de Trianon (4 de Junho, de 1920), com a Hungria;
- 5.º – Tratado de Sèvres (10 de Agosto, de 1920), com a Turquia.

O Tratado de Versalhes

Após a rendição da Alemanha, os aliados assumiram-se como vitoriosos e iniciaram um conjunto de iniciativas tendo em vista regulamentar a paz.



50. Os negociadores da paz de Versalhes.



Os países vencedores reuniram-se numa conferência de Paris onde prepararam vários tratados. O mais importante foi o Tratado de Versalhes, assinado em 28 de Junho de 1919.



51. Assinatura do Tratado de Versalhes, na galeria dos espelhos do palácio de Versalhes, França. Na imagem, vêem-se os Presidentes Orlando (Itália) e Wilson (EUA) e os Chefes do Governo Clemenceau (França) e Lloyd (Grã-Bretanha). Os aliados foram severos para com a Alemanha neste tratado, impondo-lhe pesadas indemnizações pecuniárias e ferindo-a no seu orgulho nacional.

Elaborado o tratado, foram convocados os países vencidos apenas para tomarem conhecimento e o assinarem, já que não poderiam contestá-lo, ainda que o considerassem humilhante, sobretudo os alemães, o que levou alguns membros do recente Governo republicano alemão a pedirem a demissão para não terem de o assinar! O Tratado de Versalhes constituiu uma autêntica humilhação para a Alemanha.

Assim, a Alemanha era considerada como a grande responsável pela guerra e por isso obrigada a assumir o seguinte: *em conformidade com as condições do tratado assinado a 28 de Junho de 1919, em Versalhes, a Alemanha devia restituir à França a Alsácia e Lorena, anexadas em 1871, Eupen e Malmédy à Bulgária, o Schleswig setentrional à Dinamarca e a maior parte da Posnânia e da Prússia Ocidental.*

O território do Sarre seria administrado durante 15 anos pela Sociedade das Nações (SDN) até que fosse realizado um plebiscito.

A Alemanha reconheceu a independência da Polónia e entregou

-lhe uma parte das terras conquistadas (Poznan, muitas regiões da Silésia e da Pomerânia).

Em consequência dessas disposições territoriais, a Alemanha era despojada de um sexto (1/6) de terrenos aráveis, de dois quintos do seu carvão (2/5), de dois terços do seu ferro (2/3) e de sete décimos (7/10) do seu zinco.

A Prússia Oriental ficava separada do resto do território alemão e o porto de Danzig, quase inteiramente teutónico, era submetido ao controlo político da Sociedade das Nações e ao domínio económico da Polónia.

A Alemanha reconheceu igualmente a independência da Checoslováquia e renunciou à região de Gulcinsk, em favor deste país.

Um parágrafo especial do Tratado de Versalhes proibia a ligação da Áustria à Alemanha. Por outro lado, também ficou destituída de todas as colónias.

A Inglaterra e a França partilharam entre si o Togo e os Camarões. As possessões alemãs, no Sudoeste Africano e na África Oriental, foram repartidas entre a Inglaterra, a Bélgica, a União Sul-Africana e Portugal.

O Japão recebeu as ilhas Marshall, as Marianas e as Carolinas. As outras colónias alemãs no Pacífico foram anexadas pela Austrália e Nova Zelândia.

- A Alemanha foi obrigada a pagar aos aliados indemnizações que atingiram a soma de 132 biliões de marcos-ouro em 1921.

As cláusulas militares do Tratado de Versalhes limitavam os efectivos das forças armadas da Alemanha. O serviço militar obrigatório foi proibido. Os efectivos do *Reichshwe* (recrutados por contrato), não deviam ultrapassar os 10 mil homens.

- A Alemanha ficou proibida de ter submarinos, artilharia pesada e aviões militares. Além disso, era forçada a entregar à Inglaterra, à França e à Bélgica praticamente todos os seus navios, mercantes de algum valor, um oitavo (1/8) do seu gado e enormes quantidades de carvão, materiais de construção e máquinas. Ficou, naturalmente, desarmada. Entregou todos os submarinos e toda a marinha de superfície.

- Por último, a Alemanha e seus aliados foram responsabilizados por todas as perdas e danos sofridos pelos governos da *Entente* e seus cidadãos. "*Em consequência da guerra que lhes fora imposta pela Alemanha e pelos aliados*", era essa a cláusula do Tratado (artigo 231) que atribuía a culpa à Alemanha e aos seus aliados.

Outros tratados nasceram ao longo do mesmo ano de 1919 e inícios dos anos 20, que criaram uma nova carta política da Europa. Pelo Tratado de Saint-Germain, a Áustria foi obrigada a reconhecer a independência da Hungria, da Jugoslávia, da Checoslováquia e da Polónia e ficava impedida de se unir à Alemanha.

52. Tratado de Versalhes de 1919.

A - Art. 42.º - É proibido a Alemanha manter ou construir fortificações, tanto na margem esquerda como na margem direita do Reno, ao ocidente da linha traçada a 50 km a leste daquele rio.

Art. 43.º - São igualmente proibidas, na zona definida no artigo anterior, a conservação e a concentração de Forças armadas a título permanente ou temporário [...].

Art. 44.º - No caso de a Alemanha violar, de qualquer maneira que for, as disposições do art 42.º e 43.º, considerar-se-á que comete um acto hostil para com as potências signatárias do presente tratado e que procura perturbar a paz do mundo [...].

Art. 51.º - Os territórios (Alsácia e Lorena) são reintegrados na soberania francesa.

Art. 73.º - Todo o serviço militar obrigatório será abolido na Alemanha.

Art. 80.º - A Alemanha reconhece e respeitará estritamente a independência da Áustria [...].

Assinado na Galeria dos Espelhos do Palácio de Versalhes, em 28 de Junho de 1919

O. Voilliard e outros, *Documentos de História - 1851-1971*, em G. de Freitas, 1975 - "900 Textos e Documentos e História", Vól. III, Lisboa, Plátano Editora

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Refere três decisões do Tratado de Versalhes que consideres que prejudicaram a Alemanha.
2. Que outros tratados acordaram o novo mapa político da Europa?

A Sociedade das Nações (SDN)

A Sociedade das Nações (SDN) foi um projecto idealizado pelo Presidente norte-americano Woodrow Wilson, na conferência de Paz de 1919, que insistia na necessidade de se constituir um organismo internacional encarregado de garantir a paz e a segurança dos estados.

O projecto de uma liga de nações proposto pelo Presidente Wilson nos "Catorze Pontos" do seu programa, concretizou-se em Abril de 1919, ano da criação da Sociedade das Nações (SDN), com sede em Genebra (Suíça).

- A Sociedade das Nações tinha como objectivos principais:
- Preservar a paz e a independência política dos estados-membros;
 - Desenvolver a cooperação entre as nações;
 - Garantir-lhes a paz e a segurança;
 - Manter relações internacionais baseadas na justiça e na honra;
 - Observar rigorosamente as prescrições do direito internacional;
 - Respeitar os tratados nas relações mútuas dos povos organizados.
 - Garantir a protecção das minorias nacionais;
 - Controlar durante 15 anos o território do Sarre até a realização de um plebiscito que decidisse o seu destino;
 - Organizar o desarmamento geral, sendo a Alemanha o primeiro país a fazê-lo;
 - Criar um sistema de tutela para as colónias alemãs perdidas pelo Tratado de Versalhes;
 - Promover a cooperação económica, financeira, social e cultural entre as nações.

A Sociedade das Nações revelava o empenhamento dos países na cooperação entre si, na promoção do desarmamento e na solução dos litígios pela via da arbitragem pacífica. Os estados-membros reuniam-se regularmente em assembleia-geral.

53. Pacto da SDN.

Art. 1.º - Os membros da Sociedade das Nações comprometem-se a respeitar e manter contra qualquer agressão exterior a integridade territorial e a independência política perante todos os membros da Sociedade (...).

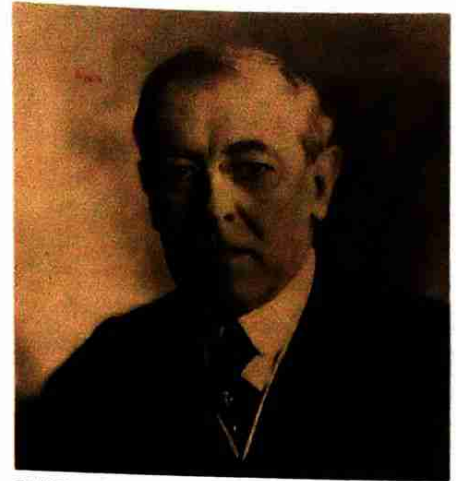
Art. 11.º - É expressamente declarado que toda a guerra ou ameaça de guerra, quer afecte ou não os membros da sociedade, atinge a sociedade inteira, e que esta deve tomar as medidas próprias para salvaguardar eficazmente a paz das nações.

Do Pacto da Sociedade das Nações (Abril de 1919), cit. por Louis Gauthier e Albert Troux, em *Recueil de Textes d'Histoire*

Apresentado, em projecto, pelo presidente Wilson na Conferência de Paz, em 14 de Fevereiro de 1919. Ultimado em 28 de Abril de 1919. Aprovado em 28 de Junho de 1919. Em vigor a partir de 1 de Janeiro de 1920

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Quais os propósitos da Sociedade das Nações?
2. A partir da análise do documento do texto, explica a importância da Sociedade das Nações.



54. Woodrow Wilson (1856-1924)

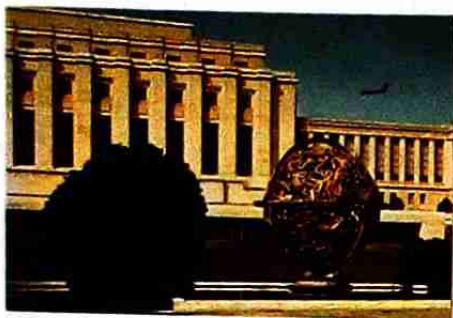
Educado na religião presbiteriana, Wilson foi professor de jurisprudência e de economia política na Universidade de Princeton, onde havia tirado a sua primeira graduação.

Em 1910, foi escolhido para governador de New Jersey, tendo iniciado aí a sua carreira política. Proposto pelo Partido Democrático, foi eleito 28.º Presidente dos EUA, em 1913, e cumpriu, no cargo, dois mandatos seguidos (1913-1917-1921).

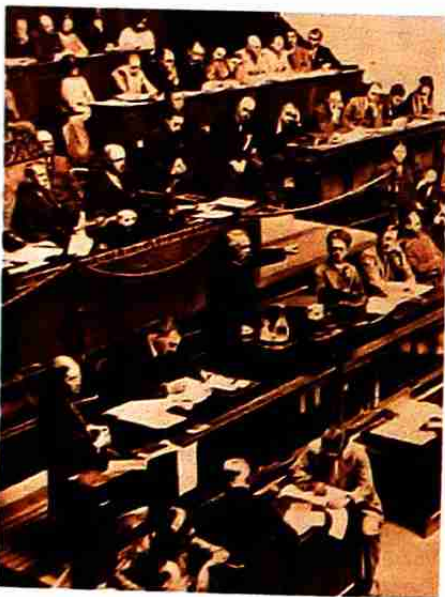
Foi ele que envolveu os EUA na 1.ª Guerra (Abril de 1917), ao lado dos Aliados e da democracia, pois, como declarou ao Congresso americano, "o mundo deve ser salvo para a democracia".

Representou o seu país nos tratados de paz que foram elaborados com base num documento de catorze pontos redigidos por ele. Foi nesse documento que propôs a criação da Sociedade das Nações, nascida em Abril de 1919, sob a sua presidência.

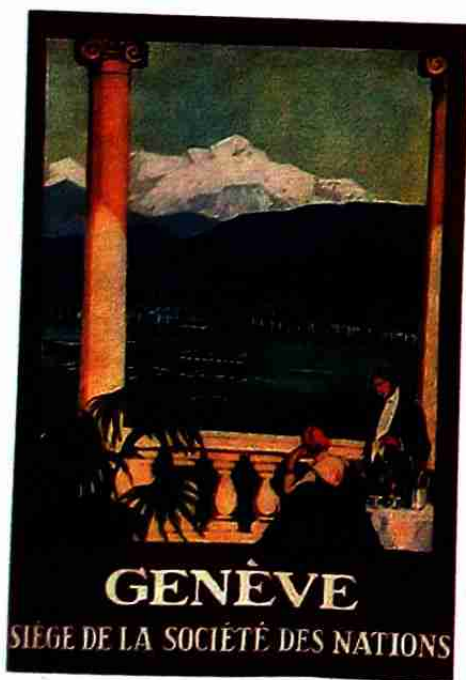
O seu empenhamento no estabelecimento da democracia e da paz internacional valeu-lhe o Prémio Nobel da Paz, em 1919.



55. Edifício-sede da Sociedade das Nações, Genebra (Suíça).



56. Reunião da Sociedade das Nações.



57. Cartaz turístico de Genebra que evoca o facto de a Sociedade das Nações estar nesta cidade.

Destes estados-membros, apenas cinco formavam o conselho (segundo o pacto fundador, seriam: a França, a Grã-Bretanha, a Itália, o Japão e os EUA, a título permanente, renovando-se os restantes quatro países, de três em três anos). Os EUA viriam, porém, a desistir da SDN, dando lugar à China, encarregada de gerir os conflitos que ameaçavam a paz.

Ao Secretariado competia a preparação dos trabalhos, enquanto outros organismos, como o Tribunal Internacional de Justiça, o Banco Internacional, a Organização Internacional do Trabalho, a Comissão Permanente dos Mandatos davam cumprimento ao audacioso programa da SDN.

Nem a Alemanha nem qualquer dos vencidos, nem a Rússia Soviética foram chamados a colaborar na SDN. Como estados-membros, a Alemanha e a Rússia entraram mais tarde, 1926 e 1934, respectivamente.

O fracasso da Sociedade das Nações

Até ao final da década de 1920, a SDN gozou de um certo prestígio. Aos estados-membros, que, a princípio, eram sobretudo os vencedores da guerra juntaram-se, em 1926, a Alemanha, em 1932, a Turquia, e em 1934, a União Soviética.

Como os EUA nunca chegaram a apresentar a sua candidatura, por oposição do Congresso americano, a SDN era, fundamentalmente, uma organização de estados europeus. Apesar dos esforços feitos para defender a paz, a SDN não conseguiu atingir esse objectivo nem evitar os conflitos entre os países. Assim, a não integração dos EUA na SDN por um lado, e por outro, a falta de um exército próprio, constituíram os principais motivos do seu fracasso.

O descrédito começou quando as conferências preparatórias sobre o desarmamento (1926-1931) não conseguiram chegar a resultados positivos. Mas foi na década de 30 que a SDN se revelou incapaz de fazer cumprir os objectivos para-~~os~~ quais foi criada, a saber:

- 1932 – Invasão da Manchúria pelo Japão (o Conselho da SDN recomendou a retirada, o que não foi cumprido);
- 1935 – Invasão da Abissínia, pela Itália fascista (a SDN condenou esta invasão e decretou sanções económicas, que não foram cumpridas);
- 1936-1939 – Guerra Civil de Espanha, com a intervenção alemã e italiana (a SDN não reagiu);
- 1939 – Pacto de Munique, que levou ao desmembramento da Checoslováquia (a SDN não reagiu);
- 1939 – Invasão da Polónia pelas tropas alemãs (a SDN não reagiu e extinguiu-se).

O início da 2.ª Guerra Mundial, com a invasão da Polónia, a 1 de Setembro de 1939, pelos exércitos alemães, constituiu a prova final do fracasso da SDN, que não foi capaz de cumprir o seu principal objectivo: *garantir a paz e segurança dos Estados*. A sua extinção oficial dar-se-ia em 19 de Abril de 1941.

1.4.5. As consequências da 1.ª Guerra Mundial

Consequências para a África:

A nível demográfico

A nível demográfico, mais de cento e cinquenta mil soldados e carregadores perderam a vida na 1.ª guerra. Muitos outros ficaram feridos e mutilados.

Mas não só. Indirectamente, por ter propiciado condições para o surgimento da epidemia de gripe que atingiu todo o continente entre 1918-1919, facilmente propagada com o repatriamento dos soldados e carregadores, a guerra foi causa da morte de inúmeros civis africanos.

A nível social

A guerra teve, para África, consequências sociais muito variáveis, conforme o grau de participação de cada território e da intensidade do recrutamento ou das operações militares que protagonizaram.

Em certas regiões, como na África Oriental, a 1.ª Guerra Mundial deixou um rasto de destruição sem precedentes. No entanto, não há dúvida de que a guerra abriu novos horizontes, para um grande número de africanos, principalmente da elite culta.

O soldado africano não tardou a descobrir os pontos fortes e a fraqueza dos europeus, até então considerado pela maioria dos africanos como um indivíduo superior. De facto, sargentos africanos foram encarregados de ensinar a voluntários europeus técnicas da guerra moderna. Tornava-se evidente que os europeus não sabiam tudo.

Se, por um lado, a guerra assinalou o fim das tentativas por parte dos africanos para recuperar a soberania da era pré-colonial, por outro lado, conduziu também à intensificação das reivindicações, como consequência da participação dos africanos na administração das novas entidades políticas impostas pelos europeus.

A nível político

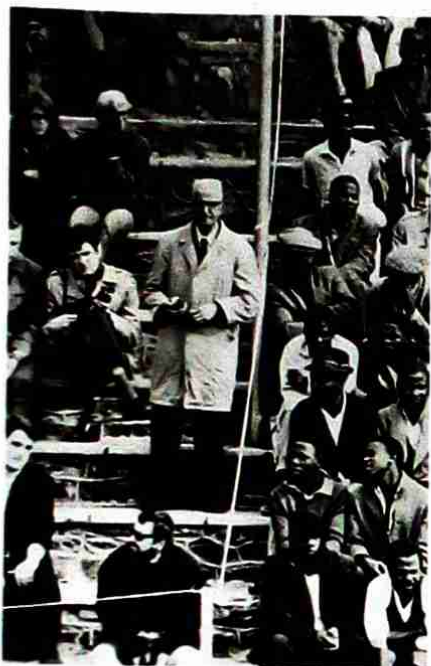
Em muitas regiões africanas, a guerra favoreceu o despertar de movimentos nacionalistas, assim como o desenvolvimento de uma atitude mais crítica da elite culta, em relação ao poder colonial.

Em muitos territórios que haviam contribuído, significativamente, com recursos humanos e materiais para a guerra, a população esperava, no mínimo, em contrapartida, uma *reforma social e política*. A guerra estimulou não apenas o nacionalismo africano, mas também o nacionalismo branco, nomeadamente na África do Sul.

A frustração de antigos soldados africanos, que tinham participado na 1.ª Guerra Mundial, levou muitos deles a criarem ódio pela população de origem europeia que, *consequentemente, acabaram por formar movimentos nacionalistas*.

EXERCÍCIOS

1. Em que contexto surgiu a SDN?
2. O que foi e que actuação teve a Sociedade das Nações?
3. Quais foram os principais indicadores do fracasso da SDN?
4. Como se encontrava organizada a SDN?



58. Segregação racial num estádio de futebol, África do Sul.



59. Blaise Diagne (1872-1932). Líder político do Senegal eleito pela Assembleia Nacional Francesa.

Na Guiné, o regresso dos antigos combatentes foi prelúdio de greves, agitação nos campos de desmobilização e contestação da autoridade dos chefes.

Na África Negra francesa, foram concedidas a Blaise Diagne, líder político do Senegal, uma série de reformas depois da guerra, pelo seu papel no recrutamento de soldados para a França, para combater na frente ocidental.

A contribuição da Argélia para o esforço de guerra também foi compensada pela melhoria da situação económica e política dos argelinos.

Na Tunísia, uma delegação de trinta representantes da comunidade árabe solicitou a Moncef Bey que procedesse a uma reforma política, lembrando-lhe os sacrifícios feitos pelo país durante a guerra.

No Quênia, os colonos brancos aproveitaram as hostilidades para conseguirem importantes vantagens políticas perante a administração colonial. Assim, obtiveram o direito de eleger representantes no Legislative Council (Conselho Legislativo), onde formaram maioria a partir de 1918.

Na África do Sul, a escalada do nacionalismo africâner e a agitação republicana durante a guerra preocuparam vivamente os dirigentes africanos da Suazilândia e da Basutolândia (Lesoto) que receavam que os seus países fossem integrados na união e que esta, com a sua política cada vez mais racista, como ilustra o *Native Land Act* (Leis sobre as Terras Indígenas, de 1913), obtivesse a independência sob pressão dos africâners, que, depois, lhes furtaria todos os meios de salvaguardar os seus interesses.

A nível económico

A guerra prejudicou, consideravelmente, a vida económica de África. De modo geral, provocou a queda dos preços dos produtos básicos e a elevação dos preços dos artigos importados, dada a redução da oferta.

No Uganda, estes preços chegaram a aumentar 50% de um dia para o outro. A estrutura do intercâmbio entre África e a Europa foi radicalmente modificada com a expulsão dos alemães dos territórios aliados, onde, em certos casos, como a Serra Leoa, eles eram responsáveis por 80% do comércio de importação-exportação.

Durante toda a guerra, os Estados colonialistas não cessaram de intervir na economia das colónias africanas: controlo de preços, requisição de colheitas, cultivo-obrigatório de certos produtos, recrutamento de mão-de-obra para projectos essenciais e distribuição da tonelagem disponível nos navios mercantes.

Como os Aliados dominavam os mares, as colónias alemãs foram separadas da metrópole, antes mesmo de serem ocupadas. A Alemanha, na época, o principal parceiro comercial de África Tropical, viu-se quase totalmente eliminada do continente, pois, com a ocupação das suas colónias pelos Aliados, todos os alemães foram feitos

prisioneiros, e suas plantações, casas de comércio e indústrias confiscadas pelas potências ocupantes em África, contribuindo, desta forma, negativamente, para o desenvolvimento económico dessas regiões.

A crise subsequente às hostilidades logo deu lugar a forte alta dos preços dos produtos necessários ao esforço de guerra aliado. Na Costa de Ouro, por exemplo, o cacau, principal produto de exportação, estava longe de ser tão procurado como as oleaginosas. Além disso, o poder aquisitivo das empresas de importação-exportação instaladas na África caiu drasticamente com a mobilização e a partida, voluntária ou forçada, de grande parte do pessoal europeu.

Se a minoria dos africanos ligados à economia de subsistência não foi atingida pela inflação, o mesmo não sucedeu com os assalariados e produtores de géneros, destinados à exportação.

Por exemplo, o camponês egípcio, produtor de algodão, verificou que o lucro auferido com a alta de preço de seu produto não compensava o encarecimento brutal do combustível, do vestuário e dos cereais.

A demanda de soldados e carregadores e a necessidade de aumentar a produção das culturas de exportação e de subsistência determinaram a escassez de mão-de-obra em vários países africanos. Por exemplo, na África Ocidental francesa, a demanda de homens para a guerra concorria com a demanda de braços para o cultivo do sorgo, painço, milho, etc.

O recrutamento de carregadores na Rodésia do Norte para a campanha da África Oriental prejudicou a Rodésia do Sul (actual Zimbabwe) e a Catanga, sua fonte tradicional de mão-de-obra. No Congo, a administração belga teve de apelar ao recrutamento forçado de trabalhadores, para suprir as explorações mineiras do país.

A epidemia de gripe que assolou a África Central e Oriental, já no fim da guerra, atingiu os carregadores e repatriados e provocou séria carência de mão-de-obra no Quênia e nas duas Rodésias (do Norte e do Sul). Havia escassez de mão-de-obra, tanto para os europeus como para os africanos.

A carência de produtos de importação conduziu à queda da produção agrícola naqueles países dependentes da importação de adubos, implementos agrícolas e materiais de irrigação, como foi o caso do Egipto.

Por outro lado, a guerra trouxe para África o motor de combustão interna e, com ele, as estradas de rodagem. Na África Oriental, a longa campanha contra os alemães e o problema de transporte de provisões impuseram a construção de várias estradas, como, por exemplo, a de Massequesse em Manica, e a que liga Dodoma, na África Oriental alemã.

Em Tukuyu, na extremidade setentrional do lago Niassa, nas áreas de actividade militar constante ou onde foram necessárias instalações de trânsito, houve um rápido desenvolvimento dos portos, como Mombaça, Bizerta, Port Harcourt e Dacar.

De modo geral, as receitas públicas em África diminuíram durante o período da 1.ª Guerra Mundial.

EXERCÍCIOS

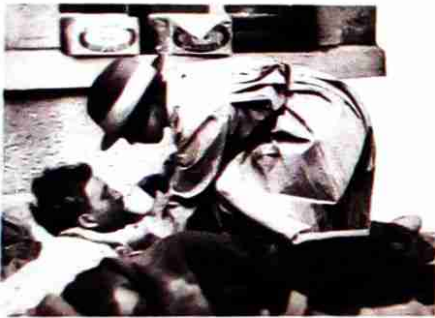
1. Menciona duas consequências da 1.ª Guerra Mundial para África nos aspectos: demográfico, social, político, económico.
2. De que forma a 1.ª Guerra Mundial contribuiu para o despertar do nacionalismo africano?



60. Agricultora moçambicana da província de Nampula, Moçambique.



61. Os inválidos da guerra.



62. As perdas humanas na 1.ª Guerra Mundial. Enfermeira da Cruz Vermelha assistindo um ferido de guerra.



63. A rápida e drástica desmobilização forçada do exército alemão lançou nas ruas das cidades milhões de desempregados, para os quais a lenta reconversão económica da Alemanha não tinha ainda resposta. Homem jovem passeia-se em Berlim, oferecendo-se para trabalhar. No cartaz que traz sobre o corpo lê-se "Procuo trabalho de qualquer tipo".

Consequências para a Europa:

A nível demográfico

Até 1914, a Europa ocupava uma posição hegemónica sobre o mundo, mas a guerra modificou esta situação. Embora a guerra tivesse sido mundial, a Europa foi quem mais sofreu as consequências.

Os quatro anos de guerra traduziram-se em cerca de 10 milhões de mortos e 20 milhões de feridos, dos quais grande parte ficaram inválidos e mutilados. Num total de mais de 65 milhões de homens mobilizados pelos Aliados, pelo menos 8 milhões perderam a vida – 5 milhões morreram em consequência de ferimentos, os restantes foram dados como “desaparecidos” depois das batalhas. Mais de 3 milhões ficaram totalmente incapacitados e mutilados. A Europa ficou com perto de 20 milhões de inválidos, o que significou a perda de cerca de um décimo da sua população activa.

Dadas as precárias condições de vida e a má alimentação, a saúde era péssima, o que levou a uma grave epidemia em 1918, a gripe espanhola ou pneumónica, que matou vários milhares de pessoas, sobretudo no Reino Unido, na Alemanha, na Itália, na Espanha e em França.

A mortalidade, dado que atingiu sobretudo a população masculina de mobilizados, levou ao envelhecimento demográfico e excedente de população feminina. Estas condições sentidas sobretudo nos países beligerantes, modificaram o estatuto socioprofissional da mulher, que começou a desempenhar funções antes consideradas exclusivas dos homens.

64. Consequências sociais da 1.ª Guerra Mundial.

Mais de dez milhões de homens, tanto os vencedores como os vencidos, estavam exaustos e empobrecidos em consequência da luta [...] com os seus imensos recursos intactos, foi possível aos Estados Unidos ajudar a Europa a refazer-se.[...]. A sociedade americana, envolvida numa onda de prosperidade, contrastava vivamente com a Europa perturbada dos anos 20.

História do Homem nos Últimos Dois Milhões de Anos, Selecções do Reader's Digest, Lisboa, 1992

A nível social

Do ponto de vista social, a guerra provocou o empobrecimento das classes médias e a ruína dos rendeiros, enquanto um pequeno número de industriais e comerciantes, sobretudo ligados à economia de guerra, enriqueceram. O proletariado, embora constantemente ameaçado de desemprego, conseguiu manter o seu poder de compra (graças à força dos sindicatos).

A fome e o desemprego alastraram pela Europa, levando ao empobrecimento das classes médias. Por outro lado, as mulheres entraram definitivamente, no mundo de trabalho e ganharam importância política, conquistando, gradualmente, o direito ao voto.

Ao mesmo tempo, os grandes industriais e comerciantes enriqueceram e o operariado, ainda que ameaçado pelo desemprego, conseguiu manter o seu poder de compra, tornando-se numa força social muito forte, com base nos sindicatos.

A nível económico

Finda a guerra de 1914-1918, a economia mundial entrou num período de grande instabilidade. Depauperada pela guerra, a maior parte dos países europeus viu-se, nesta época, a braços com uma difícil reconstrução e reconversão económica, o que os levou ao endividamento (interno e externo) e à desvalorização monetária, gerando grandes crises inflacionistas. A situação foi particularmente grave na Alemanha, na Áustria e na Hungria, países que ficaram sujeitos, cumulativamente, ao pagamento de elevadas indemnizações de guerra.

Do conflito resultaram milhões de hectares de terrenos inutilizados e edifícios e infra-estruturas destruídos. As principais regiões industriais foram as mais devastadas e a diminuição da força de trabalho, devido ao grande número de jovens mortos ou inválidos, deu origem a uma grande quebra produtiva. A produção agrícola baixou 30% e a produção industrial baixou cerca de 40%. A par disso, e como consequência da falta de bens, os preços subiram e a inflação disparou de modo incontrollável.

Os países europeus, sobretudo a Alemanha, ficaram desorganizados, o que reduziu a sua capacidade para produzir e distribuir bens e mercadorias.

A Europa perdeu a sua posição de hegemonia, deixando de ser a grande potência económica mundial. Assistiu-se, assim, ao fortalecimento dos EUA, país que abasteceu a Europa depois do conflito, participando na reconstrução destes países.

Tal facto contribuiu para o desenvolvimento da indústria e para o reforço comercial dos EUA.

As balanças de pagamento apresentaram défices, as moedas europeias desvalorizaram bastante em relação ao dólar – a libra esterlina 27%, o franco francês 63% e o marco alemão 98% – provocando a subida da inflação.

O enriquecimento dos grandes industriais e comerciantes, ligados à indústria de guerra, contrastava com a situação de destruição, de fome e miséria em que vivia a maior parte da população.

Os estados europeus consumiam as suas reservas financeiras sendo obrigados a aumentar as dívidas interna e externa. De credora, em 1914, a Europa passou a devedora, em 1918, sobretudo dos EUA. Nova Iorque substituiu Londres como centro financeiro mundial.

Ainda sobre as consequências a nível económico, as despesas militares provocadas pela guerra foram enormes. Fábricas, indústrias, complexos agro-pecuários inteiros foram destruídos, o que levou a Europa a perder parte considerável dos seus mercados, que foram rapidamente tomados pelos EUA.

64. Número de mortos da 1.ª Guerra Mundial.

POPULAÇÃO EUROPEIA	MORTOS (EM MILHÕES)
Alemães	1 800 000
Russos	1 700 000
Franceses	1 400 000
Inglêses	740 000
Italianos	700 000
Portugueses	36 000

EXERCÍCIOS

- Com os dados do quadro acima (64.), elabora um gráfico de barras.
 - Calcula o número aproximado de mortos na 1.ª Guerra Mundial.
 - Aponta as consequências destas alterações demográficas para a economia e a sociedade europeias da época.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Inflação: desequilíbrio do sistema monetário, de um determinado país, num dado período, decorrente da desvalorização da moeda e, simultaneamente, do aumento geral dos preços e consequente diminuição do poder de compra dos trabalhadores.



65. Crianças alemãs brincam com maços de notas após a 1.ª Guerra Mundial. Na Alemanha, a desvalorização monetária atingiu níveis extraordinários. Em 1914, uma libra inglesa valia 20 marcos; em 1921, data da fotografia, eram já necessários 1200 marcos e, cinco anos depois, 8,2 milhões!

66. A situação económica da França.

A grande massa do exército francês compunha-se, sobretudo, de camponeses recrutados em suas pequenas propriedades e enviados para a frente de luta.

As mulheres, que ficavam, continuavam a trabalhar a terra, mas a produção total de alimentos decresceu abruptamente.

Em 1916, o açúcar transformara-se em artigo de luxo, não havia carne dois dias por semana e os restaurantes só podiam servir três pratos.

O governo controlou o abastecimento e o preço do pão.

As luzes das ruas ficaram apagadas. Em 1916, o custo de vida aumentara em 40%, o que começava a arruinar a classe dos que viviam de rendas.

“O significado da Guerra Total, 1914-18”, in História do Século XX

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Justifica, partindo do documento, a recessão económica na França do pós-guerra.

68. A Europa do pós-guerra: uma Europa dividida.

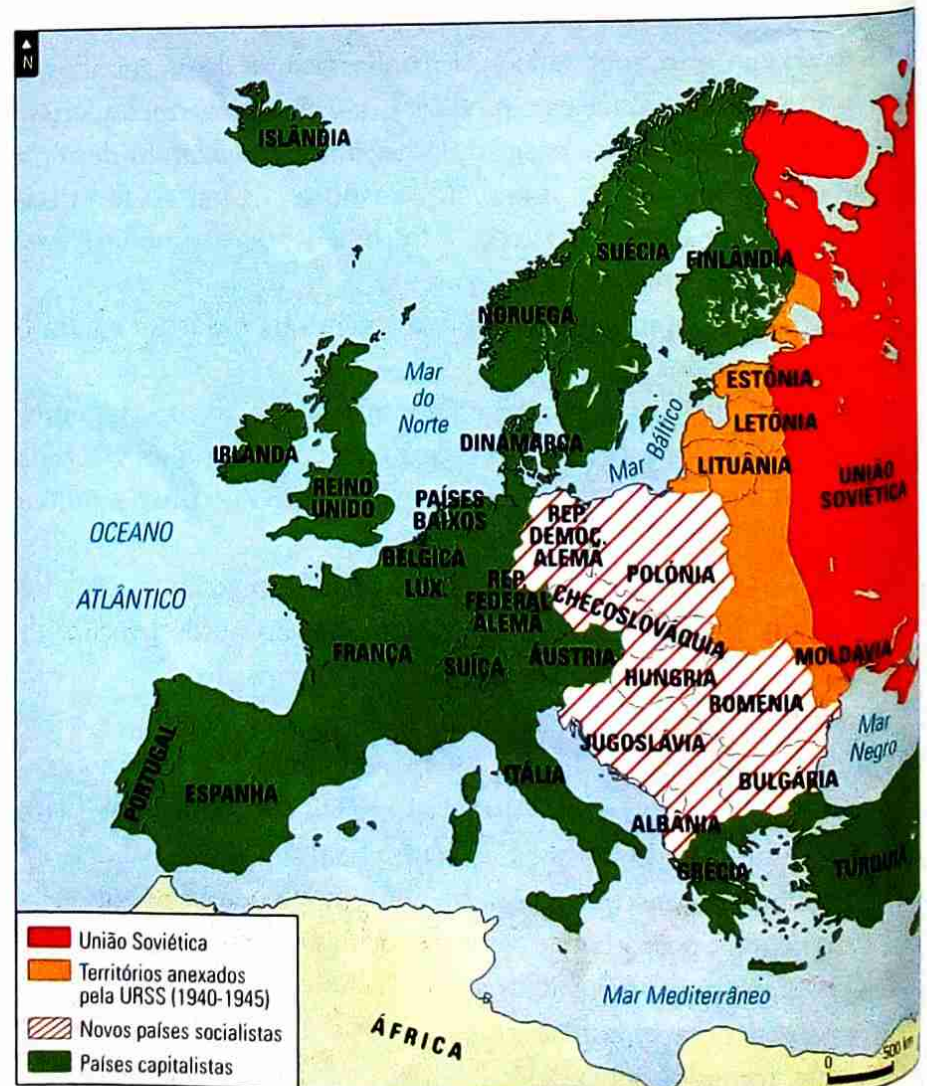
As fronteiras dos países europeus foram alteradas. A Itália perdeu as possessões da margem oriental do Adriático, cedendo a península da Istria à Jugoslávia e Rodas à Grécia. A Romênia cedeu a Bessarábia à Rússia, mas recuperou a Transilvânia (em poder da Hungria). A Bulgária perdeu o acesso ao mar Egeu. A Checoslováquia e a Finlândia cederam alguns dos seus territórios à URSS. Os países bálticos acabaram por ser anexados pela URSS, tal como Kaliningrado. A Polónia sofreu uma deslocação de 200 km para ocidente (cedeu parte da Bielorrússia e da Ucrânia à Rússia, mas recebeu parte da Prússia Oriental, Danzig, a Pomerânia e a Silésia). A Alemanha perdeu mais de 100 mil km².



67. “Família inglesa que perdeu a casa na guerra” (1921).

A nível político

Desmoronaram-se as monarquias militares da Áustria-Hungria, Alemanha, Rússia e Turquia dando origem a países novos, como, por exemplo, a Áustria, a Hungria, a Checoslováquia, a Polónia, a Alemanha, a Finlândia, a Turquia, a Lituânia, a Estónia e a Letónia.



Modificaram-se as fronteiras de alguns estados europeus, as monarquias diminuíram (de 17 para 13), as repúblicas aumentaram (de três para treze), as democracias liberais afirmaram-se perante os regimes autoritários.

De facto, terminado este primeiro conflito mundial, a Europa apresentava uma nova carta política, em que saíram vencedoras as democracias, de sistema parlamentar, ainda que o sistema socialista também tivesse criado raízes na URSS, após a revolução socialista soviética. Houve, de facto, alteração do mapa político da Europa e o aparecimento de novos estados.

POLÍTICAS	<ul style="list-style-type: none"> • Fim das monarquias militaristas de Áustria, Alemanha, Rússia e Turquia • Nova "carta política da Europa" – novas nações • Alterações de fronteiras • Extinção de várias monarquias • Aumento do número de países governados por repúblicas • Afirmação das democracias liberais • Consolidação do sistema democrático e parlamentar
ECONÓMICAS	<ul style="list-style-type: none"> • Recessão económica da Europa, que se tornou devedora • Ascensão económica dos EUA (credores) • Desvalorização das moedas europeias • Valorização do dólar americano • Dívida externa elevada dos países europeus • Aparelho produtivo desorganizado
SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Empobrecimento das classes médias • Enriquecimento dos grandes industriais • Afirmação laboral das mulheres e dos operários
DEMOGRÁFICAS	<ul style="list-style-type: none"> • Oito milhões e quinhentos mil mortos • Vinte milhões de inválidos • Problemas de saúde • Epidemias ("gripe espanhola" ou pneumónica) • Envelhecimento demográfico • Excedente de população feminina

1.4.6. O significado da 1.ª Guerra Mundial

A 1.ª Guerra Mundial (1914-1918) foi um marco que sinalizou a história contemporânea do século XX, na medida em que nunca, até então, uma guerra tinha sido tão generalizada e envolvido tantos países. Ela foi o primeiro conflito militar entre todas as grandes potências industriais e capitalistas do mundo – estados que organizaram, de uma forma inédita, as suas populações, os seus recursos económicos e os seus conhecimentos tecnológicos no sentido da guerra.

A 1.ª Guerra Mundial foi diferente de todas as outras anteriores, pela sua extensão, duração, meios e estratégias utilizados e pelos efeitos provocados. Começou na Europa e depois foi-se alastrando para os outros continentes.

Mostrou que a paz não é um bem adquirido, em nenhuma circunstância. Além de que, ao ter deflagrado numa época pós-Revolução Industrial, em que os recursos económicos e tecnológicos estavam em evolução, demonstrou que o crescimento económico dos países nem sempre se traduz numa situação de paz e estabilidade.

1

VERIFICO O QUE APRENDI!

1. Em finais do século XIX, a Europa continuava a exercer um forte domínio sobre as outras regiões do mundo.
 - a. A que se deveu a hegemonia europeia desse período?
2. Nos finais do século XIX e até ao final da 1.ª Guerra Mundial, existiram rivalidades entre as potências imperialistas.
 - a. Menciona os factores que ditaram o surgimento destas rivalidades.
 - b. Dá três exemplos das contradições imperialistas.

3.

“(...) A Alemanha é um império jovem que está em crescimento, tem um comércio mundial em rápida expansão (...) a ambição legítima dos produtos alemães recusa-se a marcar qualquer limite.

A Alemanha deve ter uma frota poderosa para proteger este comércio e todo o tipo de interesses que são os seus nos mares mais afastados. Ela deve estar à altura de os defender virilmente em todos os círculos do globo.”

Entrevista de Guilherme II ao *Daily Telegraph*

- a. Situa no tempo o período da História da Alemanha revelada no texto.
 - b. Porque é que a Alemanha rivalizava com a Inglaterra?
4. Identifica os **blocos militares** que se formaram antes do início da 1.ª Guerra Mundial e os respectivos países que deles faziam parte.
 5. Qual foi a intenção subjacente à formação desses blocos militares?
 6. Explica, de forma sucinta, os seguintes conceitos: **“paz armada”** e **“corrida ao armamento”**.
 7. A partir de 1885, cumprindo com os compromissos da Conferência de Berlim, as potências imperialistas iniciaram um processo de ocupação efectiva dos territórios africanos.
 - a. Que formas de administração das colónias foram introduzidas pelos europeus?
 - b. Menciona duas formas de exploração usadas pelo estado colonial em Moçambique.
 8. Portugal foi uma potência colonial de fraco poder económico. Por isso mesmo, o seu fraco desenvolvimento económico reflectia-se no seu particularismo colonial.
 - a. Que alternativas encontrou para a exploração de Moçambique?
 - b. O que é que Portugal esperava conseguir com a solução que encontrou?
 9. Caracteriza a situação que se vivia na Europa nas vésperas da 1.ª Guerra Mundial, nos aspectos político e económico.
 10. Localiza, no tempo e no espaço, a 1.ª Guerra Mundial.

11. A 28 de Junho de 1914, o **arquiduque Francisco Fernando**, do Império Austro-Húngaro, e a sua esposa **Sofia** receberam saudações de boas-vindas. Uma hora depois, foram assassinados.
 - a. Identifica o acontecimento que constituiu o início da 1.ª Guerra Mundial.
 - b. O que é que o Governo austríaco fez após o assassinato de Francisco Fernando?
 - c. O que é que dizia o ultimato que a Áustria enviou à Sérvia?
 - d. Qual foi a resposta ou a posição da Sérvia perante o ultimato?
12. Justifica o carácter imperialista da 1.ª Guerra Mundial.
13. Menciona duas causas da 1.ª Guerra Mundial.
14. A 1.ª Guerra Mundial (1914-1918) desenvolveu-se em três fases.
 - a. Diferencia a I fase da II fase.
 - b. Quais foram os motivos que levaram os Estados Unidos da América a entrarem na 1.ª Guerra Mundial, em 1917?
 - c. Relaciona a acção ofensiva alemã com a entrada dos EUA na 1.ª Guerra Mundial.
15. O que é que significou, segundo as palavras do Presidente Wilson, a entrada dos EUA na 1.ª Guerra Mundial?
16. Explica as razões da retirada da Rússia da 1.ª Guerra Mundial.
17. Menciona duas consequências económicas e políticas da 1.ª Guerra Mundial.
18. Quais foram as decisões saídas da Conferência de Paz, realizada em Paris, em 1919?
19. Quais foram os objectivos da criação da Sociedade das Nações (SDN)?
20. Lê, atentamente, o texto abaixo transcrito e responde às questões a seguir formuladas.

Tratado de Versalhes (1919)

Art. 42.º - É proibido a Alemanha manter ou construir fortificações, tanto na margem esquerda como na margem direita do Reno, a ocidente da linha traçada a 50 quilómetros a leste daquele rio.

Art. 43.º - São igualmente proibidas, na zona definida no artigo anterior, a conservação e a concentração das forças armadas a título permanente ou temporário. (...).

Art. 44.º - No caso de a Alemanha violar, de qualquer maneira que for, as disposições dos arts. 42.º e 43.º, considerar-se-á que comete um acto hostil para com as potências signatárias do presente tratado e que procura perturbar a paz do mundo. (...).

Art. 51.º - Os territórios cedidos à Alemanha, em virtude dos preliminares de paz assinados em Versalhes, a 26 de Fevereiro de 1871, e do Tratado de Frankfurt, de 10 de Maio de 1871, são reintegrados na soberania francesa a partir do armistício de 11 de Novembro de 1918. (...)

Art. 80.º - A Alemanha reconhece e respeitará estritamente a independência da Áustria nas fronteiras que serão fixadas por tratados entre este Estado e as principais potências aliadas e associadas, reconhece que esta independência será inalienável, sem consentimento do Conselho da Sociedade das Nações.

Do Tratado de Versalhes - Texto Oficial

- a. Contextualiza o Tratado de Versalhes de 1919.
 - b. Explica a insatisfação da Alemanha face às imposições do Tratado de Versalhes e a emergência do Nazismo.
21. Quais foram as principais alterações no mapa geopolítico da Europa, decorrentes dos Tratados de Paz?

2

O MUNDO ENTRE A 1.^a E A 2.^a GUERRA MUNDIAL (1918-1939)

Neste capítulo, irás estudar sobre a Revolução Russa e o seu impacto sobre o mundo, assim como o movimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Aprenderás que após a 1.^a Primeira Guerra Mundial, a Europa entrou num período de desenvolvimento da segunda metade dos anos 20 ("Era da prosperidade").

Esta euforia foi interrompida pela Grande Depressão de 1929-33, a maior das crises capitalistas do século XX, a qual agudizou os problemas económicos que, por sua vez, desencadearam grande agitação política e social.

Neste contexto, formaram-se novas forças partidárias: de Esquerda, com novos partidos comunistas, criados e apoiados pelo Partido Comunista da URSS; da direita, como os partidos fascista e nazi.

Estudarás, sobre Portugal, o Estado Novo de Salazar, dos anos 1930, e a situação de Moçambique; as primeiras manifestações nacionalistas em África e em Moçambique.



2

A RÚSSIA

Contextualizando

A Rússia, até finais do século XIX e início do século XX, era uma das maiores potências mundiais, devido ao seu vasto território e às suas riquezas naturais.

Contudo, ao nível económico e social, apresentava um atraso face a alguns países europeus.

Ao nível político, era governada por um regime autoritário, o czarismo.

A forma como o czar exercia o poder e a crise económica e social foram, desde o início do século XX, motivos de forte contestação popular.

Esta situação conduziu a Rússia a um período revolucionário que deu origem à formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

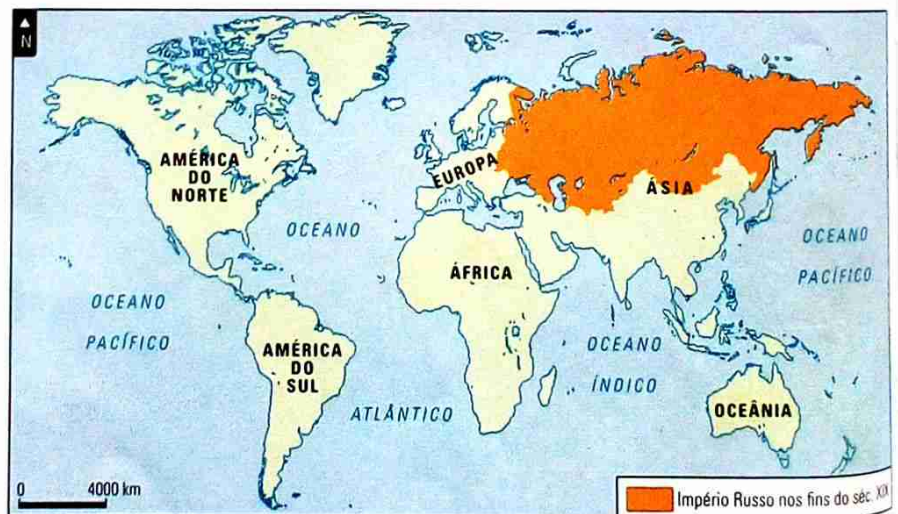
70. Situação dos camponeses durante o regime czarista.

Mesmo depois de terem sido libertados [1861], os camponeses não são homens livres, continuam amarrados, durante mais vinte anos, reduzidos à mais ínfima condição e assim continuaram até hoje. Podiam ser açoitados, teriam de pagar impostos especiais e não tinham direito a sair da comuna semifeudal, nem a dispor das suas terras e muito menos estabelecerem-se no outro território do Estado russo.

Discurso de Lenine, 1899

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Quais eram as condições dos camponeses no reinado do czar Nicolau II, na Rússia?



69. O Império Russo nas vésperas da 1.ª Guerra Mundial.

A Rússia nas vésperas da Revolução Socialista de Outubro de 1917

No aspecto económico

No início do século XX, a Rússia era ainda um país com estruturas bastante arcaicas, mesmo feudais, de uma época de “Antigo Regime”, que contrastavam com as do mundo capitalista emergente.

Com cerca de 170 milhões de habitantes, num país marcado por regiões pouco férteis e muito geladas, a grande maioria desta população (cerca de 100 milhões) trabalhava no campo em condições miseráveis.

Utilizando ainda técnicas rudimentares (arados muito ancestrais) – as colheitas eram feitas à mão, com foices –, quase metade do fruto do seu trabalho, em geral, muito precário, era entregue aos proprietários das terras.

A nível económico, a Rússia encontrava-se numa situação difícil. A sua agricultura ocupava 85% da população e era pouco produtiva, devido à utilização de técnicas rudimentares e ao sistema de exploração da terra. As propriedades pertenciam sobretudo à nobreza, que explorava os camponeses com rendas e impostos muito altos.

Predominava uma agricultura arcaica, tecnicamente atrasada e de baixo rendimento. A industrialização, iniciada na década de 1880, era ainda muito débil e, sendo dominada por capitais estrangeiros, pelo que não favorecera ainda a formação de uma burguesia numerosa e forte.

A indústria era frágil, e concentrada apenas em algumas cidades (Moscou, Odessa e São Petersburgo). Em consequência disto, o comércio, por sua vez, era um sector pouco dinâmico.

No aspecto social

A Rússia caracterizava-se por ser uma sociedade de ordens, com distinções muito rígidas, sendo a nobreza e o clero os grupos privilegiados, os quais possuíam a maioria das propriedades e ocupavam os principais lugares da administração política.

A grande maioria da população era constituída por camponeses sujeitos à servidão feudal e vivia na mais completa miséria.

O proletariado urbano, concentrado nos grandes centros industriais, e pouco numeroso, experimentava, igualmente, duras condições de vida: salários baixos, número excessivo de horas de trabalho diário e ausência de condições de habitação e saúde.

A partir de 1861, com a concessão da liberdade aos servos, pelo czar Alexandre II, os camponeses ficaram com metade das terras que cultivavam mediante o pagamento de uma renda ao Estado por um período de cinquenta anos, ainda acrescida de impostos.

Apesar de os estatutos de emancipação, elaborados em 1861, terem dado aos servos, os Mujiques, liberdade pessoal e possibilidade de se tornarem proprietários, cerca de 40% das terras continuavam com a nobreza, enquanto os camponeses viviam em condições miseráveis.

Em oposição a este campesinato, que vivia miseravelmente, contrapunha-se a nobreza, que dispunha de cerca de 40% das terras e detinha todos os privilégios, vivendo em redor do czar, na corte majestosa de Moscovo ou de São Petersburgo.

Assim, começaram a nascer inúmeras tensões sociais e políticas. Os camponeses clamavam por terras, que na sua maioria se encontravam nas mãos dos grandes senhores e latifundiários. Por seu turno, o operariado, escasso mas fortemente reivindicativo, exigia maiores salários e melhores condições de vida e de trabalho.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Sociedade de ordens: sociedade hierarquizada em ordens ou estratos sociais, com base no nascimento e no desempenho de cargos ou funções.

Czar: título dado aos imperadores da Rússia.



71. A sociedade czarista, segundo cartaz bolchevique da época.



72. Retrato de Nicolau II, czar da Rússia (1894-1917).

Após a Revolução de 1905, o czar teve de concordar com a eleição de uma assembleia – a DUMA. No entanto, continuou a governar de modo absoluto. Após a revolução de 1917, foi preso e assassinado pelos revolucionários.

No aspecto político

Vigorava, na Rússia, um regime autoritário e absolutista, exercido pelo czar Nicolau II (1868-1918) que governava o país desde 1894. O czar vivia rodeado por uma corte onde reinava uma ostentação exagerada, enquanto a corrupção grassava na administração pública e na Justiça.

No entanto, apesar de existir uma estrutura ainda semifeudal, havia uma burguesia e uma parte da nobreza com ideias liberais, que defendiam uma maior abertura política e a modernização do país.

Antecedentes da Revolução

A Revolta de 1905

Na sequência do descontentamento provocado pela derrota da Rússia na guerra com o Japão (1904-1905), os adeptos do liberalismo tentaram levar a efeito uma revolução, em 1905. No entanto, esta revolta foi esmagada pelas tropas do czar.

O desastre militar da Guerra Russo-Japonesa, de 1904-1905, veio agravar o descontentamento da população, para a qual também contribuía a situação económica. O clima de tensão era grande e, no dia 22 de Janeiro de 1905, no “Domingo Sangrento”, em São Petersburgo, frente ao palácio imperial, é feita uma manifestação pacífica. O Exército czarista respondeu a tiro, tendo sido mortas cerca de duas mil pessoas, incluindo mulheres e crianças.

73. Petição da população ao czar Nicolau II.

O Domingo Sangrento

“Senhor! Nós, trabalhadores de São Petersburgo, as nossas mulheres, filhos e anciãos chamamos por ti, ó czar! Solicitamos justiça e protecção. Estamos na miséria, oprimidos e com trabalho excessivo, tratados como escravos que devem suportar em silêncio a sua amarga sorte. Até agora suportámos tudo. Mas cada vez mais sentimos a miséria, a ausência de direitos e a ignorância, fruto do despotismo e da arbitrariedade. [...]. cremos ser preferível morrer do que prolongar este insuportável sofrimento. [...]

Pedimos-te que convoques os representantes de todas as classes e ordens do povo russo. E para isto manda que as eleições à assembleia constituinte se façam segundo o sufrágio universal, secreto e igual.”

Petição dos trabalhadores de São Petersburgo, dirigida ao czar em Janeiro de 1905

EXPLORO O DOCUMENTO

1. O que pediam os trabalhadores no Império Russo, no início do século XX?
2. Que argumentos utilizaram os trabalhadores na sua petição ao czar?

74. Resposta do czar às petições.

“É certo que são tristes estes acontecimentos deploráveis, mas era inevitável que acontecessem, pois deixastes-vos seduzir pelos traidores, inimigos da nossa pátria. Quando vos convidei a dirigir-me uma petição onde expressásseis as vossas dificuldades, sublevastes-vos numa revolta contra mim e contra o meu Governo. Deixastes-vos convencer a abandonar o vosso trabalho no momento em que todos os verdadeiros russos devem trabalhar sem descanso contra a obstinação do nosso inimigo. É sabido o quanto a situação dos operários me preocupa: tomarei as medidas necessárias e farei tudo o que estiver ao meu alcance para a melhorar.”

Discurso do Czar Nicolau II, a 1 de Fevereiro de 1905

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Como terminou a manifestação dos trabalhadores que se dirigiam ao palácio do czar?

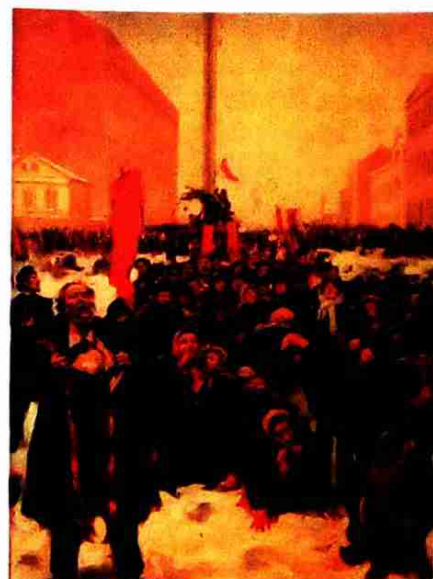
Da Revolução de Fevereiro (burguesa) à Revolução de Outubro (bolchevista)

Em 1914, a Rússia entrou na 1.ª Guerra Mundial, como aliada da Tríplice Entente, contra as potências centrais. A participação da Rússia agravou as dificuldades do regime czarista e da população em geral. Nela, morreram cerca de um milhão e meio de russos, em combate ou de fome e frio, nas trincheiras; outros desertaram e foram para as cidades, aumentando o número de desempregados que clamavam “Paz, Pão e Terras”. A situação económica agravou-se, mais ainda, perante a devastação e a perda de recursos humanos e materiais. Perante toda esta situação, o czar tomou medidas ainda mais radicais, ordenando o esmagamento de qualquer manifestação e mandando encerrar a *Duma*. A *Duma* foi dissolvida em Janeiro de 1917, perante um clima de agitação social, caracterizado por sucessivas greves e manifestações que exigiam o fim do czarismo.

Para além do descontentamento face às consequências da guerra, havia outros factores geradores de tensões sociais, como a inflação, e a consequente alta de preços, a escassez de alimentos e de carvão nas áreas urbanas, o afluxo de camponeses para as cidades (êxodo rural), a influência dos sectores políticos mais radicais.

Tudo isto contribuiu para as revoluções de Fevereiro 1917. A primeira tentativa revolucionária desse ano surgiu em Fevereiro, porém mal sucedida. A segunda deu-se em Outubro, denominada de Revolução Bolchevique ou Socialista.

Em Fevereiro de 1917, após um período de greves e motins populares, uma manifestação de operários de São Petersburgo saiu às ruas



72. Em Janeiro de 1905, milhares de pessoas dirigiram-se, pacificamente, para o Palácio de Inverno do czar reclamando melhores condições de vida. Esta manifestação foi travada pelas tropas fiéis ao czar, que dispararam sobre a população, matando várias centenas de pessoas. Este dia, 22 de Janeiro de 1905, ficou conhecido como “Domingo Sangrento”.



76. Alexandre Kerensky (1881-1970) foi o primeiro chefe saído da revolução.

77. Manifestação popular em frente ao Palácio de Inverno, durante a Revolução de Fevereiro de 1917.



EXPLORO O DOCUMENTO

1. A partir da análise da imagem e dos documentos, enuncia os principais factores que desencadearam a revolução russa de 1917.

CONCEITO | VOCABULÁRIO

Petrogrado: antiga São Petersburgo, cujo nome de origem alemã se russificou por patriotismo em 1914.



79. Príncipe Lvov (1861-1925). Estadista russo, que liderou o Governo Provisório, entre 23 de Março e 21 de Julho de 1917.

78. Apelo do Soviete do Petrogrado à população da Rússia, 27 de Fevereiro de 1917.

“O antigo regime conduziu o país à ruína e a população a fome. Era impossível suportá-lo mais tempo e os habitantes de Petrogrado foram para as ruas manifestar o seu descontentamento. Em vez de pão, foram recebidos a tiro.

Mas os soldados não quiseram agir contra o povo e voltaram-se contra o governo. Juntos, apoderaram-se dos arsenais, das espingardas e de importantes órgãos do poder.

O combate continua e deve ser levado até ao fim. O velho poder deve ser vencido para dar luta a um governo popular. Depende disso a salvação da Rússia. [...]

Todos juntos, com as nossas forças reunidas, venceremos para varrer completamente o velho governo e para reunir uma Assembleia Constituinte baseada no sufrágio universal, igual, secreto e directo.”

Citado por Marc Ferré, *A Revolução Russa de 1917*, Publicações Dom Quixote, 1972

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Que razões foram apresentadas pelo soviete de São Petersburgo para lutar pela democracia?

e enfrentou vitoriosamente as tropas do czar, acabando estas por não ter coragem nem moral para disparar sobre a população. A adesão dos soldados ao soviete resultou no assalto ao Palácio de Inverno.

Desprovido de apoios, Nicolau II abdicou a 2 de Março. O czarismo chegou ao fim e a Rússia tornou-se uma República.

Derrubado o Czar, o governo foi entregue a um comité executivo provisório, do qual faziam parte, entre outros, o Príncipe Lvov – primeiro-ministro (constitucional democrata) –, Alexandre Kerensky – ministro da Justiça (social revolucionário), e o ministro do Exterior Pavel Milyukov.

O governo provisório empenhou-se na instauração de uma democracia parlamentar e na continuação da guerra com a Alemanha, que acreditava poder ganhar. Esse pode ter sido o seu maior erro, pois, ao tentar forçar a Rússia a continuar com a guerra, foi-se descreditando perante o povo. Assim, com a vinda de Lenine, de Zurique, onde esteve exilado, o governo provisório seria derrubado com a Revolução de Outubro de 1917.

Em 18 de Março, Milyukov lançou uma declaração na qual dizia que o governo respeitaria as “obrigações internacionais” assumidas pelo czar e continuaria a lutar até a vitória final.

Além disso, restabeleceu a pena de morte no exército e anunciou que o governo não reconheceria nenhuma apropriação de terra pelos camponeses.

O novo governo, saído da Revolução de Fevereiro de 1917, era apoiado pela burguesia e por socialistas moderados, tendo instituído um regime liberal burguês semelhante ao do Ocidente.

Em Setembro, tentou instalar uma ditadura, alienando, deste modo, as simpatias dos seus partidários mais moderados.

A queda do regime de Kerensky assinalou o fim da Revolução de Fevereiro de 1917, abrindo uma nova fase de revolução – a tomada do poder pelos Bolcheviques.

Revolução Russa de Outubro de 1917

Após a revolução de Fevereiro, o governo provisório era contestado pela oposição dos soviets, sobretudo a dos bolcheviques, que pretendiam uma revolução profunda e não apenas reformas superficiais.

O principal líder dos Bolcheviques era Lenine, que, em conjunto com Trotsky e baseado na ideologia socialista marxista, iniciou uma forte oposição ao governo provisório de Kerensky, acusando-o de ser um governo burguês e de prosseguir a desastrosa guerra contra a Alemanha, que apenas resultava em fome e morte.

Entretanto, foram constituídos novos soviets em quase todas as cidades e vilas da Rússia, que contavam nas suas fileiras com operários, camponeses, soldados e marinheiros.

Controlados pelos Bolcheviques, sobretudo após o regresso, em Abril de 1917, do exílio, na Suíça, de Lenine, os soviets apelavam à retirada imediata da guerra, ao derrube do governo provisório, o qual denominavam de burguês, e à confiscação das grandes propriedades.

Estas reivindicações estavam incluídas nas famosas “Teses de Abril”, documento elaborado por Lenine, divulgado após o seu regresso à Rússia. As “Teses de Abril” apelavam à insurreição contra o governo provisório.

Para além de apelarem aos soldados para regressarem às suas casas, os soviets lançaram uma intensa campanha a favor da nacionalização e colectivização de toda a economia russa e da instauração da ditadura do proletariado, ou seja, da aplicação da doutrina marxista.

Em 8 de Novembro, Lenine decretou a nacionalização das terras e deu aos camponeses o direito exclusivo de fazer uso delas.

Também os bancos foram nacionalizados, pouco depois da vitória dos bolchevistas. Mas o problema mais urgente era o fim da guerra. Após algumas tentativas frustradas para convencer os aliados a consentirem numa paz sem anexações nem indemnizações, Trotsky assinou um armistício com a Alemanha, em 3 Março de 1918. A paz de Brest-Litovsk. Estabelecendo a paz separada com a Alemanha, punha fim à guerra oficialmente no que dizia respeito à Rússia.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Soviete: Assembleia administrativa e deliberativa, de carácter local, composta por operários, soldados e camponeses ou pelos seus delegados eleitos. Já existentes na Rússia desde os princípios do século XX, foram consagrados como a base política da nova República Socialista da União Soviética, pela constituição Russa de 1918, e pelas de 1924 e de 1936.

Bolchevique: nome que se atribui aos membros da ala esquerda do partido social-democrata russo, no início do século XX. A designação adveio-lhes da cisão ideológica operada no seio do partido durante o congresso de 1903, em Londres: após calorosos debates, a maioria presente (*bolche* em russo designa a maior parte) resolveu apoiar Lenine e separar-se da minoria (*mench*), comandada por Martove e Axelrod. Em 1918, o Partido Bolchevique tomou o nome de Partido Comunista Russo.

EXERCÍCIOS

1. Qual era a principal ideologia que os bolcheviques pretendiam implantar na Rússia?

80. Contestação ao governo provisório.

O antigo governo czarista foi vencido.

O poder passou então para as mãos de uma nova classe: a burguesia (...). Mas este novo Governo não merece nenhuma confiança do proletariado (...).

O novo Governo nada faz de concreto para pôr fim ao massacre dos povos que se matam uns aos outros para defender os interesses capitalistas.

Lenine, As tarefas do proletariado na nossa Revolução

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Por que razões Lenine contesta o governo provisório?

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

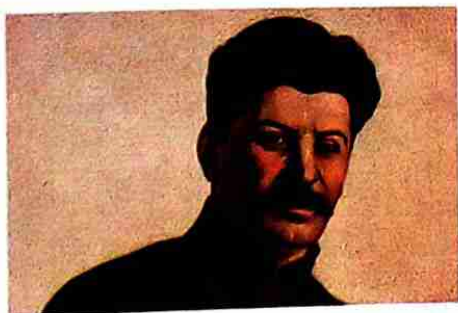
Marxismo-leninismo: sistema político-doutrinário aplicado por Lenine na Rússia soviética, que teve como programa básico o socialismo marxista, adaptado às circunstâncias históricas da Rússia no início do século XX.



81. Lenine – pseudónimo de Vladimir Ilitch Ulianov (1870-1924), Lenine foi defensor do marxismo; impôs as suas ideias no partido social-democrata russo, tornando-se o chefe dos bolcheviques.

Quando a Revolução de Fevereiro triunfou, Lenine encontrava-se em Zurique, no exílio, donde regressou para dirigir os bolcheviques e organizar a Revolução de Outubro.

É considerado o principal obreiro da revolução socialista, tendo sido alvo de um verdadeiro culto na URSS, que lhe ergueu um mausoléu na Praça Vermelha, em Moscovo. Nele repousa, embalsamado.



83. Estaline (1879-1953) – Iosif Vissarionovitch Djougatchvili, em 1913 adoptou o apelido de Estaline, “homem de aço”. Redactor-chefe do “Pravda” (1917), ascendeu a secretário-geral do PCUS, em 1922, e assegurou a liderança, após a morte de Lenine, em 1924. Desfez-se de todos competidores, tanto da ala direita como da ala esquerda do PCUS, tendo alguns deles sido executados. Na política interna, governou despoticamente.

81. As Teses de Abril.

1. *A nossa atitude para com a guerra, que é incontestavelmente uma guerra imperialista de saltadores, não admite qualquer concessão (...).*
4. *[...] Explicar às massas que os soviets de deputados operários são a única forma possível de um governo revolucionário.*
5. *Não à república parlamentar, sim à república de deputados operários, assalariados agrícolas e camponeses, no país inteiro, de baixo até cima [...].*
6. *Nacionalização de todas as terras do país; as terras serão postas à disposição dos soviets locais de deputados, dos assalariados agrícolas e dos camponeses [...].*
8. *A nossa tarefa não é a de “introduzir” o socialismo mas, unicamente, de passar ao controlo da produção social e da repartição de produtos pelos soviets de deputados operários [...].*

Lenine, As tarefas do proletariado na nossa Revolução, Abril de 1917, em “Obras Escolhidas”, Tomo 2, Lisboa/Moscovo Edições Avante/Progresso, 1977

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Qual foi a essência das “Teses de Abril”?
2. Destaca 3 aspectos em que Lenine se opunha ao governo provisório.

A Rússia saiu da guerra, porém perdeu a posse de territórios. Perdeu os domínios que reivindicava na Polónia, a Ucrânia, as províncias bálticas e a Finlândia. Ou seja, um quarto da sua população e das suas terras cultiváveis, três quartos das minas de ferro e de carvão. Foi, segundo Lenine, uma paz desastrosa mas necessária.

Para dirigir o novo governo revolucionário, o congresso dos soviets designou o Conselho dos Comissários do Povo, presidido por Lenine, com Trotsky no comissariado da Guerra e Estaline no das Nacionalidades.

Em 24 e 25 de Outubro de 1917, Petrogrado assistiu a uma nova revolução. Milícias populares bolcheviques, conhecidas por guardas vermelhas controlaram pontos estratégicos da cidade (pontes, correios, gares, ferrovias), assaltaram o Palácio de Inverno, em São Petersburgo, e derrubaram o governo provisório nele sediado, obrigando Kerensky a fugir.

Pela primeira vez na História, os representantes do proletariado conquistaram o poder político. Exactamente como Marx preconizava: recorrendo à luta de classes e à revolução.

A revolução bolchevique triunfara e, com ela, iniciava-se a revolução socialista soviética. Nesta revolução, apelou-se à participação activa dos assalariados agrícolas (os camponeses), ao reforço do aparelho de Estado, tornando-o cada vez mais centralizado e ditatorial, e ao emprego do poder político do Governo para aniquilar todas as estruturas do *modus vivendi* anterior –, o que implica que o marxismo-leninismo admitia a repressão e a violência política como estratégias transitórias de poder.

Após o triunfo da Revolução Bolchevique, Lenine implementou a Nova Política Económica (NEP), de modo a reconstruir o país.

que se encontrava devastado pela guerra civil e pela 1.^a Guerra Mundial. Esta nova política mantinha alguns traços do capitalismo, tais como a propriedade privada e um mercado regulado de modo a incentivar a nascente economia soviética, agora alargada às novas repúblicas incluídas na união. A propriedade rural foi confiscada e redistribuída pelos camponeses em pequenas propriedades agrárias. Esta política económica foi transitória e completamente abolida, a partir de 1928, quando José Estaline assume o poder, procedendo a uma completa colectivização da agricultura e da indústria.

84. A estratégia revolucionária.

É claro que todo o poder deve passar para os soviets. A passagem do poder para os soviets significa de facto, agora, a insurreição armada. (...)

Combinar as nossas três forças principais: a esquerda, os operários e as unidades do exército, a fim de nos apoderarmos e de conservarmos, custe o que custar: a) o telefone, b) o telégrafo; c) as estações de caminhos-de-ferro; d) as pontes.

Escolher os elementos mais resolutos (...) e repartidos em pequenos destacamentos para que se apoderarem de todos os pontos essenciais. (...)

Artigo anónimo de Lenine no "Pravda" (1917)

86. Os bolcheviques no poder.

A todos os comités do exército e a todos os soviets de deputados soldados.

A guarnição de Petrogrado derrubou o governo de Kerensky, que sublevou a contra-revolução e o povo. (...) o soviets de Petrogrado interpreta o programa do novo governo do seguinte modo:

Propostas imediatas de paz democrática geral; transferência imediata dos grandes latifúndios para os camponeses e convocação honesta da assembleia constituinte. (...)

Soldados! Pela Paz, pelo Pão, pela Terra e pelo governo popular!

Proclamação do Comité Revolucionário Militar (1917)

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Qual foi a estratégia proposta por Lenine para a tomada de poder?
2. Quem tomou o poder em Outubro?
3. Quais foram as propostas imediatas do governo?
4. A partir da análise das fontes, caracteriza o marxismo-leninismo.

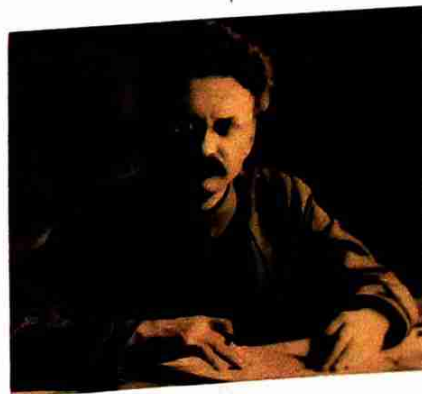
85. A proclamação da vitória.

*Cidadãos da Rússia:
O governo provisório foi destituído. [...]*

A causa por que o povo entrou em luta – a abolição da grande propriedade agrária, o controlo da produção pelos trabalhadores, a criação de um governo soviético – triunfou definitivamente.

Viva a revolução dos operários, dos soldados e dos camponeses!

Comité revolucionário do soviets dos Deputados Operários e Soldados de Petrogrado, 7 de Novembro de 1917



87. Trotsky (1879-1940).

Revolucionário desde a juventude, Trotsky (Lev Davidovic) conheceu o desterro na Sibéria e o exílio voluntário em vários países da Europa. Em 1917 regressou à Rússia.

Durante a Revolução de Outubro desempenhou papel de destaque no primeiro governo soviético e durante a guerra civil foi o organizador das milícias vermelhas.

Após a morte de Lenine, entrou em litígio político com Estaline, combatendo o seu crescente totalitarismo. Morreu assassinado em 1940, no México, pela polícia secreta de Estaline.

2

2.1. A FORMAÇÃO DA UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

A Rússia ocupava um vasto território, habitado por diferentes povos. Para facilitar a sua gestão e impedir a influência dos regimes capitalistas nos seus domínios, foi criada, em 1918, uma estrutura federal. Em 1922, uma nova constituição veio reforçar esta organização, formando-se a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), constituída pelas Repúblicas da Rússia, Transcaucásia (Arménia, Geórgia, Azerbaijão), Ucrânia e Bielorrússia, Usbequistão, Turquemenistão e, mais tarde, o Cazaquistão.



88. Constituição da URSS.

2.1.1.0 desencadear de outras revoluções de inspiração comunista no resto do mundo

A importância da revolução no Mundo

A Revolução Russa provocou inúmeras mudanças ao nível económico e social. A ideologia seguida pelos revolucionários defendia a ideia da igualdade, que se estendia às mulheres e ao seu estatuto político, social e profissional.

As ideias socialistas propuseram alterações muito importantes para as mulheres. A Constituição de 1918 proclamava a igualdade de todos os cidadãos, independentemente do sexo, raça e nacionalidade. Estas ideias continuam até hoje bem patentes em várias constituições do mundo, desde que foi proclamada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, na França.

Ela despertou os movimentos de libertação na Ásia, África e na América Latina.

Os ideias da Revolução de Outubro serviram como modelo das outras revoluções que foram surgindo a longo do século XX. Com a vitória da revolução socialista de Outubro, o mundo dividiu-se em dois sistemas sociais opostos, o socialismo e o capitalismo.

Com a morte de Lenine, em 1929, a NEP havia de perdurar apenas até 1928, ano em que José Estaline assumiu o poder. Este veio a considerar que a NEP era incompatível com os princípios do marxismo e aboliu este conjunto de políticas.

Com o objectivo de impor uma política completamente direccionada e controlada pelo Estado, Estaline impôs uma economia planificada através dos Planos Quinquenais. Estes tinham como fim estabelecer prioridades para a produção industrial e agrícola, com o prazo de cinco anos. Neste período, decidia-se aquilo que ia ser produzido e em que quantidade. Deste modo, procurou desenvolver o sector da indústria metalúrgica e de extracção mineira, de modo a desenvolver a produção de material bélico para a defesa do país.

EXERCÍCIOS

1. Indica os objectivos da NEP.
2. Explica o impacto da Revolução de Outubro para o resto do mundo.

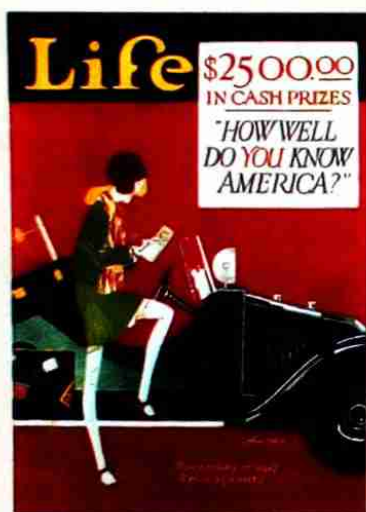


89. Armas oficiais da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), fundada em 1922. A foice e o martelo cruzados significam a união entre os camponeses e os operários. As legendas repetem, nalgumas das línguas faladas na URSS, as palavras de ordem: "Proletários de todo o Mundo, uni-vos." A estrela vermelha é outro símbolo do internacionalismo do proletário.

2

22. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIOPOLÍTICO DE ALGUNS PAÍSES DEPOIS DA 1.ª GUERRA MUNDIAL (1918-1929)

90. O apelo ao consumo.



O industrial Henry Ford aparece como o profeta dos novos tempos, não só porque é o “rei do automóvel”, mas também porque proclama que os altos salários constituem um factor indispensável da prosperidade, visto que os melhores clientes da indústria, em razão do seu número, são os próprios operários.

Jacques Neré, O Mundo Contemporâneo

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Quais eram os principais indicadores da economia norte-americana?

2.2.1. Os Estados Unidos da América até 1929

Durante a guerra, os EUA passaram de devedores da Europa (1914) a credores (1919), tornando-se na 1.ª potência económica mundial. A indústria de guerra proporcionou aos EUA um grande desenvolvimento da extracção mineira, da produção do aço e da construção naval. A produção do ouro aumentou enormemente, tendo os EUA, em 1919, metade do stock mundial deste metal precioso. Também as indústrias química, metalúrgica e automóvel se desenvolveram imenso.

Com o fim da guerra, os EUA tiveram necessidade de reverter algumas das suas indústrias, o que provocou uma ligeira quebra da sua produção. No entanto, o seu território não foi atingido pelos combates, beneficiaram de um crescimento económico durante o período de conflito.

Eram eles que forneciam, aos países beligerantes da Europa, matérias-primas, maquinaria, armamento, géneros alimentares e produtos fabricados, fazendo destes seus “devedores”. Deste modo, entre 1922 e 1929, o crescimento económico nos EUA acelerou.

A “era da prosperidade” nos EUA

O desenvolvimento dos EUA entre 1923 e 1929 traduziu-se, fundamentalmente, num *boom* industrial, comercial e financeiro que originou uma prodigiosa expansão do capitalismo e criou um clima de optimismo e confiança a que os historiadores deram o nome de “era da prosperidade”.

Esta prosperidade económica ficou a dever-se, em grande parte, aos novos métodos de produção em massa e de organização do trabalho – o taylorismo e o fordismo – que possibilitaram o crescimento económico.

Para além dos novos métodos de produção, o crescimento económico dos EUA esteve também relacionado com o sistema de concentrações empresariais ou monopólios, através dos quais se controlavam as quantidades de bens a produzir, se fixavam os preços e se dominavam os mercados.

A concentração industrial levou à formação de *trusts* e de *holdings*, como a United States Steel Corporation – Grupo Morgan (60% da produção do aço) –, a Standard Oil e Socony Vacuum – grupo Rockefeller – e a Gulf Oil e o Grupo Mellon (detinha quase a totalidade da



91. Os novos métodos de produção do trabalho – uma das primeiras linhas de produção em série de automóveis, fábrica de Henry Ford, 1920, Detroit, EUA.

refinação e distribuição do petróleo). Igualmente, as redes de *drugstores* representavam uma forte concentração comercial.

Várias sociedades financeiras (as *holdings*) constituíram-se, nesta época, com o objectivo de controlarem importantes empresas e respectivos mercados.

Paralelamente, alargaram-se os mercados interno e externo e estimulou-se o consumo através do aumento dos salários e da expansão do crédito e das mais-valias dos investimentos da bolsa.

A economia americana reforçou a concentração capitalista ou do monopólio, com a constituição de grandes empresas que dominavam os mais importantes sectores de produção.

A indústria automóvel foi a que revelou mais crescimento devido ao aparecimento de grandes *trusts*, como a Ford, a Chrysler e a General Motors, em Detroit, que produziam, em conjunto, 87% dos automóveis americanos.

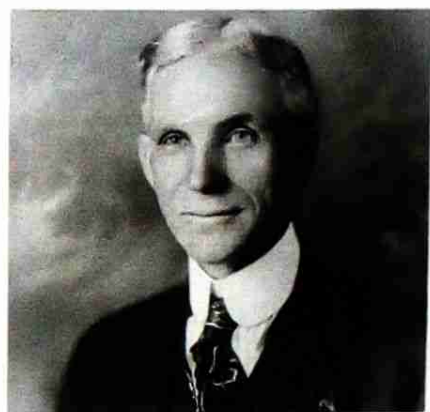
Este crescimento acelerado da economia proporcionou a melhoria das condições de vida da população.

Com o aumento dos salários, as compras foram facilitadas através das vendas a crédito e estimuladas pela publicidade.

Grande parte da população americana passou a dispor de carro, de electrodomésticos, de rádio e de telefone e a sentir-se atraída pelos divertimentos: cinema, *jazz*, dança, vida nocturna, jogos de casinos e desporto. Foram os “loucos anos 20”.

Neste contexto, a sociedade americana sofreu alterações profundas, a saber:

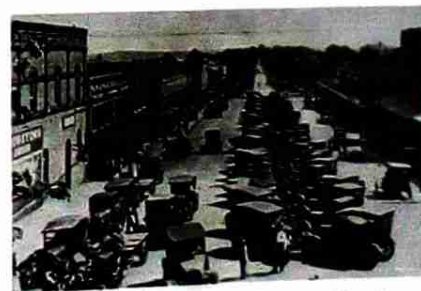
- Foi criada uma sociedade de consumo em massa, fruto do aumento do rendimento médio. Esse aumento do rendimento médio dos norte-americanos permitiu que ao longo dos anos 20 se estabelecesse o chamado “*american way of life*”, que se caracterizava por um grande aumento de aquisição de automóveis, electrodomésticos, produtos industrializados e bens imóveis.
- Houve uma vaga especulativa muito intensa, estimulada por capitais flutuantes europeus, principalmente da Grã-Bretanha,



92. Henry Ford (1863-1947), baseado no taylorismo, idealizou o sistema de produção em série ou em massa, através de uma uniformização de modelos (standardização).

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Estandardização: processo de fabricação que visa reduzir os objectos do mesmo género a um só tipo, unificado e simplificado, segundo um modelo preestabelecido, facilitando a produção em massa.



93. A indústria automóvel teve, na década de 20, um desenvolvimento espectacular nos EUA. Dezenas de automóveis Ford, modelo T, enchem a rua principal de Hendersen, no Texas (na imagem), em 1927. Nesse ano circulavam cerca de 15 milhões de exemplares desse modelo no EUA.



94. Publicidade ao Ford modelo T, num cenário rústico.

EXERCÍCIOS

1. Identifica os factores que contribuíram para o desenvolvimento dos EUA entre 1918 e 1929.
2. Qual foi o ramo da economia que despontou nesse período em referência (1918-1929)?
3. Identifica as principais características da "era da prosperidade" dos EUA.
4. Que relação existe entre a evolução da economia norte-americana e a 1.ª Guerra Mundial?
5. Quais eram as vantagens e as desvantagens dos métodos de produção idealizados por Frederick Taylor e Henry Ford?

fruto dos montantes em dívida provenientes do pós-guerra assim como de capitais de investimento.

- Os Estados Unidos passaram a ser responsáveis por quase 50% da produção industrial mundial e criaram uma situação de emprego, encontrando-se 98% da população activa empregada. A taxa de desemprego era de apenas 2%.

2.2.2. Alemanha

A nível político

Após a derrota da Alemanha, na Frente Ocidental, em Agosto de 1918, o Kaiser Guilherme II viu-se obrigado a refugiar-se na Holanda, encerrando, assim, o domínio dos Hohenzollern e dando início à era da república, após a elaboração da constituição de Weimar. Foram proclamadas as liberdades democráticas, decretou-se a amnistia aos presos políticos e instaurou-se o dia do trabalho de oito horas diárias. Durante os anos que se seguiram, o governo democrático deparou-se com vários problemas que acabaram com a dissolução do regime, em 1934. Esses problemas estavam relacionados com a crise económica mundial (de 1929-33) e o aparecimento de regimes fascistas na Europa.

A nível económico

Após o Tratado de Versalhes, a Alemanha perdeu 75% das suas reservas de minério de ferro, 25% das de carvão (as do Sarre foram recuperadas, em 1934) e 20% da capacidade produtiva de ferro e aço.

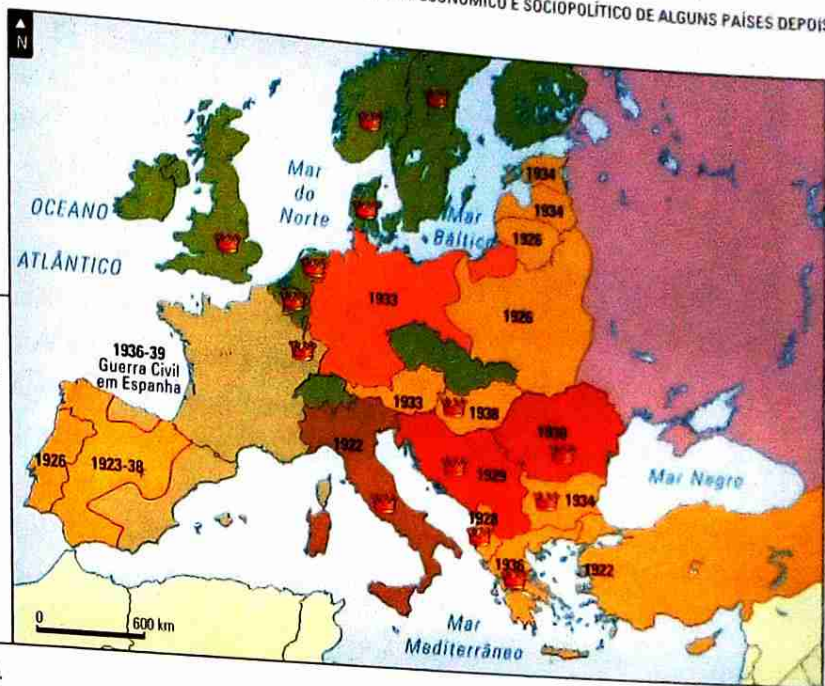
A situação financeira estava bastante penalizada pelo pesado fardo das reparações. No fim da guerra, a quantidade de moeda em circulação era cinco vezes superior à de 1914, provocando a inflação. Desde finais de 1919, até meados de 1922, o valor das notas do banco do Estado subiu a 22 biliões de marcos.

Após a reforma monetária, indispensável para o saneamento da economia alemã, a reconstrução foi rapidíssima. A desvalorização monetária forçou os empresários a investirem os seus lucros e a adquirirem outras empresas e unidades industriais. Para assegurar os lucros, tinham-se formado numerosos cartéis, isto é, um acordo entre negociantes, para fixar os preços. Em 1923, a indústria do carvão impunha os pagamentos em marcos-ouro ou em dólares, o que prejudicava a pequena empresa que tinha menos capital.

Com a entrada de capital estrangeiro – sobretudo americano, mas também britânico, holandês e suíço – a reconstrução industrial foi muito rápida.

Em 1926, tinha-se recuperado já o nível produtivo do pós-guerra apesar da amputação de territórios e colónias.

- A situação em 1937:**
- Democracia parlamentar
 - Democracia parlamentar com governos de Frente Popular (coligação dos partidos socialistas e comunistas)
 - Democracia parlamentar com restrições
 - Ditadura nacional-socialista
 - Ditadura comunista
 - Ditadura fascista
 - Regime autoritário de direita
 - Monarquia de 1937
 - 1926 Ano que marca a dissolução parlamentar



95. A Europa na década de 30.

Quanto à agricultura, os estatutos de 1919 e 1923 decretaram um parcelamento da grande propriedade no Leste (Prússia, Brandeburgo, Pomerânia), que afectou uns 70 mil hectares. A extensão da superfície cultivada era inferior à de 1913, mesmo sem ter em conta os territórios perdidos, pelo que a Alemanha necessitava de importar então produtos agrícolas básicos.

As exportações alemãs diminuíram após a guerra. Em 1913, representavam 13% do total das exportações mundiais; em 1929 tinham descido para 6,8%.

O relativo progresso do comércio externo alemão contribuiu para a melhoria de relações, a partir de 1926, com a França e com a Rússia. Esta última importava muitos artigos da indústria alemã.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Inflação: desequilíbrio do sistema monetário de um determinado país, num dado período, decorrente da desvalorização da moeda e, simultaneamente, do aumento geral dos preços e conseqüente diminuição do poder de compra dos trabalhadores.

2.2.3. Itália

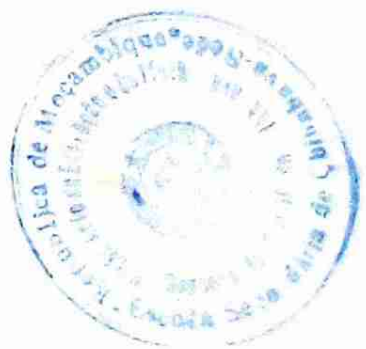
A nível económico

Após a 1.ª Guerra Mundial, a situação económica e social da Itália era bastante precária. A moeda encontrava-se muito desvalorizada e a inflação fustigava a economia.

O desemprego, o aumento da dívida externa, as greves e as conseqüentes ocupações de fábricas por parte dos sindicatos, em conjunto com as revoltas dos camponeses, caracterizavam a Itália do pós-guerra.

A nível político

O quadro desolador do país exaltou o nacionalismo italiano, uma vez que o poder político instituído se mostrava incapaz de sustentar a crise.



Neste contexto, o Partido Fascista de Benito Mussolini (1883-1945) conseguiu reunir apoiantes insatisfeitos, provenientes de todas as tendências políticas e sociais, anarquistas, sindicalistas, nacionalistas, ex-combatentes, entre outros.

Em Outubro de 1922, num clima de agitação política, Mussolini é convidado a formar governo pelo rei Victor Emanuel. Nas eleições de 1924, caracterizadas por fraudes e violência, o partido de Mussolini ganhou com a maioria dos votos.

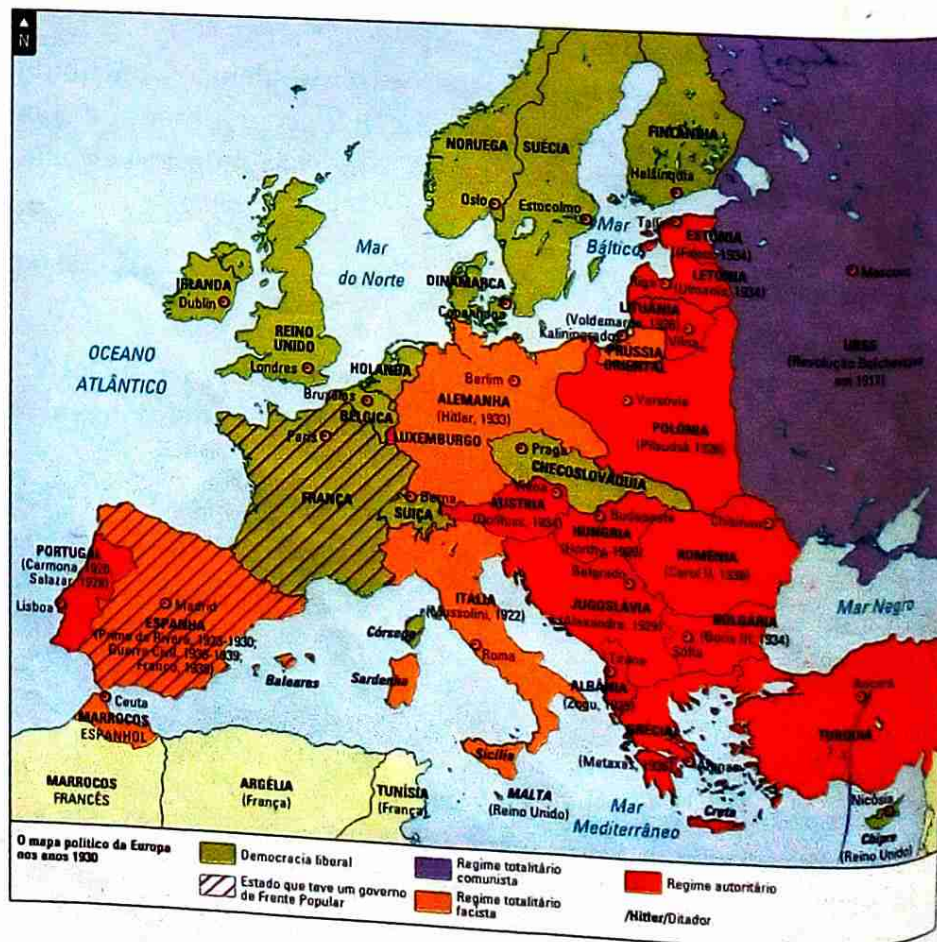
No parlamento, os membros da oposição foram violentamente silenciados, e os fascistas acabaram por instituir um regime totalitário.

Com este passo, Mussolini tornou-se senhor absoluto da Itália, Il Duce (comandante militar, ditador absoluto de toda a Itália).

Com a subida do *Duce* foram tomadas varias medidas. Os partidos políticos da oposição foram banidos, sobretudo os socialistas, cujos líderes foram perseguidos e mortos, o Estado voltou a aproximar-se da Igreja, cuja separação se tinha verificado nos tempos da unificação do país, em 1870. Com esta aproximação, firmada pelo tratado de Latrão (1929), a Igreja recebeu o território do Vaticano, o Palácio da Basílica de Latrão e foi indemnizada pelos danos causados pelas nacionalizações ocorridas nos governos anteriores. Para além destas medidas, foi decretado que o casamento católico tinha efeitos civis e o ensino da religião passava a ser obrigatório para todas as escolas. Estas medidas permitiram a Mussolini, apesar da sua violência, ganhar a simpatia dos católicos.

96. Os regimes ditatoriais na Europa.

A 1.ª Guerra Mundial e a Grande Depressão (1929-1933) provocaram um período de grandes dificuldades económicas e de agitação social na Europa. Além disso, o crescimento dos partidos comunistas, após 1917, trouxe alguns receios à burguesia. Estas circunstâncias favoreceram o apoio a partidos políticos que defendiam regimes autoritários e prometiam "repór a ordem". Assim, estabeleceram-se governos totalitários em países como a Itália, Alemanha, Portugal, Espanha, Polónia, Hungria, Áustria e Grécia.



2

2.3. A CRISE ECONÓMICA MUNDIAL DE 1929-1933

Contextualizando

Após o fim da 1.^a Guerra Mundial, os EUA viveram uma década de prosperidade económica. Na década de 20, as economias europeias começaram a recuperar e as fábricas produziam cada vez mais, iniciando um período de desenvolvimento económico. Nos finais de 1929, esta “euforia” foi interrompida por uma grande crise financeira que começou nos EUA e alastrou ao resto do mundo. Falências, desemprego e fome foram alguns dos problemas que abalaram a economia mundial neste período.

Início da crise

Os primeiros sinais da recessão económica – cuja extensão, no entanto, ninguém previa – surgiram em 1928. A superprodução da indústria automóvel americana obrigou os industriais a uma diminuição do fabrico. As indústrias metalúrgicas de base ressentiram-se também.

A crise de superprodução afectou, igualmente, o sector agrícola, na medida em que a diminuição de consumo fez aumentar, rapidamente, a acumulação de *stocks*. A bolsa de Nova-Iorque entrou em pânico e foi aí, em Wall Street, que se manifestam os primeiros sinais da crise de 1929.

A crise de economia americana, nos EUA, propagou-se a todos os países que com eles tinham laços económicos e financeiros e a todos os sectores da economia. O consumo interno deixou de dar resposta aos elevados índices de produção e, conseqüentemente, provocou um desequilíbrio entre a oferta e a procura. Deste modo, o ritmo de produção não tinha equivalência com o ritmo de escoamento dos produtos.

Por outro lado, o abuso do recurso ao crédito e a especulação bolsista também contribuíram bastante para a situação. Para além disso, são apontadas outras causas, como a **deflação**, o desequilíbrio na distribuição da riqueza e o consumo exagerado.

2.3.1. Principais características da crise

Após uma época de grande desenvolvimento, os EUA foram atingidos, em 1929, por uma grave crise financeira, que ficou conhecida como “A Grande Depressão”. Foi considerado o pior e o mais longo período de recessão económica do século XX. Nenhum sector da economia pareceu poupado. Nenhuma profissão forneceu refúgio seguro a quem a praticava.

EXERCÍCIOS

1. Que motivos contribuíram para a crise financeira de 1929?
2. Localiza, no tempo, os primeiros sinais a recessão económica de 1929-33, e as áreas onde começou esta crise.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Stocks: quantidade de produtos ou mercadorias armazenados para a venda.

Deflação: conjuntura económica em geral, correspondente a uma época de crise ou de depressão, que se caracteriza por uma baixa de preços, redução de meios de pagamento, fraca produção e baixo consumo.

Acções: parcelas do capital social de uma empresa. Cada empresa tem um determinado capital e este pode ser dividido em títulos ou em acções.

97. O Crash Bolsista ou a "Quinta-feira Negra".

Na famosa Quinta-Feira Negra, 24 de Outubro de 1929, os títulos postos à venda [na bolsa de Nova Iorque, em Wall Street] não encontraram compradores (...): cerca de 70 milhões de títulos são lançados no mercado sem contrapartida. É a derrocada das cotações: a perda total é avaliada em 18 mil milhões de dólares.

O fenómeno repete-se nos dias seguintes, amplia-se por um processo cumulativo que abala a confiança, mola real do crédito na economia liberal. (...)

René Remond, *Introdução à História do nosso Tempo*, Lisboa, Gradiva, 1994

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Qual foi o significado da "Quinta-Feira Negra"?
2. Em que consistiu o crash bolsista de 1929?



98. Manifestação de investidores em frente à Bolsa de Wall Street, na "Quinta-feira Negra" (24 de Outubro de 1929).

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Crash bolsista: quebra no preço das acções, valores e títulos à venda nas bolsas, por falta de compradores no mercado financeiro.

Capitalismo: sistema económico em que a maioria dos meios de produção é privada e assenta na livre iniciativa individual e cujo principal objectivo é assegurar o lucro.

Comunismo: segundo a definição de Lenine, "comunismo é a fase superior do desenvolvimento do socialismo, quando os homens trabalham por necessidade de trabalhar para o bem comum". O comunismo atingir-se-á quando desaparecerem, por completo, as classes sociais e, como afirma Karl Marx, "quando tiver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho". Até ao presente, não houve ainda nenhuma sociedade que tivesse atingido essa fase.

Esta crise teve o seu início, em 1929, na bolsa de Nova Iorque (Wall Street), e rapidamente alastrou a todos sectores da economia nos EUA e a todos os países com os quais os americanos mantinham ligações financeiras. Apenas a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), não foi afectada pela crise económica de 1929-33, porque este país tinha adoptado o sistema comunista, uma política económica diferente e fechada.

O pânico instalou-se em 24 de Outubro de 1929 (dia que ficou conhecido por "Quinta-Feira Negra"), quando 70 milhões de títulos foram postos no mercado a baixo preço. Não encontraram compradores. A "Quinta-Feira Negra" teve um significado histórico, pois foi neste dia que se registou a maior queda de acções de sempre, em Wall Street, desencadeando, assim, a derrocada da economia mundial.

Este crash bolsista deu origem à Grande Depressão dos anos 30, do século XX. Nos meses que se seguiram, centenas de milhares de accionistas conheceram a ruína, pois não havia quem comprasse as suas acções, transformadas em meros papéis sem valor.

A desvalorização dos títulos da bolsa continuou e as grandes empresas metalúrgicas, como a United States Steel e a Chrysler, viram os índices de suas acções reduzidos até 1932, respectivamente de 250 para 22 e de 135 para 5. A economia praticamente paralisou.

Os stocks de mercadorias acumularam-se, os preços, incluindo os dos produtos agrícolas, baixaram bruscamente.

A euforia económica da denominada "era da prosperidade" levou ao crescimento das operações de especulação financeira, as quais ultrapassaram as reais condições do mercado económico.

Esta crise pôs em causa o chamado capitalismo liberal, que se traduzia, por exemplo, na ideia de que os problemas económicos se resolviam por si mesmos, isto é, sem a intervenção dos Estados, assim como a crença na capacidade de as economias fazerem crescer continuamente a produção.

2.3.2. Consequências da crise de 1929-1933

Consequências sociais

A crise económica provocou graves problemas sociais, como o desemprego, manifestações, greves (...) Quer nos EUA quer nos restantes países afectados pela depressão, as dificuldades económicas e financeiras provocaram graves problemas e tensões sociais.

Os operários que conseguiram manter os seus postos de trabalho olhavam com desconfiança as imensas filas de desempregados que, à porta das fábricas, se ofereciam como mão-de-obra barata. Nos meios urbanos, a classe média encontrava-se empobrecida e, nos campos, os agricultores queixavam-se do abandono a que eram votados pelos governos.

Os estrangeiros muito dificilmente conseguiam licenças de trabalho e o desespero acentuava os antagonismos sociais.

Proprietários, industriais, agricultores e desempregados reclamavam, cada vez com mais insistência, a intervenção do Estado, que consideravam o último recurso.

Nesse quadro desolador, a delinquência, a corrupção e o crime organizado proliferavam. Cresceram a mendicidade, a criminalidade, os suicídios e os conflitos sociais.

Consequências económicas

Nos meses que se seguiram, centenas de milhares de accionistas conheceram a ruína. Uma vez que a maior parte dos títulos tinham sido adquiridos a crédito, a ruína dos accionistas significou a ruína dos bancos, que deixaram de ser reembolsados.

Entre 1929-1933 fecharam mais de 10 mil bancos. E, com as falências bancárias, a economia paralisou, pois cessou a grande base de prosperidade americana – o crédito.

Com efeito, descapitalizadas pela retirada dos accionistas e pelas restrições de crédito, as empresas faliram, especialmente as de frágil situação financeira.

A crise económica provocou graves problemas, como manifestações e greves.

O desemprego disparou para mais de doze milhões de pessoas em 1932.

A súbita quebra da Bolsa de Nova Iorque causou grande incerteza entre a população americana quanto ao futuro do país. A tendência geral foi tentar economizar ao máximo, reduzindo o consumo. A súbita queda nas vendas estendeu a crise ao sector industrial e comercial dos EUA. O desemprego alastrou e as famílias que viviam bem perderam os seus bens.

A diminuição do consumo e as dificuldades da indústria repercutiram-se nos campos. Os preços dos géneros agrícolas afundaram-se. Por toda a parte hipotecavam-se quintas, abatia-se o gado e destruíam-se produções.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Superprodução: produção de bens em quantidade superior às necessidades do mercado consumidor, levando ao aumento dos stocks e à baixa dos preços.

99. Especulação bolsista.

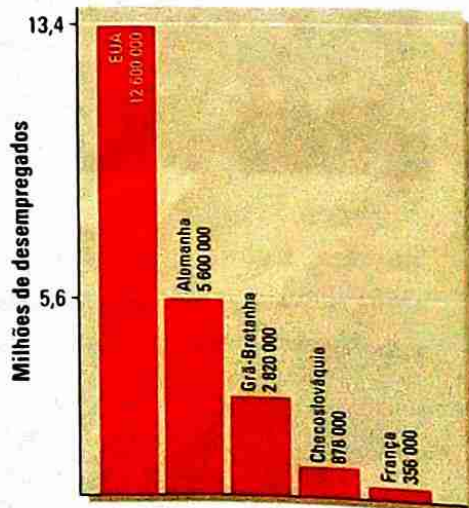


EXPLORO O DOCUMENTO

1. Explica o motivo por que os accionistas tentaram vender as acções a qualquer preço.

EXERCÍCIOS

1. Enumera as consequências sociais da crise económica de 1929.



100. Número de desempregados em 1933, nos países mais atingidos pela crise.



101. Este homem andava a oferecer o seu trabalho. No cartaz pode ler-se: "Eu sei três ofícios. Eu falo três línguas. Trabalho há três anos por conta própria. Tenho três filhos e não tenho trabalho há três meses, mas somente quero um trabalho".



102. Pobres e desempregados esperam, em Nova Iorque, sob forte chuva, a distribuição de comida (1932).

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Que comentário te suscitam as imagens acima?

103. Sopa popular em Nova Iorque.



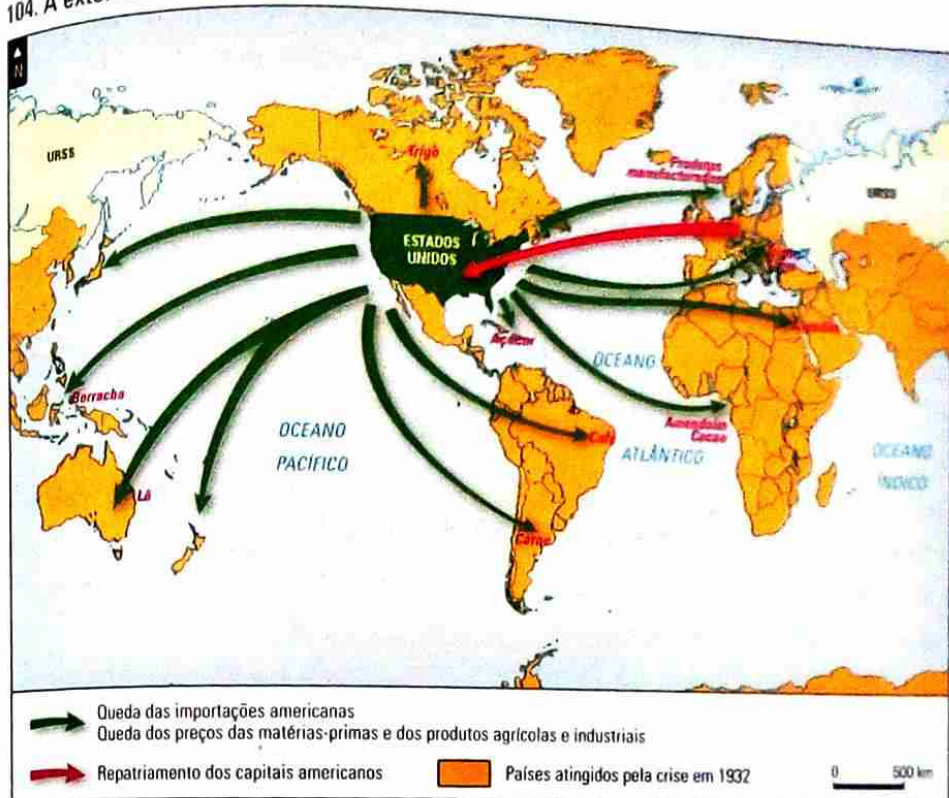
Uma das impressões mais vivas com que se fica da visita às filas da rua e às salas de espera das agências de emprego é o silêncio que aí reina. Homens e mulheres mantêm-se de pé, absorvidos na angústia dos seus pensamentos, com os olhos mergulhados no vazio, debruçados sobre a sua miséria interior. Os homens apoiam-se na parede, à espera da sua tigela de sopa. E se um deles fala com o seu vizinho, é praticamente cochichando e exprimindo-se por monossílabos. Depois, os seus olhos regressam ao chão e ele volta a embrenhar-se nos seus pensamentos. Então, o observador experimenta fortemente o sentimento de uma catástrofe colectiva, e uma depressão tão grande que se fica mudo. Sem nada a dizer, eles permanecem de pé e esperam, esperam interminavelmente pela sopa, pelo trabalho, por uma cama, pelo dia seguinte.

Artigo do *New York Times*, citado por J. Heffer, 1977 – *La Grande Depression. Les États-Unis en crise – (1929-1933)*
Crise de 1929-33 The Journal of American History

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Retira as expressões do texto que caracterizam a miséria urbana em Nova Iorque.

104. A extensão mundial da crise.



105. Mãe emigrante desempregada (foto de Dorothea Lange, 1936).

2.3.3. A mundialização da crise

Após a 1.^a Guerra Mundial, os EUA tornaram-se na primeira potência económica do Mundo, exercendo grande influência sobre os outros países. O Governo americano cedeu avultados empréstimos aos países europeus e importava grandes quantidades de matérias-primas de África, da Ásia e da América Latina. Os EUA funcionavam como motor de outras economias.

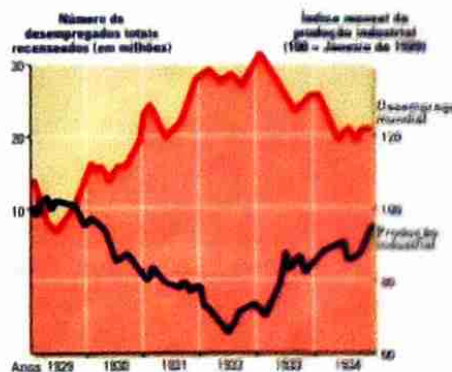
Como estavam em crise, os EUA retiraram os capitais que tinham aplicado em bancos e empresas da Europa e reduziram as suas importações, levando, assim, à falência de muitas empresas na Europa. A dependência da economia europeia em relação à América arrastou, automaticamente, a crise para o lado de cá do Atlântico.

A crise mundializou-se: a Alemanha, a Inglaterra e a Áustria foram os países mais atingidos.

A retirada dos capitais americanos originou a falência de bancos (como, por exemplo, o Kreditanstalt, na Áustria, e o Danat, na Alemanha), e, conseqüentemente o corte do crédito, o que provocou a ruína de numerosas empresas, por não poderem pagar a importação das matérias-primas.

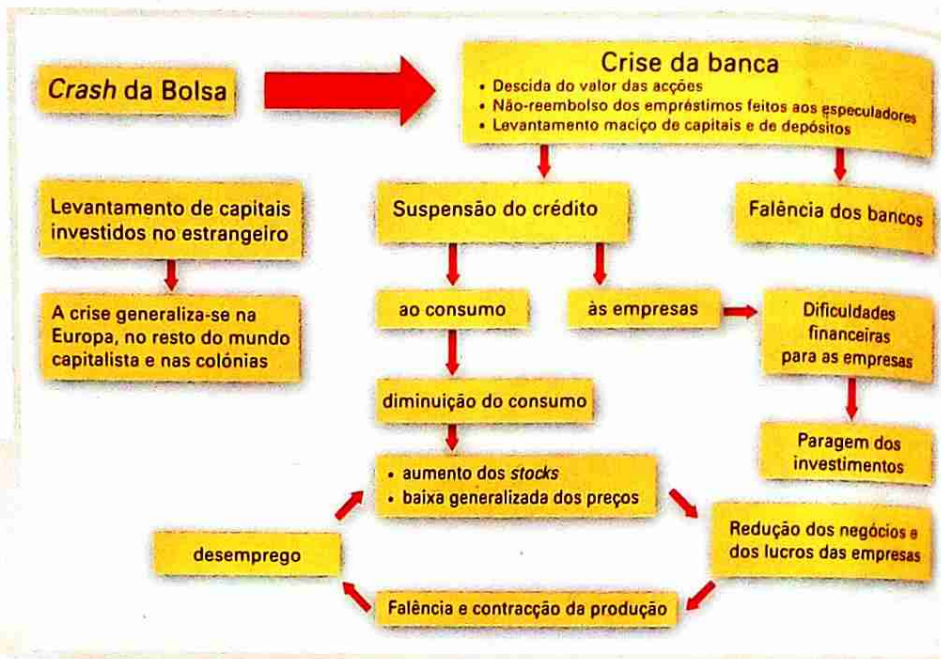
A Europa e os EUA, em crise, deixaram de comprar matérias-primas às colónias europeias em África, na Ásia, na América Latina e na Oceânia, entrando, deste modo, estes países também em crise.

A baixa de preços alterou os termos de troca a favor dos países produtores de bens primários, provocando quebras significativas de rendimentos e poder de compra.



106. Produção industrial e desemprego.

107. As consequências do *crash* da Bolsa de Wall Street.



EXPLORO O DOCUMENTO

1. Elabora um texto em que expliques as consequências do *crash* da Bolsa.



108. Motins populares em Bristol.



109. Trabalhadores de um estaleiro.

O proteccionismo tornou-se agressivo, em especial nos EUA, como, por exemplo, através da elevação de barreiras aduaneiras nos EUA (a pauta Hawley-Smoot) em 1930.

Por outro lado, no aspecto financeiro, a retirada de capitais europeus nos EUA e a quebra de investimentos americanos na Europa, na sequência do colapso da bolsa, conduziu à ruptura do sistema monetário internacional (SMI), à formação de blocos monetários e à generalização das práticas de desvalorização da moeda.

Estes mecanismos financeiros tiveram como consequência a redução dos movimentos internacionais de capitais com efeitos mais duros que a redução do comércio internacional. De tal forma que o impacto da depressão económica acabou por ser maior nos países cuja vitalidade económica estava anteriormente dependente do fluxo de capitais, principalmente os EUA, a Inglaterra e a Alemanha.

As moedas europeias, com destaque para a libra inglesa, desvalorizaram e o sistema de crédito e de pagamentos internacionais desorganizou-se.

A crise expandiu-se para os países da Ásia, da África e da América Latina que, rapidamente, deixaram de ser exportadores de matérias-primas e de produtos alimentares para os países desenvolvidos, como aconteceu no Brasil, com o café, que chegou a ser lançado ao mar ou aproveitado para combustível das locomotivas, ou na Argentina, com o abastecimento de gado.

O comércio internacional teve um decréscimo de mais de 25% das transacções, pois deixou de se produzir, devido à falta de poder de compra.

2.3.4. O impacto da crise mundial em África e em Moçambique

Afectada pela crise, a Europa deixou de comprar matérias-primas provenientes de África, levando à falência muitos produtores,

deste continente. As matérias-primas de África, agora sem compradores, começaram a deteriorar-se e as mercadorias começaram a ser queimadas. As empresas acabaram por falir e, como consequência disso, o desemprego alastrou.

No caso de *Moçambique*, os preços de amendoim, milho, copra, açúcar e sisal diminuíram bastante. Apenas o caju e o algodão se mantiveram, até que, por fim, aumentaram de preço.

Para enfrentar a crise, o sector agro-industrial reduziu os seus custos através de abandono de actividades dispendiosas, do despedimento de pessoal (incluindo europeus) e do encerramento de algumas fábricas menos rentáveis. A Companhia de Boror, na Zambézia, abandonou algumas plantações de sisal e machambas experimentais. Fechou a sua salina e algumas lojas rurais. Entre 1931 e 1935, a Sena Sugar States encerrou as suas velhas plantações em Caia e Mopeia e reduziu a produção nas fábricas de açúcar de Marromeu e Luabo.

Mais tarde, esta empresa iniciou a expansão de algumas plantações de chá, na expectativa de estimular a compra de açúcar cujo consumo no mercado interno era baixo.

Produtos como o coco passaram a ser comprados aos camponeses a preços mais baixos.

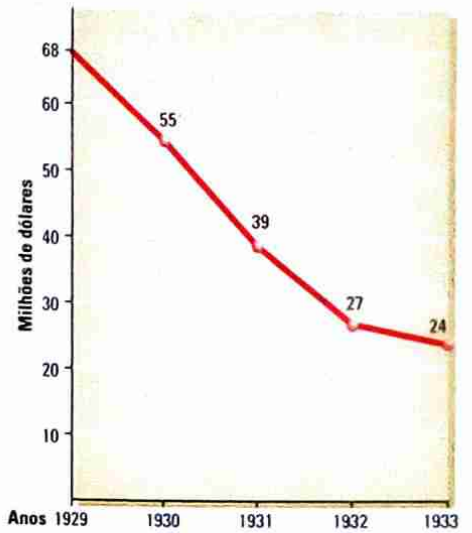
As empresas recorreram, ainda, a reduções salariais, substituindo, sempre que possível, o trabalhador voluntário pelo forçado.

Além disso, algumas plantações introduziram novos métodos para aumentar a produtividade, como, por exemplo, a utilização de animais de tracção (bois, em vez de trabalho braçal, e estrume como fertilizante).

Para os produtores camponeses, a situação tornou-se muito difícil. Com a queda dos preços dos seus produtos, foi reduzido o rendimento em dinheiro. Diminuiu, por outro lado, a possibilidade de encontrar empregos nas plantações, numa altura em que os administradores eram cada vez mais eficientes e exigentes na cobrança dos impostos. Para grande número de camponeses, a única solução foi vender a maior parte da sua colheita de amendoim.

Outros produtores adoptaram ou aumentaram, em vez de milho e amendoim, as culturas que mantinham altas cotações, como o caju ou o algodão. Nas zonas costeiras, especialmente em Nampula e Cabo Delgado, milhares de camponeses, incentivados muitas vezes pelos proprietários das terras, optaram pela cultura do cajueiro, cujo fruto passou a ser muito procurado na Índia. A exportação deste fruto aumentou de 6530 toneladas, em 1930, para 25 744, em 1938.

Quanto ao algodão, cujo preço passou a ser garantido pelo Governo português, a sua produção viria a ser mais atraente do que no período anterior.



110. Queda do comércio internacional (1929-1933).



111. Árvores de coco na Zambézia.



112. Plantação de açúcar em Luabo, na baixa da Província da Zambézia (ao sul), na bacia do Zambeze.

Foram feitas mais concessões às companhias, e a produção começou, lentamente, a aumentar, no interior da Zambézia, Nam-pula e Cabo Delgado. Desta forma, a exportação moçambicana de algodão cresceu de 1362 toneladas, em 1934, para 8211, em 1938.

A forma como essa cultura foi introduzida dependeu dos administradores. Alguns incentivaram os camponeses a cultivar, individualmente, tal como era definido pela lei de 1926.

Outros, aliados aos agentes das companhias concessionárias, mandaram construir machambas colectivas nas zonas próximas das administrações, onde obrigaram os camponeses a trabalhar sob controlo dos sipaios, recebendo como remuneração apenas a isenção do imposto (70 escudos).

Este sistema de produção foi, inicialmente, aceite pelos camponeses que se encontravam sem meios para pagar o imposto, passando os administradores a usufruir das receitas provenientes da venda do algodão nas companhias.

O campesinato, no Centro e no Norte do país, pressionado pelas administrações locais, manteve o nível global, tanto da produção como da exportação do algodão.

O conjunto das exportações, quer das plantações quer do campesinato, manteve-se ou aumentou ligeiramente o seu volume, durante a crise mundial.

Na África do Sul, o campesinato foi afectado por alterações no sistema económico sul-africano. Embora a produção do ouro não fosse atingida pela crise, a produção da mão-de-obra nas fábricas, machambas coloniais e serviços desse país diminuiu, e os trabalhadores despedidos começaram a substituir os imigrantes moçambicanos e outros nas minas. Assim, o número de mineiros moçambicanos na África do Sul desceu de 96 657, em 1929, para 58 483, em 1932.

Para além de não haver emprego alternativo em Moçambique, os mineiros desempregados tinham que enfrentar maus anos agrícolas, pelo que houve notícias de fome, por exemplo como a que assolou o Guijá em 1932.

A diminuição da actividade económica na África do Sul, Rodésia do Sul e Norte e Niassalândia (Malawi) reduziu o tráfico nos caminhos-de-ferro e Porto de Moçambique, especialmente em Lourenço Marques e na Beira. A diminuição das receitas em divisas, e dos impostos sobre os migrantes, significou uma redução considerável do rendimento do Estado, que eliminou algumas despesas, suprimindo postos e circunscrições administrativas em alguns distritos (Inhambane, por exemplo), reduzindo salários dos trabalhadores, despedindo outros, etc. A comunidade de colonos não ficou completamente imune a estas medidas: o número de colonos desempregados aumentou, consideravelmente, entre 1930-1932.



113. Plantação de algodão em Moçambique.

EXERCÍCIOS

1. Descreve as consequências da crise da Grande Depressão para o sector agrícola de Moçambique.

2.3.5. Tentativas de superação da crise

As actuações políticas de resposta à Grande Depressão assumiram formas bem diferentes nos vários países.

Alguns países adoptaram políticas deflacionistas, outros, políticas inflacionistas, assim como políticas de gestão da procura e políticas da gestão da oferta.

Políticas deflacionistas

De acordo com as ideias ainda dominantes, aquando do início da Grande Depressão, a existência de crises, numa economia de mercado, seria um fenómeno normal e passageiro, desde que os mecanismos de mercado funcionassem sem entraves. Por outras palavras, a própria economia de mercado possuiria mecanismos automáticos de superação das crises. Nestas circunstâncias, o que o Estado deveria fazer era minimizar a sua intervenção na vida económica e manter os comportamentos conducentes ao equilíbrio das contas públicas e à estabilidade monetária e cambial.

Foi este o contexto intelectual em que a generalidade dos governos se moveu nas primeiras fases da Grande Depressão, adoptando políticas deflacionistas.

Em rigor, houve, desde logo, um domínio em que praticamente nenhum governo respeitou a regra da não intervenção na vida económica – o comércio internacional. Na verdade, o erguer de barreiras aduaneiras às importações foi prática comum desde as primeiras fases da crise.

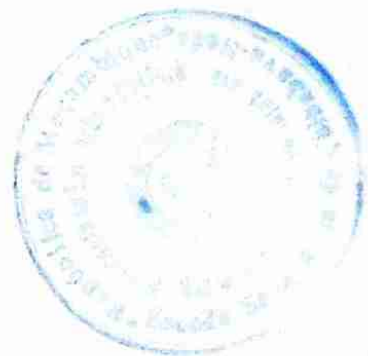
Política inflacionista

Face ao prolongamento e à gravidade da situação depressiva, a acção dos governos, em termos de política económica, tendeu a alterar-se e começaram a ser aplicadas, na generalidade dos países, medidas inflacionistas.

Estas medidas inflacionistas envolviam a aceitação de saldos negativos nas contas públicas e a desvalorização interna e externa da unidade monetária, e consistiam basicamente, em:

- a) Realização de despesa pública, principalmente de investimento, para estimular a actividade económica;
- b) Mais raramente, redução dos impostos, com vista a estimular o consumo e o investimento privados;
- c) Baixa da taxa de juro, para estimular o investimento privado;
- d) Depreciação cambial, para ganhar competitividade no comércio internacional.

Em rigor, dever-se-ia juntar a esta lista a protecção aduaneira da actividade produtiva nacional. Todavia, como já foi dito, esta prática



era já comum. Pode dizer-se que a viragem clara, para uma política inflacionista nas principais potências económicas do mundo, se iniciou na Grã-Bretanha, em 1931, seguindo-se a Alemanha, em 1932, os EUA, em 1933, e a França, em 1936. De uma forma geral, pode dizer-se que essa viragem foi marcada pela suspensão da convertibilidade em ouro da moeda (no caso da Alemanha, onde não existia convertibilidade directa, pelo restabelecimento de restrições cambiais) e pela adopção de programas excepcionais de obras públicas, com vista a ocupar os desempregados.

No que concerne às políticas de gestão da procura e da oferta, as políticas inflacionistas são, basicamente, políticas de gestão de procura. Isto é, políticas que visam relançar a actividade económica, através do aumento do consumo. Porém, em alguns países, acabou por se ir mais longe, adoptando-se políticas que visavam controlar, mais profundamente, a vida económica através da própria gestão da oferta.

Entre as medidas de gestão da oferta, adoptadas face à Grande Depressão, devem destacar-se as seguintes:

a) Controlo da produção de certos bens, com vista a moderar a quebra dos seus preços – este tipo de medidas foi sobretudo adoptado em relação a bens primários. Como exemplos, destaca-se a actuação do Governo dos EUA, subsidiando a redução das áreas cultivadas, e a acção do Governo do Brasil, subsidiando a redução da quantidade de café colocada pelo país no mercado internacional.

b) Controlo do investimento, com vista a não permitir a expansão da capacidade produtiva de certos sectores – este tipo de medidas foi sobretudo adoptada em relação a bens transformados. Podem considerar-se paradigmáticas, neste domínio, as acções dos governos da Itália e do Japão (e também Portugal), de regulação dos principais investimentos industriais.

c) Planificação imperativa da economia – ou, pelo menos, dos seus sectores considerados fundamentais – e da actividade das maiores empresas. Como exemplo, temos a actuação do Governo da Alemanha, depois da subida ao poder do Partido Nacional-Socialista em 1933.

No que toca às reformas estruturais, a sua realização, nomeadamente, nos domínios da generalização de esquemas de segurança social e da nacionalização de grandes empresas ou de sectores considerados fundamentais da economia, esteve, geralmente, associada à chegada ao poder de partidos sociais-democratas. Como exemplo destes casos, destaca-se a actuação do Governo da Suécia a partir de 1936.

O papel de Franklin Delano Roosevelt

As eleições presidenciais de 1932, nos EUA, deram a vitória ao candidato do Partido Democrata, Franklin Delano Roosevelt.

Para contrariar os efeitos económicos e sociais fortemente negativos para os EUA, em 1933, o presidente Franklin Roosevelt deu início a uma política pragmática de intervenção estadual na economia conhecida por *New Deal*, que significou um “novo acordo”, uma “nova distribuição” de rendimentos. *New Deal* foi um termo retirado de um discurso de Roosevelt e representava o conjunto de medidas novas adoptadas para combater a crise.

Com o *New Deal*, o novo Governo procurou relançar o consumo, controlar a produção, diminuir o desemprego e aumentar a segurança social.

Convencido de que a crise ficou a dever-se, fundamentalmente, a um desequilíbrio entre os elevados índices da produção e o baixo consumo, Roosevelt adoptou uma política intervencionista, no sentido de relançar o consumo e controlar a produção.

Inspirado nas ideias do economista inglês J. M. Keynes, criou um conjunto de medidas para aumentar o consumo e dinamizar a economia.

O *New Deal* previa a intervenção do Estado, através quer da fixação de mecanismos de controlo quer da participação das finanças públicas, em diversos programas e em empreendimentos. Incluía, também, a regulamentação das relações entre o capital e o trabalho, o controlo dos preços, a redução de despesas improdutivas, entre outras medidas.

114. O *New Deal*.

Deve haver uma estreita supervisão de todos os bancos, créditos e investimentos, de modo que termine a especulação com o dinheiro dos outros, e deve haver a provisão de uma adequada e sólida moeda (...). Nossas relações comerciais internacionais, embora muito importantes, do ponto de vista de tempo e necessidade são secundárias para o estabelecimento de uma sólida economia nacional. Não pouparei esforços para restaurar o comércio mundial por meio do ajustamento económico internacional, mas a emergência doméstica não pode aguardar esses acontecimentos.

New Deal de Roosevelt

Durante o Governo de Roosevelt foram realizadas as maiores reformas económicas e sociais no país, assegurando uma nova interligação entre empresas e sindicatos, uma plataforma mínima



115. Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), político americano, democrata, presidente dos EUA de 1933 a 1945 (reeleito em 1936, 1940 e 1944). Apesar de inválido, pois fora atacado de poliomielite em 1921, revelou qualidade de estadista de invulgar grandeza.

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Partindo da informação deste documento, redige uma breve biografia de Franklin Roosevelt; pesquisa numa enciclopédia ou na internet.

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Comenta a primeira frase do documento, sob o ponto de vista ético e moral.

de bem-estar aos mais pobres e a criação de uma sólida classe média. Para tal, era necessário diminuir o desemprego e aumentar os salários para elevar o poder de compra. A retoma do consumo levaria à recuperação da economia.

116. As ideias de Keynes.



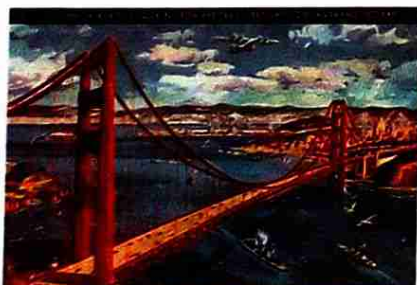
117. Síntese esquemática da teoria keynesiana da procura.

Em 1936, o economista britânico John Maynard Keynes publicou a teoria geral do emprego, juros e dinheiro, que desafiava a teoria económica dominante. Defendia que fazer as pessoas trabalhar por salários mais baixos nunca eliminaria o desemprego. A propriedade dependia da “procura conjunta”, ou gasto total feito por investidores, o governo e consumidores, uma baixa procura conjunta prejudicava os salários e os empregos. Um período de depressão podia ser minorado se os governos baixassem as taxas de juros, estimulando assim o investimento.

Guy Arnold, “Pobreza e Riqueza”, em *O Século do Povo*, Ediclube, 1997

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Explica de que forma o aumento de salários poderia constituir uma saída da crise.



118. Golden Gate Bridge, em São Francisco.

Esta ponte foi desenhada pelo Engenheiro Joseph Strauss. A sua construção começou a 5 de Janeiro de 1933, em São Francisco; foi aberta ao tráfego pedonal no dia 27 de Maio de 1937 e ao tráfego rodoviário no dia seguinte. A Golden Gate Bridge é uma ponte suspensa com 1966 metros de comprimento suspenso, e 2737 metros de comprimento total, incluindo os acessos.

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Pesquisa em livros e na internet as principais obras levadas a cabo nos EUA na década de 30.

O *New Deal* fez-se em duas etapas. A primeira consistiu em recuperar a economia; a segunda, em fazer reformas estruturais de longo alcance. Neste sentido, foram adoptados programas na indústria e na agricultura e de grandes obras públicas. Deste modo, foi possível diminuir, drasticamente, o desemprego, relançar o poder de compra da população e, dessa forma, recuperar-se a economia do país.

No sector industrial, em 1933, o programa *Nacional Industrial Recover Act* (NIRA) visou combater a superprodução industrial e a baixa dos preços dos produtos. A intervenção na indústria visou, nas palavras de Roosevelt, “dar à indústria a certeza de lucros razoáveis e aos trabalhadores a certeza de um salário suficiente”. Este programa procurava, por outro lado, impor um “código de concorrência leal”, garantindo aos trabalhadores um salário mínimo e a liberdade sindical, limitando a duração da jornada de trabalho semanal e impedindo a formação de monopólios.

No sector agrícola foi adoptado o programa *Agricultural Adjustment Act* (AAA), que visou a redução das áreas cultivadas, atribuindo-se para isso subsídios aos agricultores. Também se tentou a substituição de determinados produtos agrícolas por outros de maior aceitação no mercado e foram estabelecidos preços mínimos

de venda aos produtores. Deram-se incentivos à exportação, à mecanização e foi instituído um conjunto de empréstimos, por linhas de crédito. Os resultados foram um aumento significativo da produtividade e um maior fluxo dos produtos nos mercados, assim como a diminuição da população activa na agricultura.

Na luta contra o desemprego, desde Abril de 1933, o Governo Federal passou a conceder créditos aos Estados para a distribuição de seguros aos desempregados e, em Novembro desse mesmo ano, um programa de grande trabalho foi lançado pela TVA (Tennessee Valley Authority).

Na assistência social, foi atribuída uma reforma para idosos, garantia de segurança social na velhice e na doença e um subsídio aos desempregados.

Por outro lado, foi adoptado o encerramento temporário dos bancos e requisitados os *stocks* de ouro. O Governo de Roosevelt desenvolveu, também, uma política de inflação moderada: a desvalorização do dólar permitiu o pagamento das dívidas, a revalorização dos *stocks* e a subida dos salários, aumentando o poder aquisitivo da população e os lucros das empresas. A fim de acabar com a onda de falências, o *Federal Reserve System* concedeu créditos ilimitados que levaram a uma inflação moderada.

Com a concretização do *New Deal*, os EUA superaram a crise económica e social, reabilitaram, internacionalmente, a confiança no dólar e diminuíram o número de desempregados, que baixou cerca de 50%. O poder de compra foi recuperado e os preços subiram cerca de 30%. A produção industrial aumentou substancialmente, mais de 60%, e as exportações subiram em 30%.



119. Roosevelt em campanha eleitoral explicando o *New Deal* a dois agricultores.

EXERCÍCIOS

A crise económica mundial de 1929-33 teve repercussões desastrosas para as colónias portuguesas, e em particular para Moçambique.

1. Menciona as repercussões desta crise para Moçambique.
2. Quais foram as principais formas de intervenção dos Estados para superar a crise?
3. "Eu vos prometo, como prometo a mim mesmo, inaugurar uma nova era para o povo americano" – Franklin Roosevelt.
 - a) A que se refere a expressão sublinhada?
 - b) Menciona duas medidas tomadas pelos EUA para contornar a crise.

2

2.4. OS REGIMES DITATORIAIS

Contextualizando

A 1.ª Guerra Mundial e a Grande Depressão (1929-1933) provocaram um período de grandes dificuldades económicas e de agitação social na Europa. Além disso, o crescimento dos partidos comunistas, após 1917, trouxe alguns receios à burguesia. Estas circunstâncias favoreceram o apoio a partidos políticos que defendiam regimes autoritários e prometiam “repor a ordem”. Assim, estabeleceram-se governos autoritários em países como a Itália, a Alemanha, Portugal, a Espanha, a Polónia, a Hungria, a Áustria e a Grécia.

2.4.1. Os regimes fascista e nazi

Nas décadas de 20 e 30, do século XX, a vida política da Europa ficou caracterizada por um considerável avanço dos radicalismos de Direita que puseram em risco a sobrevivência das velhas democracias parlamentares. Entre as novas forças de Direita, a ideologia fascista foi a que dominou o panorama político europeu, tendo sido a principal inspiradora dos regimes antidemocráticos e totalitários que então se estabeleceram na Itália, na Alemanha, na Península Ibérica, noutros estados europeus e também na América Latina.

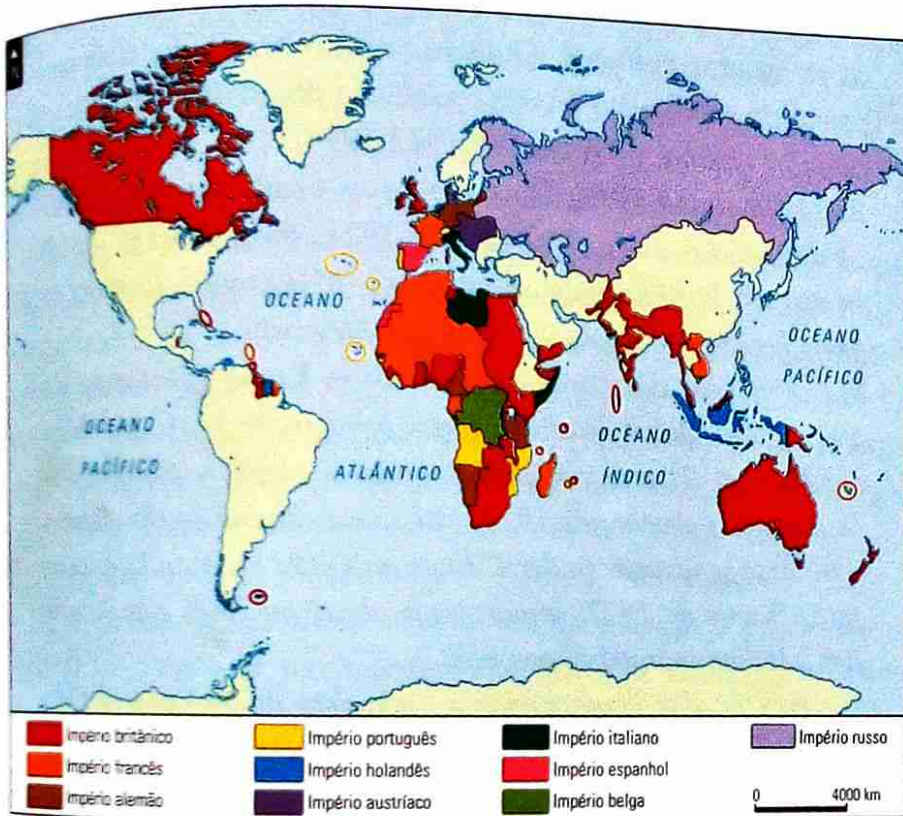
Foi um período caracterizado pelo antiparlamentarismo, pelo nacionalismo agressivo e pela defesa de soluções violentas e ditatoriais para os problemas colocados pela crise (1929-33).

Nos países derrotados na 1.ª Guerra Mundial, como a Alemanha e a Itália, ou insatisfeitos com o resultado da guerra, a crise assumiu formas violentas. Neles formaram-se grupos de Extrema-Direita, compostos por ex-militares, profissionais liberais, estudantes e desempregados pertencentes a uma classe média descontente com a sua situação económica que se tornou receptiva às ideias nacionalistas, racistas e antiliberais.

Os governos não conseguiam resolver problemas como o desemprego, a ocupação de fábricas, e de grandes propriedades, pelos operários, bem como o baixo nível de vida, ficando, assim, desacreditados.

A causa imediata da revolução fascista foi o colapso do regime parlamentar. A paralisação dos negócios e a situação de quase anarquia, que reinava em muitos países, tornaram praticamente

impossível colectar impostos suficientes para conseguir uma receita adequada. Daí surgirem, cada vez mais, défices orçamentais. A essa dificuldade juntou-se um impasse parlamentar.



120. Os regimes políticos.

24.2 A implantação do fascismo na Itália

A participação da Itália na 1.ª Guerra Mundial trouxe graves dificuldades económicas e sociais, tais como o desemprego a agitação social e a inflação.

Nas eleições de 1921, quatro partidos diferentes obtiveram forte representação na câmara dos deputados, mas nenhum deles tinha a maioria. Os dois maiores partidos, o Partido Socialista e o Partido Popular (Católico), alternavam no poder e cada um deles tentava derrubar a governação do adversário, recusando-se a apoiar um governo chefiado por um membro do outro. Em resultado disso, a instabilidade política era uma constante. Raras vezes um ministro permanecia no poder o tempo suficiente para deixar algo realizado. A máquina legislativa estava praticamente paralisada. Com o decorrer do tempo, foi aumentando o descontentamento causado pelas intermináveis contendas entre os partidos.

Foi neste ambiente de instabilidade e agitação social que se começou a fazer notar a figura de um ex-combatente de guerra e ex-militante do Partido Socialista, em 1921, Benedito Mussolini, que fundou o Partido Nacional Fascista.

Aproveitando o clima de agitação social que então se verificava em todo o país, os fascistas organizaram campanhas de intimidação

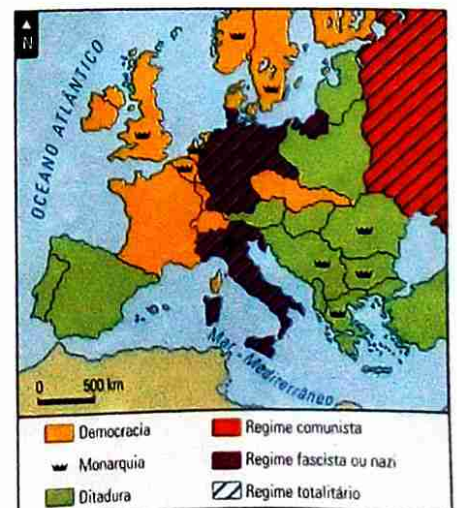


121. Hitler e Mussolini num postal.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Fascismo: doutrina política totalitária, desenvolvida por Benedito Mussolini na Itália, a partir de 1919. Delega no Estado toda a autoridade exercida sobre os indivíduos, estando o poder centrado no líder – o *Duce*. A palavra fascismo tem uma origem dupla. Deriva, em parte, do latim *fascis* (o machado rodeado de feixes de varas) que simbolizava a autoridade do Estado Romano. Liga-se, também, à palavra italiana *fascio*, que significa grupo ou bando.

Nazismo: regime político criado por Hitler, que recusava a democracia por a considerar uma força desestabilizadora. Foi um regime totalitário, em muitos aspectos semelhante ao fascismo italiano, mas com acções mais extremas, defendendo um sentimento racista e o anti-semitismo.



122. As ditaduras na Europa em 1939.

123. Biografia de Mussolini.

CRONOLOGIA DA ASCENSÃO DE MUSSOLINI AO PODER, NA ITÁLIA

1921 Fundação do Partido Nacional Fascista, por Benedito Mussolini.

1922 Marcha sobre Roma de 50 000 partidários de Mussolini ("Camisas Negras"). O rei Victor Emanuel III convidou Mussolini a formar governo.

1924 O Partido Nacional Fascista obteve maioria absoluta em eleições.

1925 Mussolini decretou a supressão de todos os partidos políticos, instituiu a censura e a Polícia política e iniciou a perseguição, prisão e expulsão dos seus opositores políticos.

Década de 30 Reacção à Grande Depressão através da construção de grandes obras públicas e da implementação da autarcia e do cooperativismo.

Benedito Mussolini (1883-1945), inicialmente professor primário, residiu na Suíça de 1902 a 1905, onde conviveu com os refugiados políticos. Quando regressou a Itália, torna-se jornalista e milita nas fileiras socialistas, dirigindo o respectivo periódico diário, o "Avante!" (1912-1914).

Em 1919 funda os Fâscios Italianos de Combate, onde reúne os desiludidos do pós-guerra. Em 1921, transforma o movimento em Partido Nacional Fascista (PNF), cujas formações armadas são denominadas "Camisas Negras".

Na sequência da marcha destas sobre Roma (Outubro de 1922), Mussolini é escolhido como primeiro-ministro por Victor Manuel III e recebe plenos poderes. Após o triunfo dos fascistas nas eleições de 1924, Mussolini elimina os opositores e trata de se arrogar poderes ditatoriais (1925). Manda executar, a partir de 1927, importantes obras públicas e pretende dar à Itália um império colonial.

A oposição das democracias à conquista da Etiópia (1935-1936) levou Mussolini a aliar-se à Alemanha de Hitler - formando o "Eixo Roma-Berlim" (1936).

Assim, e sob a influência do Führer, Mussolini, usando desde então o título Duce (Chefe), envolve o seu país na II Guerra Mundial. Acaba fuzilado e exposto em praça pública pelos resistentes (1945).

Benedito Mussolini, in *Nova Enciclopédia Larousse*. Vol. 16, Círculo de Leitores

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Como se realizou a subida de Mussolini ao poder em Itália?



124. Benedito Mussolini (1883-1945) sobe ao poder na Itália.

e violência, atacando sedes de partidos e de sindicatos e perseguindo ou assassinando sindicalistas, socialistas, comunistas e democratas.

O Partido Nacional Fascista organizou a milícia armada - as "camisas negras" - para perseguir, de forma violenta, sindicalistas, grevistas e membros de partidos de Esquerda.

Marcha sobre Roma

Em 1922, Mussolini organizou com os seus partidários a Marcha sobre Roma, em que tomaram parte cerca de 50 000 "camisas negras". Com a demissão do Governo e perante esta demonstração de força, o rei Victor Manuel III convidou-o a formar Governo, recebendo

uma guerra civil. Assim, sem dispararem um só tiro, as legiões de “camisas negras” assumiram o controlo do Governo italiano.

Em Julho de 1923, Mussolini forçou a aprovação no parlamento de uma Nova Lei Eleitoral, segundo a qual o partido que conquistasse a maioria de votos numa eleição nacional receberia automaticamente dois terços dos lugares da câmara dos deputados. Nas eleições de 1924, Mussolini obteve uma folgada maioria no parlamento, o que lhe permitiu governar de forma autoritária.

Em 1923, os esquadristas foram reconhecidos oficialmente como milícias armadas do Partido Nacional Fascista. Receberam a designação de milícia voluntária para a segurança nacional, cabendo-lhes vigiar, denunciar e reprimir qualquer acto conspiratório. Idênticas funções competiam, posteriormente, à polícia política, criada em 1925, e muito a propósito apelidada de organização de vigilância e repressão do antifascismo (OVRA) em Itália.

Quando o novo parlamento se reuniu, em Maio de 1924, o líder socialista Matteotti acusou os políticos fascistas de desonestidade e de violência nas recentes eleições. Em 10 de Junho desse mesmo ano, Matteotti foi raptado e assassinado por membros dos “camisas negras”. O crime provocou violenta reacção, acompanhada de clamores insistentes para que os fascistas abandonassem o poder.

Em 1926, Mussolini declarou ilegais todos os partidos políticos.

Os princípios do fascismo italiano

Reagindo contra o liberalismo, o socialismo e o comunismo, o fascismo teorizou e defendeu a ideia do Estado como um corpo único que incorporava todos os indivíduos, todos os interesses e absorvia todos os conflitos.

Com efeito, para o fascismo, o Estado representava toda a nação e não apenas a maioria. Como tal, o Estado sobrepunha-se a todos os interesses privados e a todos os particularismos e regionalismos.

No pensamento do *Duce* italiano, o poder do Estado era superior ao da própria nação – corpo social do Estado –, porque era anterior à sua formação, já que pela acção do Estado a nação se formava e se tornava coesa. Assim, o poder do Estado era indiscutível e inquestionável, exigindo do cidadão total obediência e devoção.

A unidade do Estado impôs, também, a teoria do partido único, em cujos quadros o Estado recrutava os seus agentes. O primado do Estado sobre o indivíduo concretizava-se no culto do chefe, como símbolo do poder e da unidade nacionais.

O fascismo concebia o líder como um eleito, um predestinado, dotado de dons especiais, cuja palavra tinha força de lei e



125. Fascistas italianos celebram a marcha sobre Roma.

126. O fascismo.

Para o fascismo, o Estado é absoluto; perante ele, os indivíduos e os grupos não são mais que o relativo. Tudo no Estado, nada contra o Estado, nada fora do Estado.

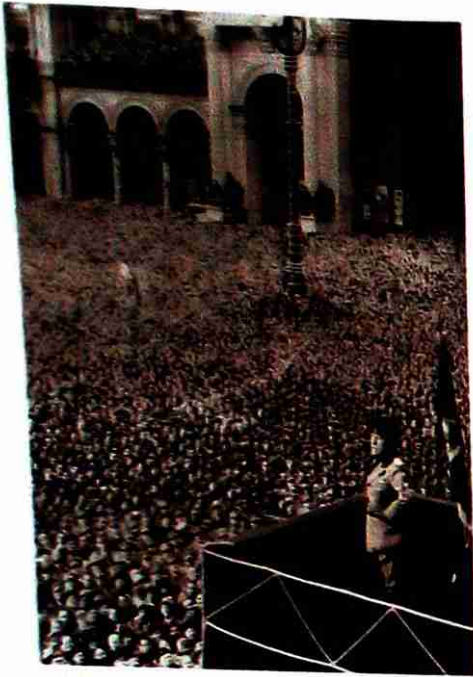
... Neste sentido, o fascismo é totalitário, e o Estado fascista, síntese e unidade de todo o valor, interpreta e dá poder à vida inteira do povo.

Nem agrupamentos – partidos políticos, associações, sindicatos –, nem indivíduos fora do Estado.

Mussolini, *Fascismo*, 1931

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Quais são as principais características do fascismo?



127. Discurso de Mussolini às massas, na praça da Catedral de Milão, em 1935.

cujo discernimento era infalível. Assim, o chefe devia ser uma pessoa carismática, capaz de galvanizar as multidões e impor-se à devoção e à fé dos cidadãos com laivos de verdadeiro fanatismo.

Enquanto o liberalismo e a democracia se afirmam defensores profundos dos direitos do indivíduo, o fascismo defende que acima do indivíduo está o interesse da colectividade, a grandeza da Nação e a supremacia do Estado.

O exercício do poder legislativo por assembleias é, assim, menosprezado pelo fascismo, que rejeita a teoria liberal da separação dos poderes e faz depender a força do Estado do reforço do poder executivo.

Para além do liberalismo da democracia, também o socialismo é reprovado pelo fascismo. O fascismo concebeu na Itália um modelo peculiar de organização socioeconómica, o corporativismo.

Outra das características do fascismo residia na superioridade que reconhecia e atribuía às suas elites, arregimentadas nos quadros do partido único, que se organizava como uma força paramilitar, com as suas próprias milícias armadas. Os membros do partido representavam para o Estado os melhores, os mais aptos e, portanto, era entre eles que se recrutavam os cargos de maior responsabilidade no Estado e na Administração, fomentando assim a adesão do cidadão à organização partidária.

O fascismo italiano no plano económico – o corporativismo

O sistema político e económico da Itália era oficialmente conhecido como o Estado corporativo. Este baseava-se na ideia de que os interesses individuais e de classe deviam subordinar-se aos interesses do Estado. Defendia igualmente a associação de patrões e operários em organismos de interesse comum, as corporações. Negava a luta de classes e preconizava a subordinação dos trabalhadores aos interesses do Estado.

Não devia haver conflito entre o capital e o trabalho. As greves eram rigorosamente proibidas. Em caso de conflito entre empregados e empregadores, cabia ao Estado a última palavra para intervir e impor um acordo.

O princípio corporativo compreendia também o repúdio completo do *laissez-faire*. Embora se mantivesse em grande parte a propriedade privada e os capitalistas fossem reconhecidos como “classe essencialmente produtiva”, toda a actividade económica do cidadão era submetida a regulamentação e qualquer empresa industrial ou comercial podia ser nacionalizada se assim o exigissem os interesses nacionais.

EXERCÍCIOS

1. Redige um texto sobre os princípios que caracterizam o fascismo, baseado nos documentos da página 99.
2. Qual foi o objectivo da marcha sobre Roma?
3. Como se explica a ascensão de Mussolini ao poder na Itália?

Se o liberalismo significa indivíduo, o fascismo significa o Estado. O Estado fascista (...) antecipa a solução de certos problemas universais colocados:

No domínio político, pelo fraccionamento dos partidos, pelos abusos de poder do parlamentarismo, pela irresponsabilidade das assembleias; no domínio económico, pelas funções sindicais sempre mais numerosas e mais poderosas, tanto do lado operário como do lado patronal; (...) no domínio moral, pela necessidade de ordem, de disciplina, de obediência às regras morais da pátria.

O fascismo quer que o Estado seja forte, organizado e repouse, ao mesmo tempo, numa larga base popular. O Estado fascista atribui-se o domínio da economia e, através das instituições corporativas, sociais e educativas que ele criou, o sentido do Estado chega aos confins do país. (...)

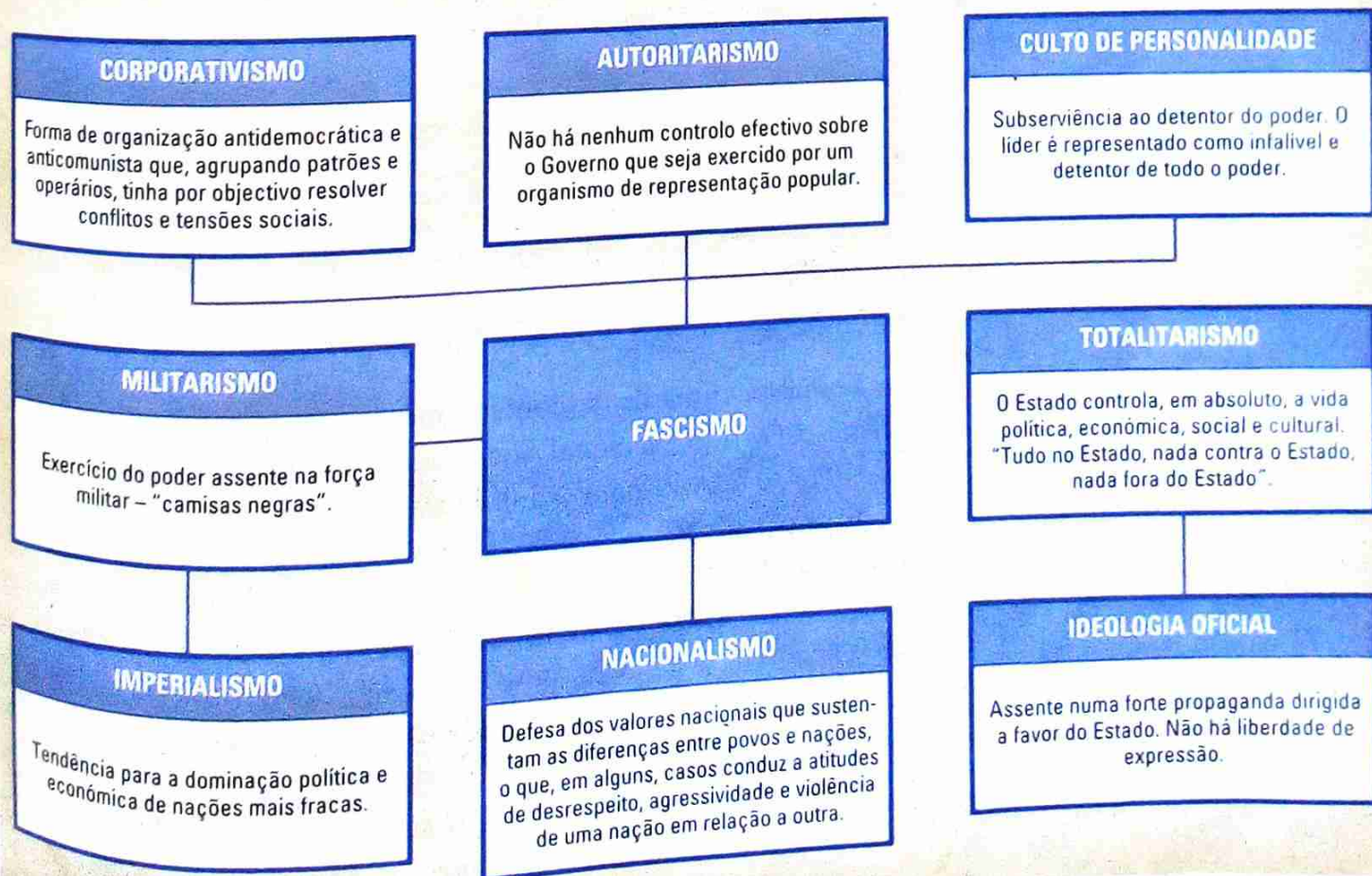
O indivíduo no Estado fascista não fica anulado, mas bem mais multiplicado do mesmo modo que, num regimento, um soldado não fica diminuído, mas multiplicado pelo número dos seus companheiros de armas.

O Estado fascista organiza a Nação, mas deixa aos indivíduos uma margem suficiente. Ele limitou as liberdades inúteis e nocivas, mas conservou as liberdades essenciais.

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Como explica Mussolini a necessidade do Estado fascista?
2. Que funções competem ao Estado fascista, segundo Mussolini?
3. Que papel ocupa o indivíduo no contexto do Estado fascista?

129. Princípios fundamentais do fascismo.



2.4.3. O nazismo na Alemanha

Os alemães, de modo geral, sentiam-se humilhados com as resoluções do Tratado de Versalhes (1919), que a Alemanha se viu obrigada a assinar no final da 1.ª Guerra Mundial. Havia, também, descontentamento provocado pela desorganização económica e pela inflação que se seguiu à guerra. A todos estes factores rapidamente se juntou a instabilidade política.

130. Tomada de poder por Hitler (1889-1945, na Alemanha).



131. Adolf Hitler, seguido do Estado-Maior do Exército e rodeado de milícias armadas do seu partido, que ostentam bandeiras com o símbolo nazi (cruz suástica), sobe os degraus de Bückeberg durante uma grandiosa manifestação oficial (1933).

1919 *Fundação do Partido Nacional Socialista, por Adolf Hitler.*
 1923 *Organização de um golpe de Estado, por Hitler. Como falhou, foi preso. Na prisão escreveu o livro Mein Kampf ("A minha luta"), onde apresenta a ideologia nazi.*
 1927 *O Partido Nacional Socialista tinha 27 000 militantes inscritos.*
 1928 *O Partido Nacional Socialista tinha 109 000 militantes inscritos.*
 1930 *O Partido Nacional Socialista teve 7% de votos nas legislativas.*
 1932 *O Partido Nacional teve 37,4% de votos nas legislativas.*
 1933 *O Presidente Hindenburg convidou Hitler para Chanceler (Chefe do Governo).*
 1934 *Morte de Hindenburg. Hitler acumulou os cargos de Chanceler e de Presidente da República. Esta acumulação foi votada em plebiscito, tendo obtido 88% dos votos favoráveis do eleitorado.*

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Como se verificou a afirmação do nazismo na Alemanha?

Génese e princípios fundamentais do nazismo

Foi nesse clima de descontentamento que surgiu na cena política alemã o Partido Nacional Socialista (ou o Partido Nazi), fundado em 1919, e liderado por Adolf Hitler.

Este partido reuniu cada vez mais adeptos através de uma forte propaganda feita em manifestações de rua e nos meios de comunicação social, onde difundia ideias como a contestação do Tratado de Versalhes, a ideia de uma Alemanha forte e rica, mas só para "verdadeiros" alemães, a oposição ao comunismo e à democracia em geral.

Estas ideias agradavam à população, que vivia afectada pela subida dos preços e pelo desemprego. As consequências do pós-1.ª Guerra Mundial foram desastrosas, conduzindo ao desemprego e à

miséria grande parte da classe média. Foi, sobretudo, nesta classe média, disposta a tudo para recuperar o seu nível de vida, que Hitler recrutou os seus apoiantes mais fanáticos. A crise de 1929 veio ainda a agravar mais a situação, pois o país estava muito dependente do financiamento e do comércio americanos. Os índices da produção industrial voltaram a decrescer, e em 1932 havia cerca de seis milhões de desempregados.

À medida que a crise se ia acentuando, cresciam as adesões ao partido nazi.

Nas eleições de 1932, os nacional-socialistas alcançam a vitória e, no ano seguinte, em 1933, Hitler foi convidado pelo Presidente da República – o marechal Hindenburg – para o cargo de Chanceler (Chefe do Governo). Com a morte deste, um ano depois (1934), Hitler juntou as funções de Chanceler e de Presidente, tornando-se chefe único do poder – *Führer* –, passando a acumular os dois cargos.

No plebiscito, para avaliar a assunção do cargo de Presidente, Hitler recorreu a uma propaganda financiada por comerciantes, banqueiros e industriais. Preparava-se, assim, mais um regime ditatorial.

Chegado ao poder, Hitler pôs fim à República de Weimar e instaurou a ditadura nazi. Assim, depois de ter proclamado o Estado imperial (*III Reich*), Hitler afastou do acesso ao poder todos os que, no partido nazi, na polícia e na administração, se opunham às suas orientações políticas. Os partidos da oposição e os sindicatos foram proibidos, ao mesmo tempo que os seus membros eram perseguidos, exilados, presos ou até assassinados.

Com os objectivos de propagandear a ideologia nazi e de intimidar os opositores, foram criadas, sob a direcção do partido, a Juventude Hitleriana (conhecida por “Camisas Castanhas”). O regime pretendia controlar a juventude, incutindo-lhe o militarismo. A Juventude Hitleriana contava com um milhão de aderentes em 1932 e, em 1939, esse número eleva-se para oito milhões.

152. A Juventude Hitleriana.

Nenhum rapaz, nenhuma jovem, pode deixar a escola sem tentar encontrar e experimentar o sentimento da necessidade da natureza e da pureza de raça (...). O resto da educação, concebido do ponto de vista da raça, deve ser completado e aperfeiçoado no serviço militar, pois o tempo de serviço militar deve ser considerado como a conclusão da educação normal dos jovens alemães (...).

Adolf Hitler, in *Mein Kampf*, 1923



133. Cartaz da Juventude Hitleriana para a angariação de fundos.



134. A Juventude Hitleriana. Elementos da Juventude Hitleriana em exercícios de campo (1937).

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Qual foi a política de Hitler relativamente à juventude?

135. O poder absoluto do Führer.

O novo movimento [nacional-socialista ou nazi] é, na sua essência e na sua organização última, antiparlamentar, ou seja, ele nega o princípio de uma soberania da maioria, em virtude da qual o chefe do governo é rebaixado à categoria de simples executante da vontade dos outros. O movimento defende o princípio de que nas grandes como nas pequenas questões o chefe detém uma autoridade incontestada, comportando a mais absoluta responsabilidade. Aquele que quer ser o chefe carrega, com a sua autoridade suprema sem limite, o pesado fardo de uma responsabilidade total. Só um herói pode assumir esta função.

Adolfo Hitler, *Mein Kampf*, 1923

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Qual é a relação que Hitler estabelece entre a soberania do Estado e o chefe?
2. Quais são as qualidades que deve ter o soberano, segundo Hitler?

Hitler apelava à restauração da unidade nacional e ao retorno da grandeza imperial da Alemanha. O nazismo propagava a ideia de que os Alemães tinham sido humilhados pelos estrangeiros no Tratado de Versalhes e deveriam acabar com as injustiças de que tinham sido vítimas. Para tal, defendia a conquista de “espaço vital”, de uma “grande Alemanha” que permitisse o crescimento da raça ariana. Esta era tida como superior, e foi instigado o ódio aos judeus, o desprezo pelos eslavos e pelos latinos.

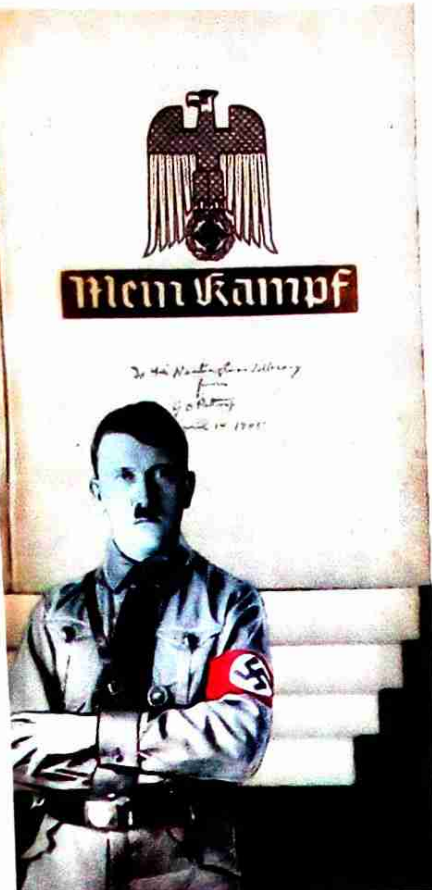
136. Concepção hitleriana do Estado racista.

Por mais poderosa que possa ser a influência do solo sobre os homens, os seus efeitos sempre hão-de variar segundo as raças. A falta de fertilidade de um país pode estimular uma raça a alcançar nas suas actividades um rendimento máximo; outra raça só encontrará no mesmo facto motivo para cair na maior miséria. (...). A mesma causa que a uns leva a passar fome provoca em outros o estímulo para trabalhar com mais afinco. A razão pela qual todas as grandes culturas do nosso passado pereceram foi ter-se extinguido, por envenenamento de sangue, a primitiva raça criadora. (...).

Adolfo Hitler, *Mein Kampf*, Capítulo XI, “O Povo e a Raça”, 1923

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Como justifica Hitler a superioridade da raça ariana?



137. *A Minha Luta*, de Adolph Hitler.

Preso na sequência de uma tentativa de golpe de Estado, em 1923, foi na prisão que Hitler escreveu o livro *Mein Kampf* (“A Minha Luta”).

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Anti-semitismo: forma de racismo que particulariza os semitas (judeus, hebreus, aramaicos, árabes). Teve forte expressão na Alemanha hitleriana em relação aos judeus que, após serem capturados e levados para campos de concentração, eram exterminados por diversos meios, sobretudo em câmaras de gás. Às mãos dos nazis morreram cerca de seis milhões de judeus.



138. Propaganda nazi transposta para as artes. Pintura de Adam Wissel, representando a família ideal alemã.

Inspirado no evolucionismo de Darwin, Hitler concebia a História como uma luta pela sobrevivência da cultura, uma luta de raças entre os povos fundadores, transmissores e destruidores de cultura. Para Hitler, os povos superiores eram arianos, que tinham nos Alemães os seus mais puros representantes.

Obcecados com o apuramento físico e mental da raça ariana, os nazis promoveram a eugenia, aplicando as leis da genética na produção humana.

Ao mesmo tempo que se fomentava a natalidade entre os arianos, procedia-se à eliminação dos alemães "degenerados" (deficientes mentais, doentes incuráveis). Afirmava-se que nenhum alemão podia envergonhar a excelência da sua raça e muito menos consumir os dinheiros da nação sem nada lhe dar em troca.

Segundo Hitler, a raça superior, a verdadeira e única fundadora de cultura, era a raça alemã. Foi para impor a sua superioridade sobre os outros povos que ele orientou a sua política no sentido da conquista do "espaço vital" (expansão militar imperialista) e no da unificação de todos os alemães (comunidade rática unida pela língua

139. O racismo na base da teoria do espaço vital do imperialismo nazi.

1.º - Exigimos, fundando-nos nos direitos dos povos a dispor de si próprios, a reunião de todos os alemães numa grande Alemanha (...)

3.º - Pedimos terra e colônias para alimentar o nosso povo e reabsorver a nossa população. Apenas os cidadãos beneficiam dos direitos cívicos. Para ser cidadão é preciso ser de sangue alemão, não importa a religião. Nenhum judeu pode ser alemão.

Do 1.º programa do partido nacional socialista, em 1920

140. O anti-semitismo.

Os judeus é que apresentam um mais acentuado contraste com o ariano. (...). O povo judeu, apesar das suas aparentes aptidões intelectuais, permanece sem nenhuma cultura verdadeira e, sobretudo, sem cultura própria.

O que ele hoje apresenta como pseudocivilização é o património de outros povos, já corrompidos pelas suas mãos (...).

O judeu não possui qualquer força susceptível de construir uma civilização e isso pela razão de não possuir, nem nunca ter possuído, o menor idealismo, sem o qual o Homem não pode evoluir num sentido superior.

Eis a razão por que a sua inteligência não serve para construir coisa alguma, ao invés serve para destruir (...)

Adolfo Hitler, *Mein Kampf*, 1923

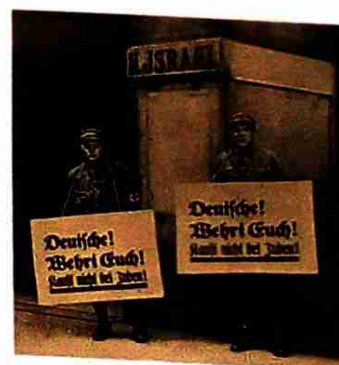
141. O racismo.

A nossa concepção racista não acredita de forma nenhuma na igualdade. Pelo contrário, reconhece que há diversidade nas raças e que o seu valor é mais ou menos elevado. Sente assim a obrigação de favorecer a vitória do melhor e do mais forte, de exigir a subordinação dos piores e dos mais fracos. Afirmo, além disso, não só a diferença do valor das raças mas também a diversidade do valor dos indivíduos.

Adolfo Hitler, *Mein Kampf*, 1923

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Faz uma pequena pesquisa sobre o tema do racismo e, em seguida, comenta criticamente o documento acima.



142. Perseguição aos judeus pelos nazis. Boicote às lojas judaicas. Nos cartazes lê-se: "Alemães! Defendam-se a vocês mesmos! Não comprem aos judeus!".

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Em que se baseava Hitler para justificar o anti-semitismo?

143. As leis de Nuremberga (1935)

§ 1.º - Os casamentos entre judeus e súbditos de sangue alemão ou assimilado são proibidos.

§ 2.º - A relação extramarital entre judeus e súbditos de sangue alemão ou assimilado é proibida.

§ 3.º - Os judeus não podem empregar no serviço caseiro mulheres de sangue alemão ou assimilado de idade superior a 45 anos [...].

§ 5.º - As infracções ao § 1.º serão sancionadas por uma pena de reclusão. As infracções ao § 2.º serão sancionadas por uma pena de prisão ou pena de reclusão.

Decreto de 15 de Setembro de 1935

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Quais as regras que eram impostas aos judeus por Hitler?
2. Que preconceito revelam as leis de Nuremberga (1, 2 e 3)?
3. O que pretendia Hitler com a lei de Nuremberga?

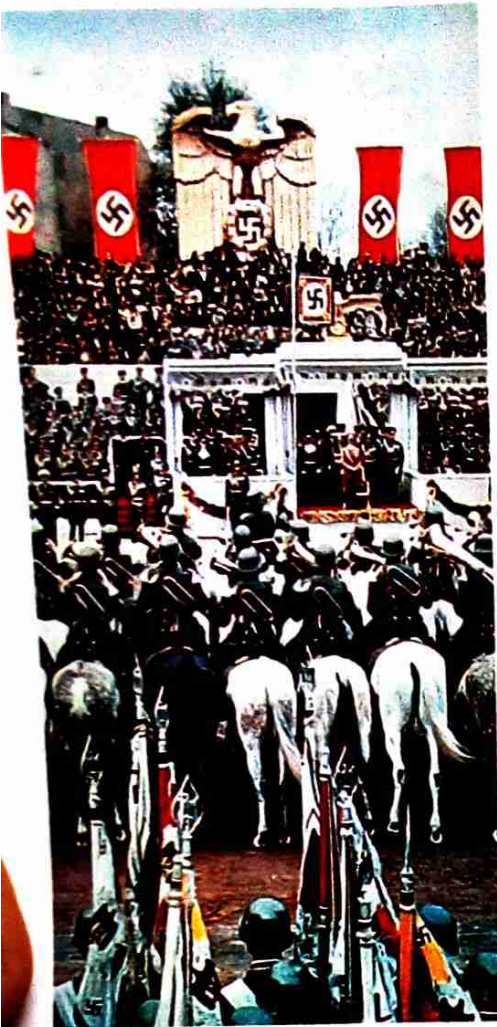
e pela cultura) num único império. Baseado nesta ideia, desenvolveu um forte sentimento de anti-semitismo, considerando os judeus como parasitas e destruidores da cultura dos países onde se alojavam.

O racismo implicou algumas das medidas mais tristemente célebres do regime nazi. Por um lado, a defesa das qualidades da raça alemã e o seu apuramento progressivo pela depuração do genes dos melhores exemplares (eugenismo) e pela eliminação progressiva dos maus genes. Isso levou Hitler a promover o cruzamento genético entre os melhores exemplares (membros escolhidos das SS e jovens mulheres criteriosamente escolhidas dentro do tipo alemão); mas também à proibição de casamentos mistos, à esterilização obrigatória dos alemães degenerados, ao encorajamento da eutanásia no caso de doentes incuráveis e de deficientes, e até à sua exterminação em câmaras de gás.

Por outro lado, a discriminação das outras raças, consideradas inferiores, como os eslavos e, especialmente, os judeus, tidos pelo nazismo como parasitas do povo alemão.

Guerras mundiais e extermínio dos judeus versus Direitos Humanos

As duas guerras mundiais, uma mais que outra, trouxeram consequências demográficas catastróficas, ao provocar milhares de mortos e invalidez. Estas mortes não só resultaram dos combates entre as frentes, como também de extermínios praticados pelos



144. Parada militar no 50.º aniversário do Führer (20 de Abril de 1939). Repare-se que na parte superior das bandeiras encontra-se o símbolo adoptado pelo nazismo: a cruz suástica.

EXERCÍCIOS

1. Quais foram os princípios fundamentais defendidos pelo nazismo?
2. Como se manifestou o racismo na Alemanha?
3. Em que consistia a teoria do espaço vital, segundo o nazismo?
4. Em que consistia, e como era levado à prática, o anti-semitismo na Alemanha nazi?

nazis, no decurso da 2.^a Guerra Mundial, numa clara violação de um dos principais Direitos Humanos: o *direito à vida*.

Foi neste contexto que, tomando uma feição profundamente humanista, a ONU aprovou, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que passou a integrar os documentos fundamentais das Nações Unidas, mostrando e defendendo a necessidade de se respeitar a vida humana, criando diversos comités, tais como para os direitos económicos, sociais e culturais; contra a tortura; para a eliminação da discriminação da mulher; contra a discriminação racial; para os direitos da criança, entre outros.

Entre outros objectivos, estes comités procuram evitar novas situações de carnificinas em guerras mundiais, genocídios, xenofobia e outros males.

Nesta óptica, a Declaração Universal dos Direitos Humanos ultrapassou, em muito, a sua antecessora Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada pela Assembleia Constituinte Francesa em 1789, pois, ao contrário deste documento que se limitou a definir os direitos e as liberdades fundamentais (direito à vida, liberdade de reunião, associação, expressão, etc.), a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi mais longe ao atribuir um importante espaço às questões económicas e sociais, nomeadamente, direito ao trabalho, ao descanso, ao ensino, etc., por as considerar imprescindíveis para uma vida condigna e verdadeiramente livre.

2.4.4. O corporativismo em Portugal

Outro sistema ditatorial europeu foi o corporativismo instituído em Portugal, após a Revolução de Maio de 1926. O professor António de Oliveira Salazar, que viria a assumir plenos poderes em 1933, foi a figura principal do regime.

O Estado Novo defendia a organização corporativa do trabalho. Para evitar situações de contestação social, os sindicatos passaram a ser controlados pelo poder e em seu lugar foram criadas associações profissionais que juntavam patrões e funcionários.

Desta forma, o Estado Novo procurava assegurar o interesse colectivo e o bem comum, valores considerados pelo regime mais importantes do que os interesses e os direitos individuais. Este sistema baseava-se nas corporações, que eram organismos que representavam todas as actividades nacionais e os interesses de patrões e empregados.

O corporativismo considerava a luta de classes prejudicial ao bem comum, opondo-se aos grandes desígnios do Estado Novo, que desde o início, proibiu os sindicatos e as organizações de trabalho,

EXERCÍCIOS

1. Identifica os instrumentos a que o poder recorria para controlar a sociedade.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Corporativismo: congregação em corporações de patrões e de empregados pertencentes a um mesmo ramo de actividade. A sociedade é, assim, constituída, no seu todo, por diversas corporações que o Estado tem por missão organizar e zelar com o sentido de, como instância máxima, promover de forma harmoniosa o bem comum. Corporativismo foi o meio de organização do trabalho que os regimes ditatoriais europeus utilizaram para combater os antagonismos entre operários e patrões. O corporativismo constituiu a ideia central do regime político português conhecido por Estado Novo.



145. Os sindicatos na organização corporativa do Estado Novo.

Folheto que apela à adesão dos trabalhadores aos sindicatos nacionais.

as greves e as manifestações operárias, a filiação dos trabalhadores em qualquer associação de carácter internacional.

Foram criadas, também, instituições para fins de assistência: hospitais, asilos, creches, casas pias, misericórdias e associações culturais, universidades, academias, associações científicas e desportivas, etc.

Os partidos políticos foram abolidos, exceptuando o partido único, a União Nacional.

Tal como os outros regimes ditatoriais, este regime dispôs de grupos paramilitares, como a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa (formação da juventude dentro dos ideais do Estado), e de polícia política (a PIDE, mais tarde convertida em DGS).

O Estatuto do Trabalhador Nacional, promulgado em 1933, pressupunha uma organização onde coubessem sindicatos nacionais, grémios formados pelas entidades patronais, e casas do povo, compostas pelos proprietários e trabalhadores rurais, e casas de pescadores, constituídas pelos empresários e trabalhadores do mar. A implementação da organização corporativa fez-se lentamente.

146. O Estatuto do Trabalhador Nacional.

Artigo 21.º *O trabalho, em qualquer das suas formas legítimas, é para todos os portugueses um dever de solidariedade social. O direito ao trabalho e ao salário humanamente suficiente são garantidos, sem prejuízo da ordem económica, jurídica e moral da sociedade. [...]*

Artigo 23.º *O direito ao trabalho é tornado efectivo pelos contratos individuais ou colectivos. Nunca o pode ser pela imposição do trabalhador, dos organismos corporativos ou do Estado, salvo, no que respeita a este último, o direito que lhe assiste, em caso de suspensão concentrada de actividades, de usar de todos os meios legítimos para compelir delinquentes ao trabalho. [...].*

Artigo 32.º *Os sindicatos nacionais e os grémios ajustam entre si contratos colectivos de trabalho destinados a regular as relações entre as respectivas categorias de patrões e de trabalhadores.*

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Comenta o alcance do Estatuto do Trabalhador Nacional.

2

2.5. O ESTADO NOVO DE SALAZAR

As dificuldades económicas e a instabilidade política e social que caracterizaram a I República em Portugal, assim como a subida ao poder de regimes autoritários em alguns países da Europa, criaram as condições para que se desenvolvesse um regime ditatorial: o Estado Novo, uma versão portuguesa do fascismo italiano, que Salazar adaptou àquilo que considerava ser a mentalidade e os valores tradicionais da nação portuguesa.

Este regime político, liderado por Salazar durante cerca de 40 anos, revelou-se autoritário, corporativista, conservador, colonialista e repressivo. O *Estado Novo*, saído do golpe de Estado de 28 Maio de 1926 em Portugal, foi perpetrado pelo exército, mas apoiado, maioritariamente, por republicanos moderados, monárquicos integralistas, hierarquia da Igreja e católicos de diversas facções, que se uniram para acabar com o clima de instabilidade política e económica que se fazia sentir desde 1910.

O movimento operário intensificara-se e as greves cresciam em número e violência. Por isso, a opinião pública era favorável a um governo forte que congregasse a maioria. Assim, o descontentamento crescera entre a população, mesmo entre a classe média.

O Estado Novo ganhou vulto a partir de 1930 e solidificou-se a partir de 1932, com a chamada de António de Oliveira Salazar, pelo general Óscar Carmona, na altura Presidente da República.

António de Oliveira Salazar foi professor de Economia Política e Finanças na Universidade de Coimbra. Tornou-se Ministro das Finanças durante o Governo do general Vicente de Freitas, entre 1928 e 1932, e passou a exercer o cargo de Presidente do Conselho.

O Governo de Salazar surgiu com uma componente agrária muito forte, tendo-se instalado como um governo de compromisso e arbitragem, de aliança entre uma burguesia fraca, mas em ascensão, e os grandes proprietários fundiários.

Quando Salazar assumiu a pasta das Finanças, deu prioridade à estabilidade financeira.

Assim, a concepção da política económica imposta por Salazar, na primeira fase do Estado Novo, assentava na ideia de um Estado interventor e orientador da iniciativa privada, que deveria harmonizar-se com os interesses do país, com vista ao controlo e estabelecimento do equilíbrio entre os diferentes grupos sociais.



147. A “marcha sobre Lisboa”, em 1926.

Vindo de Braga, à frente de cerca de 1500 homens, o General Gomes da Costa entra triunfalmente em Lisboa a 6 de Junho de 1926, consumando, deste modo, o golpe militar de 28 de Maio, já aclamado por todo o país. Chefe operacional do movimento, Gomes da Costa não passou, contudo, de uma figura secundária.

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Quem foi Gomes da Costa para a História portuguesa?

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Estado Novo: designação atribuída ao regime autoritário e corporativo, assente em valores conservadores, instaurado por Salazar, com aprovação da Constituição em 1933. Este regime manteve-se até à Revolução de 25 de Abril de 1974.



148. Cartaz da série de propaganda “A lição de Salazar”.

Nele lê-se: “Onde eram escalvados os montes, ressequidos os campos e intransitáveis os caminhos, já reverdescem pinhais, brilham louras searas e magníficas estradas cortam Portugal de lés a lés.”

149. Um Estado forte e dirigista.

Defendi sempre que se fizesse uma política de verdade, dizendo claramente ao povo a situação do país, para o habituar à ideia dos sacrifícios que haviam de um dia ser feitos [...]. Defendi sempre a política de administração tão clara e tão simples como a pode fazer qualquer dona de casa [...] que consiste em se gastar bem o que se possui e não se despender mais do que os próprios recursos.

Salazar, *Discurso*, 1928

150. A Nação sobreposta ao indivíduo.

O Estado deve tomar sobre si a protecção e a direcção superior da vida nacional [...].

Nós queremos caminhar para uma economia nova, trabalhando em uníssono com a natureza humana, sob a autoridade de um Estado forte que defenda os interesses superiores da Nação, a sua riqueza e o seu trabalho, tanto dos excessos capitalistas como do bolchevismo destruidor.

Salazar, *Discurso*, 1933

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Que expressões nos discursos de Salazar revelam a defesa de um poder ditatorial?

Salazar e os ideólogos do Estado Novo defendiam o fortalecimento do sector agrícola, pois, para eles, só através do desenvolvimento da agricultura se poderiam resolver os problemas sociais dos portugueses. A política económica, essencialmente agrícola, reflectir-se-ia na indústria e no comércio, estreitamente ligados a ela.

Na prossecução destes objectivos, o Estado Novo implementou, na sua primeira fase, uma política económica e social que visava:

- consolidar a base social de apoio ao regime, num equilíbrio entre os vários grupos – burguesia (industrial, comercial e rural), classe média, pequena burguesia, assalariados, etc.;
- conter o crescimento dos trabalhadores da indústria, em especial do operariado fabril urbano; controlar o crescimento urbano; aliviar as tensões sociais nos campos, adoptando uma política de emigração controlada.

Salazar só aceitou o cargo com a condição de poder supervisionar os orçamentos de todos os ministérios, pedido que lhe foi concedido. Chegado ao poder, empreendeu uma política de austeridade, reorganizando as finanças do país.

Logo no final do primeiro ano, conseguiu equilibrar o orçamento. Como foi bem-sucedido na resolução da crise, passou a ter grande prestígio e foi considerado por muitos o “salvador da pátria”, imagem que foi cultivada pelo regime, desde cedo, através de cartazes de propaganda.

Em 1932, graças à sua crescente popularidade, Salazar foi nomeado Chefe do Governo e em 1933 apresentou ao país, e fez aprovar por votação dos cidadãos, uma nova Constituição. A constituição de 1933 era, em alguns dos princípios políticos que defendia, democrática. Manteve o voto por sufrágio directo e a separação de poderes entre o Presidente da República, a Assembleia Nacional (Parlamento), o Governo (Conselho de Ministros, do qual ele era presidente) e os tribunais. Contudo, o poder do Governo, sobretudo do seu chefe, foi aumentando gradualmente, diminuindo as funções do Presidente da República e o poder da Assembleia Nacional.

Esta Constituição limitou a acção dos cidadãos e restringiu direitos e liberdades individuais, tais como o direito à liberdade de expressão e à greve, assim como à constituição de sindicatos da função pública.

O Estado Novo, muitas vezes chamado de salazarismo, ficou marcado por uma “nova ordem” política, económica, social e cultural, fruto de um regime que se assumiu como antiparlamentar, conservador, autoritário, repressivo e corporativo.

151. Comparação entre a ditadura de Salazar e a de Mussolini.

A nossa ditadura aproxima-se, evidentemente, da ditadura fascista (italiana) no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista, nas preocupações de ordem social. Afasta-se, porém, nos seus processos de renovação. A ditadura fascista tende para um cesarismo pagão, para um Estado novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim, sem encontrar embaraços nem obstáculos.

O Estado Novo português, ao contrário, não pode fugir, nem pensar fugir, a certas limitações de ordem moral que julga indispensável manter como balizas à sua acção reformadora (...).

As nossas leis são menos severas, os nossos costumes menos policiados, mas o Estado, esse, é menos absoluto e não o proclamamos onnipotente (...).

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Que comparação faz Salazar entre a "nossa" ditadura e a ditadura fascista italiana?



152. "O nacionalismo... base indestrutível do Estado Novo"
Oliveira Salazar (à direita) e Óscar Carmona (à esquerda) no 10.º aniversário do movimento de 28 de Maio de 1926.

2.5.1. A situação nas colónias portuguesas: o caso de Moçambique

Nas colónias, em particular, no caso de Moçambique, a nova política em vigor na Metrópole fez-se sentir através da implementação do Acto Colonial, da Constituição política de 1933 e, finalmente, da montagem do aparelho administrativo colonial.

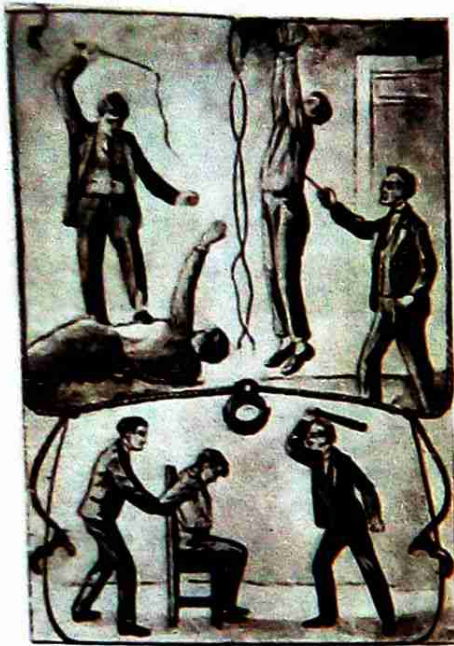
Moçambique não ficou alheio às políticas centralizadoras do regime. Com a subida de Salazar ao poder, as leis que vigoravam em Portugal deveriam ser as mesmas para Moçambique.

Um dos principais objectivos de Salazar foi instituir a autonomia nacional. O desenvolvimento de Portugal deveria ser autofinanciado e as colónias libertas dos detentores de concessões e do capital estrangeiro.

O regime assentou em três pilares: o exército, a burocracia e as grandes corporações económicas.

No âmbito da estratégia de Salazar encontravam-se os conceitos de uma moeda forte convertível, orçamentos equilibrados e a redução da dívida externa.

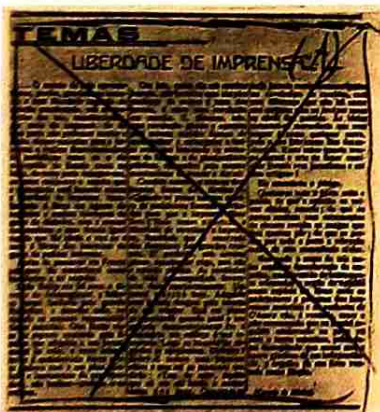
Para o conseguir, as colónias e a metrópole (Portugal) tinham de se unir numa zona do escudo que, em certa medida, contribuiria para um sistema económico fechado, com o objectivo de alcançar a auto-suficiência.



153. Repressão e tortura no Estado Novo.

EXERCÍCIOS

1. Que instrumentos foram utilizados para a imposição do regime salazarista?



154. A censura à imprensa. Instruções oficiais sobre a censura à imprensa

1. A censura à imprensa funda-se na disposição do artigo 22.º da Constituição, que incumbe ao Estado "a defesa da opinião pública de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum". Acrescenta o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 22 469, de 11 de Abril de 1933, que "a censura tem por fim impedir também que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade". Como se pode depreender do documento acima transcrito, durante o Estado Novo a censura à imprensa foi rigorosa.

De muitas maneiras, as colónias eram vitais a esta estratégia, pois possuíam uma capacidade considerável de conseguir moeda estrangeira, e Moçambique era de particular importância, em virtude da moeda forte que conseguia obter através do provimento de serviços e mão-de-obra à África do Sul e à Rodésia.

As colónias constituíam, também, um grande mercado potencial para os produtos portugueses, e podiam fornecer uma quantidade significativa de matérias-primas, necessárias ao sistema e ao desenvolvimento industrial de Portugal.

O proteccionismo e o novo regime político-administrativo

A reacção inicial dos países industrializados à crise mundial e, em particular, ao desemprego generalizado, foi aumentar o grau de protecção das suas indústrias contra a concorrência estrangeira, proibindo importações de artigos manufacturados ou onerando-os com direitos alfandegários pesados e favorecendo, assim, cada vez mais, as importações de matérias-primas das suas próprias colónias.

Em Portugal, a crise mundial de 1929-1933 reforçou a estratégia, esboçada desde 1926, de valorização dos recursos de Moçambique no interesse da burguesia portuguesa, através da exploração directa e mais intensa da população moçambicana, reduzindo ao indispensável o uso de capitais nacionais e estrangeiros.

Como declarou o ministro das Colónias na Conferência Imperial em Lisboa, em 1932, a política do governo era evitar grandes obras de fomento e a fixação dispendiosa de colonos e aproveitar, mais e melhor o camponês, no trabalho constante da terra.

A década de 30 representou, de facto, um momento de transição em que algumas das bases do nacionalismo económico português se estabeleceram seguramente em Moçambique.

Baseando-se nos decretos anteriores, os ministros de Salazar prepararam, entre 1928-1932, uma série de diplomas que definiam a posição constitucional das colónias e davam, a cada uma delas, uma estrutura legal mais definida na qual assentavam as suas administrações.

A política ultramarina do Estado Novo cortou radicalmente com as tendências autonomistas e desenvolvimentistas dos Governo da I República, passando a basear-se na "nacionalização das colónias, na concepção do fomento e na integração económica".

O Acto Colonial, aprovado, em 1933, e como parte integrante da Constituição de 1933, vincou bem a soberania portuguesa sobre as colónias e imprimiu um cunho indelével à política colonial do Estado Novo. Nele se afirmava a missão histórica civilizadora dos portugueses nos territórios ultramarinos, considerados possessões imperiais inalienáveis.

Título I DAS GARANTIAS GERAIS

Artigo 2.º - É da essência orgânica da Nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo padroado do Oriente. [...]

Título II DOS INDÍGENAS

Artigo 15.º - O Estado garante a protecção e a defesa dos indígenas das colónias, conforme os princípios da humanidade e soberania, as disposições deste título e as convenções internacionais [...]. As autoridades coloniais impedirão e castigarão conforme a lei todos os abusos contra a pessoa e bens dos indígenas. [...]

Artigo 22.º - Nas colónias atender-se-á ao estado de evolução dos povos nativos, havendo estatutos especiais dos indígenas, estabelecendo para estes, sob a influência do direito público e privado português, regimes jurídicos de contemporização com os seus usos e costumes individuais, domésticos e sociais, que não sejam incompatíveis com moral e com os ditames de humanidade. [...]

Título IV DAS GARANTIAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS

Artigo 35.º - [...] Para o Estado Novo, a Nação é um todo orgânico: as possessões de além-mar são inalienáveis; entre a metrópole e o ultramar há uma solidariedade política e económica.

Em consequência daquele pressuposto, reforçou-se a tutela metropolitana sobre as colónias, tendo sido abandonadas as experiências de descentralização administrativa e de abertura ao capital estrangeiro praticadas pela I República. Ao invés, insistiu-se na fiscalização da metrópole sobre os governadores coloniais e no estabelecimento de um regime económico de tipo “pacto colonial”, segundo o qual caberia às colónias ser um mero fornecedor de matérias-primas para a indústria metropolitana, que obtinha escoamento garantido nos mercados coloniais.

A Carta Orgânica, publicada para cada colónia, e a lei da reforma administrativa ultramarina, todas publicadas em 1933, puseram termo aos direitos administrativos ou quase soberanos das companhias concessionárias e transformaram as colónias numa entidade legal única com a própria metrópole, parte do Estado português, e não territórios autónomos.

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Como fundamenta o Estado Novo a posse do império colonial (artigo 2.º)?
2. Eram os povos das colónias considerados portugueses de pleno direito (artigo 22.º)? Justifica.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Acto Colonial: conjunto de leis referentes à administração das colónias e constantes da Constituição de 1933, instituída por Salazar, publicadas pelo decreto número 18 570, em 18 de Junho de 1930.



156. Cartaz de propaganda apelando ao voto na nova Constituição (1933).

157. Concentração de poder.

“O sistema económico das colónias será estabelecido de acordo com as necessidades do seu desenvolvimento, a prioridade justa entre elas e os países vizinhos e os direitos e necessidades legítimas da Metrópole e do Império Colonial Português.”

Carta Orgânica

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Qual era o objectivo de Portugal ao implementar a política patente na Carta Orgânica?

Haveria uma lei e uma cidadania comuns, apesar de permanecer a distinção entre indígena e não indígena. Somente as populações não indígenas é que gozavam da cidadania plena. Os governos das colónias seriam rigorosamente controlados por Lisboa e cessaria a autonomia financeira. Os orçamentos coloniais tinham de ser todos apresentados em Lisboa para a sua aprovação.

A Carta Orgânica

A expressão real do “nacionalismo económico português” manifestou-se no Acto Colonial e na Carta Orgânica do Império Colonial Português de 1930, que desenvolveram, rigorosamente, os princípios já delineados em 1926.

Essa legislação marcou o fim da autonomia formal da província de Moçambique, que passou a designar-se “colónia”. Concretamente, o nacionalismo económico centralizou os poderes legislativos e financeiros nas mãos do Ministério das Colónias, visando, colocar Portugal a par das restantes potências colonizadoras, em termos de capacidade de, nomeadamente, dominar e explorar os territórios ultramarinos.

Pela reforma administrativa de 1933, a administração local ficou sujeita ao mandato efectivo de Lisboa, assegurando-se, assim, os interesses da burguesia portuguesa.

Foi estabelecido, pela primeira vez, um regime de inspecção administrativa, cuja tarefa principal era verificar o grau de cumprimento dos regulamentos vigentes. Nas décadas seguintes, as informações recolhidas pelas inspecções administrativas proporcionaram ao Ministério das Colónias o controlo das actividades dos administradores e a tomada de novas medidas necessárias à administração local.

Ainda sobre a secção que tratava sobre os “indígenas”, esta é interpretada como uma carta de direitos, mas nota-se uma consciência, e praticamente uma aceitação, dos abusos do anterior regime.

O “trabalho dos indígenas ao serviço do Estado ou de organismos administrativos” será remunerado, mas ficam especificamente proibidos acordos como o contrato Hornung, “ao abrigo do qual o Estado se compromete a fornecer mão-de-obra indígena a quaisquer empresas que trabalhem em prol do seu próprio desenvolvimento económico”.

Ao invés, “o sistema de contratação de mão-de-obra indígena terá por base a liberdade individual e o direito a um salário justo...”.

No entanto, alguns aspectos não iriam mudar. “O Estado só poderá obrigar os indígenas a trabalhar nas obras públicas que beneficiem de um modo geral a comunidade”. Enquanto a antiga categoria de indígena se manteria, refira-se com particular realce, que se define o prazo: “até à fase de evolução do povo indígena”.

Ao abrigo da Secção 3, Moçambique vê ser-lhe garantida, de uma forma surpreendente, “a descentralização administrativa e autonomia financeira... desde que compatíveis com a constituição...”. Mas a secção seguinte revela até que ponto a descentralização e a constituição

estavam destinadas a serem incompatíveis. Só a Assembleia Nacional portuguesa podia alterar a constituição, ratificar tratados, autorizar empréstimos e outros contratos garantidos, definir os poderes do Governo na atribuição de concessões.

Os governadores não poderiam ser directores de quaisquer empresas estabelecidas na colónia, e os seus poderes eram, de um modo geral, limitados.

A secção intitulada "Das garantias económicas e financeiras" salientava os limites da integração entre a colónia e a metrópole. Cada colónia teria especificamente as suas propriedades, os seus activos e passivos, a sua personalidade jurídica para efeitos de contrato e o seu próprio orçamento.

No entanto, ficava bem claro que "o orçamento geral de uma colónia requer a aprovação expressa do Ministério das Colónias e não podem ser incluídas despesas e receitas que não se insiram no âmbito das disposições legais".

Além disso, as colónias "não podem contrair empréstimos a estrangeiros" e são imprescritíveis "os direitos do Ministério das Finanças da Metrópole..." em relação a dívidas passadas ou futuras contraídas pelas colónias.

Nos termos da Carta e de todos documentos que lhe são associados, Moçambique tornou-se, pela primeira vez, um Estado unitário. Como referia a carta, "a unidade política será mantida pela existência de capital único e de um governo geral ou colonial único".

As novas relações de dominação económica

Moçambique, como parte do império colonial, com o advento de Salazar viu serem implementadas políticas proteccionistas como forma de impedir que qualquer país viesse instalar uma indústria em Moçambique. Nenhum país poderia importar algo de Moçambique sem o aval das autoridades de Portugal.

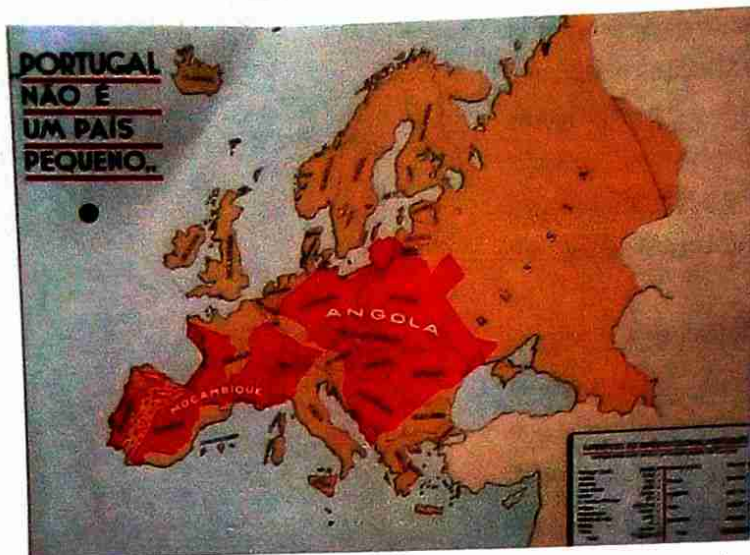
A única moeda que devia circular em Moçambique, até essa altura, devia ser apenas a moeda portuguesa (o escudo). Estas políticas acabaram por fazer retroceder Moçambique no que concerne ao seu desenvolvimento.

Foram promulgadas medidas que tinham como objectivo estruturar o comércio externo das colónias em benefício de Portugal, e que marcaram, assim, um passo importante para criação de uma "zona do escudo". Estas medidas foram reforçadas com a lei de 1932, que impunha um sistema de licenças de importações e exportações em relação às trocas com outros países e suas colónias.

Assistiu-se, igualmente, à centralização de todas as divisas nos cofres do Estado. Foi ainda criado um fundo cambial, sob controlo do governador geral, para a entrada e distribuição de divisas segundo prioridades rigorosamente estabelecidas.



158. Festa para a população de Moçambique, organizada pelas autoridades coloniais, nos anos 30.



159. Propaganda política do Estado Novo: "Portugal não é um país pequeno".

Com efeito, a partir de 1932, as companhias exportadoras de Moçambique ficaram autorizadas a reter apenas 20% das divisas provenientes das suas exportações. Os restantes 80% entravam no fundo cambial, que, compensando as companhias exportadoras em escudos da colónia, autorizou a utilização das divisas no sentido de aumentar as importações.

A gestão agrária e industrial

Em 1932, o Estado português começou a estimular, nas suas colónias, a produção de algodão, a matéria-prima mais procurada pela indústria portu-

guesa. Assim, passou a incentivar financeiramente as concessionárias algodoeiras, que exportavam das colónias, contrabalançando a baixa no preço mundial, que se verificou a partir de 1927, para que as companhias incrementassem a comercialização do algodão produzido pelo campesinato.

No mesmo âmbito, o Estado português lança uma campanha de propaganda, denominada "comprar português", cujo ponto mais alto, em Moçambique, foi a realização do congresso comercial e de uma feira de mercadorias portuguesas, em Lourenço Marques (actual Maputo), em Agosto de 1932.

O seu plano visava fortalecer a economia portuguesa, usando as colónias para o desempenho de suas funções vitais. Pretendia encorajar as colónias a adquirir moeda estrangeira que seria depois enviada para Portugal através de um equilíbrio favorável entre a metrópole e os territórios africanos.

Mediante um estímulo especial, Salazar aumentou a quota de Portugal no comércio colonial. De cerca de 12% das exportações de Portugal na década de 30, o comércio com as colónias subiu para quase $\frac{1}{4}$ na década de 1940.

As novas relações económicas entre a metrópole e as colónias consistiram nas culturas forçadas. A Companhia de Moçambique obrigava os seus camponeses a cultivar o algodão. Já em 1926, João Belo concebe um sistema que conferia às companhias concessionárias o direito de comprar colheitas cultivadas em África, apesar de não ser posta em prática.

Foi, então, criada, em Lisboa, em 1938, a Junta de Exportação do Algodão, a fim de planear o aumento da produção e introduzindo um novo sistema, em que as companhias concessionárias tinham de vender o seu algodão aos fabricantes portugueses.

O cultivo forçado do algodão, até essa altura, tornou-se mais forte com a nomeação do governador de Moçambique José Tristão de Bettencourt, em 1940, que empreendeu uma política mais austera.

EXERCÍCIOS

1. Qual foi o papel de Salazar na fundação do Estado Novo?
2. Quais eram as principais características do regime salazarista?
3. Em que consistia o Estado corporativo?
4. Em que assentava a política colonial do Estado Novo?
5. Que prioridade definiu Salazar no seu discurso de 1929?
6. Que instrumentos foram utilizados para a imposição do regime salazarista?

2

2.6. AS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES NACIONALISTAS EM ÁFRICA E EM MOÇAMBIQUE

As primeiras manifestações nacionalistas em África tiveram o seu início entre as duas primeiras guerras, no período de 1914-1945.

Mas, foi a partir da 2.ª Guerra Mundial que os africanos começaram a ter ideias mais precisas sobre como pôr fim ao colonialismo. Foi nesse período que os africanos começaram a compreender que a exploração colonial não era apenas de uma tribo, ou grupo étnico, mas sim de toda a nação colonizada.

Nos movimentos nacionalistas africanos participaram todas as camadas da sociedade, desde chefes tradicionais, religiosos, políticos e intelectuais, as organizações juvenis ou associações, a imprensa e até as religiões foram grandes catalisadores.

As organizações da juventude, os grupos étnicos, as associações de ex-alunos e outros movimentos dedicados à conquista das liberdades civis e dos direitos do Homem cumpriram também um papel insubstituível em todas as colónias.

Entre as organizações da juventude que serviram como catalisadores do movimento nacionalista contam-se: a Gold Coast Youth Conference, fundada em 1929, em Lagos (Nigéria), Youth Movimento, a Young Egypt, a Harry Thukús Young, a Kikuy Association, fundada no Quênia, em 1921, e o Sudan Guaduates Congress. Alguns desses movimentos eram transterritoriais e outros inter-regionais.

Outros movimentos nacionalistas que se destacaram durante esse período, foram: a North African Star, South Africa Congress e a West African Students Union, dirigida pelo nigeriano Ladipo Solanke, que recrutava os seus membros em toda a África Ocidental inglesa.

As organizações sociais que contribuíram para exprimir o nacionalismo africano e o sentimento anticolonial compreendiam os diversos ramos existentes em África, como, por exemplo, a Universal Negro Improvement Association, de Marcos Garvey, fundada na América em 1917, assim como a Nigerian Improvement Association (1920).

São de citar, igualmente, organizações como a Liga dos Direitos do Homem e do Cidadão, no Gabão, a Liga Africana de Luanda e Lourenço Marques, em Angola e Moçambique, respectivamente, entre outras.

Os sindicatos e os outros movimentos operários também se converteram em importantes agentes da luta contra o sistema colonial, depois da 2.ª Guerra Mundial.

160. Luta pela independência.

“Não aceito a sua ordem. Não nos entenderemos consigo de forma alguma, pois vocês romperam o nosso pacto [...]. O governo tem a sua lei e nós temos a nossa. Não aceitamos ordens senão dos nossos antepassados. Nossa lei é a lei de Deus e a do profeta [...]. Se penetrarem em nosso país [...] nós combateremos por todos os meios [...] Deus disse: um pequeno número pode vencer a multidão. O mundo está perto do fim: faltam apenas 58 anos [...]. Não queremos ficar neste mundo, é melhor morrer seguindo a lei muçulmana, todos os muçulmanos estão unidos.”

In *História Geral de África*,
Vol. VII, p. 605

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Que ambiente é retratado neste trecho?

Muitas publicações surgiram antes da 1.^a Guerra Mundial, como, por exemplo: *Al-Liwa*, diário de língua árabe, fundado em 1900 para difundir as ideias do nacionalismo egípcio, *La Democratie du Senegal* e *The Lagos Week Record*, fundado em 1891. A maior parte, no entanto, data do período entre as duas guerras, como o *Times of Nigeria* (1921-1930), o *Daily Times* (fundado em 1926), o *Lagos Daily News* (1925-1938) e o *Gold Cost Times* (Acra).

Além da imprensa, o teatro, e a literatura afectos aos sectores nacionalistas criticavam rudemente ou ridicularizavam o sistema colonial.

2.6.1. As primeiras manifestações nacionalistas em África

Factores externos que contribuíram para o aparecimento das ideias nacionalistas em África

Uma vez conquistados e ocupados os seus territórios pela poderosa força das armas e pela falta de unidade, os africanos criaram novas formas de luta pela independência dos seus países – as organizações políticas.

Intelectuais africanos, muito antes da 1.^a Guerra Mundial, e seguidos por muitos outros depois, tiveram importante papel nesta luta.

A Revolução Russa de 1917 e a política seguida pela URSS também contribuíram, em grande parte, para a emergência do nacionalismo africano. Tal como os Estados Unidos, a URSS foi anticolonialista, pois que a colonização foi considerada como uma instituição tipicamente capitalista.

Na Conferência de S. Francisco, que se realizou em Outubro de 1945, nos EUA, momento de fundação das Nações Unidas, a delegação soviética insistiu para que fosse introduzida a palavra “independência”, em vez de “*self-government*”.

A 2.^a Guerra Mundial também contribuiu para o despertar do nacionalismo africano, na medida em que centenas de milhares de africanos participaram em várias operações militares ao lado dos colonizadores, descobrindo o seu próprio valor e traçando a sua própria linha de dignidade. Em 1940, havia 127 320 atiradores da África Ocidental Francesa, 15 500 da África Equatorial Francesa e 34 000 de Madagáscar. Até ao fim da guerra desapareceram cerca de 24 271 senegaleses e 4250 malgaxes.

Muitos soldados africanos, após o seu regresso da 2.^a Guerra Mundial, frustrados e cansados pelos abusos dos colonialistas, tomaram parte activa nos movimentos políticos que mais tarde conduziram à independência dos seus países.

EXERCÍCIOS

1. Que acontecimentos fizeram surgir o nacionalismo africano?
2. Explica o papel das Nações Unidas nas reivindicações africanas.

A política dos Estados Unidos da América

Antes de 1940, a opinião pública americana interessava-se pouco pela África e pelos problemas morais da colonização, salvo nos meios missionários. As missões protestantes americanas, em actividade na África a sul do equador, desde os finais do século XIX, tinham, muitas vezes, deparado com a discriminação a favor das chamadas missões dos países colonizadores. Face a isso, o Conselho Federal das Igrejas Protestantes Americanas tinha instituído, desde 1940, uma comissão de estudos (presidida por John Foster Dulles) “encarregada de estudar os princípios de base de uma paz justa e durável”, na qual as missões americanas poderiam dispor de uma maior liberdade de acção.

Em Março de 1942, as conclusões desta comissão são discutidas na conferência das Igrejas realizada em Delaware; um dos treze pontos de declaração final estabelece que “é preciso assegurar a autonomia a todos os povos submetidos ou colonizados” e admitir “que uma potência colonial não deve ser uma preocupação exclusivamente nacional, mas uma responsabilidade”.

A declaração foi completada e desenvolvida na Carta do Atlântico, de 14 de Agosto de 1944, em que Roosevelt e Churchill fizeram uma declaração comum: “Cada povo tem o direito de escolher a forma do governo sob a qual deve viver (*self-determination*)”.

Fora dos meios missionários, os meios de negócios começam a interessar-se pela questão, na perspectiva de abrirem novos caminhos para a economia americana após o fim da guerra. Em relação a essa questão, Summer Wells chegou mesmo a escrever, a 17 de Outubro de 1943, no *New York Times* que “é preciso derrubar as velhas barreiras que impedem a circulação dos produtos através de toda a Terra”.

Como resultado destas numerosas declarações de princípio, o Departamento de Estado redige, em 1943, uma declaração das Nações Unidas sobre a independência nacional: “Todas as nações que possuem um domínio colonial deverão cooperar com os povos dessa região para os tornar aptos a receber o estatuto de independência nacional”.

A política dos EUA, depois de 1920, apoiou, em grande medida, a emancipação dos povos colonizados do continente africano e enriqueceu as ideias dos movimentos nacionalistas do mundo e de Moçambique em particular.

O papel da Organização das Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas (ONU), criada em S. Francisco, em 24 de Outubro de 1945, desempenhou um papel preponderante no desenrolar do nacionalismo africano. A organização tinha, entre outros objectivos, o seu ideal de “desenvolver entre as



161. A assinatura da Carta das Nações Unidas, S. Francisco, 24 de Outubro de 1945.

Após a Conferência de Bandung, difundiu-se no mundo a ideia de que a África colonizada devia seguir o destino da Ásia libertando-se da colonização.

Além dos factores acima mencionados, há que destacar também o exemplo da África do Norte, em particular o nacionalismo egípcio, marroquino e argelino, cujos povos haviam desencadeado a luta popular heróica e exemplar, que, durante o final da década de 40 e a década de 60, polarizou a opinião progressista do mundo inteiro para o drama colonial.

Os grupos motores do nacionalismo africano

No que se refere aos grupos motores dos movimentos no continente africano, temos os sindicatos, os intelectuais, os movimentos estudantis e a acção das igrejas, principalmente as igrejas protestantes e as igrejas animistas que faziam a reivindicação nacionalista.

Os movimentos defensores da Negritude e do Pan-Africanismo exerceram um papel de extrema importância, ambos tendo influenciado os intelectuais e os estudantes a unirem-se e a afirmarem-se como africanos, como afirma Paul Sarte, que qualificava a Negritude como “antítese numa progressão dialéctica que leva à última síntese da humanidade sem racismo”.

A introdução da noção de responsabilidade perante a comunidade internacional foi estimulante para certos nacionalistas. No plano político, os nacionalistas africanos foram encorajados por movimentos ideológicos internacionais, como a Internacional Comunista (*Komintern*), leninista e anti-imperialista os movimentos socialistas, a marcha para a independência noutros continentes, o pan-africanismo anti-imperialista inspirado por Sylvester Williams, Marcus Garvey e William Dubois e por outras influências negras americanas e das Antilhas.

Um congresso internacional reunido em Bruxelas, em Fevereiro de 1927, sob os auspícios do *Komintern*, esteve na origem da formação da Liga contra o Imperialismo e pela Independência Nacional (conhecida simplesmente como Liga contra o Imperialismo). Aproximadamente, 180 delegados vindos da Europa Ocidental, da América do Norte, da América Central e do Sul, das Antilhas, da Ásia e da África assistiram a esse congresso, que reuniu comunistas, grupos socialistas da Esquerda, como o Independent Labour Party, representado pelo seu secretário-geral, Fenner Brockway (mais tarde, Lorde Brockway), intelectuais socialistas e representantes de movimentos nacionalistas dos territórios coloniais. Entre os representantes de África figuravam Messali Hadji e Hadjali Abdel Kader (do Magrebe); Mohamed Hafiz Ramadan e Ibrahim Youssef (Egipto); lamine Senghor (África Ocidental francesa), Jomo Kenyatta (Quénia), assim como J. T. Gumede de Alex La Guma (África do Sul). Estavam também presentes membros da Inter-Colonial Union, como Mox Bloncoux, além de Carlos Deambrosis Martins, vindo do Haiti.



163. Jean-Paul Sartre (21 de Junho de 1905 – 15 de Abril de 1980). Filósofo francês, escritor e activista político. Foi prémio Nobel da Literatura em 1964.



164. Marcus Garvey (1887-1940).

Movimentos de defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão e organismos de luta contra a escravidão funcionavam na Europa e em várias colónias da África. Movimentos de origem americana, como a Universal Negro Improvement Association, de Marcus Garvey, fundada em 1917, exerceram influência em diversas colónias africanas.

Causas internas que contribuíram para o surgimento do nacionalismo africano

As contradições internas do próprio colonialismo galvanizaram o crescimento dos movimentos nacionalistas, visto que os países colonizadores não apresentavam políticas coloniais homogêneas. Aliás, havia europeus que se insurgiam contra os crimes da colonização ou mesmo contra a própria colonização. Por isso, com o fim da 2.ª Guerra Mundial, em muitos países da Europa Ocidental chegaram ao poder partidos da Esquerda, tradicionalmente anticolonialistas, por exemplo, na Inglaterra, o Partido Trabalhista e, na França, o governo de coligação.

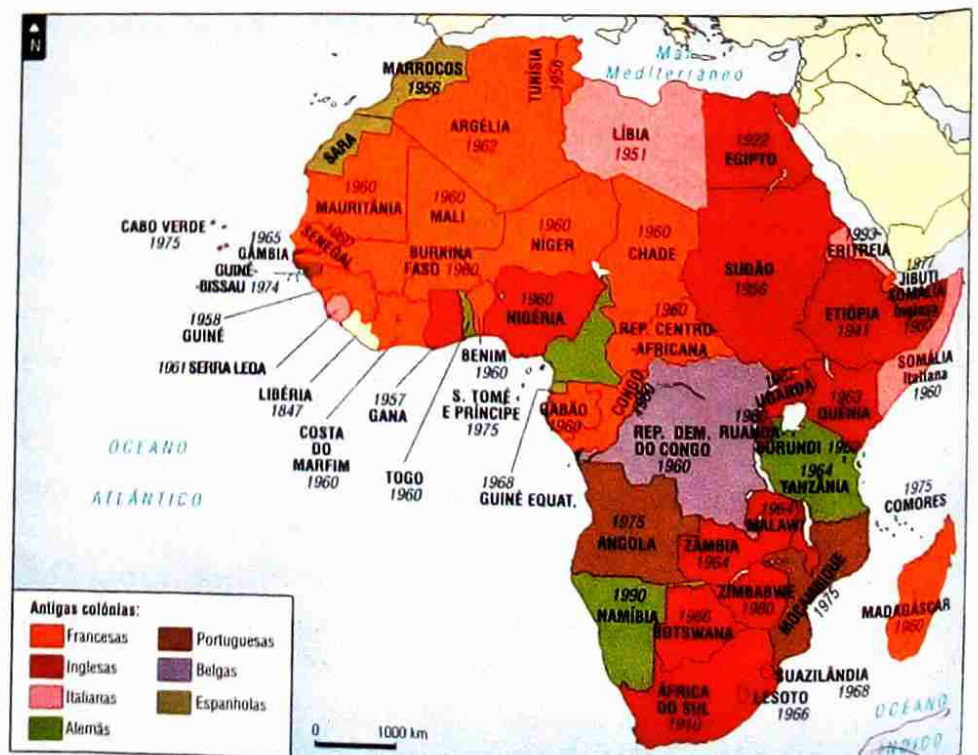
A inclusão dos africanos na vida industrial contribuiu para o nascimento de uma consciência nacional.

Entre as duas guerras, os nacionalistas africanos passaram praticamente pela mesma situação: privação das liberdades políticas e sociais, exploração dos recursos humanos e materiais, em benefício de estrangeiros.

Contra essas situações impostas pelos colonialistas erguiam-se as aspirações nacionalistas. No continente, surgiram reivindicações de melhoria da situação social e económica das comunidades.

Em numerosas colónias africanas, a mão-de-obra sindicalizou-se progressivamente, reforçando a expressão política anticolonial do nacionalismo africano.

165. A descolonização de África.



2.6.2. O nacionalismo em Moçambique

O nacionalismo moçambicano nasceu da contestação ao colonialismo europeu e manifestou-se, principalmente, ao nível das associações, da imprensa e da poesia, na linha mais ampla da emancipação africana cuja expressão predominante foi o que se chamou de Pan-Africanismo.

A fonte da unidade nacional foi o sofrimento em comum durante muitos anos passados debaixo do domínio efectivo português.

Em Moçambique, foi a dominação colonial que criou a base para uma consciência nacionalista, fundamentada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspectos do sistema colonial.

O nacionalismo moçambicano foi feito de diversas formas, quer através de greves e sabotagens por parte dos trabalhadores e camponeses, quer através da imprensa e literatura crítica por parte dos intelectuais do período, pela arte e a religião.

A primeira greve dos trabalhadores negros do porto e caminhos-de-ferro de Lourenço Marques (PCFLM) teve lugar em Maio de 1919, na qual os trabalhadores negros do cais abandonaram o trabalho exigindo o aumento dos seus salários em \$20 por turno. A reacção do Estado não se fez esperar: 400 trabalhadores foram detidos e 300 imediatamente presos, acusados como os principais promotores da greve.

A 28 de Agosto de 1933, eclodiu a mais curta, mas uma das greves mais pesadas – a greve da Quinhenta. A causa da greve foi a intenção do Estado de cortar os salários entre os 10 e 30%, para minimizar o alargamento das férias. Ora, esta medida significava retirar \$50 (cinquenta centavos – uma quinhenta) por turno, o que era drástico para os trabalhadores africanos, que auferiam salários baixos.

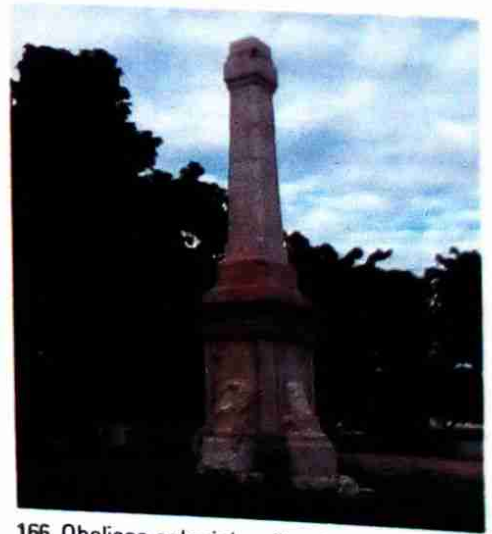
Além destas duas greves, outras greves mais tiveram lugar, nomeadamente, a 7-6-1947 – greve do PCFLM; 22-9-1954 – o motim da Pedreira da Goba, Maputo; 18-8-1954 – greve na Açucareira de Xinavane.

As condições eram desfavoráveis à expansão das ideias nacionalistas por todo o país, por causa da proibição de associação política, da necessidade de segredo imposta por esta proibição, da erosão da sociedade tradicional e da falta de educação moderna nas áreas rurais, pelo que foi só entre uma minoria reduzida que, no princípio, se desenvolveu a ideia da acção nacional, em contraposição com a acção local. Esta minoria era predominantemente urbana, composta por intelectuais e assalariados, indivíduos desenraizados do sistema tribal, africanos assimilados e mulatos.

Encorajados pelo liberalismo da I República (1910-1926) portuguesa, estes grupos formaram sociedades, e criaram alguns jornais

EXERCÍCIOS

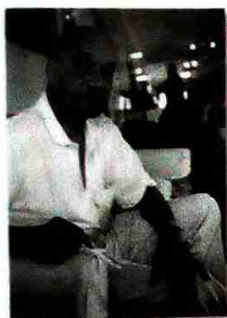
1. Situa no tempo o período de emergência do nacionalismo africano.
2. Dá exemplos de alguns movimentos ou organizações nacionalistas que serviram como catalisadores da emergência do nacionalismo africano.
3. Menciona quatro líderes nacionalistas que se destacaram em África e os respectivos partidos políticos.



166. Obelisco colonial na ilha de Moçambique.



167. Alto-relevo representando a prisão de Ngungunhane, Fortaleza da Nossa Senhora da Conceição, Maputo, Moçambique.



168. José Craveirinha (1922-2003), escritor e poeta moçambicano.

A MINHA DOR

*Dói
a mesmíssima angústia
nas almas dos nossos corpos
perto e à distância.*

*E o preto que gritou
é a dor que se não vendeu
nem na hora do sol perdido
nos muros da cadeia.*

169. Noémia Sousa, poetisa moçambicana, nasceu em Moçambique (Catembe), em 1922, e faleceu, em Portugal, em 2002. Foi jornalista e lutou pela causa da independência.

através dos quais conduziram campanhas contra os abusos do colonialismo, exigindo direitos iguais, até que, a pouco a pouco, começaram a denunciar todo o sistema colonial.

Alguns dos jornais mais importantes, que, frequentemente, mudavam de nome, foram: *O Africano*, *O Brado Africano*, *O Germinal*, *Os Simples*, *Proletário*, *O Ferroviário*, *O Emancipador*, *O Emancipador Amordaçado*, *O Emancipador dos Humildes* e *O Emancipador dos Artistas*.

O desenvolvimento da poesia, como a de Rui de Noronha, serviu para despertar a consciência nacionalista, como afirmaria, mais tarde, o escritor nacionalista angolano Mário de Andrade.

Devido às precárias situações socioeconómicas e políticas, os moçambicanos começaram a desafiar o Governo português, revoltando-se contra o regime colonial em todos os aspectos.

A imprensa e a literatura críticas desempenhavam um papel-chave. Poetas e escritores, como, por exemplo, José Craveirinha, Kalungano (Marcelino dos Santos), Rui Nogar, Noémia de Sousa, Rui de Noronha, João Dias, Luís Bernardo Howana, Armando Emílio Guebuza, entre outros, deram o seu grande contributo para o despertar do nacionalismo em Moçambique.

O papel de Kamba Simango, na luta nacionalista, é, igualmente, importante. Utilizando a religião, mobilizava os nacionalistas negros a lutarem pela sua dignidade. Isto pode explicar, em parte, a resistência permanente que se observava na zona centro de Moçambique, com epicentro em Sofala.

A luta contra o colonialismo, pelos moçambicanos, não se fez sentir só nas cidades, mas, também, nas zonas rurais. Um exemplo típico de manifestação nacionalista ocorrida no campo foi o que aconteceu com a revolta dos camponeses do Nametil ou Mogovolas, na Província de Nampula, em 1950-51, que recusaram continuar a produzir o algodão, após uma crise ecológica que provocou prejuízos incalculáveis na produção familiar, colocando os camponeses numa situação de pobreza extrema.

Foi no seio dos assimilados que se fundaram e se criaram as diversas organizações, como, por exemplo, o Grémio Africano (presidido por João Albasini, tendo como vice-presidente Estácio Dias e entre os vogais José Albasini), o Instituto Negrófilo, que mais tarde passou a chamar-se Centro Associativo dos Negros de Moçambique, a Associação dos Naturais de Moçambique, entre outros. Foram também eles que fundaram alguns dos jornais, atrás referidos, que propagaram ideais anticolonialistas.

Podemos, assim, dizer que foram várias as formas e tipos de protestos levados a cabo pelo povo moçambicano, de 1914 até à independência, em 1975, destacando-se as migrações para fora do território ou para zonas de difícil acesso, as deserções do trabalho mal remunerado, as greves, entre outras.

Com objectivo comum de libertar Moçambique, em 1962 formou-se a Frente de Libertação de Moçambique, a FRELIMO, em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, para acabar com a situação colonial do país, objectivo conseguido com a independência, declarada a 25 de Junho de 1975.

Resistências africanas *versus* espírito patriótico

A exploração estrangeira e o resultante sofrimento dos povos africanos levou não só à resistência dos africanos contra a dominação colonial como também fez brotar nos africanos o espírito de solidariedade africana pelos países colonizados, com vista a rejeitar toda e qualquer forma de dominação colonial, apelando aos países colonizadores a reconhecerem as soberanias nacionais em África, através das independências nacionais. Portanto, os africanos começaram a sentir a necessidade de se autogovernarem, de gerirem os seus próprios recursos e traçar os seus próprios destinos.

De referir que o “ódio” pela dominação estrangeira não constituía um fenómeno novo, no todo, da década de 60 do século XX. Já nos séculos anteriores, sobretudo, a partir dos séculos XV e XVI, se fazia sentir, aquando da presença mercantil estrangeira, os africanos, usando os meios à sua disposição, tentaram vezes sem conta expulsar os invasores estrangeiros.

Entretanto, contra a dominação colonial e exigência de reconhecimento e de autonomia político-económica, os africanos recorreram a dois meios, designadamente, o diplomático, através de conversações e diálogo com os colonizadores, por um lado, e por outro, o bélico, para aquelas situações em que a via diplomática não surtiu efeitos, como é o caso de Moçambique.

É neste contexto que se verificam as lutas para as independências nacionais, sobretudo, nas colónias portuguesas, onde as independências só se tornaram realidade a partir de 1975, portanto, uma década e meia após o ano africano (1960 – ano de independência de vários países africanos, sob domínio inglês e francês).

EXERCÍCIOS

1. Menciona os meios usados pelos nacionalistas moçambicanos da década de 60.
2. Indica os grupos motores que catalisaram as diversas manifestações nacionalistas em Moçambique.
3. Dá exemplos de alguns nacionalistas moçambicanos.
4. O Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM) foi uma das primeiras associações criadas no âmbito do desenvolvimento do nacionalismo moçambicano.
 - a) Pesquisa e refere qual era o principal objectivo desta associação.

2

VERIFICO O QUE APRENDI!

1. Em Outubro de 1917, triunfou na Rússia uma revolução socialista.
 - a. Caracteriza em três (3) aspectos a situação da Rússia antes da revolução socialista.
2. Lê o texto, que se refere a uma manifestação na Rússia.

Apelo do Soviete de Petrogrado à população da Rússia (27/2/1917)

“O antigo regime conduziu o país à ruína e a população à fome. Era impossível suportá-lo mais tempo e os habitantes de Petrogrado foram às ruas para manifestar o seu descontentamento. Em vez de pão... foram recebidos a tiro.”

Marc Ferro, in *A Revolução Russa*

- a. A que manifestação se refere o texto?
 - b. Explica três razões desse descontentamento.
3. “Não houve na Rússia uma revolução, mas duas revoluções”.
 - a. Menciona as duas revoluções que a frase refere.
 - b. Qual foi a importância da Revolução de Outubro?
 4. “A 24 de Outubro de 1929, milhões de títulos são postos à venda, a cotação baixa e não se encontram compradores (...)”.
 - a. Identifica o fenómeno histórico a que o trecho acima se refere.
 - b. Como é que o fenómeno referido no trecho se mundializou?
 - c. Menciona duas medidas tomadas pelos EUA para contornarem a crise.
 - d. Como é que esta crise se fez sentir em Moçambique?
 5. “... 4.º – Não podem ser cidadãos senão os irmãos de raça. Não podem ser irmãos de raça os que não são de sangue alemão.”

– Extracto do Programa do Partido Nacional Socialista. In *História Activa*, p. 74

 - a. Que característica do nazismo está patente neste texto?

3

A 2.^a GUERRA MUNDIAL (1939-1945) E O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Neste capítulo ficarás a compreender como se desenrolou a 2.^a Guerra Mundial e as suas diversas fases, assim como as consequências que esse conflito generalizado teve para o mundo. Mais uma vez, os EUA intervieram, tendo escapado o seu território ao teatro de guerra. Deste modo, consolidaram a sua hegemonia económica e política.

Por outro lado, saberás quais as consequências da guerra para o continente africano e a sua contribuição para a formação de Movimentos de Libertação Nacional.

Vais ficar a conhecer melhor as origens da luta de Moçambique pela sua independência e vários acontecimentos da história do país durante o século XX.

Ficarás também a saber como nasceu a Organização das Nações Unidas e da importância do diálogo entre os países de modo a resolver conflitos e a evitar a guerra.



3

3.1. A 2.ª GUERRA MUNDIAL

Contextualizando

Os estados totalitários formados na Europa na década de 30 defendiam ideias de **militarismo** e **imperialismo** que a Sociedade das Nações (SDN) não conseguiu travar. A militarização desses países, comandados por regimes totalitários, e a consequente efetivação dos seus interesses de expansão arrastaram o mundo, entre 1939 e 1945, para um novo e mais catastrófico conflito, a 2.ª Guerra Mundial.

A resistência, por parte dos países aliados, à dominação dos denominados países do Eixo, acabou por sair vencedora. No final do conflito, o equilíbrio mudou significativamente: a Europa, mais do que na 1.ª Guerra Mundial, saiu enfraquecida e dilacerada; criaram-se dois blocos antagónicos que durante décadas disputaram a hegemonia mundial: um, a ocidente, liderado pelos Estados Unidos, e o outro, a leste, liderado pela União Soviética.

Por outro lado, a vitória dos Aliados trouxe a esperança de acabar com os regimes ditatoriais e garantir, através de organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU), a paz no mundo.

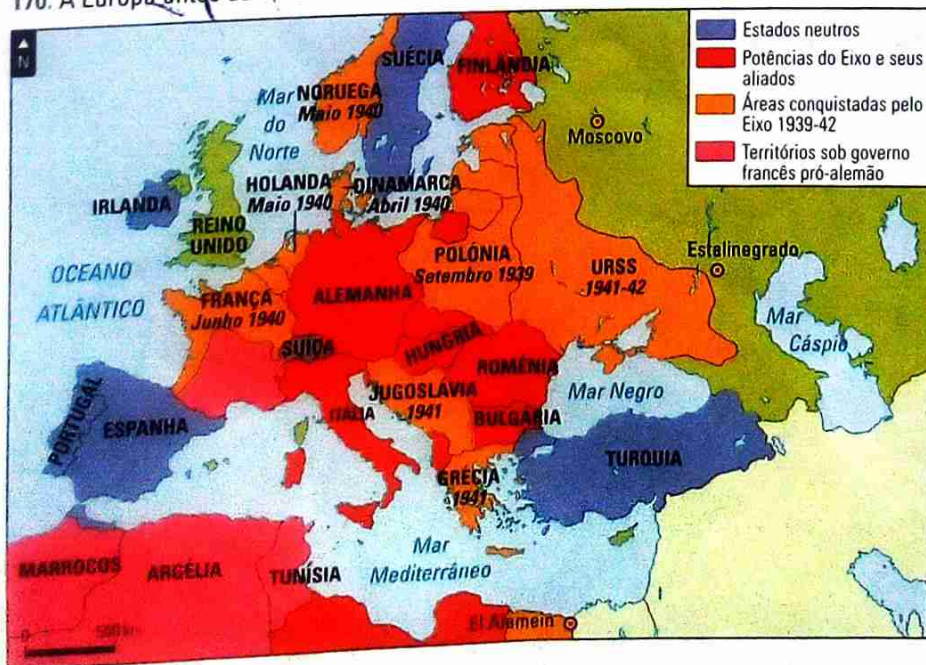
3.1.1. A Europa e o Mundo nas vésperas da 2.ª Guerra Mundial

Perante um cenário de crise económica mundial, criado pela Grande Depressão, em 1929, impuseram-se os interesses nacionalistas e destacaram-se os líderes que defendiam ditaduras. A situação da Europa era,

de facto, tensa e o conflito era iminente. As democracias liberais e burguesas que se tinham imposto no século XIX estavam ameaçadas. De entre as principais causas podemos destacar:

- a crise económica, financeira e política;
- novos conflitos com o proletariado e respectivas tensões laborais e políticas;
- as lutas internas em algumas zonas da Europa, onde despontavam novas nações com minorias nacionalistas;

170. A Europa antes da 2.ª Guerra Mundial.



- a humilhação sofrida pelos alemães no final da 1.ª Guerra Mundial e o Tratado de Versalhes;
- a defesa de medidas ditatoriais para solucionar a crise de 1929;
- as perdas materiais e as pesadas baixas sofridas na 1.ª Guerra Mundial.

Deste modo, nas décadas de 20 e 30, sentia-se um ambiente tenso e instável, em que os regimes ditatoriais eram preferidos às democracias, pois significavam maior segurança.

Um pouco por todo o lado sucediam-se os golpes de Estado e formavam-se partidos de interesses totalitários, mesmo em países que mantinham os regimes liberais, como na Inglaterra, onde foi criada a União dos Fascistas Britânicos, e na França, onde foi criado o Partido Popular Francês. Esses regimes e essas forças políticas defendiam o nacionalismo, o militarismo, o autoritarismo, o culto do líder, o imperialismo, a primazia do Estado e o dirigismo económico.

Na Alemanha, Hitler e o partido nazi, contrariando o Tratado de Versalhes, vai restabelecer o serviço militar obrigatório e criar fábricas de armamento em grande escala. Ao mesmo tempo, apela à unidade ariana e mentaliza os Alemães para a conquista do espaço vital alemão.

Neste sentido, as tropas alemãs anexam a Áustria em 1938 e ocupam parte da Checoslováquia em 1939. Por sua vez, Mussolini prepara a Itália para a "Glória Romana", conquistando a Etiópia em 1935. No Extremo Oriente, o Japão invade a Manchúria em 1931 e apodera-se de algumas ilhas chinesas do Pacífico em 1937.¹

Tudo isto perante a passividade da Sociedade das Nações (SDN), que fora criada, após a 1.ª Guerra Mundial, para manter a paz.

¹⁷¹. Instabilidade na Europa.

"A Europa enlouquecida surgia. A América do Norte parecia dominar lá ao longe, no horizonte do outro lado do mar. A Terra girava como um grande astro doido no qual a paz dependia do inseguro equilíbrio de forças. E, de repente, o equilíbrio rompeu-se."

Jean Guéhenno

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Caracteriza a situação que se vivia na Europa nas vésperas da 2.ª Guerra Mundial.
2. Explica o aparecimento das ditaduras na Europa dos anos 30.

RESUMO CRONOLÓGICO

1922 – Mussolini avança sobre Roma e instaura o fascismo.

1923 – Ditadura de Primo de Rivera em Espanha.

1926 – Golpe de Estado na Polónia, de Pilsudski (marechal).

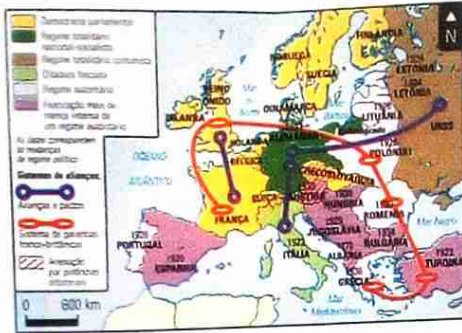
1926 – Golpe de Estado em Portugal, do General Gomes da Costa que deu origem ao Estado Novo.

1930 – Golpe de Estado na Roménia do rei Carlos II.

1933 – Hitler implanta na Alemanha o regime nazi.

1936 – Início da guerra civil espanhola.

1936 – Golpe de Estado na Grécia, do general Metaxas.



172. Sistemas de alianças e tipos de regimes na Europa nas vésperas da 2.ª Guerra Mundial.

173. A Alemanha: preparação secreta para a guerra.

Uma vez que o Tratado de Versalhes limitava o fabrico alemão de armas, Hitler disfarçou habilmente os seus primeiros preparativos para a guerra. A rede de estradas, que em breve facilitaria a deslocação das tropas, foi iniciada, em 1933, para dar trabalho aos desempregados. Clubes e organizações juvenis, aparentemente destinados a encorajar o desporto e os exercícios, proporcionavam o treino militar e a doutrinação nazi. Em 1935, Hitler anunciava publicamente que a Alemanha se rearmava.

*“Apaziguamento em Munique”,
in Grandes acontecimentos
do século XX, Selecções do
Reader's Digest*

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Porque é que a Alemanha se preparava militarmente e de forma secreta?

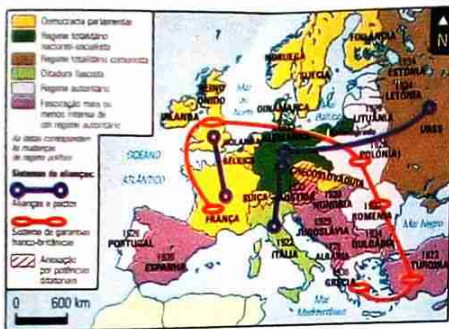
Corrida ao armamento

Ao mesmo tempo que se notava o endurecimento dos nacionalismos, era evidente a corrida ao armamento, o que demonstrava o fracasso da SDN. Cada país procurava tornar-se auto-suficiente em todos os aspectos, inclusive no campo militar. A Alemanha era o país onde a corrida ao armamento era mais evidente, dando origem a novas indústrias de guerra.

O expansionismo das ditaduras imperialistas

- Em 1931, o Japão invadiu a Manchúria – no Nordeste da China –, e, após ter saído da SDN, em 1933, voltou de novo, em 1935, a entrar em conflito com aquele país.
- Em 1935, a Alemanha ocupou a zona neutral do Sarre, que se encontrava sob o controlo da SDN. Em 1936, após plebiscito à população alemã, Hitler procedeu à ocupação militar da Renânia.
- Em 1936, a Itália ocupou a Etiópia; foi também nesse ano que se estabeleceu o Eixo Roma-Berlim, entre a Itália e a Alemanha, que, pouco depois, integrou o Japão (mediante o pacto anticomunista germano-japonês, anti-Komintern, a que aderiu também a Itália), criando-se, assim, o Eixo Berlim-Roma-Tóquio, em 1937.
- Entre 1936 e 1939 deu-se a Guerra Civil de Espanha, que contribuiu para o envolvimento das potências europeias e para o agravamento das tensões internacionais.
- Em 1938, a Alemanha anexou a Áustria e, após pouco tempo, em desrespeito pelo acordo de Munique, anexou a região dos Sudetas, no Norte da Checoslováquia, para mais tarde tomar todo o país.
- Em Abril de 1939, Hitler exigiu à Polónia o corredor de Dantzig, que atravessava o território alemão.
- Em Agosto de 1939, foi assinado o pacto de não agressão germano-soviético que, para além de estabelecer a paz entre os dois países, previa também a partilha da Polónia e dos Países Baixos entre a Alemanha e a URSS.
- A 1 de Setembro de 1939, a Alemanha invadiu a Polónia, o que levou a Inglaterra e a França, pouco depois, a declararem-lhe guerra. Iniciou-se, desta forma, a 2.ª Guerra Mundial.
- No Extremo Oriente, em 1929-30, o Japão retoma o expansionismo com as suas incursões na China.

A SDN tentou evitar estas agressões. Decretou, no caso da Etiópia, sanções económicas, fez propostas de paz. Porém, nada disso conseguiu evitar as ambições imperialistas destas nações, até porque a SDN não tinha hipóteses de impor as suas medidas e de reagir contra as acções que estavam a ser desencadeadas.



172. Sistemas de alianças e tipos de regimes na Europa nas vésperas da 2.ª Guerra Mundial.

173. A Alemanha: preparação secreta para a guerra.

Uma vez que o Tratado de Versalhes limitava o fabrico alemão de armas, Hitler disfarçou habilmente os seus primeiros preparativos para a guerra. A rede de estradas, que em breve facilitaria a deslocação das tropas, foi iniciada, em 1933, para dar trabalho aos desempregados. Clubes e organizações juvenis, aparentemente destinados a encorajar o desporto e os exercícios, proporcionavam o treino militar e a doutrinação nazi. Em 1935, Hitler anunciava publicamente que a Alemanha se rearmava.

*“Apaziguamento em Munique”,
in Grandes acontecimentos
do século XX, Selecções do
Reader's Digest*

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Porque é que a Alemanha se preparava militarmente e de forma secreta?

Corrida ao armamento

Ao mesmo tempo que se notava o endurecimento dos nacionalismos, era evidente a corrida ao armamento, o que demonstrava o fracasso da SDN. Cada país procurava tornar-se auto-suficiente em todos os aspectos, inclusive no campo militar. A Alemanha era o país onde a corrida ao armamento era mais evidente, dando origem a novas indústrias de guerra.

O expansionismo das ditaduras imperialistas

- Em 1931, o Japão invadiu a Manchúria – no Nordeste da China –, e, após ter saído da SDN, em 1933, voltou de novo, em 1935, a entrar em conflito com aquele país.
- Em 1935, a Alemanha ocupou a zona neutral do Sarre, que se encontrava sob o controlo da SDN. Em 1936, após plebiscito à população alemã, Hitler procedeu à ocupação militar da Renânia.
- Em 1936, a Itália ocupou a Etiópia; foi também nesse ano que se estabeleceu o Eixo Roma-Berlim, entre a Itália e a Alemanha, que, pouco depois, integrou o Japão (mediante o pacto anticomunista germano-japonês, anti-Komintern, a que aderiu também a Itália), criando-se, assim, o Eixo Berlim-Roma-Tóquio, em 1937.
- Entre 1936 e 1939 deu-se a Guerra Civil de Espanha, que contribuiu para o envolvimento das potências europeias e para o agravamento das tensões internacionais.
- Em 1938, a Alemanha anexou a Áustria e, após pouco tempo, em desrespeito pelo acordo de Munique, anexou a região dos Sudetas, no Norte da Checoslováquia, para mais tarde tomar todo o país.
- Em Abril de 1939, Hitler exigiu à Polónia o corredor de Dantzig, que atravessava o território alemão.
- Em Agosto de 1939, foi assinado o pacto de não agressão germano-soviético que, para além de estabelecer a paz entre os dois países, previa também a partilha da Polónia e dos Países Baixos entre a Alemanha e a URSS.
- A 1 de Setembro de 1939, a Alemanha invadiu a Polónia, o que levou a Inglaterra e a França, pouco depois, a declararem-lhe guerra. Iniciou-se, desta forma, a 2.ª Guerra Mundial.
- No Extremo Oriente, em 1929-30, o Japão retomou o expansionismo com as suas incursões na China.

A SDN tentou evitar estas agressões. Decretou, no caso da Etiópia, sanções económicas, fez propostas de paz. Porém, nada disso conseguiu evitar as ambições imperialistas destas nações, até porque a SDN não tinha hipóteses de impor as suas medidas e de reagir contra as acções que estavam a ser desencadeadas.

Além disso, a SDN não tinha muita força internacional, limitando-se a ser uma pequena sociedade europeia, pois os Estados Unidos já tinham saído, assim como o Japão e a Alemanha. A França e a Inglaterra tomaram uma atitude passiva e não reagiram a estas primeiras agressões.

3.1.2. Causas da 2.ª Guerra Mundial

Podemos resumir as razões da 2.ª Guerra Mundial a causas económicas, político-militares, sociais e ideológicas.

Causas económicas

A 2.ª Guerra Mundial surgiu após um período de conflitos cujas motivações tinham um carácter essencialmente económico. Um desses conflitos aconteceu na Ásia Oriental, entre o Japão e a China, cujas origens remontam a 1931, ano em que o Japão ocupou a Manchúria e se constituiu, nesse território, até então chinês, um estado formalmente independente, mas na prática protegido pelo Japão.

Uma das principais causas dessa invasão da Manchúria foi o declínio das exportações japonesas de seda crua e tecidos de algodão. O Japão encontrava-se com dificuldades para conseguir as necessárias importações de carvão, ferro e de outros minerais. Na Manchúria, esses materiais encontravam-se disponíveis. Porém, as operações militares tornaram-se sistemáticas, a partir de 1937, quando o Japão tentou ir mais longe e ocupar o Norte da China.

Uma outra causa económica que precipitou a 2.ª Guerra Mundial foi a Grande Depressão de 1929, que provocou a retracção do comércio mundial e inaugurou uma série de políticas proteccionistas. Os países aumentaram as tarifas alfandegárias, estabeleceram barreiras aduaneiras, limitaram importações, praticaram um maior controlo sobre o câmbio. Desenvolveu-se, assim, uma espécie de nacionalismo económico.

Cada país procurou resolver os seus problemas económicos e expandir-se para o exterior mediante conquistas militares, o que provocou a corrida ao armamento, o desenvolvimento de indústrias de guerra e, por consequência, o estabelecimento de um clima de desconfiança.

Causas político-militares

O desencadear da 2.ª Guerra Mundial relacionou-se particularmente com as humilhantes condições que o Tratado de Versalhes impôs aos países derrotados, sobretudo à Alemanha. Com o ódio impoído, a Alemanha não via mais outra alternativa senão continuar com uma outra guerra. Portanto, a 2.ª Guerra Mundial foi resultado de uma desilusão da 1.ª Guerra Mundial.

174. O fracasso da SDN.

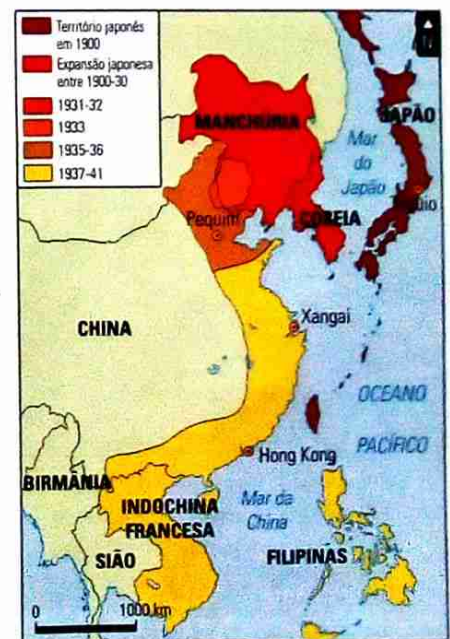
Consciente ou inconscientemente, a comissão da SDN, encarregada de formular sanções, conformou-se, docilmente, com as reprimendas prescritas pelo agressor [...]

Não é correcto dizer que as sanções económicas falharam. O que falhou foi a vontade de as aplicar rigorosamente de uma maneira eficaz e tangível.

Winston Churchill

EXPLORO O DOCUMENTO

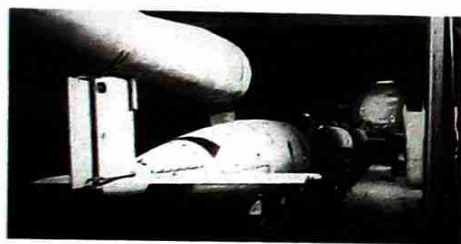
1. Indica em que aspecto é que a SDN terá falhado.
2. Explica as razões desses fracassos.



175. Expansão japonesa até 1941.



177. Mulher assiste à entrada das tropas alemãs em Praga, capital checa, fazendo a tradicional saudação.



178. Bomba voadora desenvolvida pela Luftwaffe. As primeiras V1 caíram na Inglaterra, em Junho de 1944. Um exemplo do potencial bélico desenvolvido pela Alemanha.



179. Assinatura do Pacto de Não Agressão Germano-Soviético, em 23 de Agosto de 1939, em Moscovo. Vyacheslav Molotov, ministro do Exterior soviético, encontra-se a assinar o pacto. Joachim von Ribbentrop, ministro do Exterior alemão, encontra-se ao lado de José Estaline.

176. Pacto Germano-Soviético.

Os governos alemão e soviético, guiados pelo desejo de consolidar a paz entre a Alemanha e a URSS, e baseando-se nas disposições fundamentais do Tratado de Neutralidade de 1926, estabeleceram o seguinte:

Art. 1.º – As duas partes contratantes comprometem-se a abster-se entre si de qualquer acção agressiva e de qualquer ataque de uma contra a outra, quer sós, quer conjuntamente com outras potências.

Art 2.º – No caso de uma das duas partes contratantes serem objecto de uma acção hostil por parte de uma terceira potência, a outra parte não apoiará de forma nenhuma essa terceira potência.

Assinado em Moscovo, em 23 de Agosto de 1939, cit. em *História da Europa*, dir. de Jean Carpentier e François Lebrun, referência/Editorial Estampa, 1996

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Apresenta os reais objectivos dos germânicos neste pacto.

Desde o início do regime nazi, a Alemanha foi desenvolvendo uma política orientada para o militarismo. Instituiu o serviço militar obrigatório, dotou o exército de armamento, anunciou a criação de uma força aérea, a *Luftwaffe*, e aumentou o orçamento das despesas militares. Com este esforço bélico, a Alemanha atingiu o potencial bélico da França e, a partir de 1938, ultrapassou-a largamente.

Hitler exigia que a região dos Sudetas fosse reintegrada no território da Alemanha, argumentando que a maioria da população da zona era de origem alemã. O perigo de uma guerra levou a Inglaterra e a França a assinarem com a Alemanha o Acordo de Munique, em Setembro de 1938, que assegurava as pretensões de Hitler.

Desrespeitando as cláusulas do Tratado de Versalhes, a Alemanha ocupou a zona desmilitarizada da Renânia, região situada entre a França e a Alemanha, em 1936, e anexou a Áustria em 1938.

Outra causa de ordem político-militar foi o desmembramento levado ao efeito por Hitler do que restava da Checoslováquia, em Março de 1939, e o pacto de não agressão germano-soviético. Relativamente ao desmembramento da Checoslováquia, tal constituiu uma violação flagrante do Pacto de Munique, acto que mostrava claramente que as ambições nazis não se limitavam apenas à aquisição de territórios habitados por minorias alemãs, mas incluíam um programa muito vasto de expansão.

Quanto ao Pacto Germano-Soviético, Hitler alimentava algumas esperanças de cimentar acordos amistosos com a Rússia. A 23 de Agosto de 1939, após a ocupação da Checoslováquia pela Alemanha, e, para evitar um conflito com a URSS, Hitler assinou com Estaline um pacto de não-agressão e neutralidade, com a duração de 10 anos.

Causas sociais

A crise gerada pela Grande Depressão criou um imenso número de descontentes, um pouco por todo o mundo, mas em especial nos países do Eixo. A degradação dos níveis de vida da classe média alemã, italiana e de outros países europeus favoreceu o surgimento de regimes totalitários e de sentimentos nacionalistas que deram origem a actos belicistas e expansionistas contra países rivais e regiões do mundo que se julgavam no direito de anexar.

Causas geoestratégicas

Julgando-se em desvantagem, os países do bloco de regimes ditatoriais, Alemanha-Japão-Itália, apresentaram um programa de partilha do mundo por meio da força. A este bloco contrapunha-se o bloco dos Aliados ocidentais, saídos vencedores da 1.ª Guerra Mundial (Inglaterra, França e Estados Unidos), que, na altura, tinham partilhado o mundo em seu proveito e que aspiravam não apenas a conservar como também a alargar as suas posições e esferas de influência.

3.1.3. O início da guerra: o ataque alemão à Polónia

Como foi apresentado anteriormente, em Março de 1939, a Alemanha assinou o pacto germano-soviético, mediante o qual Hitler separava a Rússia das potências ocidentais e impedia que ela lhes prestasse auxílio. Comprometia-se, igualmente, a partilhar alguns territórios que futuramente ocupasse.

Foi neste contexto, que, apercebendo-se das reais intenções expansionistas de Hitler, a França e a Inglaterra lançaram um ultimato a Hitler, avisando-o que, se houvesse uma outra invasão, as forças dos Aliados declarariam a guerra.

E, de facto, foi o que aconteceu, a 1 de Setembro de 1939, quando as tropas do Hitler invadiram de surpresa a Polónia, dando início à 2.ª Guerra Mundial. Como resposta, a França e a Inglaterra declararam guerra à Alemanha, tendo-se seguido outras declarações de guerra de uns países contra outros.

As justificações que a Alemanha deu sobre a invasão da Polónia foram as seguintes:

1. que a Polónia já havia mobilizado e cometido actos hostis contra a Alemanha;
2. e que a “bárbara perseguição” movida no corredor de Dantzig a homens, mulheres e crianças alemãs já não podia ser tolerada por uma grande nação.

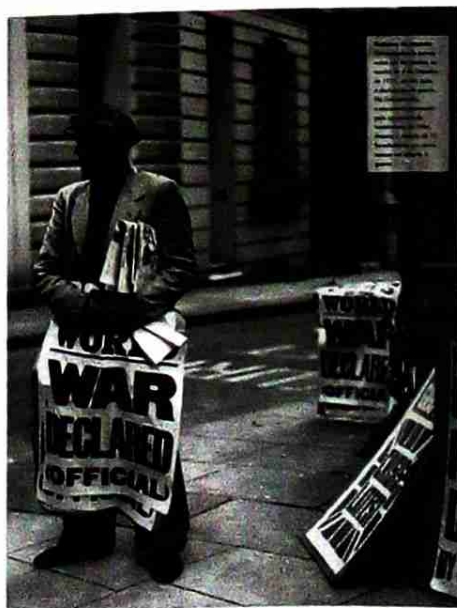
Embora Hitler declarasse que lutaria até que a situação se tornasse “aceitável para a Alemanha” e que havia de “vencer” ou “morrer”, o seu governo não enviou nenhuma declaração de guerra. A acção contra a Polónia foi definida simplesmente como um “contra-ataque a uma perseguição”.



180. Hitler e Mussolini, aquando da assinatura do Pacto de Aço, em 22 de Maio de 1939.



181. 1 de Setembro de 1939. Início da 2.ª Guerra Mundial. As tropas alemãs violam a fronteira germano-polaca.



182. Ardina em Londres, na manhã de 4 de Setembro de 1939.



183. Expansão alemã até 1939.

184. A entrada dos EUA na 2.ª Guerra Mundial.

Combatemos a favor do progresso, da segurança e da paz. Não apenas por nós próprios, mas por toda a humanidade. Não apenas a favor de uma geração, mas de todas as gerações. Combatemos para vencer o mal [...] e livrar o mundo da tirania, da escravidão e da crueldade. [...].

Franklin Roosevelt, *Discurso ao Congresso*, 6 de Janeiro de 1942

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Segundo Roosevelt, porque combateram os EUA na 2.ª Guerra Mundial?



185. O ataque japonês a Pearl Harbor (1941).

3.1.4. O decurso e as fases da 2.ª Guerra Mundial

Mundialização do conflito

Ao ter conhecimento do ataque à Polónia, a Inglaterra e a França enviaram, conjuntamente, uma advertência à Alemanha para que pusesse termo à agressão. Não receberam resposta. Às 9 horas da manhã de 3 de Setembro de 1939, o embaixador britânico em Berlim entregou um ultimato pelo qual as autoridades alemãs eram informadas de que, se não tomassem medidas para retirar as suas tropas dentro de duas horas, a Grã-Bretanha lhe declararia guerra. Às 11 horas, anunciava que iria lutar contra “a força bruta, a má-fé, a injustiça, a opressão e a perseguição”.

Às 5 horas da tarde, desse mesmo dia, a França também declarou guerra à Alemanha, constituindo-se assim a oposição britânica e francesa à ocupação da Polónia pela Alemanha.

No primeiro ano de guerra, a Alemanha conseguiu dominar quase toda a Europa. Deste modo, de 1 de Setembro de 1939 a 1942, as forças do Eixo estendem o seu domínio a uma grande parte do mundo. Da França à URSS, passando pela Polónia, da Noruega aos Balcãs.

Entretanto, em África, as colónias alemãs e italianas lutavam contra as inglesas. No Pacífico, os japoneses tentaram estender o seu domínio a toda a Ásia, mas viam-se confrontados com a influência americana em algumas regiões. Em 7 de Dezembro de 1941, as tropas japonesas atacaram a base militar americana de Pearl Harbor, no Havai, motivo que levou os EUA a declararem guerra ao Japão, entrando, deste modo, na 2.ª Guerra Mundial. O conflito alargava-se, assim, a todo o mundo.

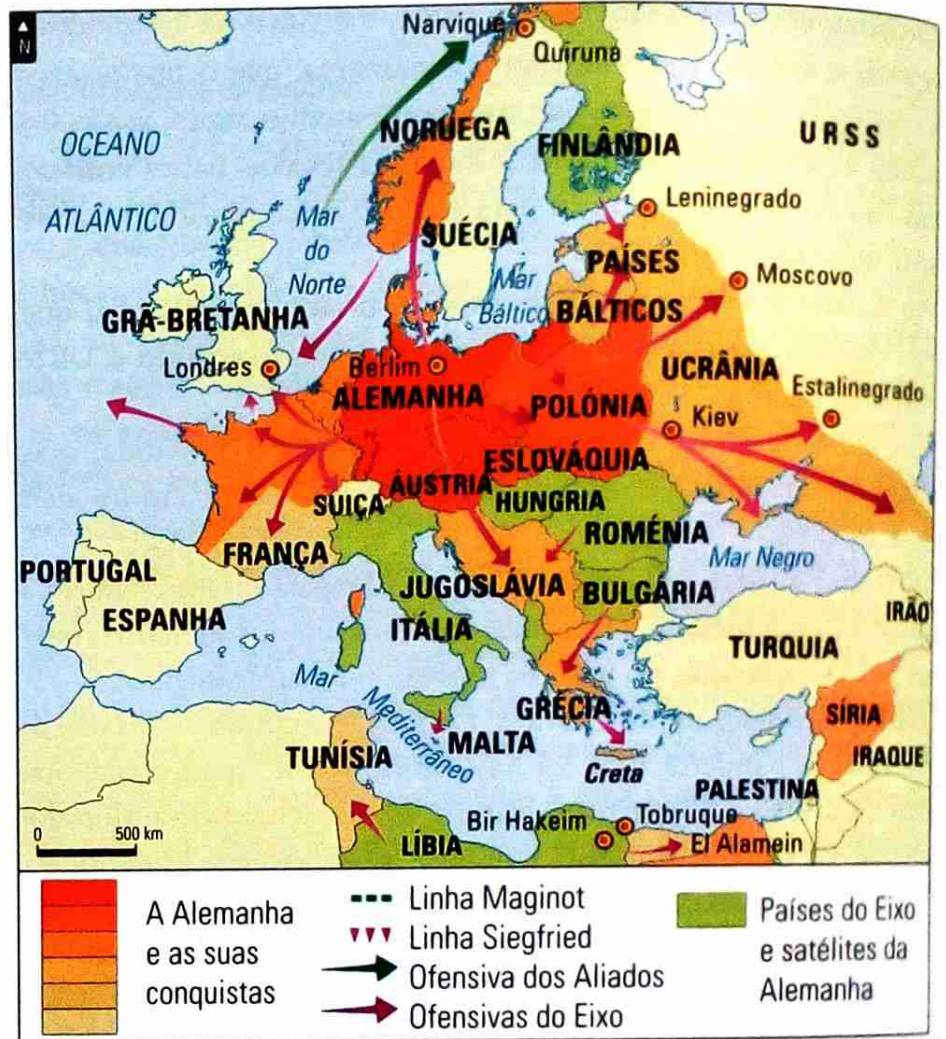
A 2.ª Guerra Mundial pode ser esquematizada em três fases no seu decurso:

- 1.ª fase – 1939-1941: guerra-relâmpago – vitória dos países do Eixo Roma-Berlim.
- 2.ª fase – 1941-1943: generalização da guerra – equilíbrio de forças.
- 3.ª fase – 1943-1945: contra-ofensiva e vitória dos Aliados.

1.ª Fase – 1931-1941 – Guerra-relâmpago – vitória dos países do Eixo Roma-Berlim

A Alemanha invadiu a Polónia, em Setembro de 1939, utilizando uma tática de invasão-relâmpago – *Blitzkrieg* – em que os bombardeiros, em voo picado, atacavam cidades e caminhos-de-ferro, sendo logo seguidos por colunas de tanques.

Na frente ocidental, a Inglaterra e a França encaravam a defesa, mas preparando-se para uma guerra clássica, sem blindados e quase sem aviação. A Inglaterra contava com uma vantagem estratégica, a de ser uma ilha difícil de invadir, enquanto a França confiava na sua poderosa linha defensiva – a linha Maginot.



190. A Europa e o domínio nazi: ofensivas alemãs de 1939 a 1941.

Virando-se para a Grã-Bretanha, Hitler, mesmo não pensando em conquistá-la, não a poupou, pelo que o território inglês foi massacrado pelos bombardeamentos da *Luftwaffe*, a força aérea alemã, de Agosto de 1940 a Junho de 1941, o que provocou a morte a cerca de 20 mil ingleses e destruiu as cidades portuárias e centros industriais em grande escala.

Começou-se, nesta altura, a distinguir a força aérea inglesa, a célebre RAF, que preparou verdadeiros raids ao território ocupado pelos nazis para destruir vias de comunicação, cidades portuárias, fábricas e outros lugares vitais para o poderio nazi.

A par da Batalha de Inglaterra, desenvolvia-se a Batalha do Atlântico, na qual os alemães tentavam cortar o abastecimento de géneros vitais à Inglaterra através da acção ofensiva de submarinos.

A Itália, com o objectivo de ocupar o canal de Suez e de impedir o contacto da Inglaterra com as suas colónias, a fim de se abastecer, iniciou, em Setembro de 1940, uma campanha no Norte de África, que acabou por ser um “desaire” militar.

Ao invadir a Grécia, o exército italiano foi igualmente vencido, o que fez com que a Alemanha tivesse intervindo em auxílio dos italianos, conquistando a Jugoslávia e a Grécia. A Inglaterra procurou auxiliar a Grécia com os seus homens, mas foi batida pelos alemães em Maio de 1941.



191. Batalhas do Pacífico.

192. Discurso de Winston Churchill.

Apesar de vastas extensões de terras na Europa vários e estados antigos e famosos terem caído ou estarem prestes a cair, nós não fraquejaremos. Iremos até ao fim.

Batermo-nos-emos em França, batermo-nos-emos nos mares e nos oceanos, como nos bateremos cada vez com mais segurança e mais força no ar, defenderemos a nossa ilha, custe o que custar.

Churchill, *Discurso na Câmara dos comuns*, 1940

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Explica qual o objectivo ou finalidade do discurso de Churchill.

No fim desta fase, a Alemanha surgia vitoriosa e senhora de parte da Europa, enquanto a Inglaterra se apresentava isolada, frente a um inimigo verdadeiramente poderoso que dominava toda a Europa Central.

A partir desta altura destacam-se dois homens que vão marcar toda esta guerra:

- *Winston Churchill* – o primeiro-ministro inglês, desde Maio de 1940;
- *General De Gaulle* – o líder da resistência francesa, que em Londres presidia ao Comité Francês de Libertação Nacional.

2.ª Fase – 1941-1942 – Generalização da guerra – equilíbrio de forças

Nesta 2.ª fase, a guerra vai desenvolver-se em grandes movimentos militares e em violentas batalhas na Europa, no Norte de África e na URSS.

Apesar do rumo desfavorável que a guerra assumia, os Aliados vão ver a situação equilibrar-se devido:

- à entrada dos Estados Unidos da América na guerra, em consequência do ataque japonês, que veio dar “novo sangue” aos Aliados;
- à guerra germano-soviética, que fez com que os alemães tivessem de dividir os seus exércitos para uma nova frente.

Arrastando dificuldades na guerra contra a China, mas, no entanto, querendo conquistar um império no Pacífico Meridional e ter acesso ao estanho e à borracha da Malásia e ao petróleo das Índias Holandesas, no dia 7 de Dezembro de 1941, sem prévia declaração de guerra, os japoneses atacaram Pearl Harbor.

Neste ataque, os japoneses destruíram a frota naval americana que se encontrava situada no porto-base norte-americano de Pearl Harbor, no Havai, causando milhares de mortos americanos.

Este facto levou os americanos a declararem guerra aos japoneses, levando por arrastamento outros países como o Brasil e o México.

Após este ataque, o Japão apoderou-se de bases militares e regiões estratégicas, tais como Guam, Filipinas, Indonésia, Malásia e Hong-Kong.



193. Órfão junto à sua casa destruída, na Bielorrússia (1941).

194. Hitler: ataque à Rússia.

Numa carta dirigida a Mussolini, em 21 de Junho de 1941, Hitler justificou o ataque à União Soviética:

Não temos possibilidades de eliminar a América. Mas está ao nosso alcance excluir a Rússia. A eliminação da Rússia significa, ao mesmo tempo, um imenso alívio para o Japão na Ásia Oriental e, como consequência, a possibilidade de uma ameaça mais forte às actividades americanas, por meio de uma intervenção japonesa...

EXPLORO OS DOCUMENTOS

1. Como é que Hitler justifica o seu ataque à Rússia?



195. Tropas do general Rommel depois da captura na Batalha do Deserto em 1941.

Os Aliados perdiam assim todas as fontes de abastecimento no Pacífico, pois estas regiões eram os centros produtores de borracha, petróleo e estanho, matérias-primas fundamentais.

Por outro lado, Hitler estava consciente de que, para vencer a Inglaterra, teria de se apoderar do petróleo e do manganês russo e que era muito perigoso manter os exércitos soviéticos estacionados muito próximos das fronteiras alemãs. Estavam reunidos os motivos para a invasão alemã à Rússia.

Assim, através da Operação Barba Ruiva, em Junho de 1941, a União Soviética foi invadida. Leninegrado foi cercada, mas Moscovo resistiu à ocupação.

Mas, tal como acontecera com Napoleão Bonaparte aquando das suas campanhas, mais uma vez o frio e a tática de “Terra Queimada” fizeram parar o invasor.

Além do frio e desta tática, devemos destacar como causas para este “desaire militar” dos alemães:

- o menosprezo dos alemães quanto ao valor e às capacidades das tropas soviéticas;
- a estratégia russa, que atraía os alemães para longe dos centros de abastecimento, o que lhes dificultou a capacidade de manobra e deu aos russos possibilidade de realizarem contra-ataques;
- o erro tático alemão que diluiu os seus exércitos por uma fronteira de cerca de três mil quilómetros;
- o frio, a fome e a desmoralização do exército alemão face a um exército de homens bem apetrechados e habituados ao território que pisavam.

Noutra frente de combate na África, as divisões alemãs do *Africa Korps*, comandadas pelo general Rommel, conhecido como a “Raposa do Deserto”, desembarcaram no Norte de África e dirigiram uma ofensiva contra o Egipto, em Agosto de 1942, com a intenção de cortar as ligações da Inglaterra com o seu Império e, ao mesmo tempo, prejudicando ainda mais a Europa aliada.

3.ª fase – 1942-1945 – contra-ofensiva e vitória dos Aliados

A partir de 1942, mais precisamente na Primavera desse ano, a guerra vai entrar numa fase decisiva para as forças aliadas, levando à contra-ofensiva e, finalmente, à sua vitória.

Entre os factos mais importantes deste período destacam-se os seguintes:

- o abandono de África pelas forças do Eixo, em Maio de 1943, devido em parte às vitórias do general inglês Montgomery em el-Alamein, no Egipto, em Outubro de 1942;
- o desembarque americano chefiado, por Eisenhower, em Marrocos e na Tunísia, nos finais de 1942. A partir desta altura estava aberto o caminho das tropas aliadas para a Itália, o que irá levar à queda de Mussolini, em Setembro de 1943, substituído pelo marechal Badoglio;



196. Soldados russos festejam a tomada de Berlim erguendo uma bandeira no topo do Reichstag, sobre a cidade destruída por ataques dos Aliados.

197. Os Aliados puseram em execução a sua invasão da Europa.

Uma ofensiva aérea de um mês precedeu a invasão e teve como alvo as redes de transporte francesas, para impedir que os defensores recebessem reforços rapidamente quando os Aliados desembarcaram na Normandia [...]. Paris foi libertada a 25 de Agosto e Bruxelas uma semana mais tarde.

Robin Cross, "Guerra e Conflitos", in *O século do povo*, Ediclube, 1997

EXPLORO O DOCUMENTO

1. O que significou o desembarque na Normandia (Dia D)?

- a derrota das tropas nazis na frente russa, em Fevereiro de 1943, em Estalinegrado, deixando cerca de 300 mil mortos no campo de batalha;
- na guerra do Pacífico, derrota dos japoneses pelos americanos nas batalhas do mar do Coral e de Midway.

Assim, sentindo-se cada vez mais apertado no cerco e começando a perder os seus aliados o Eixo, com a derrota da Itália fascista e as derrotas japonesas, Hitler utilizou a sua última grande arma contra a Grã-Bretanha: as "bombas voadoras" V1 e V2, engenhos teleguiados que atingiram Londres a partir das costas francesas e alemãs.

No entanto, em 6 de Junho de 1944, a "segunda frente" ficou aberta com o desembarque na Normandia de um corpo expedicionário aliado de 156 mil homens e o seu armamento, dirigidos pelos generais Eisenhower e Montgomery, que deram origem ao célebre "Dia D" ou "Dia Mais Longo".

Alguns dias depois, a 15 de Agosto, os Aliados realizaram um novo desembarque, no Sul de França, libertando este país no dia 25 de Agosto, e no dia seguinte o general De Gaulle desceu os Campos Elíseos, numa França libertada.

A Alemanha, que retrocedia em todas as frentes, tentou ainda uma contra-ofensiva, procurando atingir Anvers pelas Ardenas e pela Alsácia, no mês de Dezembro de 1944, tentativa essa que saiu fracassada.

A ofensiva final dos Aliados iniciou-se em Fevereiro de 1945, quando os exércitos formados por norte-americanos, britânicos e franceses atingiram a linha Siegfried, no território germânico, ocupando Hamburgo e Munique.

Ao mesmo tempo os russos avançaram até Berlim, que caiu em suas mãos em Maio de 1945, tendo sido assinada a rendição incondicional em Reims dias depois, no quartel-general de Eisenhower, com a presença do general Jodl e do almirante Von Friedeburg. Terminava assim o "pesadelo nazi".



198. O desembarque na Normandia (Dia D), 6 de Junho de 1944.

199. A vitória dos Aliados.

Nessa noite houve delirantes festejos nas cidades das nações vitoriosas. Milhões de pessoas dançavam, aclamavam e desfilavam pelas ruas entre a algazarra ensurdecadora das buzinas e das sirenes. Os mais circunspectos congregavam-se nas igrejas no dia seguinte para agradecer a Deus o fim da terrível provação. E razão de sobra tinham para isso, pois a mais ruínosa, a mais brutal e a mais arbitrária das guerras havia passado à história. Era o fim da II Guerra Mundial.

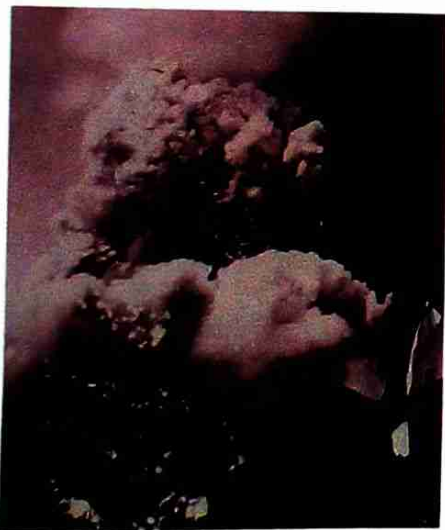
Edward Burns, *História da Civilização Ocidental*, p. 955

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Explica por que razão as pessoas festejaram.



200. A cidade alemã de Colónia no fim da guerra. Repare-se na catedral intacta entre as ruínas da cidade destruída.



201. Nuvem atômica sobre Hiroxima em 6 de Agosto de 1945.



202. A cidade de Hiroxima após o lançamento da bomba atômica a 6 de Agosto de 1945.

Mas a guerra continuava no Pacífico, ainda que a esquadra americana afirmasse a sua supremacia. Foram necessários mais três meses para que se conseguisse terminar a guerra no Extremo Oriente. Em Julho de 1945, os chefes do governo dos EUA, da Inglaterra e da China, respectivamente, Truman, Churchill e Chiang Kai-Chek, apelaram em conjunto para a rendição do Japão.

Mas o império nipónico referiu que nunca podia ceder e portanto iria até ao último dos seus homens se isso fosse necessário. Os japoneses continuavam com a guerra através dos seus “pilotos-suicidas” – kamikazes – que se lançavam sobre os navios com a bandeira do “sol nascente” na testa.

Foi neste contexto que o presidente Truman, no desejo de acabar a guerra o mais depressa possível, e para evitar mais mortes norte-americanas, ordenou a utilização da bomba atômica. A bomba atômica foi lançada sobre a cidade japonesa de Hiroxima, no dia 6 de Agosto de 1945, e, três dias depois, uma segunda bomba atômica sobre a cidade de Nagasáqui.

Estas bombas atômicas causaram a destruição das duas cidades e mais de cem mil vítimas no momento da explosão, número esse que aumentou para 250 mil, no caso de Hiroxima, nos períodos seguintes.

Perante esta carnificina, o governo japonês aceitou render-se na madrugada de 14 de Agosto de 1945, assinando oficialmente a capitulação em 2 de Setembro de 1945, a bordo do couraçado “Missouri”, ancorado na baía do Tóquio, na presença do general MacArthur, comandante supremo das forças armadas americanas.

Terminava a 2.ª Guerra Mundial, mas para trás ficavam seis anos de mortes e de devastação na Europa e no Mundo – foram cerca de 55 milhões de mortos, 35 milhões de feridos e 3 milhões de desaparecidos.

Afastado o perigo nazi-fascista, chega a hora do balanço. Perante uma Europa esgotada e destruída como nunca, emergem na cena da História os dois grandes vencedores, os EUA e a URSS, separados por profundas divergências ideológicas e políticas, que comandarão, nas décadas seguintes, os destinos de um mundo bipolar.

3.1.5. A participação de África na 2.ª Guerra Mundial

Embora seja impossível fazer uma estimativa dos milhões de africanos que contribuíram indirectamente para o esforço de guerra, um considerável número de africanos foi incorporado directamente em unidades militares.

Tradicionalmente, o recrutamento tinha sido muito elevado nas colónias francesas, zona que já tivera um elevado contributo durante a 1.ª Guerra Mundial e que tinha recrutamentos anuais de cerca de 10 mil homens ao longo do período entre as duas guerras.

Desde a eclosão do conflito armado, em 1 de Setembro de 1939, até à queda da França, em Junho de 1940, na África Ocidental francesa foram mobilizados cerca de 100 mil homens, três quartos dos quais já se encontravam em França ou a caminho do teatro de guerra europeu.

E quando se produziu o armistício, em Junho de 1940, entre a França e a Alemanha, foram dados como desaparecidos 24 270 soldados africanos nas fileiras francesas, dos quais cerca de 15 mil tinham passado a ser prisioneiros de guerra.

Entretanto, o governo da França acelerou o recrutamento da população com destino ao esforço de guerra e entre os anos de 1943 e 1945 marcharam para a frente de combate cerca de 100 mil africanos.

O Corno de África, na Etiópia, constituiu um outro importante teatro de operações. Nesta zona, vários contingentes de unidades europeias e africanas, provenientes das zonas ocidental, oriental, e central da África britânica e da África do Sul, algumas unidades francesas e uma força simbólica do Congo Belga participaram numa longa e vitoriosa campanha aliada.

Enquanto isso, na África portuguesa não foi mobilizado nenhum soldado para a 2.ª Guerra Mundial. Na realidade, na África subsariana, não houve episódios bélicos, tendo-se verificado apenas a participação de alguns sul-africanos.

Entretanto, as barreiras raciais que se verificavam no território sul-africano, impediam o uso de armas aos que não fossem de raça branca apesar de perto de 225 mil homens não brancos, principalmente asiáticos e mulatos, terem actuado no Corno de África, no Mediterrâneo e em Madagáscar. Assim, os africanos desta região austral de África fizeram a sua primeira participação na 2.ª Guerra Mundial em 1940, quando as autoridades coloniais do Congo Belga participaram na guerra ao lado dos britânicos. E, de Novembro de 1943 a Setembro de 1945, vários contingentes de tropas africanas lutaram do lado britânico contra os japoneses, na selva, nas condições mais inóspitas que se possam imaginar.

Na Birmânia, apenas em cinco meses de combates, uma divisão da África Oriental britânica perdeu 233 homens e 976 ficaram feridos, e as baixas das divisões africanas ocidentais ascenderam a 494 mortos e 1417 feridos.

Por outro lado, o papel da África como linha de fornecimento vital e fonte de materiais estratégicos foi tão importante como o serviço militar que prestou. A 2.ª Guerra Mundial, com efeito, acelerou consideravelmente o desenvolvimento dos transportes e, por consequência, algumas cidades africanas transformaram-se em enclaves cruciais.

Em datas tão precoces como 1940, Lagos, na Nigéria, tinha-se tornado numa importante base de abastecimentos, e o mesmo sucedeu com Freetown (Serra Leoa) e Monróvia-Robertsfield (Libéria).

3.1.6. O fim da 2.ª Guerra Mundial e as suas consequências

A derrota da Alemanha

A entrada dos EUA permitiu um aumento do poder militar dos Aliados, contribuindo para a derrota das forças do Eixo. A Alemanha foi obrigada a entregar Paris, a Bélgica e a Holanda.



203. A cidade de Dresden em ruínas.

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Lê a expressão sublinhada no texto. Explica porque é que T. Junge se sente culpada.



205. Execução colectiva de judeus na Rússia ocupada em 1942.

Nacionalidades	Militares	TOTAIS (civis e militares)
Franceses	250 000	610 000
Inglêses	350 000	410 000
Alemães	4 000 000	7 000 000
Italianos	330 000	415 000
Polacos	120 000	5 420 000
Russos	13 600 000	21 100 000
Outros Europeus	1 020 000	4 720 000
Norte-americanos	250 000	250 000
Canadianos	42 000	42 000
Japoneses	1 700 000	2 060 000
Chineses	3 500 000	13 500 000
TOTAL	25 162 000	55 527 000

206. Perdas humanas em países afectados pela 2.ª Guerra Mundial.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Genocídio: destruição deliberada e sistemática de um povo. O termo foi fixado e perdura como imagem essencial em relação ao extermínio perpetrado contra os judeus durante a 2.ª Guerra Mundial.

204. Os últimos momentos de Hitler.

Em Abril de 1945, num bunker de Berlim, Adolf Hitler ditou o testamento a Trauld Junge, a sua secretária. Pouco depois, tendo casado com a sua companheira de longa data, Eva Braun, o ditador suicidava-se. [...] o realizador Othmar Schmiderer fixa as memórias que esta mulher, hoje com 82 anos, guarda dos últimos momentos daquele a quem o cineasta André Heller chama "O maior serial killer da História".

"Quanto mais vivo, quanto mais velha me torno, maior é o meu sentimento de culpa", conta Junge no filme de hora e meia, gravado no seu apartamento de Munique. [...]

Jornal PÚBLICO, 5 de Fevereiro de 2002

Durante o Verão de 1944, os Aliados libertaram todo o seu território da dominação alemã, ocuparam a Polónia, impuseram à Roménia a assinatura de um armistício e libertaram a Hungria.

Tanto a Oeste como a Leste, entre finais desse ano, a Alemanha tentou, em vão, reconstituir as suas frentes de ataque, mas as ofensivas dos Aliados e da URSS rapidamente diminuíram o espaço de manobra das suas tropas.

A 25 de Abril de 1945, a capital alemã foi cercada pelas tropas soviéticas, Hitler suicidou-se a 30 de Abril e a cidade de Berlim rendeu-se a 2 de Maio.

Em Maio de 1945, o marechal Keitel assinava a capitulação da Alemanha sem qualquer condição e o território passou a estar sob o comando directo dos americanos, dos ingleses, franceses e dos soviéticos; deixava, portanto, de haver o Estado alemão.

Consequências da 2.ª Guerra Mundial

Os custos da 2.ª Guerra Mundial foram incalculáveis, não só pelas perdas humanas e danos morais que provocou, mas também pelas destruições materiais.

Entretanto, podemos sintetizar as consequências desta guerra da seguinte maneira:

- **Demográficas**

Quanto aos custos humanos, destaca-se o significativo número de vítimas, na sua maioria civis. Feito o balanço, entre militares e civis, houve perto de 60 milhões de mortos e um número incalculável de feridos, mutilados e desaparecidos.

Por um lado, essas perdas decorreram, sobretudo, dos violentos combates (com recurso a meios terrestres, aéreos e navios), dos massacres de reféns e das populações das cidades inteiras.

Também o racionamento e as pilhagens dos países ocupados e o recrudescimento de doenças como a tuberculose contribuíram para o aumento das vítimas mortais.

Por outro lado, entre perdas humanas também se contabiliza a morte, organizada sistematicamente, de opressores ao nazismo em campos de concentração e de pessoas que eram consideradas inferiores (como judeus e ciganos).

Entretanto, importa referir que essas perdas humanas são incalculáveis e mesmo estimativas aproximadas se mostram imprecisas, pois a guerra (ao contrário da 1.ª Guerra Mundial) matou tão prontamente civis como militares, e grande parte das mortes deu-se em regiões ou momentos em que não foi possível apurar nem calcular o número de baixas ocorridas.

Destas perdas humanas, muitos não eram militares, mas sim civis vítimas dos bombardeamentos aéreos e das deportações. A nação com mais mortos foi a Rússia, com 21 100 000, seguida da China, com 13 500 000 mortos.

A vertente mais dramática dos horrores cometidos foi contra o povo judeu, um verdadeiro genocídio que a Alemanha iniciara a partir de 1941, como forma de alcançar a "solução final" ou o holocausto, o extermínio total dos judeus. Cerca de 6 milhões de judeus perderam a vida após terem sido presos em campos de concentração, como Auschwitz, na Polónia, onde eram obrigados a trabalhos forçados e mortos em câmaras de gás, para, por fim, os seus cadáveres desaparecerem nos fornos crematórios.

O lançamento das bombas atômicas sobre o Japão provocou perto de 500 mil mortos, mais de 90% civis, e comprometeu o futuro dessas cidades, uma vez que a radioactividade contaminou rios, plantações, lagos e pessoas. Elas deixaram marcas físicas e psicológicas sobre todas aquelas populações, marcas que iriam perdurar por muito tempo.

• Económicas

No que respeita às perdas materiais, estas também foram significativas, devido à violência dos combates terrestres e aos bombardeamentos aéreos. Assim, 70% das cidades alemãs foram arrasadas. Também foram destruídos total ou parcialmente, por grande parte da Europa, vias de comunicação e de transporte e instalações industriais.

Por toda parte, salvo nos EUA, a produção decaiu, arruinando a economia. As dívidas aumentaram significativamente.

Tal como aconteceu com a 1.ª Guerra Mundial, os EUA saíram enriquecidos, enquanto a Europa saiu empobrecida, pois sofreu destruições e danos materiais, alguns irreparáveis: cidades inteiras arrasadas, vias de comunicação, infra-estruturas e indústrias destruídas; faltavam alimentos e combustíveis, mesmo depois da guerra.

Como qualquer conflito, esta guerra trouxe uma evolução técnica acentuada, sobretudo, no campo da metalurgia e da química.

No entanto, também houve benefícios, sobretudo, para os países afastados dos campos de batalhas, que eram os fornecedores dos



207. Família inglesa desalojada (1942).

produtos agrícolas, de armamento e de crédito. Os EUA chegaram a duplicar a sua produção.

Em termos financeiros, cerca de mil biliões de dólares foram gastos com a guerra; ao mesmo tempo, a capacidade produtiva resultante de perdas de vidas humanas sofreu um decréscimo na ordem dos 250 a 400 biliões de dólares. A Europa, em ruínas, tinha, entretanto, e tal como aconteceu após a 1.ª Guerra Mundial, perdido o poder económico no contexto mundial.

• Sociais

No final da 2.ª Guerra Mundial, grande parte da Europa Central, várias regiões da Ásia e parte de África estavam devastadas e arruinadas.

A devastação atingiu os dois lados da guerra. Países dos Aliados e do Eixo cometeram excessos e sofreram horrores e angústias, dificilmente ultrapassáveis.

A 2.ª Guerra Mundial provocou sérios danos morais sem precedentes. Nunca haviam sido tão desrespeitados os direitos humanos: os direitos internacionais dos prisioneiros não foram respeitados, sendo que muitos deles foram sujeitos a experiências médicas quer por parte dos alemães (SS), nos campos de morte, quer por especialistas japoneses, na Manchúria e ainda na URSS.

Além disso, como resultado das várias destruições das infra-estruturas económicas, tais como indústrias, plantações e outras, verificava-se uma generalizada falta de emprego, contínuos tumultos e greves sem soluções a vista em quase todos os países participantes na guerra, sobretudo, os da Europa Ocidental.

• Políticas

As consequências políticas foram, sem dúvidas, das mais significativas, pois um novo mundo nasceu a seguir a este conflito: a afirmação dos EUA e da URSS como superpotências, enquanto a França e a Grã-Bretanha estavam devastadas e a Alemanha esmagada. Com efeito, a Europa ficou dividida em dois mundos completamente diferentes: de um lado, as democracias capitalistas ocidentais, lideradas pelos EUA, e, do outro, o bloco socialista, liderado pela URSS.

Surgiu um novo mapa político, pois, para além dos dois blocos, entre si antagónicos, surgem muitos países emancipados do colonialismo, que passaram a designar-se de países do “Terceiro Mundo”, ou seja, nações que não se identificavam com qualquer dos blocos (capitalista ou socialista) e que estavam em vias de desenvolvimento.

Deu-se a proclamação e a constituição de uma organização de índole internacional com vista a garantir o equilíbrio mundial: a Organização das Nações Unidas (ONU).

Foi uma derrota para os regimes totalitários, como o nazismo e o fascismo. Por outro lado, desenvolveram-se na teoria e na prática as ideologias socialista e social-democrata.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Desnazificação: política destinada a afastar dos cargos políticos e de responsabilidade os indivíduos que os ocupavam, durante o regime nazi, na Alemanha e na Áustria.



208. A Europa do pós-guerra: uma Europa dividida

• Conferência de Ialta

Após o fim do conflito, apesar das divergências ideológicas, houve a necessidade de se formar um organismo internacional que pudesse manter a paz e a segurança internacionais, nos moldes da SDN.

Foi assim que, entre 4 e 11 de Fevereiro de 1945, Roosevelt, Estaline e Churchill reuniram-se em Ialta, nas margens do mar Negro, com o objectivo de estabelecerem as regras que deviam sustentar a nova ordem internacional do período pós-guerra. E, num clima de cooperação, cordialidade e “confiança”, definiram-se alguns acordos:

- Definiram-se as fronteiras da Polónia, ponto de discórdia entre os ocidentais (que não esqueciam ter sido a violação das fronteiras polacas a causa imediata da guerra) e os soviéticos (que não desistiam de ocupar a parte oriental do país);
- Estabeleceu-se a divisão provisória da Alemanha em quatro áreas de ocupação, geridas pelas três potências conferencistas e pela França, sob a coordenação de um conselho aliado;
- Decidiu-se a reunião, num futuro próximo, da conferência preparatória da Organização das Nações Unidas (ONU);
- Estipulou-se o supervisionamento dos “três grandes” na futura constituição dos governos dos países de Leste (ocupados pelo Eixo), com base no respeito pela vontade política das populações;
- Estabeleceu-se a quantia de 20 000 milhões de dólares, proposta por Estaline, como base das reparações da guerra a pagar pela Alemanha.

• Conferência de Potsdam

Entre 17 de Julho e 2 de Agosto de 1945, reuniram-se em Potsdam, junto de Berlim, Estaline, Clement Attlee – sucessor de Churchill – e Truman – sucessor de Roosevelt, com o fim de consolidar os alicerces da paz.

De referir que a Conferência de Potsdam decorreu num clima bem mais tenso do que o de Ialta, com o renascimento das desconfianças face ao regime comunista que Estaline representava.

Assim, a Conferência acabou por ratificar e pormenorizar medidas acordadas em Ialta:

- Desnazificação, desmilitarização e democratização da Alemanha;
- Proibição do serviço militar obrigatório na Alemanha;
- Desarmamento militar, económico e político da Alemanha e dissolução de todas as forças armadas alemãs, com vista ao aniquilamento do militarismo e do fascismo alemães;
- Destruição das indústrias bélicas alemãs e de seus aliados;
- Obrigação de reparação monetária e em bens de todas as destruições causadas pela Alemanha;
- Criação de um Tribunal Internacional para julgar os grandes criminosos de guerra e os seus actos (Tribunal Militar de Nuremberga);
- Transformação dos antigos *trusts* militarizados em corporações civis;

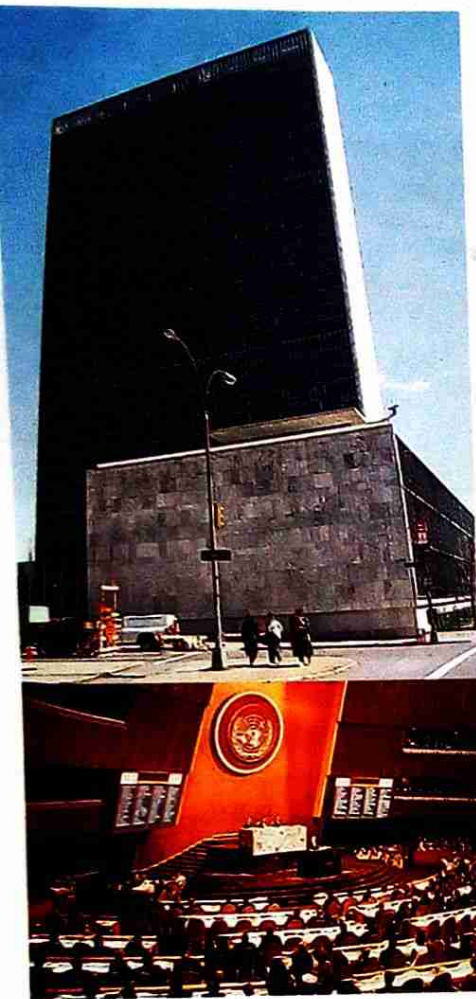


209. Churchill, Roosevelt e Estaline na Conferência de Ialta, em Fevereiro de 1945.



210. Conferência de Potsdam.

Nesta conferência estiveram presentes Harry Truman, pelos EUA (sucessor de Roosevelt, que entretanto falecera), Winston Churchill, pela Inglaterra (substituído no final da conferência por Clement Attlee, novo primeiro-ministro inglês), e José Estaline, pela URSS.



211. Edifício-sede da ONU, em Nova Iorque, e sala de reunião da Assembleia-Geral da ONU.

- Ajuda das três potências à instauração de regimes democráticos nos povos libertados da tirania nazi e cedência de apoio económico;
- Divisão, ocupação e desnazificação da Áustria, em moldes semelhantes aos estabelecidos para a Alemanha.

Com efeito, nos anos que se seguiram, o clima de tensão que marcou a reunião de Potsdam não se desvaneceu; pelo contrário, o afastamento entre os Aliados acentuou-se, até se transformar num profundo antagonismo político-militar.

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU)

• Criação da ONU

A ideia de criação de uma organização internacional que pudesse zelar pela paz e pela segurança ressurgiu, não obstante o facto de a Sociedade das Nações (SDN) se ter revelado incapaz de manter a paz conforme tinha sido estipulado no Tratado de Versalhes.

Assim, no mesmo espírito universalista que animava o presidente Wilson no fim da 1.ª Guerra Mundial, Franklin Roosevelt pugnou pela criação de um novo organismo de carácter universalista e mais consistente, baptizado por ele com o nome de Organização das Nações Unidas.

O projecto foi primeiramente acordado na Conferência de Teerão, em 1943, e posteriormente ratificado em Ialta, onde se redigiu e aprovou a Carta fundadora das Nações Unidas.

Iniciada no dia 25 de Abril de 1945, na Cidade de São Francisco, a Conferência contou com delegados provenientes de 51 nações, os quais afirmaram a sua vontade conjunta de manter a paz e a cooperação internacionais.

• Propósitos fundamentais da ONU

A ONU foi criada com o fim de:

- Manter a paz e reprimir os actos de agressão, utilizando, tanto quanto possível, meios pacíficos;
- Desenvolver relações de amizade entre os países do mundo, baseadas na igualdade entre os povos e no seu direito à autodeterminação;
- Desenvolver a cooperação internacional no âmbito económico, social e cultural e promover a defesa dos Direitos Humanos;
- Funcionar como centro harmonizador das acções tomadas para alcançar todos os propósitos tomados.

• Estrutura de funcionamento da ONU

A Carta das Nações Unidas definiu também, no seu artigo 7.º, os órgãos de funcionamento da instituição:

- Assembleia-Geral – formada por 192 membros, ou seja, pela generalidade dos estados-membros, cada um com direito a um voto, e que funciona como um parlamento mundial, Reúne ordinariamente entre Setembro e Dezembro e tem a função de discutir e deliberar todas as questões que caibam no âmbito da Carta, fazendo

EXERCÍCIOS

1. Diferencia os tratados de paz de Ialta e de Potsdam quanto aos objectivos.
2. Apresenta dois principais objectivos da Organização das Nações Unidas.
3. Faz uma análise crítica sobre o alcance dos objectivos da ONU na actualidade.

recomendações a seu respeito. Não tem poder jurídico para obrigar os governos a agir ou não, mas a sua recomendação tem grande moralidade, pois exprime a opinião mundial.

- Conselho de Segurança – composto por 15 membros, cinco dos quais permanentes e com direito de veto (EUA, União Soviética, Reino Unido, França e República Popular da China) e 10 periódicos, eleitos em cada dois anos pela Assembleia-Geral. Segundo a Carta, o Conselho de Segurança é o órgão directamente responsável pela manutenção de paz e segurança internacionais, emissão de recomendações aos estados em litígio para a solução pacífica dos conflitos e, em caso de ameaça à paz ou actos de agressão, tomar decisões que possam envolver o emprego das forças armadas.
- Conselho Económico e Social – compreende 54 países eleitos por três anos pela Assembleia-Geral. Este órgão coordena ou promove as actividades de índoles económicas, sociais e culturais desenvolvidas entre as nações. E, para tal, pode criar comissões especializadas e outros órgãos específicos, fazer recomendações à Assembleia-Geral e desenvolver actividades relativas ao comércio internacional, à industrialização, aos recursos naturais, etc. De referir que, pela sua importância e pela abrangência das estruturas sob a sua tutela, o Conselho Económico e Social é um dos órgãos mais importantes e activos da ONU;
- Conselho de Tutela ou Conselho de Administração Fiduciária – é um órgão composto por 5 membros permanentes e foi criado com o fim principal de administrar os territórios que outrora se encontravam sob a alçada da SDN até à evolução progressiva para a autonomia e independência. O principal objectivo do Conselho era o de promover o progressivo desenvolvimento dos territórios (ex-colónias). Este órgão cessou o seu funcionamento permanente em 1994, com a independência do Palau, o último território à guarda do Conselho de Tutela.
- Tribunal Internacional de Justiça – órgão máximo de justiça internacional, sito em Haia (Holanda), formado por 15 juízes, magistrados e independentes, eleitos por nove anos pela Assembleia-Geral e pelo Conselho de Segurança de uma lista de pessoas apresentada pelo grupo nacional. Durante o mandato, os membros do Tribunal Internacional de Justiça não podem exercer nenhuma função política ou administrativa.
- Secretariado-Geral – liderado pelo secretário-geral das Nações Unidas, eleito pela Assembleia, por proposta do Conselho de Segurança. No seu mandato de cinco anos (que pode ser renovado) cabe ao secretário-geral tomar parte (sem direito a voto) nas reuniões do Conselho de Segurança, coordenar o funcionamento burocrático da Organização e, sobretudo, disponibilizar os seus “bons serviços” diplomáticos como mediador nas questões mais delicadas. O secretário-geral representa a ONU e, com ela, todos os povos do mundo.

212. Os secretários-gerais da ONU desde a sua fundação.



A. Trygve Lie (Noruega) em funções de 1946 a 1953
 B. Dag Hammarskjöld (Suécia) (1953 a 1961)
 C. Sithu U. Thant (Birmânia, actual Myanmar), de 1961 a 1971
 D. Kurt Waldheim (Áustria) (1972 a 1981)
 E. Javier Perez de Cuellar (Peru), de 1982 a 1991
 F. Butros Ghali (Egipto) (1992 a 1996)
 G. Kofi Annan (Gana) (1997 a 2006)
 H. Ban Ki-moon (Coreia do Sul), a partir de 2007

3

3.2. O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Contextualizando

A resistência à ocupação estrangeira e, sobretudo, imperialista foi grandemente abalada nos finais do século XIX e inícios do século XX. No entanto, novas formas de resistência contra a presença e dominação coloniais começaram a ganhar novo campo e novos contornos a partir dos meados do século XX. Assim, esta resistência contínua e secular reorganizou-se e transformou-se em movimentos nacionalistas que procuravam acabar definitivamente com a ocupação colonial e obter a independência dos respectivos países.

Tais movimentos verificaram-se em todos os continentes onde a colonização se fez sentir, nomeadamente, na Ásia, na América Latina e na África.

3.2.1. O exemplo do MLN na Ásia

O caso da Índia

213. A independência da Índia.

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Que tipo de luta se privilegia no texto e qual é condenada?
2. Quem foi o principal defensor do tipo de luta preconizado no texto?

O Comité do Congresso Nacional Indiano reitera veementemente a exigência da retirada do poder britânico da Índia [...]. A liberdade da Índia deve ser o símbolo e o prelúdio da liberdade de todas as outras nações asiáticas sob o domínio estrangeiro [...].

Para a defesa do direito inalienável da Índia à liberdade e independência, o comité decide sancionar uma luta de massas, de carácter não violento na maior escala possível.

Resolução "Quit Índia" tomada pelo Congresso Nacional Indiano, 7 de Agosto de 1942

A Índia, então dominada pela Inglaterra, desencadeou a sua resistência através do Congresso Nacional Indiano (INC) de Mahatma Gandhi.

O precursor do movimento de independência indiana privilegiou a luta não-violenta, através de greves e sabotagens, cujo ponto máximo se atingiu com o boicote ao consumo de manufacturas inglesas privilegiando-se os tecidos rústicos de algodão produzidos localmente pelos indianos. Esta atitude valeu a Gandhi a prisão entre 1922-1924.

Iniciado o processo de independência da Índia, e antes da retirada inglesa, desencadeou-se a guerra étnico-religiosa entre os muçulmanos e os hindus, que acabou por dividir o país em três partes: a União Indiana, essencialmente hinduísta, sob o governo do primeiro-ministro Jawaharlal Nehru, e o Paquistão, muçulmano, que, por sua vez, foi dividido em Paquistão Ocidental e Paquistão Oriental, sob o governo de Ali Jinnah.

A União Indiana ascendeu à independência a 26 de Janeiro de 1947 e, sob a acção de Nehru, tomou um papel activo no processo de libertação de outros povos indianos até então oprimidos; no extremo sul da Índia, na ilha Ceilão, em 1948, formou-se o terceiro estado autónomo, designado Sri Lanka, de maioria budista, e, em 1971, o Paquistão Oriental desmembrou-se e formou a República do Bangladesh.

Nehru, que liderou a Índia após a morte de Gandhi, criou, juntamente com Ahmed Sukarno, Gamal Abda el-Nasser e Tito, o conceito de não-alinhamento; mais ainda, elaborou, para o seu país, uma política de desenvolvimento baseada na ideia de que a industrialização traria prosperidade.

Assim, em poucos anos a Índia obteve avanços significativos que lhe permitiram a colocação de satélites no Espaço e detonar, em 1974, a bomba atómica, tornando-se na primeira potência nuclear dos não-alinhados. Entretanto, tal desenvolvimento contrastava com a grande pobreza social em que vivia a maior parte das massas e com a crescente discriminação da mulher, fruto dos princípios religiosos vigentes.

As independências no Médio Oriente

No Médio Oriente, desde o fim da 1.ª Guerra Mundial estava em curso um processo de luta pela independência. No decurso e logo após a 2.ª Guerra Mundial, a Síria, o Líbano e a Jordânia conquistam a independência. Contudo, na Palestina, em 1948, nasce um clima de guerra, com surgimento do estado de Israel. Ainda no Médio Oriente, os ingleses desistiram da influência sobre o Egipto e o Iraque (independentes desde 1922 e 1932, respectivamente). E abandonaram a Transjordânia, em 1946.

A primeira vaga de descolonização, iniciada na Ásia, terminará em 1954. Nesta altura, o mundo árabe, que tinha uma larga tradição histórica e cultural, desenvolveu o processo de libertação.

O caso da China

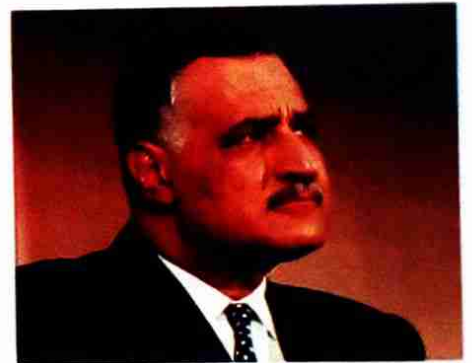
Finda a 2.ª Guerra Mundial, na qual a China esteve em confronto com o Japão, o teórico marxista Mão Tsé-Tung lidera os comunistas numa revolução que iria ser denominada de "Longa Marcha", em confronto com o líder do governo, Chang Kai-Chek, na sequência do afrouxamento das relações entre o Leste e o Oeste.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Não-alinhamento: política dos países que lutaram pela independência e que optaram pela neutralidade em relação ao capitalismo ocidental e ao socialismo soviético.



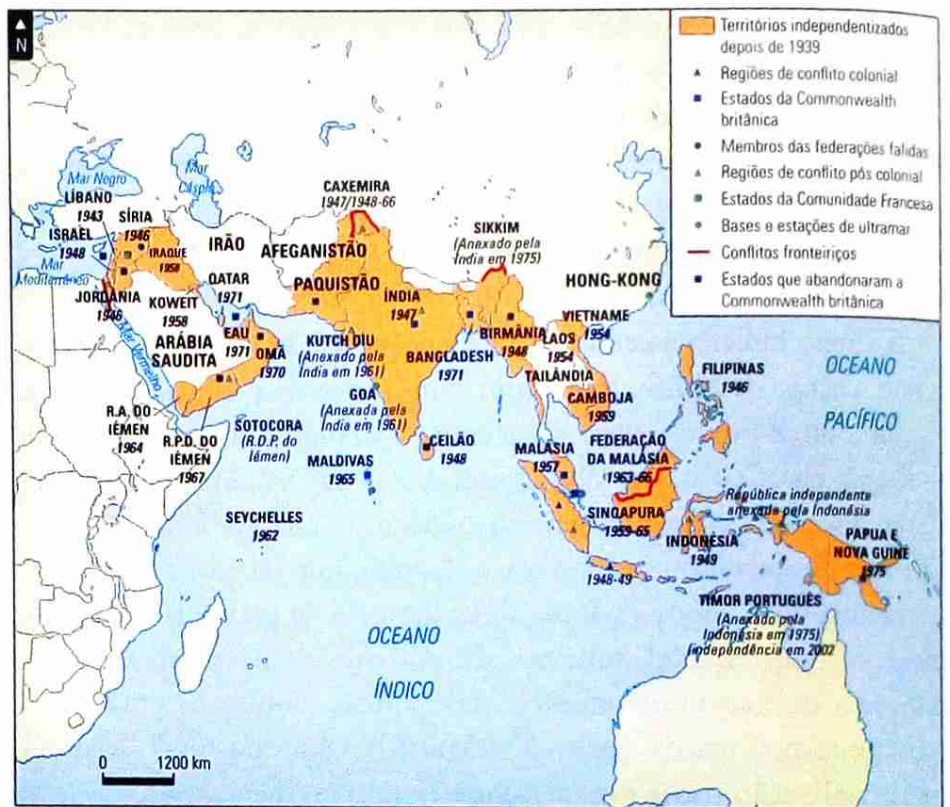
214. Mahatma Gandhi (1859-1948).



215. G. A. Nasser (1918-1970), presidente do Egipto desde 1954 até ao ano da sua morte.

EXERCÍCIOS

1. Refere o movimento e o líder que desencadeou o movimento de libertação da Índia.
2. Qual foi a consequência das lutas étnico-religiosas?
3. Tendo em conta a natureza da política de não-alinhamento, quais os outros países que dela faziam parte?



216. Descolonização do Médio Oriente e da Ásia.



217. Mao Tsé-Tung e a Revolução Socialista chinesa.

Porém, o apoio das massas camponesas permitiu ao Partido Comunista uma vitória sobre os seus rivais, tendo-se, por isso, implantado a República Popular da China, com capital em Pequim e Tsé-Tung na presidência do país. Este dirigiu as reformas da Revolução Socialista, adaptada à realidade chinesa.

A partir daqui, a China desenvolveu grandes reformas na agricultura, tendo os antigos proprietários sido expropriados e a terra entregue aos camponeses, que criaram comunas populares.

A industrialização foi também levada a cabo com a exploração de minérios como o ferro e carvão, que, em muito pouco tempo, permitiu que a industrialização chinesa alcançasse os níveis mundiais. E, com a cooperação da URSS, a China tornou-se numa das potências nucleares do Globo.

A nível ideológico, a Revolução Socialista foi marcada pela Revolução Cultural, que, de 1966 a 1970, enalteceu o culto de personalidade, apresentando Mao Tsé-Tung como o líder do socialismo mundial, facto que levou a grandes e constantes choques com a URSS.

Após a morte de Tsé-Tung, Chiang Ching assumiu o poder e afastou do governo todos os apoiantes daquele; no final da década de 80, a imagem de Mao, antes carismática, quase foi esquecida na China. A meta do novo governo de Ching constituiu nas denominadas “Quatro Modernizações”: economia, defesa, ciência e tecnologia. Desta forma, afluíram para a China capitais estrangeiros, tirando ao Estado o controlo de certas áreas da economia.

Perante a carestia do nível de vida e a necessidade de reformas mais radicais, em 1989, um grupo de estudantes e de académicos ocupou a

EXERCÍCIOS

1. Refere quem foi o líder da Revolução chinesa e a sua principal ideologia.
2. Em que consistia a reforma agrária chinesa?
3. Por que razão a China se confrontou ideologicamente com a URSS?

Praça de Tiananmen (Paz Celestial), exigindo liberdade de expressão e de imprensa e direitos iguais. A repressão policial fez milhares de mortos e causou a rejeição geral um pouco por todo o mundo, tornando visível a faceta repressiva do regime. Como resultado disto, e sob influência das mudanças intituladas *Perestroika* e *Glasnost* levada a efeito de Gorbachev, na URSS o novo governo de Deng Shiao Ping imprimiu mudanças rumo a uma abertura tendente à economia de mercado e, pouco a pouco, o país foi perdendo o controle centralizado da economia do Estado, pese embora tenha mantido uma dura linha comunista.

3.2.2. Exemplos do MLN na América Latina

Os países da América Latina, embora politicamente independentes, desde o século XIX, mantiveram laços de dependência econômica em relação às grandes potências capitalistas mundiais, inicialmente com a Inglaterra e, posteriormente, com os Estados Unidos.

Com efeito, verificava-se, no século XX, a confrontação entre as forças reformistas e nacionalistas e também de extrema-esquerda, contra as forças tradicionais, defensoras da subordinação político-econômica com os grandes centros capitalistas, sobretudo, os Estados Unidos. Era neste contexto que os latino-americanos ansiavam a democratização e a autonomia, tendo mesmo gerado pressões e revoltas no sentido de reformular as estruturas vigentes.

É neste contexto, ditaduras militares e movimentos reformistas, revolucionários e guerrilheiros caracterizavam o quadro político da América Latina no século XX.

O caso do Chile

Após a independência do Chile, em 18 de Setembro de 1818, relativamente a Espanha, José San Martín, coadjuvado por Bernardo O'Higgins, estabeleceu uma república de acordo com os princípios liberais; no entanto, isso não modificou a estrutura social baseada em latifundiários.

Os europeus rapidamente se interessaram pelas riquezas minerais existentes no Chile, provocando desta feita conflitos militares pela sua posse. Nos finais do século XIX, as potências europeias acabaram por se instalar, tomando o controle de todas as riquezas chilenas.

O amplo sistema de educação e de saúde e a crescente industrialização do país levaram ao crescimento da classe operária e da classe média, expresso na vitória dos governos da Frente Popular de Pedro Cerda e Juan Antonio Ríos, entre 1937 e 1946.

Para mudar o cenário de dominação americana em que o Chile se encontrava mergulhado, Salvador Allende, da Unidade Popular, destituiu Eduardo Frei do Partido Democrata-Cristão, que era caracterizado por um espírito reformista limitado e liberal.



218. Salvador Allende (1908-1973).



219. Augusto Pinochet (1915-2006).

EXERCÍCIOS

1. Qual o país que colonizava o Chile?
2. Refere os principais personagens da libertação chilena.



220 Mapa de Cuba.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Doutrina Monroe: política que tinha como lema, "América para os americanos", ou seja, a América não devia ser explorada por outros países (neste caso, europeus) e sim americanos.



221. Fidel Castro, liderando um exército rebelde de 8500 homens e mulheres, dirige-se para Havana, em 1959.



222. Cartaz de Che Guevara. Che tornou-se um mártir e um símbolo da revolução em todo o Mundo.

A inédita "via chilena para o socialismo" nacionalizou, sem indenizações, as minas de cobre e outras 20 empresas estrangeiras, aumentou o salário real dos trabalhadores, aprofundou a reforma agrária, com a introdução da exploração colectiva da terra, e estabilizou a banca e o comércio externo.

Entretanto, num ambiente politicamente tumultuoso provocado pela acção americana, país que pretendia continuar a explorar as riquezas chilenas, a 11 de Setembro de 1973, as forças armadas chilenas, sob o comando do general Augusto Pinochet, bombardearam a sede do governo, o palácio de La Moneda.

Ao assumir o poder, Pinochet estabeleceu a mais repressiva ditadura da América Latina, com mortes, prisões, deportações, entre outras situações. A democratização do país só começou na década de 90, quando tiveram lugar as primeiras eleições presidenciais.

O caso de Cuba

Cuba, colonizada pela Espanha, foi o último país a obter a independência no continente americano. Entretanto, após a libertação dos espanhóis, Cuba ficou submetida a uma outra dominação, desta vez, a dos Estados Unidos da América.

A sua luta de libertação teve início nos meados do século XIX, tendo tomado proporções decisivas em 1895, sob liderança de José Martí, António Maceo e Máximo Gomes. Contudo, os EUA, servindo-se da doutrina Monroe, em 1898, declararam guerra contra a Espanha, intervindo, assim, directamente no processo de libertação da ilha.

E, após a sua independência, sob a política de *Big Stick* ("a grande esticada"), em 1901, os americanos conseguiram incluir na Constituição cubana a Emenda Platt, onde se reconhece aos EUA o direito de intervir em Cuba e de reter uma porção do território, de cerca de dezassete quilómetros quadrados, a baía de Guantánamo. Neste território, os EUA estabeleceram uma poderosa base aeronaval pelo período de 100 anos, ainda hoje conservada.

Os americanos selaram a sua presença em Cuba apoiando governos ditatoriais, tais como os de Gerardo Machado e Fulgêncio Batista. Contudo, em 31 de Dezembro de 1958, Fidel Castro conduziu uma rebelião composta pelos guerrilheiros de Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos.

Como resultado, Cuba conheceu uma segunda independência, neste caso em relação aos EUA, a 1 de Janeiro de 1961. Como consequência, os Estados Unidos, sob liderança de John Kennedy, tomaram uma série de medidas radicais contra Cuba, tais como: rompimento das relações diplomáticas, em Janeiro de 1961; invasão de mercenários cubanos com apoio aéreo e logístico da força aérea norte-americana, na Baía dos Porcos, em Abril desse ano.

Após renhida batalha, a invasão americana de Playa Girón foi repelida. E, em Abril de 1961, Fidel Castro proclamou a orientação socialista em Cuba, que em 15 anos erradicou o analfabetismo, criou um dos mais avançados programas de saúde pública da região, deu um grande impulso à construção de habitações populares, com a participação de trabalhadores, e começou a diversificar a economia para terminar com a monocultura da cana-de-açúcar, até então vigente.

A proclamação de Cuba como parceiro estratégico da Rússia na América Latina promoveu a tentativa de instalação de mísseis na ilha por parte da URSS, facto este que provocou uma grande crise – a “crise dos mísseis” –, entre os governos de Kennedy (EUA) e Krushchev (URSS), pondo em causa a segurança mundial.

Em Julho de 1964, os EUA impuseram um bloqueio económico a Cuba, medida que não impediu que este país mantivesse a solidariedade com os países em luta, tais como Bolívia, Colômbia e outros países centro-americanos, onde actuava pessoalmente Che Guevara, morto em Outubro de 1967.

Só nos anos 70 e 80, com as administrações de Gerard Ford e Jimmy Carter, começou a observar-se um certo abrandamento e aproximação entre os dois países (Cuba e EUA), com a abertura de representações diplomáticas em ambos os países.

3.2.3. Os factores que contribuíram para o desenvolvimento do nacionalismo africano

As causas do nacionalismo africano

a) O abalo da 2.ª Guerra Mundial

Centenas de milhares de colonizados (africanos, asiáticos e latino-americanos) participaram na guerra, em várias batalhas tais, como as da Líbia, da Itália, da Normandia, da Alemanha, entre outras.

Foi essa, para centenas de milhares de colonizados, a ocasião de uma tomada de consciência por parte dos africanos de que o homem branco, na sua verdade e sem a máscara imperial, era como qualquer outro. Portanto, a 2.ª Guerra Mundial tornou claro que os povos colonizados não eram melhores nem piores que os homens de raça branca que há centenas de anos os oprimiam.

Os soldados africanos que tomaram parte na guerra vieram a tomar parte activa nos movimentos políticos pela independência dos seus países.

b) A política dos Estados Unidos

Para combater a influência soviética entre os povos dos países colonizados, os Estados Unidos abandonaram definitivamente a política de isolamento que vinham adoptando em relação a algumas regiões, como a de África.

EXERCÍCIOS

1. Refere a personagem principal da Revolução Cubana.
2. Quais foram as represálias impostas pelos EUA à ilha aquando da “crise dos mísseis”?
3. Quais foram os factores que levaram à “crise dos mísseis”? Quais os governos envolvidos nesta crise?
4. Refere a especificidade da Revolução Cubana.
5. Quais foram os principais males combatidos e eliminados pela Revolução Cubana?
6. Explica em que consistiam as políticas de Monroe e de *Big Stick*?

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Nacionalismo: conjunto de ideias que defendiam a defesa da soberania e a independência nacional face ao domínio das potências estrangeiras.

Descolonização: processo pelo qual as colónias se libertam do domínio político da metrópole, passando a ter um governo próprio. Este processo histórico, ocorreu especialmente após a 2.ª Guerra Mundial, que se traduziu na obtenção gradativa da independência das colónias europeias situadas na Ásia e em África.

Ademais, a ajuda a essas regiões para a conquista das suas independências constituía uma das formas de garantir o acesso fácil e directo a matérias-primas, sem intercessão de países europeus então colonizadores das mesmas.

c) A política da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

A Revolução Socialista de Outubro constituiu uma data importante para a história dos povos colonizados. No entanto, foi, sobretudo, na Ásia que foi exercida a intervenção da URSS. Aliás, dizia Lenine que “o caminho para Londres passa por Pequim”.

Em África, a influência comunista exerce-se, essencialmente, de início, por intermédio dos partidos marxistas dos países colonizados e dos sindicatos e associações de carácter socialista.

d) A acção da Organização das Nações Unidas (ONU)

A ONU tinha inscrito no artigo 1 da sua Carta, entre outros objectivos, o ideal de “desenvolver entre as nações relações amigáveis, baseadas no respeito do princípio de igualdade de direitos dos povos e do seu direito a disporem de si próprios”.

Assim, muito rapidamente a ONU se tornou numa tribuna mundial para os porta-vozes dos povos colonizados, começando pelos países sob tutela; a ONU organizou corpos expedicionários que interviam nos locais onde a paz se encontrava ameaçada.

e) As contradições internas do colonialismo

A própria colonização, por uma espécie de dinâmica lógica, engendrava o seu próprio desaparecimento, na medida em que princípios coloniais, como a educação (então diferenciada em termos de qualidade e possibilidade de acesso) e a prática administrativa, iriam conduzir à reivindicação anticolonialista.

Os franceses, por exemplo, diziam que “somos todos iguais”, mas, quando os nacionalistas negros exigiam essa igualdade até ao fim e em todos aspectos, revelavam o absurdo desta posição. Enquanto isso, os ingleses referiam ser diferentes, levando os colonizados a exigirem essa diferença até ao fim: “queremos ser iguais ou diferentes mesmo politicamente”.

Portanto, as duas atitudes conduziam à secessão ou à separação. E, assim, directa ou indirectamente, por meio da prática como por meio da teoria colonial, a colonização conduziu ao anticolonialismo e negava-se nele.

f) O exemplo da Ásia

Com a emancipação da Ásia, depressa se instaurou uma solidariedade natural entre os povos africanos, os povos subdesenvolvidos e os povos colonizados.

Ora o Japão concedera a independência a todos os povos que controlava, após a sua derrota na 2.ª Guerra Mundial.



Eleanor Roosevelt analisa a Declaração Universal dos Direitos Humanos.



224. Sukarno (1901-1970), primeiro presidente da Indonésia.

A independência dos dois países asiáticos mais populosos (Índia e China) exerceu também um papel importante no processo de descolonização, na medida em que, por um lado, a atitude e a personalidade do líder indiano M. Gandhi popularizou nos trópicos as técnicas da luta política não violenta e, por outro, a China de Mao Tsé-Tung, pelo contrário, orientava à reedição da teoria de Marx para a mobilização das massas para a luta de igualdade de direitos.

Enquanto isso, a Indonésia de Sukarno acolhia, em 1955, a grande Conferência Afro-Asiática de Bandung. Eram os primeiros "Estados Gerais" dos povos oprimidos: vinte e nove países (e cerca de 1500 milhões de homens) que pretendiam ser senhores do seu destino.

g) O exemplo do Norte de África

Em 1954, o Egipto independente viu subir ao poder El-Nasser, cujo militantismo anticolonial e pan-arabista se exprimiu pela nacionalização da Companhia do Canal de Suez, em 1956. O Egipto era um pilar estratégico muito importante por se situar entre os campos petrolíferos do Médio Oriente e as imensas reservas de petróleo do mundo africano.

Por seu turno, a Tunísia, sob a acção de Habib de Bourguiba, e Marrocos, sob a égide de Mohammed Ben Yúsef, também conquistaram as suas independências em 1956.

Os grupos motores

a) Os sindicatos

Nas colónias, certos sectores mais sensibilizados para os problemas sociais, tais como os sindicatos e grupos de intelectuais, vão-se tornar os catalisadores das aspirações das massas.

Entretanto, muitos sindicatos, uma vez formados, encontravam-se em geral paralisados por grande número de obstáculos: falta de recursos humanos, fragilidade financeira, falta de formação dos militantes e, mesmo, dos quadros, a maior parte deles vindos de classes menos favorecidas, sem preparação especial, entre outros entraves.

b) Os movimentos de estudantes e intelectuais

Enquanto os empregados e operários alcançavam a consciência nacionalista, em grande parte através da experiência das relações laborais, os estudantes e os intelectuais também o fizeram pela sua experiência da alienação cultural.

Assim, os estudantes, em geral, desempenharam o mesmo papel que os intelectuais, mas com mais vigor ainda. Entre eles havia membros da secção universitária dos partidos nacionalistas africanos ou de círculos de estudos com militantes de partidos ou movimentos europeus progressistas.

EXERCÍCIOS

1. Explica de que forma o fim da 2.ª Guerra Mundial constituiu uma das causas do nacionalismo.
2. Diz quais eram os objectivos económicos que estavam por detrás do anticolonialismo americano e russo.
3. De que forma o colonialismo constituiu causa para o surgimento e desenvolvimento do nacionalismo?



225 Léopold Senghor (1906-1995).

Estes grupos de intelectuais e de estudantes criaram associações e/ou movimentos, tais como o Pan-Africanismo e a Negritude, que defendiam a descolonização do continente africano.

O Pan-Africanismo manifestou-se mais intensamente, inclusive pela realização de conferências, visando a fixação de directrizes comuns para a obtenção da independência dos países ainda submetidos ao colonialismo.

A Negritude era mais uma “expressão literária”; foi formulada por Aimé Cesáire (nascido na Martinica) e posteriormente teorizada por Léopold Senghor como um conjunto de valores da civilização – cultural, económica, social e política – que caracterizam o povo negro. Considerando que a independência era a libertação política, esta implicava também a rejeição dos valores culturais do colonialismo e a valorização dos valores africanos.

c) As igrejas

Quer o islamismo quer o cristianismo desempenharam um papel importante no surgimento e desenvolvimento do nacionalismo e na luta contra o colonialismo, na medida em que, com eles, os deuses da aldeia ou da família, com carácter territorialmente limitado, cediam o seu lugar a uma igreja universal, introduzindo assim um imenso princípio de integração.

Enquanto isso, a própria religião cristã, importada de Igrejas da Europa e dos Estados Unidos, exprimia o nacionalismo por meio da fé, na medida em que afirma a origem divina de todos os descendentes de Adão e Eva e a consaguinidade de todos os cristãos em Cristo. Afirma ainda que os fiéis são “membros de um mesmo corpo”, cuja cabeça é Cristo, o primogénito de uma imensidão de irmãos.

Já a *African Orthodox Church*, fundada pelo jamaicano Marcus Garvey, ensinava que os anjos são negros e os demónios brancos, ideia que viria a espalhar-se por toda a África, onde o movimento nacionalista religioso se apresentava sob duas formas: autonomista e profética.

Portanto, com frequência, o conteúdo da fé seria reformulado num sentido nacionalista.

d) Os partidos políticos

Os partidos políticos nas regiões colonizadas não surgiram do nada, mas sim de um conjunto de factos históricos bem determinados. Uns partidos nasceram em ambientes académicos, intelectuais ou estudantis; outros são provenientes de uma base tribal.

- Vários foram os factores que ditaram o seu progresso, tais como:
- A reacção de defesa por parte de pequenos núcleos representativos de uma maioria nacional que se considerava oprimida;
 - O desenvolvimento dos meios de contacto modernos (campos de jogos, clubes, centros culturais, etc.);



226. Marcus Mosiah Garvey (1887-1940).



229. Ian Smith (1919-2007).

Na África Austral permaneciam as colónias portuguesas e, na Rodésia do Sul, Ian Smith proclamou unilateralmente a independência da minoria branca, instalando um regime de segregação como o da África do Sul. Esta, por sua vez, era independente desde 1931 e, depois da 2.ª Guerra Mundial, nela foi institucionalizado o regime do *apartheid*. A independência da Rodésia do Sul não foi reconhecida pela Grã-Bretanha, que aplicou sanções económicas ao regime, que sobreviveu graças ao apoio da África do Sul, de Portugal e dos EUA.

Todos os estados africanos que haviam conquistado a sua independência até 1963 assinaram a Carta que fundava a Organização da Unidade Africana (OUA) – actualmente União Africana (UA).

Esta organização, fundada sob o impulso do imperador da Etiópia Haile Selassie e liderada por Kwame Nkrumah e Nasser, visava reforçar a unidade dos estados africanos, na linha da defesa da africanidade e da negritude. No entanto, a fragilidade de muitos desses Estados fazia-os depender dos países colonizadores voltando a cair numa situação de neocolonialismo.

Os anos 60 em África caracterizaram-se pela aceleração do processo de descolonização do continente africano. A década 60 é considerada como sendo a “Década de África”, pois dezassete países africanos já tinham adquirido as suas independências.

No processo de descolonização africana, as últimas etapas envolveram as colónias portuguesas: Guiné-Bissau, Moçambique e Angola.

As conferências e organizações internacionais

Dentre várias conferências merece destaque a Conferência de Acra, que se realizou em 1958, na capital do Gana, que reuniu dirigentes africanos de estados independentes: Gana, Marrocos, Egipto, Sudão, Libéria e Etiópia.

A declaração final desta Conferência afirmou a solidariedade africana pelos países colonizados, rejeitando qualquer forma de colonialismo, e apelou à França para retirar as suas tropas da Argélia.

A outra conferência foi a de Addis Abeba, que se realizou em 1963, na Etiópia. Esta Conferência contou com a participação de 30 países independentes de África.

A Carta do Atlântico foi um dos factores que também estimularam a descolonização. A Carta do Atlântico afirmava a vontade de fazer respeitar o direito dos povos a disporem de si próprios (embora, para muitos, esses princípios não fossem para aplicar aos povos colonizados).

O surgimento da ideia de uma organização que integrasse todos (ou quase todos) os países africanos, a Organização da Unidade Africana (OUA), hoje União Africana (UA), também contribuiu bastante para a descolonização do continente.

Esta organização tinha como objectivo primordial promover a unidade e a solidariedade dos povos africanos e eliminar todas as formas de colonialismo em África.



230. Kwame Nkrumah (1909-1972).

3.2.4.1. África Ocidental e do Norte

Costa de Ouro (Gana), processo da sua Independência

A independência das colónias britânicas iniciou-se em 1957, na Costa de Ouro (cujo nome foi mudado pelo primeiro presidente, Kwame Nkrumah, para Gana), num processo pacífico, tal como na Serra Leoa, Uganda, Tanzânia e Malawi. Contudo, na Nigéria e no Quênia, a existência de vários grupos étnicos deu origem a vários conflitos.

Os primeiros movimentos de resistência africanos que reivindicaram a independência do Gana foram encabeçados pelos antigos combatentes regressados da Índia e da Birmânia. Ao regressarem a África, iniciaram a sua luta pela independência, tal como havia acontecido nos países onde haviam cumprido serviço militar. Este grupo acabou por fundar um partido chamado Unite Gold Coast Convention (UGCC), em 1947, dirigido por J. B. Danquah.

Em 1947, Nkrumah regressou com alguma experiência política estudantil e acabou por liderar a luta pela independência nacional. Em 1949, fundou o Convention People Party (CPP), que reivindicava o autogoverno e independência imediata e completa, dando voz à vontade do povo. O lema do partido era: "Acção positiva para a autonomia imediata: Self Government Now!".

Sob pressão das massas populares, realizaram-se, em 1951, eleições para a Assembleia Nacional. A 6 de Março de 1957, a então Costa de Ouro tornava-se no primeiro país da África subsariana independente. O governo britânico adoptou a lei da independência e, a pedido dos dois dirigentes Danquah e Nkrumah, o país assumiu o nome do Gana. Como presidente, Nkrumah fez grandes esforços para alcançar o desenvolvimento do seu país e para a libertação de África.

Em 1966, o governo de Nkrumah foi derrubado por forças reacionárias. Kwame Nkrumah viveu no exílio na Guiné-Conacri até a sua morte, em 1972.

231.

Durante séculos, os europeus dominaram o continente africano. O homem branco arrogou-se o direito de governar e ser obedecido pelo não branco, a sua missão, proclamava, era civilizar a África.

Sob este pretexto, os europeus roubaram ao continente vastas riquezas e infligiram sofrimentos inimagináveis ao povo africano. Tudo isto é uma história triste, mas devemos agora estar preparados para enterrar o passado e as suas memórias dolorosas e olhar para o futuro.

Kwame Nkrumah, *Falo de liberdade*, 1961

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Faz uma pesquisa e completa a pequena nota biográfica com os outros elementos que consideres importantes.

EXERCÍCIOS

1. Qual foi o primeiro país da África Ocidental Britânica que alcançou a sua independência?
2. Quem foram os pioneiros da luta pela independência da Costa de Ouro (Gana)?
3. Indica o nome do primeiro partido que surgiu em 1947 no Gana e o seu respectivo representante.
4. Indica o líder e o partido que conduziu a independência do Gana em 1957.
5. Qual foi a via por onde Nkrumah enveredou para alcançar a sua independência?



232. General De Gaulle (1890-1970).



233. Houari Boumédiène (1932-1978).

EXERCÍCIOS

1. Qual foi o país que colonizou a Argélia?
2. Quando começou a luta de libertação na Argélia?
3. Qual foi o partido que lutou pela sua autodeterminação?
4. Indica o nome do primeiro presidente da Argélia.
5. Quem foi o presidente que lhe sucedeu?
6. Em que ano é que a Argélia alcançou a sua independência?
7. Em que consistiu o apoio que a Argélia deu à FRELIMO na década de 60?

3.2.4.2. Norte de África

Argélia

A ocupação francesa nesta região foi brutal desde o começo. Os argelinos expulsos do campo foram obrigados a procurar subsistência nas cidades, aceitando qualquer salário. Portanto, por tal motivo, Argel, Oran e Constantine ficaram superpovoadas por milhões de pessoas a viverem em condições sub-humanas.

Na Argélia, os franceses tentaram manter a sua dominação colonial pela violência. Por outro lado, a França tentou desenvolver a Argélia como território ultramarino da França.

Em 1954, cansado dos abusos praticados pelos franceses, o povo argelino organizou o primeiro movimento armado que desencadeou a luta pela independência, que coincidiu com a derrota dos franceses em Dien Bien Phu (Vietname). O movimento de libertação nacional argelino desenvolveu-se, e a luta armada avançou em duas frentes: urbana e rural.

Esta luta durou muitos anos, tendo os franceses aplicado vários métodos de repressão e tortura. Foram mortos cerca de um milhão de argelinos.

O general De Gaulle (Presidente da França) foi chamado pelos colonos para restabelecer a ordem, mas apercebeu-se de que os guerrilheiros da Frente de Libertação Nacional (FLN) tornaram quase impossível a presença dos franceses na Argélia.

Depois de oito anos de uma luta encarniçada, De Gaulle reconheceu a independência da Argélia, celebrada a 3 de Junho de 1962. Ahmed Ben Bella foi conduzido à presidência em Agosto do mesmo ano (1962), iniciando reformas que puseram em prática um programa de socialismo islâmico.

No entanto, Ahmed Ben Bella foi derrubado em 1965 por Houari Boumédiène, um dirigente veterano da guerra. Boumédiène participou na luta argelina contra o colonialismo francês e, Presidente do Conselho da Revolução desde 1965, assumiu a presidência da Argélia em Dezembro de 1976.

Boumédiène institucionalizou as estruturas revolucionárias, definindo objectivos socialistas na sua governação. Consolidou a política anticolonialista de Ahmed Ben Bella. Morreu a 27 de Dezembro de 1978.

A Argélia tornou-se um exemplo para os outros movimentos de libertação nacional nas décadas de 60-70 que igualmente viriam a conquistar a sua independência. Dava um apoio incondicional às aspirações independentistas dos outros países africanos e, no caso de Moçambique, deu instrução militar aos guerrilheiros da FRELIMO.

3.2.4.3. África Oriental

Tanganica

A actual Tanzânia é constituída por duas partes: Tanganica (a parte continental) e as ilhas de Zanzibar e Pemba (parte insular).

De 1884 até 1918, Tanganica foi uma colónia alemã enquanto Zanzibar e Pemba (antigo sultanato árabe) se tornaram dependentes dos britânicos.

Como resultado da 1.ª Guerra Mundial, Tanganica tornou-se também parte do império colonial britânico.

Nos anos 50 desenvolveu-se, nesta região a consciência nacionalista. Em 1953, o professor Julius Nyerere foi eleito presidente da União Nacional Africana do Tanganica (TANU) – Tanganica African National Union.

Nyerere estudou na Universidade de Makerere (Uganda), depois, em 1949, na de Edimburgo, foi professor primário e depois professor de História na Universidade Católica de Tanganica.

Muito depressa se apaixonou pela vida intelectual, social e política dos seus compatriotas.

Como estudante que era, fundou pela primeira vez a Associação Africana de Tanganica, da qual viria a ser presidente.

Em 1954, transformou esta organização intelectual numa organização política popular com programa nacionalista: a Tanganica Africa National Union (TANU).

O seu partido, apesar de ter chegado às regiões mais recônditas do país, não estava representado nos conselhos governamentais. Foi exactamente isso que o incentivou a lutar pela independência política. A partir daí, Nyerere tornou-se o pesadelo da administração britânica.

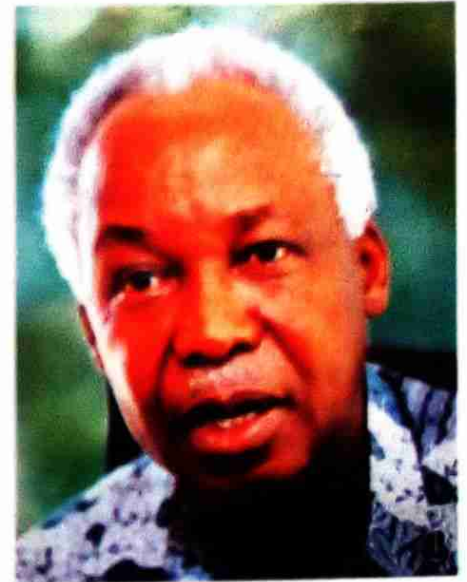
Para além da TANU, existia também um outro partido adversário, o Tanganica United Party, que era multirracial e com pouca popularidade entre os africanos, fundado em 1956, pelo governador britânico Twining.

Julius Nyerere lançou como slogan “*Uburu Nakazi*” (Liberdade de Trabalho) e pugnou pela não-violência no seu partido. Deste modo, conseguiu conquistar o apoio do povo. Como resultado, em 8 de Dezembro de 1961, à meia-noite, o país alcançava a soberania nacional. No mesmo instante, no monte Quilimanjaro, sobre os picos cobertos de neve de África, era içada a bandeira verde, amarela e preta de Tanganica, símbolo sublime do renascimento africano. Nyerere tornou-se primeiro-ministro.

Em 1962, Nyerere cede o lugar de primeiro-ministro a Rashidi Kawawa e é eleito como o primeiro presidente, quando o país se torna uma república (Jamborim).

Em 1964, Tanganica formou uma federação com Zanzibar e Pemba. A federação recebeu o nome de Tanzânia.

Em 1967 o partido TANU elaborou a Declaração de Arusha, que (em conjunto com uma série de medidas que afectavam os responsáveis do partido e do Governo) orientava a estratégia do desenvolvimento socialista.



Z34. Julius Nyerere (1922-1999).

EXERCÍCIOS

1. Explica de forma sucinta o aparecimento da Tanzânia como nome do país único.
2. Qual foi o país que colonizou Tanganica entre 1884 e 1918?
3. Qual foi o outro país que colonizou a actual Tanzânia?
4. Quem foi o primeiro presidente da Tanzânia?
5. Que orientação política Julius Nyerere pugnou para o desenvolvimento do seu país?
6. Em que consistia o projecto britânico?
7. Como é que terminou esse ambicioso projecto da Grã-Bretanha?
8. Pesquisa sobre o tipo de apoio que a Tanzânia deu à FRELIMO para alcançar a independência de Moçambique.



235. Kabaka do Buganda – Eduardo Frederico Mutesa II (1924-1969).

Em 1977, os dois partidos governamentais de Zanzibar e Tanganica decidiram a sua fusão, assumindo o nome Chama-Cha-Mapenduzi (Partido da Revolução).

Um dos mais importantes princípios revolucionários deste partido foi, e continua a ser, o apoio à luta pela libertação de outros países africanos. Foi nesta perspectiva que a Tanzânia apoiou Moçambique.

3.2.4.4. África Central Britânica

Uganda

Desde o século XIX que este país, pela sua posição estratégica, fora objecto de múltiplas cobiças imperialistas.

As primeiras contendas entre a Grã-Bretanha e o rei (Kabaka), Eduardo Frederico Mutesa II, na sua luta pela independência, começaram quando, entre 1950 e 1955, a Grã-Bretanha pugnou por importantes emendas constitucionais, a fim de aumentar a representação africana em relação aos asiáticos e aos brancos e a percentagem dos não-administrativos em relação aos oficiais.

No entanto, Eduardo Frederico Mutesa II, Kabaka ou rei do Buganda, recusou a projecto de emendas constitucionais. Recusou também uma proposta de criação de uma federação na África Oriental, pois pretendia uma independência separada, apenas com o seu reino, com receio da monarquia ser posta em causa.

Kabaka cortou as relações com o governo, acção que lhe valeu o exílio em Londres. Ainda exilado, manteve negociações à distância com o Governo britânico de Kampala, acabando por aceitar a proposta de uma monarquia constitucional, e, após as negociações, regressou triunfalmente, em 1955.

Em 1958, tiveram lugar as primeiras eleições legislativas por sufrágio directo para designar 33 deputados ugandeses e 21 asiáticos e europeus.

O Buganda recusou participar. Esta atitude enervou certos quadros ugandeses que se lançaram com vigor no jogo democrático.

Apesar de terem surgido partidos políticos e de as eleições estarem programadas para 1960, kabaka foi a Inglaterra pedir para que as eleições fossem retardadas e indicou como condição prévia participar na definição das futuras estruturas políticas do país.

Esta tomada de posição levou Londres a ponderar e alterar o projecto eleitoral, o qual de início seria demasiado avançado.

Realizadas as eleições, em 1961, o Partido de Buganda saiu vencedor e o país alcançou a sua independência no dia 9 de Outubro de 1962.

EXERCÍCIOS

1. Em que ano iniciou se o processo de libertação do Uganda?
2. Indica o nome do rei que entrou em conflito com a Grã-Bretanha.
3. Em que ano é que o Uganda alcançou a sua independência?

3.2.5. As colónias portuguesas: o caso de Moçambique

3.2.5.1. A emergência da FRELIMO que levou à independência de Moçambique

Os primeiros movimentos nacionalistas moçambicanos formaram-se no exterior dada a natureza e o carácter do regime colonial português. A Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) e as autoridades portuguesas perseguiram as organizações que emergissem nessa altura.

O Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM), fundado em 1949, o Gringo Africano e o Instituto Negrófilo de Manica e Sofala, fundados entre 1934 e 1956, respectivamente foram algumas das organizações nacionalistas que antecederam os três primeiros movimentos (a União Democrática de Moçambique – UDENAMO, MANU e UNAMI) que deram origem à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), em 25 de Junho de 1962.

A UDENAMO foi fundada em 1960, em Bulawayo, por Adelinho Chitofu Guambe, Fanuel Malhuza e Urias Simango. A UDENAMO estava sediada na Rodésia do Sul. Neste movimento juntou-se mais tarde a Marcelino dos Santos e Eduardo Mondlane antes da fundação da FRELIMO.

Por seu turno, o MANU foi fundado em 1961 pelos emigrantes moçambicanos que viviam no Quênia e Tanganica. Este movimento resultou da transformação da antiga Maconde African



236. Documentação da FRELIMO no Museu da Revolução, Maputo, Moçambique.

COMPOSIÇÃO DA FRELIMO

A primeira direcção eleita da FRELIMO era constituída por *Eduardo Chivambo Mondlane* – Presidente; *Urias Timóteo Simango* – Vice-Presidente; *David José Mabunda* – Secretário-Geral; *Paulo J. Gumane* – Vice-Secretário-Geral; *Jaime Musadala* – Tesoureiro-Geral; *Marcelino dos Santos* – Responsável das Relações Externas; *João Mauenda* – Responsável Adjunto da Tesouraria; *Leo Millas* – Secretário da Informação e Propaganda; *Lawrence Milinga* – Vice-Secretário da Informação e Propaganda; *Silvério Rafael Nungo* – Chefe do Departamento Administrativo; *Mathew Mole* – Vice-Secretário do Departamento Administrativo; *Lucas Mbunde* – Secretário da Juventude; *F. Dewase* – Vice-Secretário da Juventude; *João Munguambe* – Secretário da Defesa e Segurança; *Filipe Samuel Magaia* – Vice-Secretário da Defesa e Segurança; *Lourenço Mutaca* – Secretário das Finanças; *Precilda Gumane* – Secretária da Liga Feminina; *Baltazar da Costa Changonga* – Secretário do Departamento de Saúde.

Association (MAA), que na altura era apoiada pelo TANU (Tangânica African National Union) e também pelo movimento KANU do Quênia (Kenia African National Union). O MANU tinha como líderes principais Mathew Mole, Samuly Diankali, Ali Madebe e Lawrence Milinga. Foi muito apoiado por Julius Nyerere e Jomo Kenyata.

O terceiro movimento que antecedeu a criação da FRELIMO foi o UNAMI, criado no Malawi. Antes de se unirem, foram aliciados por Kwame Nkrumah, do Gana, e Julius Nyerere, da Tanzânia, para se juntarem. A mesma iniciativa foi encorajada também pela Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCEP), a comissão formada para coordenar os movimentos de independência nos cinco territórios sob o domínio português em África, cujo secretário-geral era Marcelino dos Santos.

Verificando-se que a luta anticolonial exigia a união de todos os moçambicanos, em 1962 foi decidida a criação de uma única frente, que poderia conduzir com sucesso à luta de libertação nacional.

Consequentemente, os três movimentos que se haviam formado antes (UDENAMO, MANU, e UNAMI) juntaram-se, dando origem à FRELIMO, em Junho de 1962, na Tanzânia.

A sua formação resultou de um processo longo que exigiu negociações prolongadas entre os líderes dos principais movimentos políticos moçambicanos.

Nas eleições realizadas para a constituição da primeira direcção do novo movimento, Eduardo Mondlane, que se candidatou como membro da UDENAMO, foi eleito presidente da FRELIMO e Urias Simango assumiu o cargo de vice-presidente.

Importa referir que, quando a FRELIMO se formou, existiam, no seio dos militantes da recém-criada Frente de Libertação de Moçambique, diferentes ideias acerca do processo de Independência Nacional, uns defendiam a insurreição armada contra o colonialismo português e outros eram a favor de um diálogo com o sistema colonial.



237. Sede Provincial da FRELIMO. Lichinga, Niassa, Moçambique.

3.2.5.2. A FRELIMO durante a luta de libertação nacional (1964-1974)

A luta armada de libertação nacional começou no dia 25 de Setembro de 1964, em Chai – Cabo Delgado, portanto, dois anos depois da formação da FRELIMO.

O primeiro grande centro de treinamento de guerrilheiros que fizeram parte da luta de libertação nacional, na Tanzânia, localizava-se em Bagamoyo, concretamente em Nachingueia.

Outros grupos guerrilheiros foram formados na Argélia e em Marrocos, tendo depois sido treinados em várias áreas na China e na União Soviética.

Durante a guerra da independência foram construídas as primeiras zonas libertadas no interior de Moçambique que eram regiões ou territórios já livres do controlo e da governação colonial portuguesa. As zonas libertadas eram centros onde viviam os guerrilheiros e as populações que deixaram de viver sob as ordens das autoridades coloniais portuguesas.

A distribuição dos combatentes da FRELIMO no interior de Moçambique variava de lugar para lugar, de acordo com a intensidade e a exigência da guerra. Mas a grande maioria estava concentrada na zona Norte do país, concretamente nas províncias de Cabo Delgado, Tete e Niassa.

Uma das principais estratégias dos guerrilheiros consistia na colocação de minas antipessoais e antitanques ao longo das principais vias de comunicação por onde circulavam os carros das forças militares portuguesas. O material bélico utilizado pela FRELIMO, em 1969 (sobretudo, mísseis), era oferecido pela URSS.

A partir da década 70, a guerra começou a ter um outro rumo, do Norte para o Centro e Sul de Moçambique. A progressão e extensão da guerra em Moçambique obrigaram o governo português a pensar numa nova estratégia que visasse acabar com as acções dos guerrilheiros da FRELIMO.

Assim, em 1970, o General Kaúlza de Arriaga lançou a operação “Nó Górdio”, tendo como meta acabar com a FRELIMO em menos de sete dias, isolá-la e fragilizá-la, de modo a terminar com as suas infiltrações e operações militares. Mas a FRELIMO saiu vitoriosa nesta operação.

A derrota das forças portuguesas, originou um ambiente de instabilidade nas colónias e em Portugal, onde emerge um ambiente de contestação que culminava com o movimento dos capitães, propulsor do golpe do Estado (Revolução dos Cravos) em Portugal, a 25 de Abril de 1974.

Ainda no rescaldo do golpe militar, as pressões internacionais começam a fazer-se sentir. A 10 de Maio, a ONU e a ex-OUA (actualmente União Africana) apelavam à Junta de Salvação Nacional



238. Soldado português assiste à destruição de palhotas em Moçambique.

4

4.1. OS ESTADOS MAIS INDUSTRIALIZADOS APÓS A 2.ª GUERRA MUNDIAL

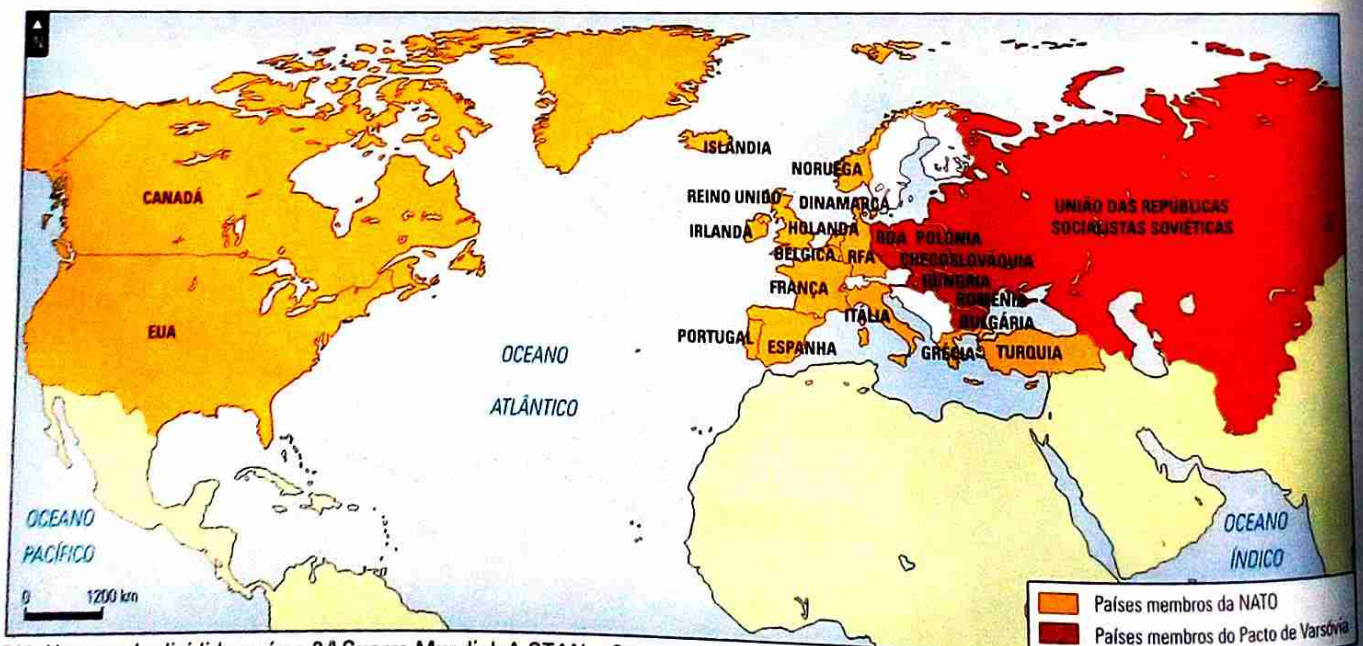
Contextualizando

As transformações políticas e económicas provocadas pela 2.ª Guerra Mundial marcaram profundamente a segunda metade do século XX. A participação dos EUA e da URSS na guerra conduziu os países do bloco dos Aliados à vitória e transformou estas duas nações em superpotências, enquanto a Europa, debilitada, perdeu influência.

Os EUA e a URSS propunham modelos de sociedades completamente diferentes e ambos pretendiam difundir a sua ideologia (os EUA, o liberalismo democrático e a URSS, o socialismo marxista-leninista).

O principal objectivo destas duas potências era dominar economicamente o máximo de territórios possível, dividindo o mundo em duas zonas de influência.

Este antagonismo conduziu a um clima de Guerra-Fria que se prolongou até aos finais da década de 80.



241. Um mundo dividido após a 2.ª Guerra Mundial: A OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte (criada em 1949) e o Pacto de Varsóvia (fundado em 1955).

4.1.1. Os Estados Unidos da América

Após a 2.ª Guerra Mundial, os EUA tornaram-se a maior potência económica do mundo e a primeira potência militar. Desde então, os EUA, pioneiros do novo capitalismo industrial, assumiram o papel de superpotência do mundo capitalista.

Com um território de 9,4 milhões quilómetros quadrados e mais de 300 milhões de habitantes, os EUA são o quarto maior país do mundo e o terceiro mais populoso.

Um PIB de mais de cerca de doze mil milhões de dólares, fez deles a primeira potência económica mundial. Com a expansão demográfica, a liberalização do comércio externo, a produção industrial e agrícola, os EUA atingiram níveis de crescimento até aí impensáveis. O poderio da sua indústria baseou-se na inovação tecnológica, na organização produtiva do trabalho, através da mecanização da produção destinada a um mercado de consumo muito vasto. Também foram determinantes a riqueza de recursos naturais do seu solo e subsolo e a extraordinária capacidade de produção de energia.

Dentre os principais ramos da indústria norte-americana os que tiveram maior crescimento após a 2.ª Guerra Mundial foram os da indústria petroquímica, aeronáutica, electrónica, nuclear e alimentar.

Uma forte concorrência entre as empresas, provocou um gradual aperfeiçoamento técnico, um aumento da produção e uma diminuição dos preços de custo. Levou também ao fenómeno das concentrações empresariais, conseguidas pela aquisição de empresas mais pequenas e da união entre algumas delas. Algumas das empresas gigantes dos EUA têm um volume de vendas superior ao Produto Interno Bruto (PIB) da maior parte dos países da América do Sul. Sendo o país com maior volume de transacções comerciais do mundo, os EUA acabariam por alcançar também o primeiro lugar como exportadores de capitais.

O seu poderio económico a nível internacional assentava fundamentalmente nos investimentos externos das suas sociedades multinacionais, sobretudo nas indústrias de petróleo, dos sectores de ponta e dos automóveis.

Durante a Guerra, a indústria e a tecnologia desenvolveram-se abastecendo a Europa, com bens de consumo e equipamento militar provenientes dos EUA. A Guerra não afectou o seu território, logo não houve perdas nem danos materiais e consequente despesa na reconstrução. Os EUA tinham uma tecnologia impressionante e um potencial económico quase igual a todo o resto do mundo.

Em 1945 conseguiram produzir 50% da energia do mundo e o seu stock de ouro era aproximadamente 50% do valor das transacções do comércio mundial. O dólar passou a ser a moeda-padrão nas trocas internacionais e Nova Iorque dirigia o mundo financeiro.

Pátria de gigantescas multinacionais, os EUA vivem também de uma densa rede de pequenas empresas, algumas de grande dinamismo e espírito de inovação (o microprocessador nasceu numa garagem!).

Com interesses económicos em todo o mundo, receptores de importantes investimentos estrangeiros e detentores de um mercado consumidor incontrolável, os EUA são, hoje, o eixo da economia mundial.

Os seus ciclos económicos, de recessão ou prosperidade, repercutem-se, de imediato, na economia global.

ANO	PNB (1)	EMPREGO NA INDÚSTRIA (2)
1939	716,6	10,1
1945	1354,8	15,4
1946	1096,8	14,7
1947	1066,7	15,5
1948	1108,7	15,6
1949	1109,0	14,4
1950	1203,7	15,2

242. A economia americana, 1939-1950.

PRODUÇÃO	POSIÇÃO MUNDIAL QUE OCUPA
Petróleo	1.º lugar
Aço bruto	1.º lugar
Hulha	1.º lugar
Algodão	1.º lugar
Fibras sintéticas	1.º lugar
Carnes	1.º lugar
Automóveis	1.º lugar

(Do Anuário Estatístico da ONU, 1948-1973)

243. O poderio económico dos EUA (década de 70).

	1928	1933	1938	1941	1945	1953	1956	1960	1962	1964	1977	1982	1985
POLÍTICA	Era estalinista					Morte de Estaline	Luta pelo poder	Kruschev	Direção colegial (Brejnev, Kossiguine, Podgorny)		Brejnev	Gorbachev (início da Perestroika)	
	Isolamento internacional da URSS Repressão aos adversários do regime e de Estaline («terror»)		A URSS na 2.ª Guerra Mundial			XX Congresso do PCUS Revolta na Hungria		Desestalinização		Ruptura com a China	Crise de Cuba	Conferência de Helsínquia	
	KOMINTERN					KOMINFORM							
ECONOMIA	1.º Plano quinquenal	2.º Plano	3.º Plano	4.º Plano	5.º Plano	6.º Plano	7.º Plano	8.º Plano	9.º Plano				
	Colectivização da economia Primazia à indústria pesada e aos bens de equipamento			«Plano de Reconstrução»			Primazia aos bens de equipamento e bens de consumo		Retorno à indústria pesada (1976)		Início da liberalização da economia (1985)		

244. Evolução política e económica da URSS.



245. Nikita S. Kruschev (1894-1971) na sua visita aos Estados Unidos, em 1959.

4.1.2. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Terminada a 2.ª Guerra Mundial, a maior preocupação de José Estaline era conseguir recuperar a economia soviética.

Os planos quinquenais de 1946-1950 e de 1950-55 eram mais ambiciosos, dando grandes prioridades à indústria pesada e aos transportes (como a de guerra e aeronáutica).

Contudo, este desenvolvimento foi conseguido com recurso ao enorme esforço da população, que vivia em más condições e sob uma forte repressão.

A 2.ª Guerra Mundial criou as condições para que a URSS se transformasse na segunda superpotência mundial. Com efeito, aproveitando o enfraquecimento dos países do Leste da Europa, destruídos pela guerra, a URSS exerceu a sua influência económica e o seu poder militar para aí instalar regimes comunistas da sua confiança.

A criação do COMECON (Conselho de Assistência Económica Mútua), de que faziam parte dos países do Leste, alargou os mercados consumidores dos produtos soviéticos e permitiu à URSS aumentar consideravelmente a sua produção e desenvolver a sua

246. O poderio soviético na época da "Guerra Fria".

EXPLORO O DOCUMENTO

1. A partir do texto, refere qual foi a indústria e política desenvolvidas pela Rússia neste período.
2. Em que sectores apostou a URSS para se tornar uma grande potência?

A indústria soviética dos tractores é uma das mais poderosas do mundo: ultrapassou 200 mil unidades em 1958, 300 mil em 1965 e deveria atingir 6 milhões de tractores em 1970. (...).

A indústria aeronáutica parece ter avançado mais rapidamente (...). O desenvolvimento a partir de 1946 foi muito rápido, sob impulso de Estaline, desejoso de criar uma poderosa aviação militar e desenvolver a aviação civil à medida da expansão económica do país (...). Esses impulsos levaram a URSS, no domínio da indústria aeronáutica, a conduzir uma política de quantidade (...), de tal forma que em 1950 a produção teria atingido 65 mil aparelhos de todos os tipos.

Jean Chardonnet, *As Grandes Potências*

economia, sobretudo com base nas indústrias metalomecânica, dos transportes, aeronáutica e de armamento.

No entanto, o desenvolvimento económico do período estalinista foi conseguido em parte, à custa de medidas repressivas e ditatoriais. Além disso, a produção de bens de consumo continuava a ser muito insuficiente para as necessidades.

Após a morte de Estaline, o país foi conduzido no sentido de uma maior abertura política e cultural, sob o comando de Nikita Krushev. Foi levada a cabo uma política mais receptiva ao Ocidente, levando a um período denominado de coexistência pacífica.

Nikita Krushev procurou melhorar o nível de vida da população e deu início ao programa espacial que colocaria o primeiro homem no Espaço.

Entre 1964 e 1982, a URSS assiste, mais uma vez, a um período de autoritarismo com Leonidas Brejnev, que adoptou uma estratégia mais conservadora. A nível interno, a economia estagnou e a repressão à população fez-se sentir novamente. Sob o ponto de vista da política externa, houve um regresso ao clima de Guerra Fria.

No fim da governação de Brejnev, a União Soviética, embora tivesse um papel de vanguarda nas indústrias espacial e de armamento, era economicamente deficitária.

A agricultura não correspondia às necessidades do país e os soviéticos importavam bens alimentares dos EUA e do Canadá.

Na indústria, as fábricas eram antiquadas e tinham máquinas ultrapassadas.

A era de Mikhail Gorbachev (1985-1991) deu início a processo de democratização e reestruturação da URSS – a Perestroika.

A era de Gorbachev

Uma nova política. Em Março de 1985, Mikhail Gorbachev é eleito secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética.

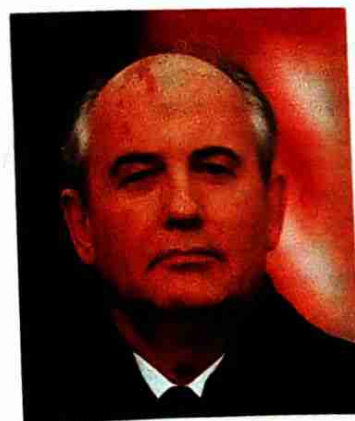
Gorbachev implementou alterações no sistema político e económico. Em Agosto de 1985, numa visita a Paris apresenta uma proposta de redução do armamento nuclear e em 1986, no XXVII Congresso do PCUS anunciava a Perestroika e a Glastnost como directivas do seu mandato. Em 1990 é eleito presidente da URSS pelo novo Congresso dos deputados do povo.

Bem mais novo e decidido do que os seus antecessores, o novo líder encara de frente a deterioração que o país vinha sofrendo desde os tempos de Brejnev. Neste contexto, Gorbachev inicia uma política de diálogo e aproximação ao Ocidente propondo aos americanos o reinício das conversações sobre o desarmamento.

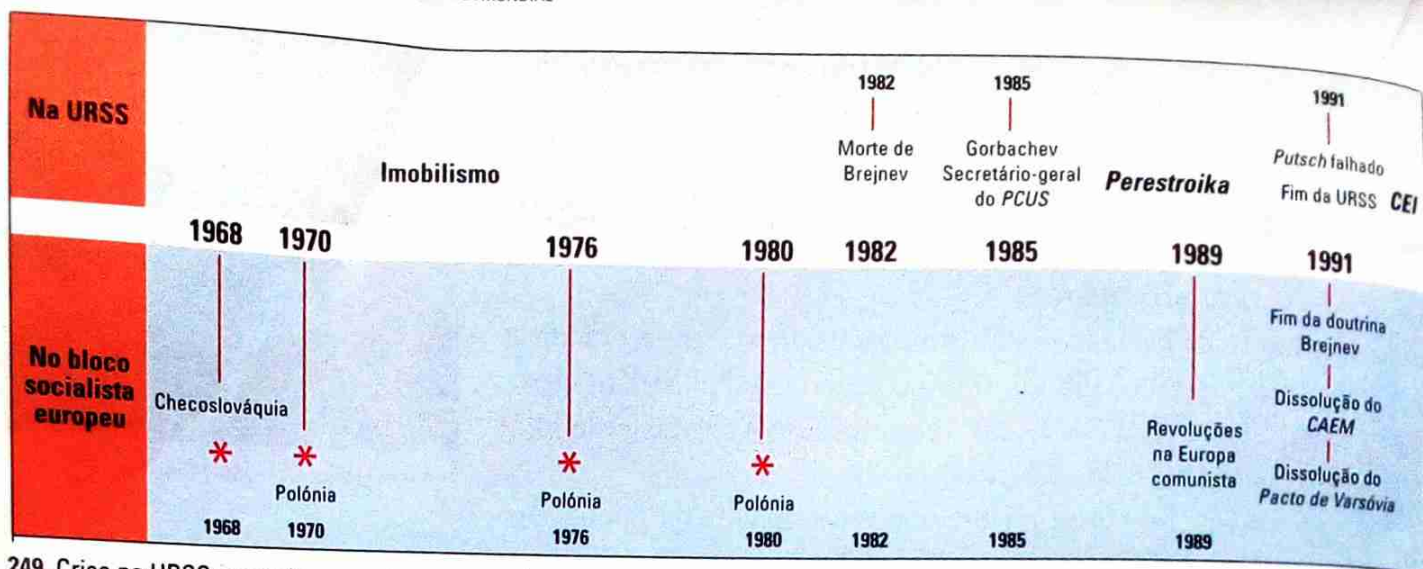
Incapaz de igualar o arrojado programa de defesa nuclear da administração Reagan (conhecido por “guerra das estrelas”), o líder



247. Iuri Gargarin (1934-1968).



248. Mikhail Gorbachev (n. 1931).



249. Crise na URSS e mundo comunista europeu (1968-1991).

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Perestroika: políticas de reformas propostas por Mikhail Gorbachev com vista à reestruturação da economia e à maior democratização política.



250. Gorbachev no Soviete Supremo, o mais alto órgão de Estado da URSS.

soviético procura criar um clima internacional estável que refreie a corrida ao armamento e permita a URSS utilizar os seus recursos para a reestruturação interna.

Gorbachev inicia, em simultâneo, uma ampla abertura política, conhecida como *Glasnost* (transparência). A *Perestroika* propõe-se a descentralizar a economia, estabelecendo a gestão autónoma das empresas, que, daí em diante, se vêem livres das apertadas directivas dos planos quinquenais, mas sem os chorudos subsídios que suportavam a sua falta de rentabilidade.

Paralelamente, incentivava-se a formação de um sector privado parcial, como forma de estimular a concorrência e compensar a escassez crónica dos bens de consumo, que tanto dificultava o quotidiano soviético.

Enquanto isso, a *Glasnost* apela à denúncia da corrupção, à crítica (a censura é abolida) e à participação efectiva dos cidadãos na vida política.

Em Março de 1989, esta abertura democrática reforça-se com as primeiras eleições verdadeiramente pluralistas e livres na União Soviética, que elegem o Congresso dos Deputados do Povo.

251. A *Perestroika*.

“Perestroika” significa ultrapassar o processo de estagnação, romper o mecanismo de travagem, criar sistemas fiáveis e eficazes para acelerar o progresso social e económico e dar-lhe um maior dinamismo. “Perestroika” significa também iniciativa de massa. É o desenvolvimento completo da democracia, a autonomia socialista, o encorajamento da iniciativa e das atitudes críticas, é também mais ordem e disciplina, mais transparência, a crítica e a autocritica em todos os domínios da nossa sociedade. É o respeito mis absoluto pelo indivíduo e a tomada em consideração da dignidade da pessoa humana.

Mikhail Gorbachev, *Perestroika*, Flammarion, 1987

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Que programa de acção apresenta Gorbachev sob a designação de *Perestroika*?
2. A partir da análise dos documentos e do texto dos autores, menciona as reformas políticas e económicas empreendidas na URSS por Gorbachev.

4

4.2. AS CONTRADIÇÕES ENTRE O BLOCO SOCIALISTA E O BLOCO CAPITALISTA (GUERRA FRIA)

Entretanto, a Europa encontrava-se numa situação de grande fragilidade devido às perdas humanas e a destruição dos seus recursos materiais. Neste quadro de dificuldades, de devastação e pobreza, os americanos temiam que os estados europeus aderissem ao comunismo.

Por outro lado, os americanos temiam que, à semelhança do que aconteceu na 1.ª Guerra Mundial, uma crise económica se instalasse e acabasse por atingir os EUA.

A 2.ª Guerra Mundial provocou alterações que conduziram a uma nova realidade política mundial. O reforço da hegemonia americana e a expansão do mundo socialista deram origem ao antagonismo entre os dois blocos políticos militares.

Daí o mundo dividiu-se em dois blocos: o Ocidental, liderado pelos Estados Unidos (EUA) e o Oriental, ou de Leste, comandado pela URSS.

A partir de 1947, começaram a surgir desentendimentos entre os EUA e a URSS. Nos anos que se seguiram à guerra, os objectivos económicos, políticos e militares das duas superpotências levaram à divisão da Europa e do mundo em duas zonas de influência política e económica.

De um lado, encontravam-se países que seguiam o capitalismo liberal, apoiados pelos EUA e, do outro, os países que se encontravam sob a influência e domínio da URSS cujos governos seguiam a ideologia socialista.

O confronto entre os dois blocos tornava-se visível no apoio que davam aos seus aliados em conflitos regionais, fornecendo armas, exércitos e conselheiros militares.

Com efeito, enquanto a URSS estava interessada na promoção da ideologia marxista, os EUA empenharam-se na divulgação do capitalismo.

Perante esta situação, o mundo começou a caminhar para uma política de blocos. O bloco do Leste era defensor do socialismo e era liderado pela URSS e o bloco ocidental era de tendência capitalista, liderado pelos EUA.

Os EUA apresentavam-se como uma das maiores potências mundiais. Tinham uma tecnologia impressionante, um potencial económico quase igual ao resto do mundo e o seu poder militar estendeu-se ao Globo. Para tentar conter a influência soviética sobre a Europa e com o fim de ajudar a reconstruir uma importante parte do Velho Continente dos escombros da guerra, os EUA lançaram o Plano Marshall, um programa de ajuda económica e financeira.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Plano Marshall: plano elaborado no State Department e apresentado pelo Secretário de Estado George Marshall, numa Conferência na Universidade de Harvard, a 5 de Junho de 1947, visando a recuperação económica europeia.



252. Ajuda americana no pós-2.ª Guerra Mundial. Legenda: "Caminho livre para o Plano Marshall", anúncio da Alemanha Ocidental a favor do Plano Marshall. O lançamento deste plano foi acompanhado por uma campanha de propaganda que destacava a generosidade americana.

253. O Plano Marshall.

“A verdade é que as necessidades da Europa para os próximos três ou quatro anos em alimentos e produtos essenciais importados do estrangeiro – principalmente da América – são tão superiores à sua actual capacidade de pagamento que, se não dispuser de uma ajuda adicional substancial, expõe-se a uma deterioração económica, social e política muito grave. (...)

Para além do efeito desmoralizante que pode afectar o mundo inteiro e das possibilidades de distúrbios emergentes do desemprego dos povos em questão, as consequências que pode ter na economia dos Estados Unidos deveriam ser evidentes para todos.

George Marshall, 5 de Junho de 1947

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Explica por que razão os EUA adoptaram o Plano Marshall.
2. Quais foram as razões da deterioração económica da Europa?



254. George Marshall (1880-1959).



ÁUSTRIA 5,5 milhões (0,4%)	HOLANDA 977,7 milhões (8,6%)	PORTUGAL 5,5 milhões (0,4%)
BÉLGICA E LUXEMBURGO 546,6 milhões (4,8%)	IRLANDA 146,2 milhões (1,3%)	REINO UNIDO 2,713,6 milhões (24%)
DINAMARCA 256,9 milhões (2,3%)	ISLÂNDIA 23,7 milhões (0,2%)	REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA 1297,3 milhões (11,5%)
FRANÇA 2,401 milhões (21,2%)	ITÁLIA 1,330,7 milhões (11,8%)	SUÉCIA 118,5 milhões (1,1%)
GRÉCIA 515,1 milhões (4,6%)	NORUEGA 231,7 milhões (2%)	TURQUIA 144,7 milhões (1,3%)

255. Distribuição do dinheiro concedido pelo Plano Marshall.

O Plano Marshall visava assegurar o relançamento geral da economia europeia, acabando com a penúria financeira e melhorando o nível de vida das populações.

Este auxílio foi acolhido com entusiasmo pela generalidade dos países europeus e, assim, viram reforçados os laços que os uniam aos EUA.

A Europa do pós-guerra estava destruída, facto que a impedia de se tornar economicamente viável sem ajuda externa. Esta ajuda foi direccionada para a maioria dos países europeus.

Através deste plano foram concedidos milhares de milhões de dólares de empréstimos a diversos países europeus, sobretudo aos que foram mais afectados pela guerra.

Foram concedidos à Europa mais de 20 mil milhões de dólares de empréstimo entre 1948 e 1952, sob a forma de donativos, matérias-primas e produtos industrializados, bem como de equipamentos e fontes de energia em troca de investimentos.

Para pôr em prática o Plano Marshall, foi criada em 1948, a Organização Europeia de Cooperação Económica, a (OCDE) cuja função era distribuir a ajuda americana pela França, pela Inglaterra e pela Itália, os países mais beneficiados. Porém, nem todos os países aceitaram esta ajuda.

A Europa do Leste, afecta à URSS, não entrou neste plano, considerando que esta ajuda limitava a expansão do poder comunista na Europa. Moscovo classificou a ajuda americana de “manobra imperialista” e impediu os países sob a sua influência de a aceitarem. De facto, Moscovo considerou o plano “uma pressão política através dos dólares” e, embora a delegação russa tenha iniciado as conversações, rompeu-as declarando que conduziriam a uma intervenção nos seus assuntos internos.

O comissário para os Negócios Estrangeiros soviético, Molotov, afirmava que a existência do Plano Marshall dividiria o mundo em dois grupos de estados e dificultaria as relações mútuas.

Os países da órbita soviética, pressionados por Moscovo, e também a Finlândia, recusaram o convite para uma conferência em Paris, para organizar a acção dos beneficiários do plano. O convite foi aceite por 16 países da Europa Ocidental.

Foi nesta altura que se concretizou a divisão da Europa: de um lado dos países que aceitaram o Plano Marshall, do outro, os que recusaram sob a influência soviética. Portanto, a URSS e os países da Europa do Leste (que ficaram sob a sua influência), recusaram a ajuda dos EUA constituindo em 1949, uma organização de cooperação económica, CÔMECON (Conselho de Assistência Mútua).

Esta cooperação resultou do Plano Molotov lançado no mesmo ano (1949), que estabelecia as estruturas de cooperação económica da Europa Oriental.

A CÔMECON tinha como função promover o desenvolvimento integrado dos países comunistas, sob a égide da União Soviética.

Os países abrangidos pelo Plano Marshall e a OCDE e os países da CÔMECON, funcionavam como áreas transnacionais, coesas e distintas uma da outra. Deste modo, a divisão do mundo em dois blocos antagónicos consolidou-se, tal como se consolidou também a liderança das duas superpotências.

4.2.1. As origens da Guerra Fria (1947-1985)

Apesar de participarem na guerra como aliados, foi notória uma mútua desconfiança entre as duas superpotências do pós-guerra (EUA e URSS).

Ainda não tinham terminado o conflito mundial de 1939-1945 e já se manifestavam indícios de “guerra fria”. De facto, na Conferência de Ialta (Fevereiro de 1945), a URSS reivindicou o direito de “estabelecer governos amigos” nos países da Europa do Leste, por uma questão de segurança das suas próprias fronteiras, tendo os aliados ocidentais manifestado desconfiança dos verdadeiros desígnios de Estaline.

Cada um deles procurou reforçar-se de diversas formas, procurando criar alianças que formavam blocos defensivos antagónicos: à formação da OTAN (NATO) em 1949, respondeu a URSS com a criação do Pacto de Varsóvia em 1955. Estava instituída a política de blocos.

Os dois blocos desenvolveram uma política de “corrida ao armamento”, sobretudo armas nucleares.

Deu-se então início a um período de tensão vivido entre os EUA e a URSS e os aliados de ambos os blocos. Ambos aumentaram a sua capacidade militar e prepararam-se para um possível conflito bélico. Este período foi também caracterizado pela intensa espionagem através das políticas secretas (os EUA com CIA e a URSS com a KGB). Enquanto isso, uma gigantesca máquina de propaganda inculcava nas populações a ideia da superioridade do seu sistema e a rejeição e o temor do lado contrário, ao qual se atribuíam as intenções mais sinistras e os planos mais diabólicos.

Na realidade, eram duas concepções opostas de organização política, económica e social. De um lado, o liberalismo assente sobre o princípio da liberdade individual, do outro, o marxismo

EXERCÍCIOS

1. Diz, com base nos documentos, em que consistiu o poder dos EUA.
2. Refere o alcance do Plano Marshall.
3. Identifica os países contemplados com o Plano Marshall.



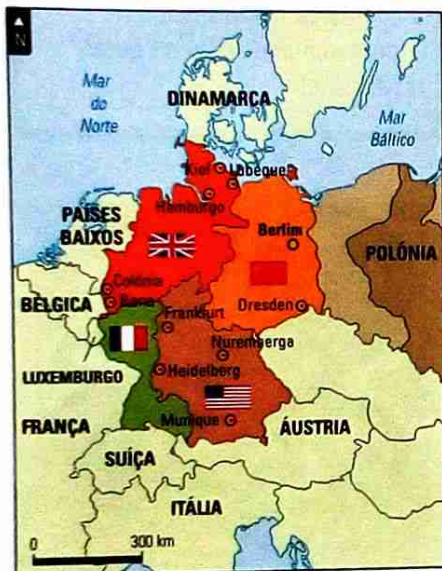
256. Campanha contra o Plano Marshall. Legenda: “Não! A França não será um país colonizado!”. Cartaz do Partido Comunista Francês (1952).



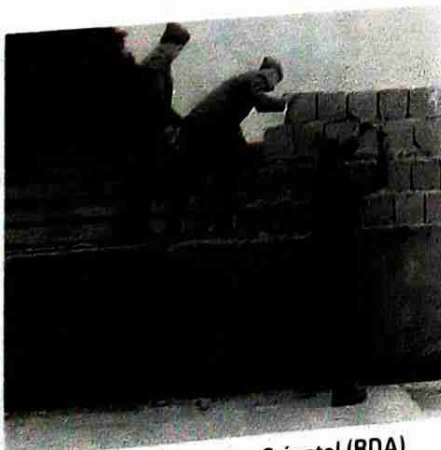
257. Símbolo da OCDE.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Guerra Fria: designação dada ao estado de forte tensão político-militar existente, a seguir à 2.ª Guerra Mundial, entre a URSS e os EUA, tensão essa às vezes traduzida num clima pré-bíblico; embora não se travando luta armada, as provocações mútuas entre as superpotências davam a impressão de que a guerra ia começar.



258. Divisão da Alemanha.



259. Soldados de Berlim Oriental (RDA) constroem o Muro de Berlim.

que subordina o indivíduo ao interesse da colectividade. Os dois sistemas evoluíram separadamente, mas, de olhos postos um no outro, acabaram inevitavelmente por se influenciar.

Foram características salientes desta tensão a proliferação de conflitos localizados e crises militares nas mais diversas zonas do mundo, como por exemplo: a questão de Berlim, os conflitos na Coreia, Cuba e na Indochina.

Contudo, depois da morte de Estaline, com Krushev no poder, deu-se início a um período de Coexistência Pacífica.

Entretanto, a questão de Berlim (1948-1949), que levou à divisão da Alemanha em dois estados, o Oriental (de influência comunista) e o Ocidental, constituiu o primeiro foco de tensão entre as duas superpotências.

4.2.2. Manifestações da Guerra Fria

A questão de Berlim

Após a Conferência de Ialta e de Potsdam, a Alemanha ficou dividida em quatro zonas ocupadas por ingleses, franceses, americanos e russos. Berlim, que ficava na área soviética, foi também dividida em quatro sectores para cada um desses países.

Estaline procurou expulsar do Berlim os aliados ocidentais, contestando a unificação dos outros três sectores. Em 1948, fechou todos os acessos ao Ocidente, fazendo bloqueio de Berlim. Este visava obstruir os planos ocidentais sobre a Alemanha ou, pelo menos, forçar a abandonar Berlim, considerando um enclave capitalista no bloco soviético.

Na esperança de forçar o abandono da cidade pelas potências ocidentais, os soviéticos decidem o corte completo de todas as vias de ligação terrestre entre a Alemanha Ocidental e Berlim.

Mas teve o efeito contrário. Esperava desta forma, privar os aliados de bens essenciais e desgastá-los levando-os a ceder. Os aliados, não podendo reagir para não provocarem nova guerra, optaram por abastecer a população fazendo uma ponte aérea durante um ano, de dia e de noite.

Parte da capital, constituída pelos sectores americanos, inglês, francês, tornou-se uma ilha isolada num território hostil. Depois de alguns dias de intenso dramatismo em que se pôs seriamente a hipótese da explosão de uma nova guerra, o presidente Truman decide abastecer a cidade através de uma gigantesca ponte aérea. Os berlinenses chegam a receber por esta via treze mil toneladas diárias de alimentos e outros produtos de primeira necessidade. Os aviões aterram sem cessar.

Embora não tenha evitado as privações e o racionamento, a ponte aérea permitiu a Berlim Ocidental resistir ao bloqueio.

Convencido da sua inutilidade, Estaline aceita a "derrota" e acorda com os Estados Unidos, o restabelecimento das normais vias de comunicação.

Fizeram-se mais de 300 mil voos e lançaram-se 1,5 milhões de toneladas de abastecimentos. Estaline acabou por levantar o bloqueio quando percebeu que não atingiria o seu fim.

A Alemanha seria dividida em duas grandes zonas: a Ocidental, denominada República Federal da Alemanha (RFA), com capital em Bona, dirigida pela Inglaterra, França e os Estados Unidos e a Oriental, a República Democrática Alemã (RDA), com capital em Berlim, sob o domínio soviético.

Em 1961, na República Democrática Alemã (RDA), foi construído um muro dentro da cidade de Berlim, que impedia os alemães do Leste de fugirem para a Alemanha Ocidental.

O Muro de Berlim ficou conhecido por o "muro da vergonha". Perderam-se muitas vidas a tentar sair de Berlim Oriental.

Em 1989 a fronteira entre as duas Alemanhas caiu. A Alemanha unificou-se de novo e Berlim voltou a ser capital da Alemanha em 1990.

Desde 13 de Agosto de 1961, o Muro de Berlim simbolizava a divisão não só da Alemanha como também de toda a Europa. As transformações políticas operadas na Europa do Leste nos finais da década de 80 e princípios de 90 acabariam por provocar o desmantelamento do muro (Novembro de 1989) e a reunificação alemã (Outubro de 1990)".

Guerra da Coreia

Tratou-se de uma luta por uma zona de influência. A Guerra Fria estendeu-se à Ásia. Na Coreia, a antiga colónia japonesa, dividida por o Norte comunista e o Sul anticomunista. Em Junho de 1950 a Coreia do Norte invade a Coreia do Sul.

Os americanos, favorecidos pelo facto de a URSS se ter retirado do Conselho de Segurança (como protesto por a China popular não ser reconhecida), enviam tropas em auxílio da Coreia do Sul, sob a bandeira da ONU, comandadas pelo general MacArthur.

Estas avançam até a fronteira da China e Mao Tsé-Tung envia tropas em auxílio da Coreia do Norte. MacArthur preconiza o uso do armamento atómico, mas Truman, receando a generalização do conflito, retira-lhe o comando.

A fronteira acaba por estabilizar nas proximidades da antiga linha, e, depois de dois anos de negociação foi assinado um armistício (Julho de 1953). Mas ficará sem solução o problema da reunificação da Coreia.

A formação da NATO

O antagonismo entre os dois blocos, agravados pela crise provocada pelo bloqueio do Berlim, levou à criação de duas alianças militares: a NATO (OTAN) no bloco ocidental (1949) e o Pacto da Varsóvia no bloco socialista (1955).

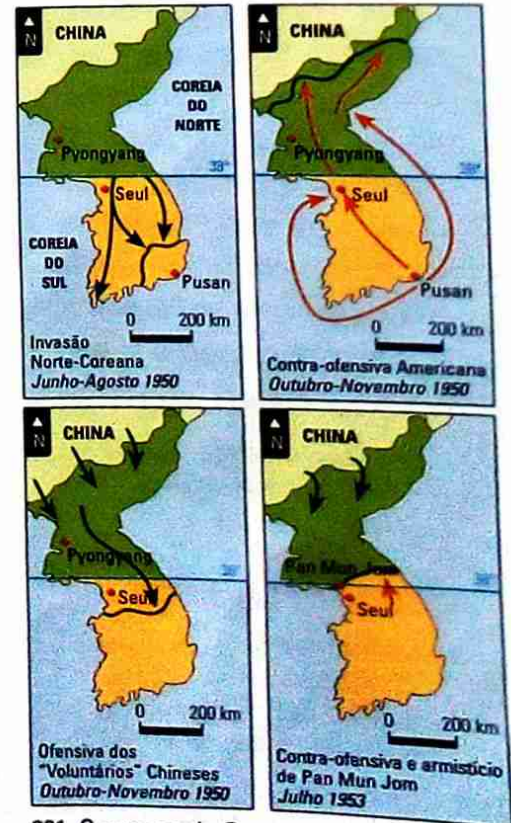
EXERCÍCIOS

O Muro de Berlim dividia a cidade em duas partes.

1. Quem o mandou construir e quais seriam os seus objectivos?
2. Qual foi o motivo da saída dos alemães da RDA para RFA?
3. Qual foi o impacto desta crise?



260. Tropas da ONU combatem na guerra da Coreia.



261. O avanço da Guerra da Coreia.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

NATO ou OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte (organização militar do Pacto do Atlântico).

262. Tratado do Atlântico Norte.

Art. 1.º - As partes comprometem-se, de acordo com o estabelecido na Carta das Nações Unidas, a regular por meios pacíficos todas as divergências internacionais em que possam encontrar-se envolvidas por forma que não façam perigar a paz e segurança internacionais [...]

Art. 3.º - A fim de atingir mais eficazmente os fins deste Tratado, as Partes, tanto individualmente como em conjunto, manterão e desenvolverão, de maneira contínua e efectiva, pelos seus próprios meios e mediante mútuo auxílio, a sua capacidade individual e colectiva para resistir a um ataque armado. [...]

(Tratado do Atlântico Norte, Washington, 4 de Abril de 1949)

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Quais foram os factores que conduziram à formação de blocos militares liderados pelas duas superpotências?
2. Que blocos se formaram?

A tensão provocada pelo bloqueio de Berlim acelerou as negociações que conduziram em 1949 ao tratado do Atlântico Norte, firmado entre os EUA, Canadá e dez nações europeias. A operacionalização deste tratado deu origem à Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN (ou NATO, sigla inglesa), talvez a mais importante organização militar do pós-guerra, que se tornou um símbolo do bloco ocidental.

A NATO foi criada em 1949, em Washington. Aos países fundadores, Estados Unidos, França, Canadá, Portugal, Dinamarca, Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos, Itália, Noruega, Reino Unido, Islândia, juntar-se-iam, posteriormente, Grécia, Turquia (1952) e a Alemanha Federal (1955).

A França retirar-se-ia da organização militar em 1967, o que teve como consequência a mudança da sede da organização de Paris para Bruxelas.

Os seus membros fundadores consideram-se ligados por uma “herança civilizacional comum cuja preservação exige o desenvolvimento da capacidade individual ou colectiva de resistir a um ataque armado”.

A aliança apresentava-se, assim, como uma organização puramente defensiva, empenhada em resistir a um inimigo que, embora não se nomeie está omnipresente: a União Soviética e tudo o que, para o mundo, ela representa.

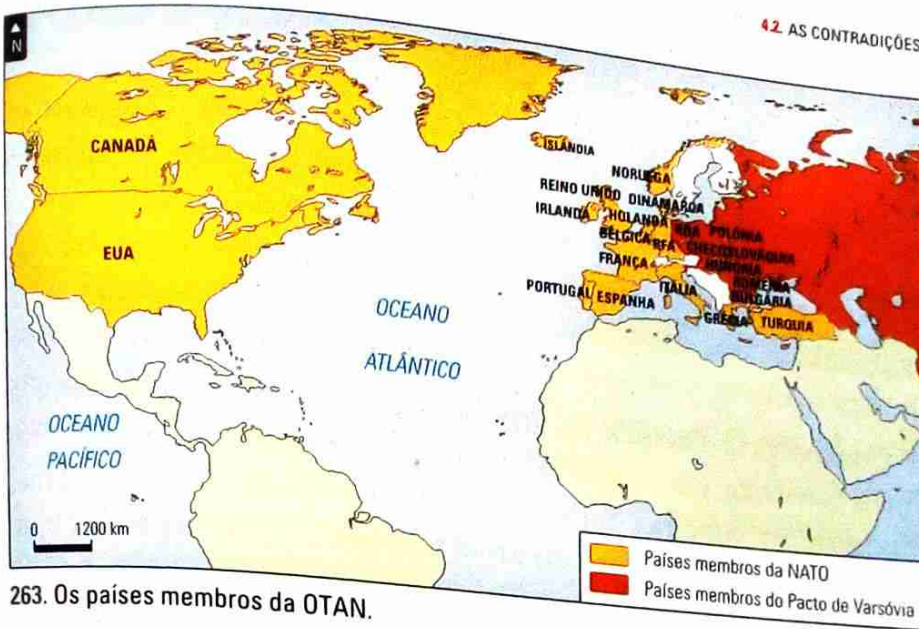
Esta secção de ameaça e o afã de consolidar a sua área de influência lançara os EUA numa autêntica “pactomania” que os levou a construir um vasto leque de alianças, um pouco por todo o mundo.

Para além da OTAN, firmaram-se alianças multilaterais na América (Organização dos Estados Americanos – OEA, 1948), na Oceânia (Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos – ANZUS), 1951, no Sudeste Asiático (Organização do Tratado da Ásia do Sudeste – OTASE, 1954), no Médio Oriente (Pacto de Bagdade, 1955, mais tarde Organização do Tratado Central – CENTO). Estas alianças foram complementadas com diversos acordos de carácter político e económico, de tal forma que, cerca de 1959, três quartas partes do mundo alinhavam, de uma forma ou de outra, pelo bloco americano.

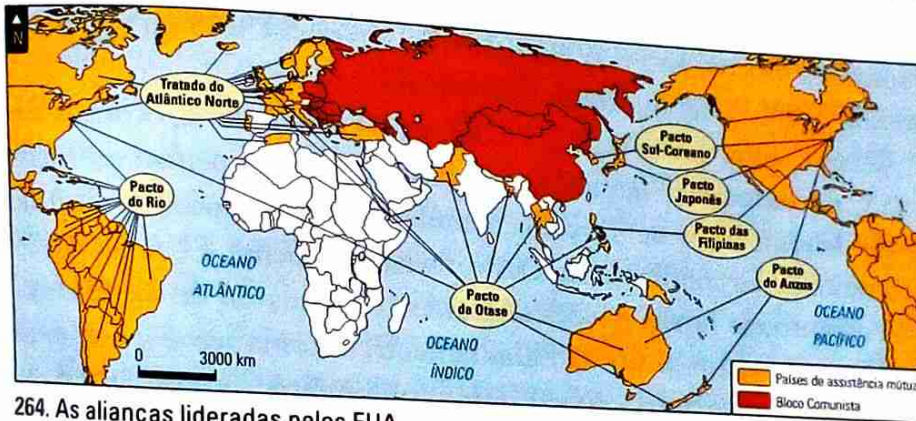
O Pacto de Varsóvia (1955)

O Pacto de Varsóvia foi fundado em 1955, em resposta à integração da Alemanha Federal na OTAN. Agregava, a princípio, a Albânia, a Bulgária, a Polónia, a Roménia, a URSS, a Checoslováquia, a Hungria e a RDA. Tratou-se de uma aliança militar que previa resposta conjunta a qualquer eventual agressão.

Em 1968, a Albânia, como protesto contra a invasão da Checoslováquia, pelas tropas do Pacto, retirou-se da organização.



263. Os países membros da OTAN.



264. As alianças lideradas pelos EUA.

265. O Pacto de Varsóvia.

Tendo em conta a situação que se criou na Europa em consequência da formação da União da Europa Ocidental, em vias de remilitarização, e com a sua integração no bloco norte-atlântico, o que aumenta o perigo de uma nova guerra e cria uma ameaça à segurança nacional dos estados pacíficos (...).

Art. 4.º - Em caso de agressão armada na Europa contra um ou mais Estados signatários do Tratado, por parte de qualquer Estado ou grupo de Estados, cada Estado signatário do Tratado, exercendo o seu direito à autodefesa individual e colectiva, em conformidade com o art. 51.º da Carta da Organização das Nações Unidas, prestará ao Estado ou Estados vítimas de tal agressão uma assistência imediata, individualmente ou por entendimento com os outros estados signatários do Tratado, por todos meios que considere necessários, incluindo o uso das forças armadas.

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Que resposta deu o Pacto de Varsóvia à NATO?

4

4.3. A COEXISTÊNCIA PACÍFICA

Coexistência Pacífica foi um período de aproximação entre a União Soviética e os Estados Unidos. Tal período iniciou-se com uma série de cimeiras entre as cúpulas das duas superpotências, para limitar o crescimento do armamento, e destruir as armas que fossem considerados ameaça permanente contra a humanidade.

Uma outra característica deste período foi a redução do monolitismo dos blocos, isto é, o alinhamento férreo à URSS ou aos EUA, possibilitando uma multipolarização internacional.

É neste clima que se realiza a Conferência de Bandung, ocorrida em 1955, na Indonésia, reunindo os países recém-independentes (mais tarde denominados de Terceiro Mundo) que incorporou o ideal de neutralidade no conflito Leste-Oeste, ou simplesmente, EUA-URSS.

Portanto, as novas nações africanas, asiáticas ou do Leste europeu posicionavam-se no não-alinhamento automático e assumindo como meta prioritária o seu desenvolvimento económico, para escaparem à bipolarização EUA-URSS.

Paralelamente a isso, a recuperação económica que se fazia sentir nos países europeus fez com que estes abandonassem a posição de simples satélites, a que estavam sujeitos, e alinhassem em políticas regionais próprias.

No bloco socialista, esta tendência fez-se à luz das reformas de Krushev que procedeu o processo de desestalinização da Rússia e deu azo a um desenvolvimento dos países da Europa do Leste.

Entretanto, a coexistência pacífica é ameaçada pela construção do Muro de Berlim pela República Democrática Alemã (RDA), em 1961, a crise dos mísseis em Cuba (1962) e a intervenção americana na Guerra do Vietname (1964-1973).

O afrontamento entre as duas superpotências conheceu fases diversas, alternando períodos de grande tensão com outros de relativa acalmia. É entre 1947-1955 (aproximadamente) que se consolidam os dois blocos e se estrutura o mundo bipolar. São anos de grande intolerância em que comunistas e ocidentais desenvolvem intensas campanhas ideológicas e iniciam a corrida ao armamento nuclear.

A tensão cresce, mas a consciência dos perigos de uma guerra atómica impede o confronto directo.

No fim dos anos 40, surge a expressão "Guerra Fria" para designar a confrontação deste mundo dividido. A morte de Estaline

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Missil: arma que surgiu depois da 2.ª Guerra Mundial, caracterizada pela sua base de lançamento, pelo tipo de objectivo, alcance, trajectória e pela carga transportada. A base de lançamento pode estar no solo ou no ar; o seu alcance varia entre o curto, o médio e o intercontinental; a sua carga pode ser explosiva, química, bacteriológica ou nuclear.

e a subida ao poder de Krushev marcaram a retoma do diálogo entre as duas superpotências.

Krushev, propõe ao Ocidente uma "Coexistência Pacífica", baseada na aceitação de um domínio conjunto do mundo.

Em 1959, o dirigente soviético visita os EUA num ambiente de cordialidade e aparente descontração.

A coexistência pacífica não impede a construção do Muro de Berlim – símbolo máximo do bipolarismo –, nem evita o receio de instalação secreta de mísseis na ilha de Cuba.

A gravidade da crise de Cuba acabou por abrir as portas a um **desanuviamento** nas relações internacionais, na medida em que as duas superpotências multiplicam os acordos para a limitação do arsenal nuclear e intensificam as relações comerciais.

Na Europa, as duas Alemanhas reaproximam-se e, em 1975, os acordos de Helsínquia consagram o respeito recíproco entre os estados do Velho Continente. No entanto, nos países do Terceiro Mundo, os dois "gigantes" continuam a afrontar-se.

A preocupação em conter o comunismo leva os EUA à intervenção armada no Vietname, que se revela sangrenta e desastrosa.

Entre 1975 e 1985, um novo período de confrontação vem quebrar o clima de desanuviamento. Estimulados pela crise económica no Ocidente e pela derrota americana no Vietname, os soviéticos desenvolvem uma política agressiva e expansionista.

Após a eleição de Ronald Reagan, a América contra-ataca. O perigo das armas nucleares volta a aterrorizar o mundo.

Só em 1985, os EUA e a URSS retomam o diálogo e a via da concertação. Poucos anos depois, o desmoronamento do bloco soviético traz ao mundo uma nova ordem internacional.



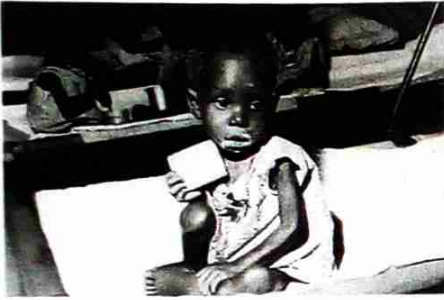
266. Manifestação contra o envolvimento americano na Guerra do Vietname. No cartaz: "O meu filho foi morto no Vietname. Para quê? América."

EXERCÍCIOS

1. Em que consistiu a Coexistência Pacífica?
2. Indica os protagonistas desta fase e descreve o papel que tiveram.

4

4.4. OS PAÍSES DO TERCEIRO MUNDO DIANTE DA GUERRA FRIA



267. Crianças vítimas da fome (1968), durante a Guerra do Biafra (Nigéria, 1967-1970).

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Terceiro Mundo: conceito elaborado, em 1952, pelos economistas franceses A. Sauvy e G. Balandier, para designar os países excluídos do desenvolvimento económico.

Geograficamente, o Terceiro Mundo estendia-se pelo Sul do Globo, abrangendo a América Latina, a África e a Ásia do Sul e Sudeste (com excepção do Japão).

Porém, nas últimas décadas, a emergência dos NPI (Novos Países Industrializados) tem reconfigurado, de forma significativa, a área geográfica do Terceiro Mundo.

Nas três décadas que se seguiram ao conflito mundial (1946-1976), constituíram-se cerca de 70 países na Ásia e em África que, pese embora, separados pela geografia, pela raça, pela cultura e pela religião, a maioria dessas novas nações partilhava o mesmo passado colonial e o mesmo atraso económico. Em conjunto, elas constituíam o Terceiro Mundo.

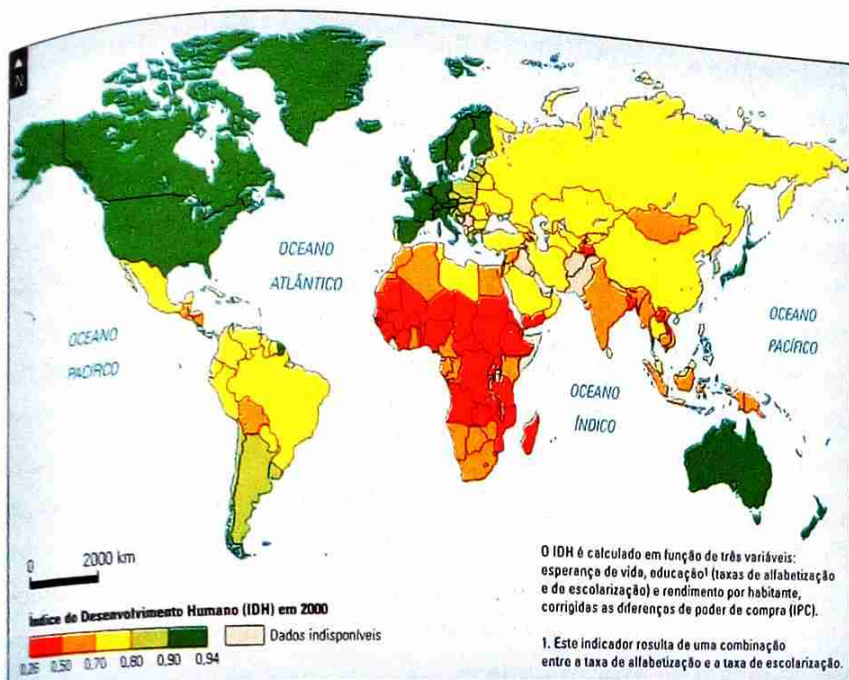
Identificados inicialmente como um terceiro conjunto de países, diferente dos blocos capitalista e socialista, o conceito Terceiro Mundo está hoje ligado ao de países subdesenvolvidos, também designados em países em vias de desenvolvimento (PVD).

Esse conjunto de países, marginalizado da actividade económica e política do mundo, apresentam baixos níveis de desenvolvimento nas áreas da saúde, habitação, educação e indústria altos níveis de pobreza e falta de alimentos, os quais levam à dependência de ajuda dos países ditos desenvolvidos.

Assim, os indicadores sócio-económicos que definem os países do Terceiro Mundo são os seguintes:

- Baixo rendimento *per capita*;
- Malnutrição e conseqüente carência de proteínas;
- Alta taxa de mortalidade infantil;
- Elevado crescimento demográfico, fruto de falta de planeamento familiar coadjuvado com os altos índices de analfabetismo;
- Predomínio do sector agrícola sem mecanização, limitando, assim, a um sistema de cultivo muito atrasado e de fraco rendimento; a sua agricultura usa fundamentalmente a **monocultura**, a qual gera um rápido desgaste dos solos;
- Permanência de uma economia de subsistência;
- Ausência de uma rede de transportes modernos capaz de satisfazer as necessidades da economia e da população;
- Carência de técnicos qualificados com conhecimentos sólidos quer na administração quer na produção, e subaproveitamento dos poucos quadros existentes, chegando várias vezes a depender de quadros estrangeiros;
- Escassa industrialização.

Estas características, e, sobretudo, a falta de capitais e de recursos técnicos e humanos qualificados condicionam o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo e alimenta o ciclo vicioso do subdesenvolvimento.



268. Os contrastes do desenvolvimento (Fonte: Atlas da Globalização, *Le Monde Diplomatique*, Campo das Letras, 2004).

Além desses factores, alguns autores apresentam outras causas do atraso do Terceiro Mundo, tais como:

- A consequência da colonização, pois mesmo depois da independência política, estes povos continuam vítimas da exploração praticada pelos países ricos;
- A ruptura do equilíbrio demográfico, ou seja, o recuo da mortalidade não foi compensada pelo recuo da natalidade, daí a explosão demográfica;
- A persistência de estruturas sociais arcaicas, tais como os conceitos de superioridade e de inferioridade entre as castas (União Indiana) e tribos (África Negra) os quais não foram abolidos, e o próprio poder político tem dificuldades em manter o equilíbrio entre grupos rivais;
- O regime de propriedade que faz com que uma minoria muito rica e politicamente muito poderosa tenha em seu poder todas as terras aráveis e demais meios de produção, mantendo a maioria da população empobrecida e em dependência semifeudal;
- A permanência da economia de subsistência, a exploração das terras e a criação de gado têm como objectivo fundamental a sobrevivência do grupo;
- A dependência única e exclusivamente na exportação de matérias-primas, uma herança dos tempos coloniais onde a exploração dos recursos minerais, agrícolas e florestais constituía forma de garantir matérias-primas necessárias à indústria europeia;

Entretanto, os países ricos, muitos deles antigas metrópoles, continuam a explorar, através de grandes companhias, as matérias-primas, minerais e produtos agrícolas do mundo subdesenvolvido, fornecendo-lhes, como no passado, produtos manufacturados.



269. Criança angolana recebe alimentos do Programa Alimentar Mundial.

CONCEITOS | VOCABULÁRIO

Neocolonialismo: forma de dominação que sucede ao colonialismo e se exerce de forma indirecta, através da supremacia técnica, financeira e económica das nações mais desenvolvidas. Embora de carácter essencialmente económico, o neocolonialismo pode também manifestar-se no campo político e cultural.

EXERCÍCIOS

1. O que significa a expressão "Países do Terceiro Mundo"?
2. Apresenta duas principais características comuns deste grupo de países.
3. Caracteriza a agricultura destes países.
4. Explica porque os países já independentes se encontram na situação de neocolonialismo.

270. A afirmação do anticolonialismo.

ANO	CONFERÊNCIA	N.º DE ESTADOS PARTICIPANTES
1961	Belgrado (Jugoslávis)	25
1964	Cairo (Egipto)	47
1970	Lusaca (Zâmbia)	54
1973	Argel (Argélia)	75
1976	Colombo (Sri Lanka)	82
1979	Havana (Cuba)	95
1983	Nova Deli (Índia)	100
1986	Harare (Zimbabwe)	101

Eis-nos reunidos em Belgrado na conferência histórica dos países não-alinhados. Confesso que prefiro a expressão «não-alinhados» à de neutrais. Para a República do Mali, o não alinhamento é sinónimo de dignidade, de personalidade. E é por isso que o nosso povo, que nunca fez concessões para adquirir a sua liberdade, recusa definir-se em função deste ou daquele país, deste ou daquele bloco. Isto não significa que nos entreguemos a um jogo de equilíbrio, mesmo momentâneo, entre as grandes potências [...].

Declaração de Modibo Keita, presidente do Mali, na conferência de Belgrado, 6 de Setembro de 1961

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Segundo Modibo Keita, qual é a diferença entre neutralismo e não-alinhamento?

Tal situação tem contribuído para o atraso destas regiões: por um lado, os lucros das companhias não são reinvestidos no local; por outro, enquanto o preço dos produtos industriais tem vindo a subir, o valor das matérias-primas tem decaído. Combinados, estes dois factores resultam na exploração dos recursos dos países economicamente mais débeis, em benefício das potências industrializadas, portanto, um verdadeiro neocolonialismo.

É neste âmbito que esforços mundiais têm sido levados a cabo, no sentido de alterar esta situação que vivem os países do Terceiro Mundo, procurando-se melhorar a sua condição. É uma dessas medidas é a transferência de tecnologias dos países ricos para os países pobres, produtores de matérias-primas e possuidores de uma mão-de-obra barata, e com garantias de lucros avultados para os investidores; a outra medida é o perdão da dívida externa destes países, como é o caso da dívida de Moçambique.

4.4.1. O Movimento dos Não-Alinhados

O Movimento dos Não-Alinhados foi criado oficialmente na conferência de Belgrado em 1961. Nesta primeira conferência de chefes de Estado de países não-alinhados, onde se destacaram Nasser, do Egipto, Leopold Senghor do Senegal, Sukarno, Nehru, da Índia, Nkrumah do Gana e Tito da Jugoslávia, foram os seus grande promotores, empenhando-se no estabelecimento de uma via política alternativa à bipolarização mundial.

Nesta conferência, para além de se afirmar o direito dos povos à autodeterminação, defenderam-se os princípios da soberania nacional e da cooperação entre as nações e fez-se um apelo à formação de novo bloco que fosse capaz de resistir à ingerência e ao domínio das duas superpotências.

O não-alinhamento atraiu um número crescente de países da Ásia, da África e da América (25 países em 1961, 113 em 1995) e tornou-se o símbolo do sonho de independência e de liberdade das nações mais frágeis face às pressões das superpotências e do mundo desenvolvido em geral.

Portanto, tais países posicionaram-se pelo não-alinhamento automático e assumiram como meta prioritária o seu desenvolvimento económico, podendo escapar, assim, da bipolarização EUA-URSS.

Embora seja muitas vezes designado por neutralismo, este movimento não teve por objectivo permanecer neutro face às grandes questões mundiais. Bem pelo contrário, propunha defender, segundo as palavras de Nehru e Tito, “uma política activa, positiva e construtiva” com vista ao estabelecimento da paz mundial.

De facto, a situação geoestratégica de alguns destes novos países levou as duas superpotências a disputarem a máxima influência política e militar sobre eles, provocando a instabilidade na região.

O peso dos não-alinhados tem tido reflexos importantes na ONU, onde geralmente decidem o resultado das votações quando o direito de veto das grandes potências não é exercido.

O movimento dos não-alinhados reclamava a gestão dos seus recursos naturais, a abertura dos mercados do Norte, a participação nas instituições monetárias e financeiras mundiais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM).

Para reforçar a sua unidade e o seu poder negocial, a maioria dos países não-alinhados tem constituído organismos de âmbito regional como, por exemplo a ex-OUA (Organização da Unidade Africana), actualmente União Africana (UA) e a ASEAN (Associação do Estados do Sudeste Asiático).

É este grupo, que, nas décadas de 60 e 70, transforma a Assembleia-geral da ONU numa tribuna onde se debatem e se condenam as actuações dos Franceses na Argélia, dos Portugueses em Angola e em Moçambique ou dos americanos no Vietname.

No entanto, diferenças ideológicas e a debilidade económica-militar da maior parte destes países constituem um obstáculo difícil a um não-alinhamento total. Além disso, as grandes potências procuram todas as oportunidades para exercer influência sobre o mundo afro-asiático ou tirar partido da situação na América Latina, regionalizando a sua influência.

Quanto ao objectivo de independência face aos dois blocos, esse foi-se esfumando. A isenção pressupunha uma força económica que estes países recém-formados e subdesenvolvidos não possuíam.

No fim dos anos 60 e, sobretudo, na década seguinte, as sucessivas conferências dos não-alinhados revelaram uma clara aproximação a Moscovo, por influência dos seus membros comunistas encabeçados por Cuba e pelo Vietname.

No entanto, esta tendência não impediu que, em cumprimento das ideias que presidiram à sua criação, o movimento se tenha pronunciado contra a intervenção soviética no Afeganistão, em 1979.

Para o caso do nosso país, de 1975 até 1990, Moçambique aplicou uma política de não-alinhamento, mas apoiou as lutas dos povos do Zimbabwe e da África do Sul.

Este apoio foi prestado no contexto da política dos países da Linha da Frente (Tanzânia, Zâmbia, Angola e Moçambique e mais tarde Zimbabwe).

A Linha da Frente significou um instrumento de luta política e militar, um instrumento de apoio diplomático e material aos países dominados pelo colonialismo ou pelos regimes racistas da Rodésia e da África do Sul.

O apoio ao African National Congress (ANC), ao ZANU e ao ZAPU, ao SWAPU e à FRETILIN foi uma das tarefas importantes da Linha da Frente.

271. A afirmação do não-colonialismo.

Recomenda aos estados africanos que coordenem as suas políticas externas, no que diz respeito em particular ao não-alinhamento com os blocos de potências existentes no mundo, como único meio aceitável de proteger a liberdade, a estabilidade e propriedade da África.

Resolução da OUA, na reunião de Lagos, Nigéria, 1964

EXPLORO O DOCUMENTO

1. Como se explica que os novos países independentes tenham adoptado uma política de não-alinhamento, face às grandes potências?



272. Jawardal Nehru (1869-1964).

EXERCÍCIOS

Foi no contexto da Guerra Fria que nasceu o movimento dos países não-alinhados.

1. Explica o significado de "Países Não-Alinhados".
2. Quais foram os objectivos da criação dos países não-alinhados?
3. Identifica os precursores deste movimento.
4. Indica duas características dos países que fazem parte deste movimento.
5. Refere dois princípios que guiam os seus membros.

4

4.5. O FIM DA GUERRA FRIA E A QUEDA DO MURO DE BERLIM.



273. O Tratado SALT I (26 de Maio de 1972). Este tratado foi assinado por Brejnev e Nixon.



274. Carter e Brejnev aquando da assinatura do Tratado SALT II (Viena, 1979).



275. Mikhail Gorbachev e Ronald Reagan assinam o Tratado de Washington em Dezembro de 1987, que deu início aos primeiros acordos de redução dos armamentos.

Depois de muitas crises que marcaram a década de 60, nas relações entre a URSS e os EUA, as relações entre os dois rivais ganha novo ímpeto nos começos da década de 70 – ver o quadro das cimeiras EUA/URSS.

Os grandes precursores deste novo relacionamento foram Richard Nixon e Leonidas Brejnev, que iniciaram um período de aproximação marcado por intensas conversações entre as duas superpotências, em busca da redução dos riscos de uma guerra nuclear, e a melhoria das relações Leste-Oeste.

A partir de 1972, as duas maiores potências militares do mundo, assinaram vários tratados tendentes a reduzir a sua crescente militarização. Tais tratados ficaram conhecidos por SALT (*Strategic Arms Limitation Treaty* – Tratado sobre Limitação de Armas Estratégicas).

O primeiro tratado de SALT, assinado em 1972, limitou o sistema de mísseis antibalísticos dos Estados Unidos e da União Soviética e o segundo foi assinado em 1974, e proibia testes nucleares subterrâneos.

O SALT 2, foi assinado em 1979, por Jimmy Carter e Brejnev, na Cimeira de Viena, e estabelecia a redução dos mísseis e bombardeiros estratégicos.

No entanto, a intervenção soviética no Afeganistão, em 1979, estrangulou o período de aproximação que se estava a desenhar, e de novo voltou-se a um período de confrontação entre as duas superpotências.

No início da década de 80, o presidente norte-americano Ronald Reagan retomou a política de intimidação com uma acentuada corrida ao armamento, frustrando assim todas as tentativas de negociações entre 1985 e 1986. Temendo transformar-se num novo palco de guerra, a Europa pressionou os dois grandes a voltarem às negociações. Simultaneamente, começaram a ocorrer na União Soviética e no bloco do Leste grandes transformações que iriam reflectir-se nas relações internacionais.

Enquanto isso, a partir de 1987, o novo líder da União Soviética, Mikhail Gorbachev, colocou em prática a *Perestroika* e a *Glasnost*, activando desta forma a aproximação com o Ocidente.

Em Novembro de 1987, dentro do clima de mudanças e da tentativa de eliminação de focos de tensão entre ambos, Reagan e Gorbachev, anunciaram um acordo de eliminação de mísseis nucleares de médio e curto alcance, criando perspectivas de acordos mais importantes.

Respondendo às mudanças da *Perestroika*, a União Soviética iniciou em Janeiro de 1988, a sua retirada do Afeganistão e, em 1989, com a abertura e a restauração do Leste europeu, firmou-se a política de entendimento entre as potências, com novas cimeiras e a assinatura de diversos acordos, inclusive de colaboração a nível tecnológico e económico.



277. Queda do muro de Berlim (Novembro de 1989). Marcou o fim da Guerra Fria.

276. Cimeiras EUA/URSS.

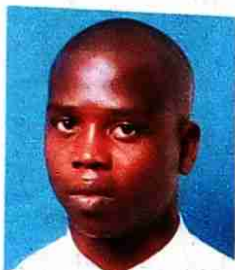
LOCAL	INTERVENIENTES	TEMA DE DISCUSSÃO
1972 MOSCOVO	Nixon reúne-se com Brejnev de 22 a 24 de Maio	Espaço, saúde, ciência e cooperação mútua
1973 WASHINGTON	Brejnev reúne-se com Nixon a 18 e 25 de Junho, depois de uma estadia em Camp David	Controlo de armamento; cooperação mútua
1974 MOSCOVO	Nixon reúne-se com Brejnev entre 27 de Junho e 3 de Julho	Controlo de armamento; testes nucleares
1974 VLADVOSTOK	Ford reúne-se com Brejnev 23 e 24 de Novembro	Controlo de armamento; cooperação mútua
1975 HELSÍNQUIA	Ford reúne-se com Brejnev entre 30 de Julho e 2 de Agosto, durante uma conferência da CSCE	Controlo de armamento; testes nucleares
1979 VIENA	Carter reúne-se com Brejnev a 15 e 18 de Junho	Controlo de armamento
1985 GENEBRA	Reagan e Gorbachev reúnem-se a 19 e 21 de Novembro	Controlo de armas; intercâmbio cultural; segurança aérea; cooperação mútua
1986 REYKJAVIK	Reagan e Gorbachev reúnem-se a 11 e 12 de Outubro	Controlo de armas
1988 WASHINGTON	Gorbachev reúne-se com Reagan a 8 e 10 de Outubro	Controlo de armas; intercâmbio cultural; conflitos regionais
1988 MOSCOVO	Reagan reúne-se com Gorbachev a 3 de Junho	Controlo de armas; intercâmbio cultural; conflitos regionais
1988	Gorbachev reúne-se com Reagan a 3 de Dezembro	Desarmamento; Afeganistão
1989 MALTA	Bush e Gorbachev reúnem-se em navios ancorados entre 2 e 3 de Dezembro	Controlo de armas; conflitos regionais
1990 WASHINGTON	Bush e Gorbachev reúnem-se entre 32 de Maio e 3 de Junho	Controlo de armas; Lituânia; integração da "Grande Alemanha" na NATO, acordos comerciais

In Fenhane, João B.: *História -10.ª Classe*; Diname; Maputo; 1996; pp. 145-146

ABORDAGEM TRANSVERSAL

1. Os regimes ditatoriais, fascistas e racistas foram os principais responsáveis pela eclosão das duas guerras mundiais, nomeadamente, Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e, mais tarde, Segunda Guerra Mundial (1939-1945).
 - 1.1. Refere algumas desvantagens de um regime monopolista/ditatorial.
 - 1.2. Tendo em conta a experiência de Moçambique, apresenta as vantagens e desvantagens de um regime multipartidário.
 - 1.3. Discute com os teus colegas de grupo sobre uma das ex-colónias inglesas na África Subsaariana, cujo povo está impedido de viver em democracia, focando os aspectos positivos e negativos lá vividos.
 - 1.4. Aborda a necessidade de aceitação do outro racialmente diferente (igualdade na diferença), tendo em conta a experiência e os exemplos demonstrados pelo ex-presidente sul-africano Nelson Mandela.
2. No sentido de se evitar situações que conduziram à eclosão das guerras mundiais, muitos esforços foram (e estão sendo) feitos no sentido de preservar e manter a paz e a estabilidade políticas, não só nos países outrora implicados nas duas contendidas, como também em outros países.
 - 2.1. Pesquisa nos manuais, jornais e Internet os sinais que demonstram o esforço de manutenção de paz no mundo.
 - 2.2. Refere as organizações posteriores às duas guerras mundiais responsáveis pela manutenção da paz e estabilidade política.
 - 2.3. Refere outros condimentos conducentes à paz sem que seja, necessariamente, os do recurso à força (das armas e militar).
 - 2.4. De que forma o Governo de Moçambique procura preservar a paz no país?
3. Com vista a garantir um futuro próspero para as gerações vindouras, o século XXI tem sido marcado por uma forte campanha para o uso sustentável dos recursos.
 - 3.1. Explica o porque dessa preocupação característica dos últimos anos e em quase todos os governos.
 - 3.2. Refere algumas conferências internacionais recentes que se debruçaram sobre o assunto.
 - 3.3. Faz um cartaz ou um *slogan* retratando a necessidade de uso sustentável dos recursos a nível da tua escola e local de residência.
4. Uma das maiores pandemias que caracterizaram e que afligiram (e ainda aflige) a Humanidade nos séculos XX e XXI é a problemática da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA). Até aos dias de hoje, a Humanidade depara-se com a falta de cura para este mal.
 - 4.1. Apresenta as principais actividades (profissões) e comportamentos susceptíveis de contaminação da doença.
 - 4.2. Recorrendo à informação do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Conselho Nacional de Combate à SIDA (CNCS), refere as províncias do teu país mais flageladas pela pandemia. Refere as principais razões para tal situação.
 - 4.3. Recorda alguns artigos dos jornais que reportam a estigmatização dos portadores da SIDA nos locais de trabalho e residência.
 - 4.4. Propõe alguns mecanismos que possam ser adoptados a nível das escolas com vista à mitigação da doença, tendo em conta a experiência da tua escola.

BIOGRAFIA AUTORES



DIONÍSIO CALISTO RECAMA, nascido na localidade de Netia, distrito de Monapo, província de Nampula, em 1978. Casado e pai de um casal de filhos (Denisa e Júnior).

- Frequentou o 3.º ano do Curso Superior de Filosofia (2000).
- Bacharel em Ciências Sociais – Orientação em Ciências Políticas pela então Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS) – Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em 2003.
- Licenciado em Administração Pública pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) – UEM, em 2005.
- Mestrado em População e Desenvolvimento pela FLCS – UEM, em 2008.
- Foi Monitor e depois Assistente Estagiário da cadeira de Moçambique Contemporâneo (MC), na FLCS – UEM.
- Foi Docente das seguintes cadeiras: Gestão Autárquica e Desenvolvimento Institucional (GADI); Planificação, Análise e Avaliação de Políticas Públicas (PAAPP), no Departamento de Filosofia, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Pedagógica (DF-FCS-UP); História e Filosofia no Instituto Superior de Tecnologia e Gestão (ISTEG); História no Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM); Noções de Administração Pública (NAP) na Escola Prática de Matalane (Ministério do Interior); Português e História na Escola Secundária da Polana (ESP), respectivamente.
- Colaborou no desenho e introdução de Cadeiras no DF-FCS-UP, através da elaboração de programas e planos temáticos e analíticos.
- Actualmente, lecciona as cadeiras de Métodos Analíticos em Ciências Sociais (MACS) no DF-FCS-UP; História de Moçambique no ISTEG e Filosofia na ESP e supervisiona estudantes finalistas na elaboração de Trabalhos de Fim de Curso no DF-FCS-UP.
- Autor da obra *História de Moçambique, de África e Universal – Manual de Preparação para o Ensino Superior* (2006) e co-autor das obras *História 9.ª Classe – Livro do Aluno* (2009) e *História 9.ª Classe – Livro do Professor* (2009).



RUI AMADEU BONDE, natural de Micaúne, distrito de Chinde, província da Zambézia. Vive maritalmente e é pai de um filho (Dércio).

- Fez os estudos primários nas escolas primárias de Maguiguana, em Micaúne (Zambézia), e Namutequeliua (na cidade de Nampula), em 1982.
- De 1983 a 1993 fez o ensino secundário e médio na Escola Secundária de Nampula e na ex-Escola Pré-universitária (1.º de Maio), em Nampula, actualmente Universidade Católica de Moçambique (UCM).
- Em 1996, ingressou na Universidade Pedagógica (UP), para o curso de História e Geografia, tendo concluído a licenciatura em 2005.
- Foi Professor de História, curso nocturno, na Escola Secundária Josina Machel, entre 2001 e 2002.
- Igualmente leccionou as disciplinas de História e Geografia na Escola Secundária de Malhazine, na cidade de Maputo, no 1.º ciclo do curso diurno, entre 2003 e 2005.
- Em 2007, foi docente de cadeira de História Económica nos cursos de extensão (diurno), na Faculdade de Ciências Pedagógicas da Universidade Pedagógica.
- Em 2009, foi co-autor dos novos manuais de ensino, nomeadamente, *História da 9.ª Classe – Livro do Aluno* e *História da 9.ª Classe – Livro do Professor*, publicados pela Plural Editores.
- Actualmente, lecciona a cadeira de História de Moçambique, 1.º ano do curso de Turismo na Universidade Politécnica, em Maputo.



Símbolos da República de Moçambique

BANDEIRA



EMBLEMA



HINO NACIONAL

Pátria Amada

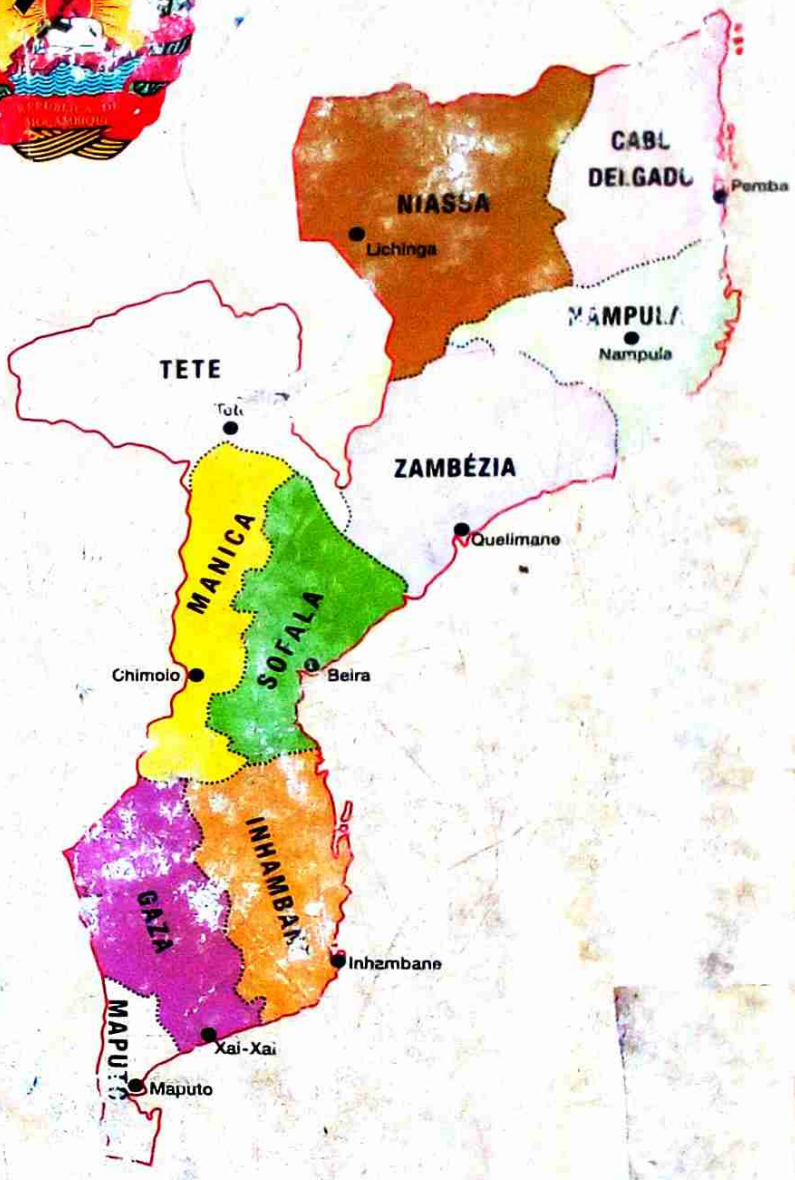
Na região de África e do Mundo,
Pátria da gente que ousaram lutar
Moçambique o teu nome é liberdade
Cada 6 de Junho para sempre brilhará

Coro

Mozambique, nossa terra gloriosa
estamos a construir o novo dia
mãos e braços, unidos só
ó pátria amada vamos vencer!

Da fronteira do Rovuma ao Maputo
famosos do combate pela Paz
crescem os sonhos ondulando na Bandeira
e vai vibrando na certeza da amizade.

Flores brotando do chão do teu solo
pelos montes, pelos rios, pelo mar
nós juramos por ti, ó Moçambique:
nenhum tirano te irá escravizar



10.ª classe

História

Luís de Almeida / Rui Afonso Bonda

LIVRO DO ALUNO

www.dialedite.com
094950... 6,3
9 17 09896 111960
ISBN 9789989-511-196-0